



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

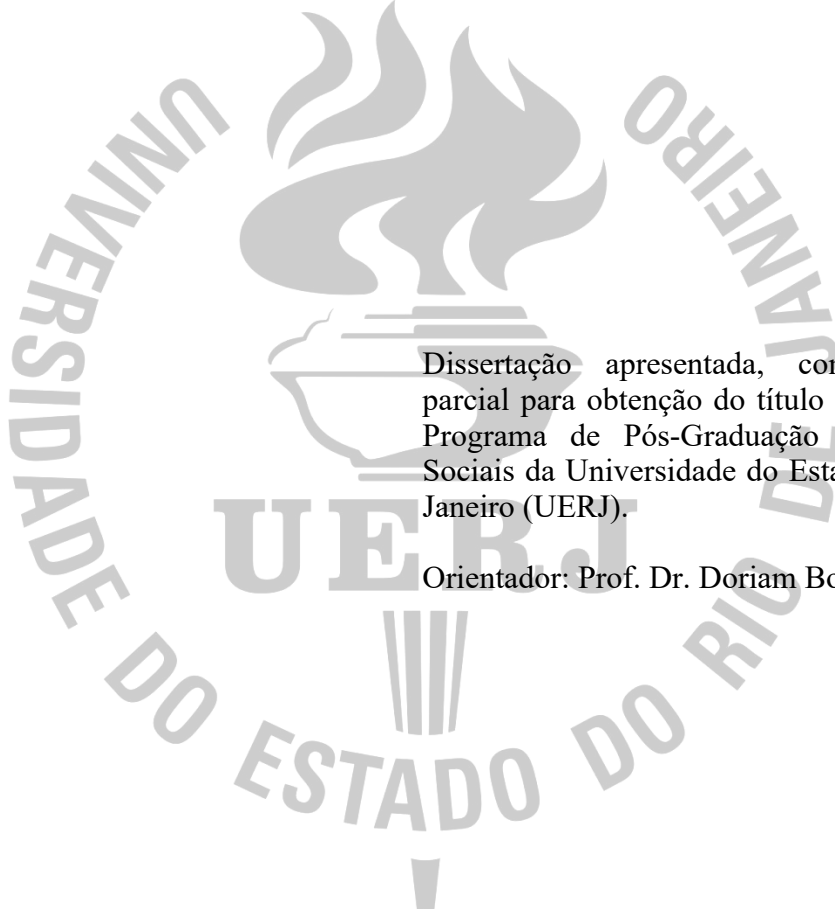
Bruno Fontes do Nascimento

**A ética “Falcão” e o espírito guerreiro: a construção social de uma
identidade policial no Curso de Operações Táticas Especiais da
CORE/PCERJ**

Rio de Janeiro
2019

Bruno Fontes do Nascimento

**A ética “Falcão” e o espírito guerreiro: a construção social de uma identidade policial
no Curso de Operações Táticas Especiais da CORE/PCERJ**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Orientador: Prof. Dr. Dorian Borges

Rio de Janeiro
2019

Bruno Fontes do Nascimento

A ética “Falcão” e o espírito guerreiro: a construção social de uma identidade
policial no Curso de Operações Táticas Especiais da CORE/PCERJ

Dissertação apresentada, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre, ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ).

Aprovada em ___ / ___ / _____ .

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dorian Borges (Orientador)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. João Trajano Sento-Sé
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof^a. Dr^a. Paula Ferreira Poncioni
Escola de Serviço Social - UFRJ

Rio de Janeiro
2019

Agradecimentos

Uma vida ascética é uma contradição:
aqui domina um ressentimento ímpar,
aquele de um insaciado instinto e
vontade de poder que deseja senhorear-se,
não de algo da vida,
mas da vida mesmo,
de suas condições maiores,
mais profundas e fundamentais;
aqui se faz a tentativa de usar a força
para estancar a fonte da força.

*Nietzsche. Genealogia da Moral.
Terceira dissertação, §11.*

RESUMO

Através dos estudos clássicos e contemporâneos nas ciências sociais, buscou-se nesta pesquisa mapear e categorizar a construção social de uma identidade policial, denominada “Falcão”, oriunda de uma determinada Unidade Tática de Polícia, a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para tal, foram analisadas as estruturas e atribuições desta Unidade e o perfil sociodemográfico de seus policiais operacionais, assim como, os ritos e os símbolos produzidos e reproduzidos nos processos de socialização decorrentes do seu Curso de Operações Táticas Especiais (COTE).

Palavras-chave: Polícia Civil, Rio de Janeiro, Unidade Tática de Polícia, CORE, identidade.

ABSTRACT

Through the classical and contemporary studies in social sciences, this research aims to map and categorize the social construction of a police identity, called "Falcão", originating from a specific Tactical Police Unit, Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) in the Civil Police of the State of Rio de Janeiro analyzed the structures and attributions of this Unit and the sociodemographic profile of its operational police officers, as well as the rites and symbols produced and reproduced in the socialization processes resulting from its Special Tactics Operations Course (COTE).

Keyword: Civil Police, Rio de Janeiro, Tactical Police Unit, CORE, identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagens 1 a 5 - Fotos do Estágio de Ações Táticas Especiais (1969).....	p.78
Imagens 6 a 15 - Fotos do Curso de Operações Especiais Policiais (1980).....	p.79-80
Imagem 16A - Símbolo do GOESP.....	p.82
Imagem 16B - Símbolo da CINAP.....	p.82
Imagem 17 - Símbolo da Base Falcão (SERESP).....	p.82
Imagem 18 - Símbolo da Base Jaguar (SAP) e da CORE (2002-2005).....	p.82
Imagem 19 - Símbolo da CORE (2005-2013).....	p.82
Imagem 20 - Símbolo atual da CORE.....	p.83
Imagem 21 - Símbolo do Jaguar no brevê do COP.....	p.85
Imagem 22 - brevê do COTE.....	p.97
Imagem 23 - Mapa por região dos policiais formados em todas as edições do COTE/CORE/PCERJ.....	p.120
Imagem 24 - coturno, calça tática preta e camisa azul (os dois últimos numerados, conforme a numeração dos alunos, conforme havíamos relatado anteriormente).....	p.125
Imagem 25 - Traje Operacional completo (frente), mais mochila.....	p.126
Imagem 26 - Traje Operacional completo (costas), numeração dos alunos também na parte de trás.....	p.126
Imagem 27 - Traje de educação física.....	p.127
Imagem 28 - Alunos em formação com uniforme completo e mochila nas costas.....	p.127
Imagem 29 - a bandeira com o símbolo do Recursos Especiais carregada pelo “xerife”, o sino (a esquerda), o aluno “00” carregado no ombro pelo aluno logo atrás do xerife.....	p.130
Imagem 30 - cartaz de divulgação do COTE X, com as palavras: Coragem, Lealdade e Honra, e a frase “Falcão sempre!”.....	p.131
Imagem 31 - aluno pedindo desistência do curso ao tocar o sino.....	p.175
Imagem 32 - frase no cartaz em homenagem aos policiais mortos.....	p.182
Imagem 33 - “cemitério” simbolizando os que saíram do curso.....	p.186
Imagem 34 - “semana zero” - suga na represa.....	p.251
Imagem 35 - “semana zero” - a marcha.....	p.251
Imagem 36 - “semana zero”- Alunos e instrutor.....	p.252
Imagem 37 - “semana zero” - Alunos em posição de flexão na marcha.....	p.252
Imagem 38 - “semana zero” - O sino e os alunos sendo “sugados” na marcha.....	p.253
“semana zero” - Cantando Charlie Mike em formatura na água.....	p.253

Imagem 40 - “semana zero” - Alunos imersos em água gelada, preparando-se para a oração dos operações especiais.....	p.254
Imagem 41 - “semana zero” - Após a oração os alunos se aquecem.....	p.254
Imagem 42 - “semana zero” – atividade física na água.....	p.255
Imagem 43 - “semana zero” – Cantando Charlie Mike em formatura na água.....	p.255
Imagem 44 - Marcas nos corpos após a “semana zero” (1) – feridas.....	p.256
Imagem 45 - Marcas nos corpos após a “semana zero” (2) – micoses.....	p.256
Imagem 46 - Marcas nos corpos após a “semana zero” (3) – mãos.....	p.257
Imagem 47 - “CIOpEsp” – almoço com ração fria militar.....	p.257
Imagem 48 - “CIOpEsp” – instrução debaixo de chuva.....	p.258
Imagem 49 - “GRUMEC” – alunos no tanque tático.....	p.258

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Efetivo de Policiais por cargo no Setor de Apoio Policial – SAP/CORE (n=48)..... p.86
- Gráfico 2 – Média da idade, do tempo de serviço na PCERJ e do tempo de serviço na CORE dos policiais lotados no Setor de Apoio Policial – SAP/CORE (n=48)..... p.87
- Gráfico 3 – Distribuição do efetivo do Serviço de Apoio Policial – SAP/CORE segundo faixa de tempo na PCERJ (n=48)..... p.87
- Gráfico 4 – Distribuição do efetivo do Serviço de Apoio Policial – SAP/CORE segundo faixa etária (n=48)..... p.88
- Gráfico 5 – Distribuição do efetivo do Serviço de Apoio Policial – SAP/CORE segundo faixa de tempo ininterrupto na CORE..... p.88
- Gráfico 6 – Efetivo dos policiais lotados na Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE (n=53)..... p.90
- Gráfico 7 – Média da idade, do tempo de serviço na PCERJ e do tempo de serviço na CORE dos policiais lotados na Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE (n=53)..... p.91
- Gráfico 8 – Distribuição do efetivo da Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE segundo faixa de tempo na PCERJ (n=53)..... p.91
- Gráfico 9 – Distribuição do efetivo da Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE segundo faixa etária (n=53)..... p.92
- Gráfico 10 – Distribuição do efetivo da Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE segundo faixa de tempo ininterrupto na CORE (n=53)..... p.92
- Gráfico 11 – Efetivo de Policiais por cargo no Setor de Apoio Policial e na Seção de Operações Táticas Especiais – SAP e SOTE/CORE (n=101)..... p.93
- Gráfico 12 – Média do tempo de serviço na CORE, da idade e do tempo de serviço na PCERJ dos policiais lotados no Setor de Apoio Policial e na Seção de Operações Táticas Especiais – SAP e SOTE/CORE (n=101)..... p.94
- Gráfico 13 – Distribuição dos alunos do I Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (I COTE) – 280 horas/aula – 2004..... p.99
- Gráfico 14 – Distribuição dos alunos do II Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (II COTE) – 300 horas/aula – 2005..... p.100
- Gráfico 15 – Distribuição dos alunos do III Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (III COTE) – 300 horas/aula – 2006..... p.100
- Gráfico 16 – Distribuição dos alunos do IV Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (IV COTE) – 300 horas/aula – 2008..... p.101

Gráfico 17 – Distribuição dos alunos do V Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (V COTE) – 300 horas/aula – 2009.....	p.101
Gráfico 18 – Distribuição dos alunos do VI Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (VI COTE) – 500 horas/aula – 2009.....	p.103
Gráfico 19 – Distribuição dos alunos do VII Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (VII COTE) – 650 horas/aula – 2013.....	p.103
Gráfico 20 – Distribuição dos alunos do VIII Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (VIII COTE) – 772 horas/aula – 2015.....	p.105
Gráfico 21 – Distribuição dos alunos do IX Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (IX COTE) – 750 horas/aula – 2016.....	p.106
Gráfico 22 – Idade dos inscritos no COTE VIII e COTE IX.....	p.109
Gráfico 23 – Sexo dos inscritos no COTE VIII e IX.....	p.110
Gráfico 24 – Escolaridade e formação superior dos inscritos no COTE VIII.....	p.111
Gráfico 25 – Escolaridade e formação superior dos inscritos no COTE IX.....	p.111
Gráfico 26 – Região de residência no RJ dos Inscritos no COTE VIII.....	p.112
Gráfico 27 – Região de residência no RJ dos Inscritos no COTE IX.....	p.113
Gráfico 28 – Inscritos da PCERJ no COTE VIII, relação entre agentes e delegados (n=73).....	p.114
Gráfico 29 – Inscritos da PCERJ no COTE IX, relação entre agentes e delegados (n=64).....	p.114
Gráfico 30 – Inscritos da PCERJ no COTE VIII (n=73).....	p.115
Gráfico 31 – Inscritos da PCERJ no COTE IX (n=64).....	p.115
Gráfico 32 – Quantidade de inscritos no COTE VIII participantes de edições anteriores.....	p.116
Gráfico 33 – Quantidade de inscritos no COTE IX participantes de edições anteriores.....	p.116
Gráfico 34 – Relação entre agentes e delegados inscritos oriundos de instituições fora dos quadros da PCERJ no COTE VIII (n=13).....	p.117
Gráfico 35 – Relação entre agentes e delegados inscritos oriundos de instituições fora dos quadros da PCERJ no COTE IX (n=9).....	p.117
Gráfico 36 – Análise da quantidade de policiais de instituições distintas da PCERJ que se inscreveram para participarem do COTE VIII (n=13).....	p.118
Gráfico 37 - Análise da quantidade de policiais de instituições distintas da PCERJ que se inscreveram para participarem do COTE IX (n=9).....	p.119
Gráfico 38 – Nível de escolaridade dos participantes do COTE X (n=42).....	p.133

Gráfico 39 – Formação referente aos que possuem nível superior (n=40).....	p.134
Gráfico 40 – Região de residência dos policiais moradores do Rio de Janeiro no COTE X.....	p.134
Gráfico 41 – Unidade Federativa de residencia dos policiais “estrangeiros” no COTE X.....	p.135
Gráfico 42 – Instituição de origem dos alunos do COTE X.....	p.136
Gráfico 43 - Quantitativo de policiais da PCERJ por especificidade no X COTE.....	p.136
Gráfico 44 – Quantitativo por cargo desempenhando pelos policiais da PCERJ e pelos policiais externos à PCERJ.....	p.137
Gráfico 45 – Tempo de Serviço na Instituição Policial atual.....	p.138
Gráfico 46 – Ocupação anterior à entrada na instituição policial atual.....	p.138
Gráfico 47 – Lotação anterior para os policiais pertencentes aos quadros da CORE que se inscreveram no COTE X (n=14).....	p.139
Gráfico 48 – Satisfação com o salário.....	p.140
Gráfico 49 – Possui outra fonte de renda.....	p.140
Gráfico 50 – Categorias sobre as principais motivações para a escolha da carreira policial.....	p.142
Gráfico 51 – Categorias referentes ao papel do policial na sociedade.....	p.143
Gráfico 52 – Índice de satisfação quanto as instalações físicas do trabalho (n=42).....	p.144
Gráfico 53 – Principais recorrências nas motivações dos índices de satisfação das instalações físicas do trabalho.....	p.145
Gráfico 54 – Índice de satisfação quanto o equipamento de uso operacional.....	p.146
Gráfico 55 - Principais recorrências nas motivações dos índices de satisfação do equipamento de uso operacional.....	p.146
Gráfico 56 – Índice de satisfação quanto ao ensino de formação da instituição de ensino policial.....	p.147
Gráfico 57 - Principais recorrências nas motivações em relação ao ensino de formação da instituição de ensino policial.....	p.148
Gráfico 58 – Quanto a existência de treinamentos oferecidos pelo centro de ensino policial.....	p.148
Gráfico 59 – Categorias de treinamentos citadas pelos participantes (n=23).....	p.149
Gráfico 60 – Percepção quanto a regularidade destes cursos.....	p.149
Gráfico 61 – Sobre a necessidade de uma rotina de treinamento e aperfeiçoamento para o exercício da atividade policial.....	p.150

Gráfico 62 – categorias recorrentes como motivação para uma rotina de treinamento policial.....	p.150
Gráfico 63 – Categorias recorrentes para os treinamentos que são necessários se ter com regularidade para o exercício da atividade policial.....	p.151
Gráfico 64 – Importância do ensino de Direitos Humanos para a atividade policial.....	p.152
Gráfico 65 – Categorias recorrentes apresentadas nas motivações sobre o ensino dos Direitos Humanos para a atividade policial.....	p.152
Gráfico 66 – Categorias recorrentes sobre o que significa ser um “bom policial”.....	p.154
Gráfico 67 – Categorias recorrentes sobre o que significa ser um “policial ruim”.....	p.155
Gráfico 68 – Recorrência sobre o principal <i>locus</i> de ensino do exercício da atividade policial.....	p.156
Gráfico 69 – Categorias recorrentes quanto a que outros lugares possíveis, fora os quesitos anteriores, seriam possíveis de aprender a atividade policial.....	p.157
Gráfico 70 – Categorias recorrentes que justificavam as opções selecionadas sobre o <i>locus</i> de ensino da atividade policial.....	p.157
Gráfico 71 – Participação em curso operacional antes do COTE X.....	p.158
Gráfico 72 – Qual curso e em qual instituição participaram anteriormente.....	p.159
Gráfico 73 – Participantes como aluno em edições anteriores ao COTE X.....	p.160
Gráfico 74 – Edições anteriores ao COTE X que participaram.....	p.160
Gráfico 75 – Categorias recorrentes sobre as motivações pessoais para a inscrição no COTE X.....	p.163
Gráfico 76 – Categorias recorrentes sobre a expectativas iniciais quanto a realização do COTE X.....	p.164
Gráfico 77 – Como conheceu o COTE.....	p.164
Gráfico 78 – Conhece alguém que já fez o COTE.....	p.165
Gráfico 79 – aspectos percebidos como possibilidade de mudança em si na ao participar do COTE X.....	p.165
Gráfico 80 - Reação da família quanto a fazer o COTE X.....	p.167
Gráfico 81 - Reação dos colegas de trabalho quanto a fazer o COTE X.....	p.167
Gráfico 82 – Categorias referentes ao imaginário sobre o que significa “ser Falcão” antes do curso (n=42).....	p.169
Gráfico 83 – Principais motivações para o exercício da atividade policial após a conclusão do COTE X.....	p.191

Gráfico 84 – as percepções sobre o papel do policial na sociedade após a conclusão do COTE X.....	p.192
Gráfico 85 – Percepções sobre o que seria um “bom policial” para os concluintes do COTE X.....	p.192
Gráfico 86 - Percepções sobre o que seria um “policial ruim” para os concluintes do COTE X.....	p.192
Gráfico 87 – Percepções sobre as principais motivações para conseguir concluir o COTE X.....	p.195
Gráfico 88 – características pessoais para ter concluído o COTE X.....	p.195
Gráfico 89 – Percepção dos concluintes do COTE X sobre as disciplinas que mais consideravam importantes.....	p.200
Gráfico 90 – Representações que caracterizam ser “Falcão” para os concluintes do COTE X (n=11).....	p.205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – relação de participantes no COTE X e na Pesquisa.....	p.25
Tabela 2 - Disciplinas no primeiro COTE em 2004.....	p.95
Tabela 3 – Disciplinas do COTE VIII e IX, edições dos anos de 2015 e 2016.....	p.104-105
Tabela 4 - Disciplinas do COTE X.....	p.123
Tabela 5 – Dados sócio demográficos dos inscritos no COTE X, segundo os critérios de sexo, idade, raça/cor, religião, estado conjugal e quantidade de filhos.....	p.132-133
Tabela 6 – Avaliação de atributos alcançados ao término do curso (n=11).....	p.197
Tabela 7 – percepção de avaliação dos alunos quanto ao ensino no COTE X.....	p.198
Tabela 8 – avaliação das etapas e disciplinas do curso quanto a percepção de dificuldade.....	p.199
Tabela 9 – Índice de satisfação referente à (n=11).....	p.202
Tabela 10 – Percepção de mudanças quanto a (n=11).....	p.202

LISTA DE ABREVIATURAS

ACADEPOL – Academia de Polícia Civil do Rio de Janeiro
CAO – Coordenadoria de Apoio Operacional
CINAP – Coordenadoria de Inteligência e Apoio Policial
COESP – Curso de Operações Especiais
COMANF – Comandos Anfíbios
COP – Curso de Operações Policiais
CIOpEsp – Centro de Instrução de Operações Especiais
CORE – Coordenadoria de Recursos Especiais
COT – Comando de Operações Táticas
COTE – Curso de Operações Táticas Especiais
DAO – Divisão de Apoio Operacional
DREsp – Divisão de Recursos Especiais
EAB – Esquadrão Antibombas
FERA – Força Especial de Resgate e Assalto
GEO – Grupo Especial de Operaciones
GIT – Grupo de Intervenção Tática
GOEsp – Grupo de Operações Especiais
GRUMEC - Grupamento de Mergulhadores de Combate
GSG-9 - Grupo 9 da Guarda de Fronteira – Grenzschutzgruppe 9
NOE – Núcleo de Operações Especiais
PCAM – Polícia Civil do Amazonas
PCERJ – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PF – Polícia Federal
PRF – Polícia Rodoviária Federal
RAID - Recherche, Assistance, Intervention, Dissuasion
SAER – Serviço Aeropolicial
SAP – Seção de Apoio Policial
SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SOTE – Seção de Operações Táticas Especiais
SRE – Serviço de Recursos Especiais
SResp – Serviço de Recursos Especiais
SWAT – Special Weapons and Tactics
TAF – Teste de Aptidão Física
TAT – Teste de Aptidão Técnica

SUMÁRIO

Introdução	18
Metodologia de pesquisa	23
1. Estudos gerais sobre a polícia e conceitos sociológicos	31
1.1. <i>A Polícia e as Ciências Sociais: um campo vasto de análises</i>	32
1.2. <i>Representação social, Habitus e Ethos na socialização da atividade policial</i>	44
1.3. <i>A construção da identidade nos ritos de passagem</i>	49
1.4. <i>Conceituando Unidades Táticas de Polícia</i>	58
2. Alguns marcos históricos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	67
2.1. <i>O primórdio imperial da Polícia Civil</i>	67
2.2. <i>Da Republicana Velha à Ditadura Civil-Militar</i>	73
3. A criação da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (CORE)	81
3.1. <i>A Seção de Apoio Policial (SAP)</i>	84
3.2. <i>A Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE)</i>	88
4. O Curso de Operações Táticas Especiais (COTE)	95
4.1. <i>Mapeando todas as edições do COTE</i>	99
4.2. <i>O X Curso de Operações Táticas Especiais da CORE/PCERJ</i>	120
4.2. <i>O perfil dos candidatos ao COTE X e suas expectativas</i>	132
4.3. <i>O COTE X: uma observação participante.</i>	172
4.4. <i>A identidade Falcão, um olhar através dos policiais formados no COTE X</i>	190
Considerações finais	209
Referências Bibliográficas	220
ANEXOS	225
<i>Anexo A – Organograma da CORE</i>	225
APÊNDICE	226
<i>Apêndice A – Questionário aplicado aos inscritos no COTE antes do início do curso</i>	226
<i>Apêndice B – Roteiro de entrevista com participantes antes do início do curso</i>	235
<i>Apêndice C – Questionário aplicado com os concluintes após o término do curso</i>	236
<i>Apêndice D – Roteiro de entrevistas com os concluintes do curso</i>	249
Galeria de Fotos	251

Introdução

A pesquisa ora aqui apresentada, como dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, busca refletir sobre a construção social de uma determinada identidade policial. A ideia é analisar a construção social de um *ethos* policial específico dentro da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, centrando-se nos policiais que buscaram fazer o décimo Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Estes policiais, ao concluírem tal curso, passam a se intitularem de *Falcões*¹. Cabe ressaltar que este curso não é exclusivo para os policiais civis do Rio de Janeiro, sendo aberto para unidades externas que buscam realizá-lo e retornam as suas unidades de origem, Brasil a fora, com o brevê do Falcão.

Nossa análise se baseia na reflexão sobre a possibilidade de existência de uma identidade policial que se constrói socialmente dentro deste grupo em análise. As Polícias Civis no Brasil são instituições de polícia que possuem um caráter investigativo e judiciário, prevista em matéria constitucional (art. 144, §4º CRFB/88), distinguindo-se das Polícias Militares em estrutura e finalidade. Desta forma, as Polícias Civis, como um corpo civil de policiais, não possuem como característica a estrutura e a hierarquia militar, como presentes em muitas outras forças policiais no mundo e inclusive no próprio Brasil.

Diante disto, a importância desta investigação social e científica, em relação as motivações e as representações no imaginário de determinados agentes de polícia que buscaram participar como voluntários do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da CORE/PCERJ. A CORE, como veremos melhor, pode ser denominada como sendo uma Unidade Tática de Polícia, pois é uma unidade de caráter especializado em determinadas situações que são chamadas de alto risco. Mesmo sendo uma polícia civil, ela se apresenta uniformizada em suas práticas diárias, o que será mais bem esclarecido nos capítulos que se seguem. Em relação ao COTE, este é um curso que tem duração de em média três meses, exigindo do agente policial seu limite máximo tanto fisicamente quanto psiquicamente, haja vista os altos índices de desistências de candidatos no seu percurso. A análise que aqui se

¹ Falcão é como se denominam os policiais concluintes do Curso de Operações Táticas Especiais da CORE. Esta denominação é a parte central desta pesquisa, o que veremos ao longo de toda sua análise.

apresenta, portanto, buscará compreender as motivações destes agentes em participar de tal curso.

Esta pesquisa tem como ponto de justificativa, a necessidade de refletir sobre questões pertinentes à sociologia e à antropologia das polícias, através de análises feitas da percepção do agente policial sobre si e sobre o outro (demais policiais, a sociedade, a instituição Polícia Civil, entre outros). Entende-se que através da sua vivência nas etapas que compõem o curso até o seu término nos permitirá lançar bases para uma reflexão sobre a própria construção social da identidade policial, além de possibilitar que se amplie a percepção de como se realizam algumas práticas policiais no seu dia a dia.

Esta pesquisa tem seu foco na compreensão da conduta social e nos processos de influência social, isto é, se buscará estudar os pensamentos, sentimentos e comportamentos de um grupo específico de policiais e as influências que lhes recaem, seja na presença real, imaginada ou implicada pelo outro ou pelo grupo. A pesquisa sobre agrupamentos específicos de policiais tem por um lado, o interesse no indivíduo como participante social e, por outro, a importância nos processos sociais que constroem uma identidade social seja do indivíduo ou do próprio grupo a que pertença.

Como objeto principal desta pesquisa, portanto, se tem a construção social da identidade policial dos agentes de polícia participantes do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da CORE/PCERJ. Sejam estes agentes pertencentes à própria instituição PCERJ ou de outras instituições que também procuraram participar do curso. A participação, as expectativas, as motivações e o imaginário destes agentes começa bem antes do próprio início do curso, isto é, toda uma gama de valores já lhes atravessam desde a tomada de decisão de se inscrever para o curso, passando pelo seu Teste de Aptidão Física (TAF) e pelo seu Teste de Aptidão Técnica (TAT) que precedem seu início. Além disso, estes valores também são absorvidos pelos agentes através de inúmeros ritos e representações que compõem todas as etapas ao longo do curso até que se chegue ao seu fim, no qual aqueles que conseguem concluir passam a ter uma nova identidade policial, que é denominada de *Falcão*.

O objetivo principal que compõe nossa análise é o de verificar a construção social desta identidade policial específica que está presente no Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da CORE/PCERJ, isto é, compreender como se constrói este *ethos* policial que recairia em uma identidade “Falcão”. Além outros objetivos secundários, mas não menos importantes que também fazem parte da estrutura desta pesquisa, tais como a possibilidade

de compreender a história e as atribuições da Polícia Civil no Brasil e em especial a do Rio de Janeiro; de analisar a formação e estruturação desta Unidade Tática de Polícia da PCERJ, conhecida como Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE); de entender as diversas etapas do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) e sua importância dentro da própria instituição; de investigar as etapas, os ritos e os símbolos (brevês, símbolos, uniformes etc), além das relações aluno-aluno e aluno-instrutor, como formas de socialização e de formação de um espírito de corpo existentes durante a realização deste curso; de analisar e compreender as representações e motivações na experiência pessoal que os agentes policiais possuem antes, durante e depois do curso, captando como estes expressam seu papel e seu lugar social, assim como, um fazer profissional e, finalmente, de refletir sobre possíveis influências que esta unidade possui frente a outras unidades de polícia, seja dentro da própria PCERJ ou em outras instituições policiais.

Para tais análises, partimos da hipótese central de que é através da participação no Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que estes agentes passam por processos de ressignificação e de reconstrução de uma nova identidade policial. Portanto, se poderia falar na possibilidade de uma construção social de identidade que atravessa estes agentes, resignificando valores, símbolos e uma lógica que recai no ser/fazer policial distinta daquelas apreendidas pelos mesmos ao ingressarem na carreira policial. A hipótese que se pretende demonstrar é que diante das práticas e ritos que ocorrem ao longo do curso, os agentes ali inseridos mudam seus valores e percepções sobre si e sobre o outro, em processos de distinção social e de identificações organizacionais, construindo-se um novo *ethos* policial, que estaria vinculado a valores mais próximos daqueles militarizados, distanciando-se dos valores de uma polícia de um estado democrático de direito.

Assim, nossa pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, mais teórico, vamos construir nosso arcabouço teórico para a análise que se seguirá posteriormente. Aqui vamos recorrer aos estudos clássicos sobre a polícia, mas daremos uma maior atenção aos estudos mais contemporâneos sobre o saber policial, produzido na América Latina, por uma aproximação em tempo-histórico e social. Veremos como há um campo vasto de análises sobre as percepções referentes à construção social da instituição polícia, a qual nos ajudarão a mapear o percurso aqui pretendido de análise. Para tal, iremos recorrer também nesta parte a alguns conceitos sociológicos e antropológicos que devem ser apresentados e darão

sustentação aos estudos sobre a atividade policial. Para tal, iremos definir conceitos como representação social, *habitus*, *ethos* e socialização, em uma primeira parte, para em seguida compreender os conceitos de construção de identidade e ritos de passagem. Com estes conceitos e os estudos gerais sobre polícia, iremos conceitualizar e definir o que compreendemos como sendo uma Unidade Tática de Polícia, já que nossa pesquisa se centra nas análises feitas de uma dentre tantas unidades deste tipo, com mesmas características semelhantes.

No segundo capítulo, iremos compreender os movimentos históricos desde a fundação da Polícia Civil, no ano de 1808, buscando em sua história marcas das atividades e práticas desta instituição que possam nos aproximar de alguma forma das atuais atribuições e estruturas da CORE. Neste capítulo iremos nos valer não somente destes marcos históricos, mas a partir de determinado momento, vamos mapear as bases míticas de fundação desta unidade, através do olhar de seus agentes e das narrações por eles relatadas. Assim, poderemos criar um mapa de representações que foram sendo construídas e que se interligam com a história da própria PCERJ, tendo como finalidade dar mais profundidade a nossa compreensão no capítulo seguinte do que é a CORE.

No capítulo três, portanto, esclareceremos o que é a Coordenadoria de Recursos Especiais, quais são suas atribuições, como ela se estrutura, além de definirmos duas de suas principais seções em matéria de atividade policial operacional. Vamos, assim, explicar através das atribuições e do perfil dos agentes que integram a sua Seção de Apoio Policial (SAP) e sua Seção de Operações Táticas Especiais. Esta análise é importante para podermos compreender qual o papel da identidade Falcão dentro da CORE, em especial, como esta identidade se transforma em mecanismo de distinção social.

O capítulo quatro e último será o centro de toda nossa pesquisa. Nele iremos analisar e compreender todos os mecanismos e estruturas do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da CORE/PCERJ. Toda nossa base empírica está centrada nesta seção de análise. Aqui iremos mapear todas as edições do curso realizadas até hoje e as conexões que este tem com inúmeras outras unidades de polícia no Brasil. Iremos também mapear, os símbolos, ritos e o perfil dos candidatos a décima edição do COTE, na busca de categorias sociológicas importantes nos estudos sobre polícia que nos fazem compreender quais os significados existentes neste curso. Além disso, vamos através do método de observação participante poder compreender algumas etapas principais ao longo do curso e como estas etapas são

importantes para a absorção por parte dos policiais que nele participam de valores específicos da composição e da identidade deste grupo de policiais. Para finalmente, através das análises empíricas realizadas ao longo do curso, através de seus formandos, conseguir compreender como se constrói esta identidade Falcão dentro da CORE.

Metodologia de pesquisa

Valendo-se das exposições iniciais e da fundamentação teórica que iremos utilizar na parte inicial desta pesquisa sobre o saber construído, tendo como objeto de análise a polícia, ressalto que esta pesquisa, terá um duplo enfoque, valendo-se metodologicamente de pesquisa quantitativa e qualitativa. Tomando-se como objeto principal de análise os policiais que participaram da décima edição do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da Coordenadoria de Recursos Especiais da CORE/PCERJ, com o objetivo de procurar compreender suas motivações, seu universo simbólico, suas representações sociais e a possibilidade de uma construção social desta identidade policial que é denominada de Falcão, faz-se necessário explicar inicialmente a seleção do recorte metodologia que aqui se propõe.

Desta forma, primeiramente em matéria de metodologia, se faz necessário um arcabouço teórico mais amplo sobre a sociologia e antropologia da polícia, cabe ressaltar aqui que o foco teórico se dará, como esclarecemos, prioritariamente aos estudos latino-americanos pela possível semelhança de estrutura sociopolítica destes países com o Brasil, mas sabendo-se que muitos destes são centrados nos estudos seminiais tanto de matriz anglo-saxônica quanto francesa, que não serão descartados, mas sim serão utilizados como apoio mais geral de fundamentação. Além disso, foi necessário que nos valêssemos de análises de documentos oficiais em matéria de composição e atribuições da Coordenadoria de Recursos Especiais, que possibilitem fundamentar certas estruturas que permitam uma análise mais detalhada sobre o objeto principal aqui apresentado que é o Curso de Operações Táticas Especiais, que da mesma forma se fundamenta em documentos oficiais e materiais de composição do curso que serão também objeto de análise documental. Todo acesso as informações, quanto aos participantes do curso, sobre feitos tendo a autorização do coordenador da CORE e do seu chefe de operações à época, que me deram permissão para alcançar os objetivos ora aqui apresentados.

Inicialmente, um destes materiais que possibilitou uma análise mais aprofundada foram as fichas de inscrição dos candidatos das edições de 2015 e 2016 do COTE, nos quais se pode ter um levantamento estatístico do perfil dos agentes que procuraram participar do curso de uma forma mais ampla, isto é, aqueles que possuíam a pretensão de fazê-lo sem que começassem de fato o curso. Entende-se aqui que a procura, isto é, a inscrição do agente já pode demonstrar algum traço de avaliação deste público, mesmo que superficialmente, tendo em vista que todos passarão por inúmeras avaliações físicas e técnicas para ser aprovado e,

então, poderem começar o curso de fato. Cabe ressaltar que estas fichas de inscrição constam dados mais gerais como sexo, idade, lotação, cargo, permitindo-se levantar alguns dados sobre o perfil destes agentes.

Realizou-se também como recurso metodológico, a aplicação de questionários e entrevistas com os agentes que procuram participar do COTE X, no momento anterior ao curso e no momento posterior com os concluintes. O questionário foi aplicado, diretamente por mim junto a 42 inscritos no curso dentro de um universo total de 44 policiais que se inscreveram. Este foi aplicado previamente a realização do curso, sendo aplicado individualmente, o qual continha, além de perguntas pertinentes aos dados pessoais (sexo, idade, estado civil, filhos, religião, escolaridade), também continham dados profissionais (instituição de origem, lotação atual, ano de ingresso na instituição, ocupação anterior), seguindo-se para 21 perguntas abertas sobre carreira policial de modo geral e expectativas sobre o COTE e sobre o que compreendiam os participantes sobre o significado de ser um “Falcão”. Esta etapa tinha como objetivo fazer um mapeamento das categorias que pudessem ser apresentadas sobre nosso objeto de pesquisa, tendo em vista, a falta de referencial empírico precedente que nos auxiliasse na construção das análises, tendo em vista a não existência de pesquisas com o público selecionado e que, portanto, foi necessário construir o questionário a ser aplicado com as perguntas abertas (Apêndice A). Além disso, para podermos obter um maior aprofundamento sobre as respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa, recorreremos a 4 entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) antes do curso, na possibilidade de dar voz aos mesmos e, portanto, permitindo-se obter uma série de expectativas, ideias e pensamentos sobre o COTE. Depois da conclusão do curso, foi aplicado, via internet, um segundo questionário construído a partir das categorias mapeadas tanto no primeiro questionário quanto nas entrevistas preliminares (Apêndice C) com os 11 policiais da PCERJ concluintes do curso que a época já estavam lotados na CORE, com perguntas fechadas e abertas sobre sua participação no curso e as representações que estes concluintes tinham sobre a atividade policial e sua estrutura, assim como em relação as etapas do curso e, em especial, sobre o que naquele momento passava a significar ser um “Falcão”, já que neste momento esta identidade já era atribuída aos mesmos. Junto com estas análises, foram feitas também 07 entrevistas semiestruturadas (Apêndice D) com estes mesmos concluintes. Estas entrevistas visavam, assim, buscar compreender mudanças significativas nestes policiais que nos permitissem compreender sobre a construção social da identidade

Falcão. A aplicação dos questionários antes e depois foi o que nos permitiu analisar as seguintes temáticas: as principais motivações para se candidatar ao curso; as experiências que vivenciou durante o curso; que mudanças o curso trouxe no âmbito pessoal depois da conclusão do mesmo; mudanças percebidas que o curso trouxe no âmbito profissional depois da conclusão do mesmo; o que representa o COTE; o que representa “ser Falcão”, entre outras questões pertinentes a nossa pesquisa. Para uma melhor visualização das etapas qualitativas e o número de participantes, segue a tabela abaixo (tabela 1) com o quantitativo.

Tabela 1 – relação de participantes no COTE X e na Pesquisa

	Inscritos no COTE X	Participantes do 1º Questionário	Participantes das entrevistas preliminares	Iniciaram o COTE X	Formandos do COTE X	Participantes do 2º Questionário ²	Entrevistados ao término do curso ³
Quantitativo de Policiais	44	42	04	33	17	11	07

Uma etapa intermediária foi necessária ser realizada para a compreensão global de nossa pesquisa, que foi a utilização do método de observação participante ao longo do COTE X, com anotações em diários de campo sobre as relações e interações sociais que se dão entre os alunos e entre estes e os instrutores. O que nos possibilitou estar em *locus* no momento da construção desta identidade policial, observando as práticas discursivas, os ritos e as práticas concretas deste universo policial que é o curso. Além disso, neste momento como técnica de pesquisa, também foi necessário recorrermos as conversas informais com os envolvidos, capturando as percepções deles sobre inúmeras questões, tais como os corpos, os símbolos, as expectativas e as representações que se mostraram no dia-a-dia da realização do curso e, portanto, para uma compreensão mais profunda daquilo que se apresentava em campo e que somente a aplicação dos questionários não seria capaz de demonstrar.

Este processo de análise buscou cumprir com o objetivo geral desta pesquisa que foi a análise da construção deste *ethos* policial. Além de cumprir com o objetivo geral de pesquisa,

² Os participantes do 2º questionário e os entrevistados foram somente os Policiais Civis do Rio de Janeiro (PCERJ) que se formaram no curso. Mesmo este questionário sendo aplicado via internet, não se conseguiu obter as informações do questionário com os Policiais de fora da instituição PCERJ. Os mesmos não responderam o questionário, mesmo tendo sido solicitado várias vezes aos mesmos para tal.

³ Tendo em vista a não participação dos Policiais de fora da PCERJ no 2º questionário, as entrevistas foram feitas também somente com os policiais civis do Rio de Janeiro.

os relatos e análises também permitiram refletir ao fim sobre questões pertinentes à sociologia das polícias, pois através da análise da percepção do agente policial, de sua vivência e de sua identidade profissional, foi possível ampliar a percepção de como se realizam algumas práticas policiais no seu dia a dia.

Diante do exposto sobre a estrutura de pesquisa, se faz necessário abordar ainda nesta parte metodológica e introdutória, a minha entrada em campo como ponto fundamental de análise na construção deste estudo sociológico e minha posição social diante do objeto de pesquisa, lembrando-se que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar, conforme os ensinamentos de Mariza Peirano (2014). A entrada em campo, portanto, são momentos arbitrários por definição e dependem da “potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem” (PEIRANO, 2014, p.379). Lembrando-se sempre que o processo de estranhamento que nos fazem coletar dados e questionar, também se tornam fonte de renovação do pensamento científico.

Mesmo meus dezesseis anos na carreira policial, tendo participado do COTE I (2004) e ter sido coordenador do COTE VIII (2015), além de ter participado como instrutor em outras edições do curso, também várias foram minhas experiências internas e externas ao ambiente policial neste período de atuação que me levaram a estranhar e a refletir sobre o objeto de estudo que aqui me propus a realizar. Tive a oportunidade de estar lado a lado ensinando e ouvindo inúmeros policiais recém-chegados à instituição, assim como, muitos outros que estavam no meio do caminho da carreira como eu, ou outros tantos que já estavam em processo de aposentadoria. Muitas experiências foram ouvidas e debatidas durante inúmeras instruções, desafios a serem pensados, questionamentos e reflexões sobre a carreira e a identidade policial surgiram constantemente em minhas análises diárias.

Conhecer a prática policial de rua, ter contato com conhecimentos teóricos nos campos jurídicos, psicológicos e sociais sobre a atividade e o indivíduo policial são questões que devem ser debatidas e analisadas constantemente num processo de estranhamento. Muitas questões já foram estudadas e muitas ainda estão para serem suscitadas como problemáticas estruturantes, mas devemos estar cientes de que “a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual” (PEIRANO, 2014, p.381).

Teorias do mundo inteiro sobre a prática policial e a formação e reformulação das polícias sempre se apresentam nos centros acadêmicos, mas poucos são estudados por aqueles que compõem o próprio corpo policial em sua rotina. Portanto, minha inserção no campo de pesquisa se deu muito antes de realmente virar uma questão de análise sociológica ou de qualquer área de estudo que possa ser feita. Dentre os meus inúmeros questionamentos, um deles é o objeto de pesquisa que me proponho a estudar, a construção social de uma identidade policial específica, aquela produzida no Curso de Operações Táticas Especiais da CORE/PCERJ. Sabendo-se já de início que esta é atravessada também por inúmeros imaginários sociais.

Esta simples ou não questão me causou sempre um espanto e porque não utilizar a expressão mal-estar, na melhor concepção psicanalítica. Mas é exatamente isso que me moveu a esta pesquisa na possibilidade de “explorar o mundo em que vivemos”, possibilitando me colocar “em perspectiva”, negando “demarcações de fronteiras intelectuais”, e até mesmo de “me expor ao imponderável” e a me vulnerabilizar em minha própria cosmologia, como bem ressaltam as palavras de Peirano (2014).

Outro ponto a ser destacado em matéria de inserção no campo é a possibilidade de haver, por um lado, a ideia de que haja para mim certas facilidades na minha inserção nele, que seria tomado por uma posição talvez privilegiada para uma pesquisa deste porte e que talvez outro pesquisador poderia não conseguir. Mas por outro, esse jogo também pode se dar ao inverso, minha inserção facilitada pode gerar determinados constrangimentos que se tornam obstáculos à pesquisa ou que me permitiriam seguir outros caminhos ainda não descobertos para novas possibilidades de análise. Então, pode-se refletir que alguns destes obstáculos também se tornam dados a serem analisados pois entendo que nem sempre a linguagem é a base referencial para uma pesquisa, já que o silêncio (Peirano, 2014) ou a comunicação não verbal, involuntária e não intencional (Favret-Saada, 2005) também são comunicacionais, dando-se, assim, no livre jogo de afetos desprovidos de representação.

Tenho como certo também que inúmeros questionamentos e críticas podem se seguir diante desse meu lugar de análise mesclado com o objeto pesquisado, principalmente no que consta a possibilidade de haver uma reflexão enviesada. Porém, sabedor dos problemas que isso pode aparentemente ocorrer, tenho noção clara de que um pesquisador mesmo quando objeto de sua própria pesquisa pode clarear outros pontos de vista distintos dos já produzidos como pesquisa. O ensino das ciências sociais é importante para se entender tais questões e

realizar novas descobertas que “reavalia a teoria” e permita “alcançar novos voos, provocar novas dúvidas” e “ampliar o leque de possibilidades interpretativas” (PEIRANO, 2014, p.387). Assim, podemos questionar certezas e verdades estabelecidas que através da surpresa nos permita ajudar a entender o mundo que nos cerca.

Destaco que qualquer ida a campo ou qualquer processo de pesquisa é sempre movido por incertezas, dúvidas e perguntas. Há sempre algo que está presente no campo que o pesquisador não sabe ou não conhece. Sendo assim, o campo é

um território demarcado, com limites que impõem múltiplos significados aos percursos trilhados ou possíveis e muitas fronteiras, zonas de transição, ambiguidade. (...) O trabalho de campo é dramático porque as predisposições subjetivas e o aparato reunido nos bastidores são postos em questão. (SILVA, 2009, p.177)

O pesquisador na sua posição no campo deve saber lidar com sua desestabilização como observador, isto vai além de sua subjetividade e além da interferência sobre o objeto, acrescenta Hélio Silva (2009) em sua exposição.

Diante desta proposta apresentada, da metodologia a ser utilizada e do meu lugar situado que será empregada frente aos atores sociais. É importante destacar os ensinamentos de Becker (1993) referente à *Bias*, isto é, da acusação que se faz ao pesquisador de ver as coisas a partir da perspectiva de somente uma das facções em conflito. Porém, o autor esclarece que sempre olhamos para a questão levantada na pesquisa social a partir do ponto de vista de alguém, portanto, sempre estamos situados.

Quase todos os tópicos que os sociólogos estudam, pelo menos aqueles que têm alguma relação com o mundo real à nossa volta, são vistos pela sociedade como dramas que envolvam alegorias morais e nós nos descobrimos, quer queiramos ou não, tomando parte nesses dramas, de um lado ou de outro (BECKER, 1993, p.133).

Há sempre uma localização do pesquisador neste espaço social que ele pretende estudar. Esta localização se dá na relação com os atores sociais que são objeto de pesquisa, além, das possibilidades de deslocamento dentro do território ou espaço de atuação destes. Somente diante desta posição situada e consciente é que será possível gerar as circunstâncias que possibilitarão as condições, os ensejos e as oportunidades que serão favoráveis à obtenção dos dados e das informações. Devemos, assim, ter a consciência de que “a neutralidade é um ideal impossível e se deve decidir o lado em que se está” (SILVA, 2009, p.178).

Importante é ter certeza de que qualquer ponto de vista que adotarmos, iremos satisfazer aos padrões do bom trabalho científico, não os tornando inválidos por determinada

posição ou simpatia. Há, então, a preocupação de que as técnicas utilizadas nesta pesquisa serão usadas de maneira suficientemente imparcial. E isto começa quando deixamos claro desde o início os limites do que se pretende estudar, demarcando fronteiras além das quais nossas descobertas não podem ser aplicadas sem problemas, avisando desde o início que se trata de um estudo sobre a perspectiva de determinados grupos sociais.

Referente a esta questão levantada por Becker, pode-se pensar conjuntamente a ideia de Roberto Da Mata (1978) em que há uma dupla tarefa que é “transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico” (Idem, p.28).

O problema é, então, o de tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder – como etnólogo – estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os porquês) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação. (Da Mata, 1978, p.28-29).

Gilberto Velho (1978) aprofunda esta ideia ao expor que sendo o pesquisador membro da sociedade, este deve colocar em questão seu lugar e as possibilidades de realização ou até mesmo de rompimento com certas hierarquizações sociais, pois “a etiqueta, a maneira de dirigir-se às pessoas, as expectativas de respostas, a noção de adequação etc, relacionam-se à distribuição social de poder” (VELHO, 1978, p. 6).

A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. (...) Este movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros. (VELHO, 1978, p.9)

Portanto, a familiaridade mesmo que não igual à conhecimento científico, representa certo tipo de apreensão da realidade, segundo o autor. As opiniões, vivências, percepções de pessoas mesmo que sem formação acadêmica ou pretensões acadêmicas, permitem que haja valorosas contribuições para se obter o conhecimento da vida social, de uma determinada época ou de determinado grupo que se pretende estudar. O percurso no campo deve ser marcado sempre pela interação.

Interagir pela participação nos rituais, nos trabalhos, no lazer e pela interlocução nas entrevistas informais, nas conversas suscitadas pela participação, nos bate-papos que até parecem escapar dos desígnios do trabalho de campo, alimentados apenas pelas amizades ali contraídas. (SILVA, 2009, p.178)

Assim, tendo-se consciência de que o processo de estranhar o familiar é aquele que permite sermos capazes de confrontar intelectual e emocionalmente diferentes versões e interpretações sobre determinados fatos ou situações. Como bem ressalta o autor, o familiar, mesmo frente a todas as suas relativizações, passou a ser objeto relevante de investigação social, pois sempre há uma preocupação em perceber as mudanças sociais, “não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas” (VELHO, 1978, p.13).

Tem-se a consciência, portanto, que qualquer tipo de pesquisa em ciências humanas deve-se levar em consideração o alto poder simbólico e social de sua produção, além do fato de que sempre ocorrerão efeitos ao grupo estudado. É importante ressaltar ainda que o pilar da pesquisa social é o respeito, a valorização e o comprometimento com o ponto de vista dos sujeitos ora pesquisados (Schuch, 2013). Analisar a construção social de determinada identidade policial é realizar a análise de seus “processos de mudança social e dos modos como o poder e responsabilidade são exercidos, inclusive a partir da análise de domínios tais como políticas públicas, ciência, polícia, sistema judiciário, etc” (SCHUCH, 2013, p.62-63).

O questionamento da centralidade da observação participante e da noção de uma identificação empática com os informantes como condição da pesquisa, com a problematização dos prejuízos causados pela clareza na explicitação dos objetivos e hipóteses que organizam a pesquisa em grupos dominantes, e o foco nos significados sociais e na organização do mundo de significados dos sujeitos pesquisados, ao que passaria a adicionar-se os próprios efeitos que tais sentidos e organização do mundo têm na vida cotidiana dos grupos tradicionalmente abarcados pela pesquisa” (Idem, p.63).

Assim, portanto, que o acesso ao campo de pesquisa sempre passará por negociações com os atores, assim como, com as repercussões que a pesquisa possa gerar. A análise deste tipo de grupo social a ser pesquisado é possuidor de grande poder social e simbólico o que permitirá uma compreensão das próprias estratégias, mecanismos e funcionamentos do poder. Isto deve implicar, assim, uma constante autorreflexão, responsabilidade e prática política.

1. Estudos gerais sobre a polícia e conceitos sociológicos

A importância de se ter a polícia como objeto de pesquisa científica, principalmente no que concerne sobre “*o que a polícia é e faz?*”, obedece a certa necessidade de gerar conhecimento que nos permita construir respostas a determinadas questões que permeiam os estudos sobre Segurança Pública⁴ de forma mais ampla. Sem dúvida, entre as diversas razões para os estudos que permeiam a preocupação com este objeto, muitas giram em torno da violência, do delito, da insegurança na sociedade e das políticas públicas tanto no âmbito da justiça criminal como da segurança pública. Muitos estudos sobre polícia no mundo se centram somente em contextos históricos e legais, partindo-se muitas vezes de certos paradigmas sobre a polícia, tal como o aparato de Estado ou do sistema legal-penal (Torrente, 1992). Como bem pontua Sirimarco (2010), estudar a polícia se converte em um desafio, no qual se deve construir um olhar para a instituição policial sem que se caia em reducionismos simplistas.

Algumas pesquisas que se centram na busca pelo entendimento do funcionamento da polícia e como atuam os policiais já foram realizadas por pesquisadores na área das ciências sociais, história, psicologia entre outras áreas de conhecimento, como podemos ver, há estudos pertinentes à formação profissional do policial, nos quais alguns se centram nos cursos de formação dos policiais, seja no Brasil (Poncioni, 2003; Muniz, 1999; Silva, 2011) ou na América Latina (Sirimarco, 2009; Galvani, 2007, 2016). Em relação a uma análise de campo sobre a prática policial cotidiana, podemos citar no México (Suárez de Garay, 2016), em Portugal (Durão, 2016) e no Brasil (Mingardi, 2000). Quando se fala em Unidades Táticas de Polícia e suas estruturas, formação e treinamento, como aqui se pretende estudar, surgem alguns bem esparsos no âmbito de análise mundial (Kraska, 1996; Mello, 2016; Halthazy, 2006; McCulloch, 1998), no Brasil um destaque para o estudo antropológico (Storani, 2008) sobre o Curso de Operações Especiais (COEsp) do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

Desta forma, pode-se alegar a importância do estudo que aqui se apresenta, principalmente por se tratar de uma unidade policial sem estruturas e hierarquias militares que é a Polícia Civil no Brasil. Antes de desenvolver uma análise sobre o objeto que aqui se

⁴ Segundo Sain (2010, p.28) “el campo de la seguridad es un campo social de lucha por imponer determinadas concepciones y prácticas en función de gestionar de alguna manera los conflictos existentes en el agrupamiento social de pertenencia”.

propõe, é necessário, inicialmente, nos centrarmos nas reflexões da polícia como objeto de estudo das ciências sociais em uma forma mais ampla.

1.1. A Polícia e as Ciências Sociais: um campo vasto de análises

No campo dos estudos das ciências sociais, tendo como objeto a polícia, Sirimarco (2010) levanta um primeiro questionamento que se deve levar em conta, o que faz o cientista social quando este investiga a polícia? Esta questão estaria interligada com outras análises que devem estar presentes na pesquisa acadêmica, tais como, o acesso à instituição policial; os contatos que devem ser e são estabelecidos; as relações que se conformam; que “truques” e negociações são postas em jogo; quais os caminhos que foram traçados e os que de fato se concretizaram. Segundo a autora, levando-se estas questões em análise, portanto, o seu revés não seria uma questão menor ou de mera descrição, já que a instituição policial tem como característica ser hermética e resistente a indagações, principalmente, as científicas.

A conversão da instituição policial em base empírica das ciências sociais tem sido objeto de constantes resistências epistemológicas que derivam de dois processos que ocorrem simultaneamente, conforme esclarece Sain (2010). Por um lado, o rechaço da própria instituição frente a investigações sobre suas estruturas organizacionais, seus traços doutrinários e suas práticas institucionais. Por outro, do próprio afastamento das ciências sociais que se manteve distante por muito tempo dos estudos sobre as polícias.

É necessário, portanto, quando se tem como campo de estudo a Polícia que se tenha a preocupação tanto em matéria de metodologia quanto de epistemologia, refletindo-se sobre as ferramentas de investigação que permitirão produzir dados, principalmente na produção de conhecimento sobre o âmbito policial. Quando se aborda e constrói um olhar sobre a instituição policial, deve-se sempre ter o cuidado de entender que, seja no singular ou no plural (as polícias), as generalizações que são feitas não podem ignorar a existência de diferenças entre as diversas instituições policiais. Desta forma, é importante que o pesquisador também se atente a existência de semelhanças possíveis dentro deste sistema.

A questão epistemológica “*como se estuda a polícia?*” ganha importância na construção da pesquisa, segundo Sirimarco (2010), pois a instituição policial gira em um contexto de “assombro” e “rechaço”, pelo qual se converte para muitos estudiosos como um *locus* de investigação temido e distante. Tradicionalmente, segundo L’Heuillet (2001), a instituição policial desconfia dos interesses que são colocados frente a ela como objeto de

estudo, há um segredo que ronda o imaginário institucional, em uma multiplicidade de formas e de conteúdos que contribuem para fazer da polícia uma realidade múltipla e inapreensível em sua totalidade. Assim, como argumenta Bayley,

um acadêmico que estuda a polícia deve estar disposto a realizar um trabalho de campo intensivo em ambientes cheios de desconfiança, dobrar a intransigência burocrática, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto. (BAYLEY, 2017, p.19)

Sirimarco (2010) ainda deixa claro que riscos são evidentes quando se estuda a polícia. Um deles é o de reforçar a ideia de que polícia e sociedade devem se manter distantes. Isto ocorre, principalmente, quando se opta por analisar a polícia sempre pelo seu exterior, sem uma preocupação com uma aproximação ao interior institucional, reduzindo-se, portanto, a possibilidade de um olhar mais crítico. Desta forma, entrar em diálogo com a instituição policial e seus agentes é uma ferramenta que deve ser proveitosa. Este tipo de abordagem deve se propor a desmitificar aqueles estudos sobre a polícia que reforçam a ideia de esta ser um objeto obscuro de poder ou um objeto de desconhecimento, ou ainda, como ressalta Sain (2010), nos possibilita questionar a superficialidade daqueles estudos que dão ênfase nos embasamentos formais que instituem as funções legais da instituição, que mantém elaborações interpretativas meramente formalistas e/ou normativistas da polícia e de seu trabalho, ou dos estudos que reificam uma leitura dramática e exclusivamente estigmatizante da polícia como aparato repressivo e corrupto. O que se percebe é que as ciências sociais necessitam de análises científicas que adentrem na realidade cotidiana das práticas policiais, buscando analisar as inúmeras variantes que atravessam o *ser e fazer polícia*. Então se deve retornar a questão principal

¿Cómo construir, en este contexto, a la institución policial como objecto de indagación e investigación de las ciencias sociales? (...) ello supone un doble esfuerzo científico. En primer lugar, romper epistemológicamente con las representaciones del sentido común acerca de la policía y sentar las bases conceptuales y teóricas para abordar críticamente su estudio e investigación. Y, en segundo lugar, construir un conjunto de categorías y sistemáticas que permitan dar cuenta de la policía como institución social producida y reproducida por un conjunto complejo de prácticas, trazos simbólicos y representaciones desenvueltos por sus miembros y por la sociedad en su conjunto. (SAIN, 2010, p.45)

Assim, cabe ressaltar que qualquer estudo sobre polícia deve ter como finalidade gerar conhecimento que permita gerar bases e discussões tanto científicas quanto políticas. Compreender cientificamente qualquer objeto de estudo não significa ao pesquisador tomar posições em sua defesa ou em seu ataque e, portanto, deve-se ter o cuidado na construção de

um olhar sobre a instituição policial para que não se caia em reducionismos simplistas, destaca Sirimarco (2010).

Inicialmente é necessário saber as modalidades de vinculação do pesquisador com a instituição policial e seus membros como ponto de análise que não pode ser deixado de lado, pois a partir disto se pode saber: quais portas foram abertas? Como é o nível de sua inserção? Por quais espaços pode-se mover?

La significación de estos accesos a espacios diferenciales bien puede subsumirse en un marco de comprensión más amplio relativo a las distintas tradiciones de formación y consolidación de un determinado sistema policial. Así, revisar otros modos de pensar la policía, descubrir otras preguntas y problemáticas, asomarse a otros modos de actuación policial y a otras estrategias de investigación permite conocer lo ajeno, permite incorporar nuevas reflexiones y bagajes teóricos. (SIRIMARCO, 2010, p.14)

A autora esclarece que as particularidades de cada pesquisa, sejam os contatos, apresentações ou relações, juntamente com as observações, os registros, as informações e os dados, são modos que permitem elaborar a análise da pesquisa. O alcance aos dados e materiais faz circular também a questão sobre o poder de produção que estes carregam, seja um poder real, simbólico ou metafórico. Além destes dados e materiais que são analisados durante a investigação sobre as polícias, Sirimarco (2010) ressalta que muitas reflexões também podem ser extraídas das análises etnográficas, baseadas em entrevistas e instâncias de observação participante. A autora ressalta que deve ser entendida a etnografia como “englobadora” e desligada de um campo disciplinar específico, pois esta pode ser entendida como “*un trabajo de campo prolongado en contacto directo con un grupo de estudio*” (Ibid, p.18). Esclarece ainda que deve o pesquisador se afastar da ideia naturalista do *campo* como terreno literal, assim como, tentativa de objetividade da informação e do investigador como observador neutro.

Kraska (1996) aponta a autorreflexão do pesquisador sobre suas experiências no campo e suas apropriações como elementos que fazem parte da legitimação na busca do conhecimento. As emoções, as simpatias e antipatias, os medos, as ironias pessoais e as experiências contraditórias também fazem parte deste processo que devem ser conectados amplamente com as implicações políticas, culturais e teóricas.

Sirimarco (2010) levanta em sua análise três questões de grande importância para as ciências sociais: como a forma de abordagem de uma temática constrói a realidade? Até que ponto as perguntas que fazemos e os termos que nos preocupam moldam uma determinada forma de estruturar o entendimento do social? Como podemos produzir, desde o ambiente

acadêmico, a instituição policial? Assim, quando se trata de entender a polícia como parte de uma ordem social (não somente jurídico e administrativo) é central conhecer suas práticas e suas possíveis deformações, para compreendê-las não somente como um problema da polícia, mas sobretudo como uma manifestação desta própria ordem social, como bem esclarece Suárez de Garay (2016).

Desta forma, como ressalta Sain (2010), a instituição policial constitui-se como uma organização complexa que se materializa e se expressa nas ações e interações cotidianas de seus integrantes e pelos sujeitos que com estes se relacionam. Desta forma, configura-se uma construção social que não se limita nem se esgota em seus parâmetros legais e organizacionais. Portanto, são organizações duais que, por um lado, são compostas por um conjunto de normas e diretivas formais e, por outro, se articulam mediante as práticas de seus atores. Desta forma, estudar a polícia, ressalta o autor, deve ir para além da lógica legal, normativa ou política, dando conta também dos atores que estão imersos na sua dinâmica organizacional. Esta organização adquire lógica própria depois de constituída, enfrentando seu próprio contexto e complexidade, assim como, desenvolvendo suas capacidades. Assim, as ciências sociais têm como objetivo, portanto, desenvolver descrições e possíveis interpretações deste objeto “polícia”.

Pode-se dizer, então, que há uma diferença sobre o que é a polícia e o que é a atividade policial, a qual se deve levar em conta nos estudos sobre polícia. A instituição polícia e a sua função são coisas distintas como expõem Newburn e Reiner (2012). A polícia é uma força de segurança submetida às ordens das autoridades políticas, encarregada de assegurar a manutenção da ordem, da segurança pública e da cidadania, prestando uma grande gama de serviços à sociedade. A polícia é relevante tanto em si mesma como por seu capital simbólico exigido pelo Estado-Nação, principalmente, o Estado de direito. A polícia moderna surge no século XIX⁵ ligada ao capitalismo e a urbanização, conectada de forma estrutural com as instituições de ordem social presente (Torrente, 1992).

La especialidade y la razón de ser de la policía está en llegar a aquellos colectivos y situaciones que se caracterizan por un bajo nivel de exposición a las instituciones normales. En una sociedad que define lo normal como lo institucionalizado, las situaciones anormales o de urgencia son aquellas que no tienen una salida común o que quedan fuera de la institución correspondiente. (TORRENTE, 1992, p.290)

⁵ Um aprofundamento sobre o surgimento da polícia e as controvérsias sobre sua época estão presentes em BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2017. Para o projeto que aqui se propõe apresentar resolveu-se tomar este marco do século XIX como inicial, maiores considerações estarão presentes na pesquisa futuramente.

O trabalho da polícia consiste em canalizar certas situações e pessoas que se encontram fora da ordem institucional ou que atentam contra essa ordem. Além disso, como instituição, também, possui a capacidade de definir a “desordem”. O objeto principal da polícia, portanto, são aqueles que se encontram as margens da sociedade, ressalta Torrente (1992). Segundo o autor, sua missão é proporcionar institucionalizações, ela representa simbolicamente a ordem, a moral e a norma dominante, sendo uma linha divisória “entre o bem e o mal” definido em uma sociedade. É uma organização conservadora por definição, sua “missão” é manter o *status quo* frente a uma sociedade que, paradoxalmente, muda rapidamente. Ressalta ainda que os seus elementos estruturais se manifestam em uma subcultura institucional e em uma particular maneira de ver a realidade, mesmo frente a isto, o pesquisador argumenta que muitos dos estudos inerentes à polícia não possuem uma preocupação com os elementos simbólicos desta cultura.

Estudar uma organização concreta, como a polícia em âmbito geral ou uma determinada unidade dentre desta, pode possibilitar o conhecimento de certas variáveis que interferem nos processos de construção da realidade e as respostas profissionais que são geradas. Trata-se de saber como esta determinada polícia define sua profissão, como definem as situações problemáticas que requerem sua intervenção e que tipo de atuações são desenvolvidas por elas, assim como, quais identidades policiais são possíveis serem construídas.

Deve-se ressaltar de antemão que qualquer que seja o estudo sobre a organização e a atividade policial este não poderá produzir universalidades, mas possibilidades de correlações com outras unidades e que, assim, tendências podem ser pensadas, tendo em vista que as investigações se baseiam em realidades locais com suas estruturas sociais, centrando-se em marcos históricos, políticos e nas relações entre os diversos atores que compõem determinada sociedade. Desta forma, o que se pode levar em conta é que a organização policial e a atividade da práxis policial devem ser pensadas como campos de investigação que se relacionam.

As diversas pesquisas já produzidas possibilitam desenvolver um acúmulo de conhecimentos ou de teorias particulares que permitem um enfoque holístico sobre a polícia, por se tratar de um campo e objeto, em que a interdisciplinaridade se torna muitas vezes necessária. Esta concepção permite uma estratégia de investigação mais frutífera, já que

compreende uma realidade multifacetada, como bem ressalta Poblete (2011). Assim, podem existir ênfases diferentes na busca de causas e de fatores determinantes, sendo muitas das vezes mais importante ao processo de investigação ter um foco seja na instituição, ou por vezes na interação dos indivíduos, ou ainda certamente na própria cultura policial, esclarece o autor.

Para o mesmo, a polícia é vista como uma organização que se configura ao redor de aspectos socioculturais e, portanto, derivado das interações dos indivíduos dentro e fora dela, sendo assim, nos é possível refletir sobre as lógicas e as tensões do mundo policial através da abordagem das representações e das práticas próprias deste ambiente policial, as quais conduzem a produção e a reprodução de visões internas dominantes.

Desta forma, é fundamental para a observação da construção de um *ethos* policial específico como aqui se propõe que se faça uma análise da compreensão da atividade e da função policial, levando-se em conta a existência de uma base social em uma realidade multifatorial. A polícia é uma organização e uma prática, sendo uma construção social e também cultural, segundo Poblete (2011). A comunicação e interrelação de pessoas e grupos é a chave na construção e produção social de sentido e que as pessoas atuam sobre os objetos de seu mundo e interagem com outras pessoas a partir de significados compartilhados e gerados coletivamente. Assim, segundo o autor, os membros de uma organização policial participam em processos interpretativos, isto é, selecionam, organizam, reproduzem e transformam os significados em função de suas expectativas e propósitos. Seus signos, símbolos e significados são indicadores sociais que interveem na construção de sentido dentro da organização, ocorrendo o mesmo com a práxis policial.

Las organizaciones emplean gran energía en enseñar a sus miembros cuáles son las pautas correctas de comportamiento que deben seguir en una de las situaciones que afrontan. Los policías, a lo largo de su permanencia en la profesión, aprenden una serie de pautas de comportamiento y de discursos para atender cada una de esas situaciones. (TORRENTE, 1992, p.292)

Desta forma, o cenário para se conhecer a polícia é sua prática cotidiana, aqui importante ressaltar que a formação inicial e o treinamento também fazem parte desta prática. O mundo policial é uma cultura que tem sua própria lógica e que para se tornar compreensível, devemos nos ater nas análises sobre a atividade e a organização destes que a compõem, isto é, os policiais. Sem a pretensão de um alcance universal, mas tendo como objetivo simplesmente descrever, explicar ou interpretar, prever ou prever e atuar ou controlar os fatos e condutas para se avançar sobre a possibilidade do conhecimento. As

ciências sociais têm a potencialidade disciplinar de convergência no auxílio da indagação sobre a organização e a atividade policial, sobre os fatos que lhes são próprios, reais e potenciais, objetivos e subjetivos, por meio de paradigmas e enfoques teórico-conceituais, conforme explica Poblete (2011).

Outro aspecto importante a ser pensado é a cultura policial, pois é através desta que um conjunto de elementos fundamentais, gerados e compartilhados, pelos membros de um grupo ou organização são possíveis. A cultura é transmitida aos novos membros do grupo através da iniciação, da aculturação e da socialização e, portanto, ao ser compartilhada, gera a identidade e a coesão interna na organização.

Como demonstra Monjardet (2003), a análise da cultura profissional dos policiais é o “calcanhar de Aquiles” de todas as investigações sobre a polícia. A cultura seria o princípio explicativo das condutas. Ela descreve, explica e consolida uma visão de mundo, funda e recria atitudes, valores, normas, crenças e condutas. A cultura policial representa um conjunto de saberes teórico-práticos, regras e valores, que definem um padrão específico. Portanto, cada instituição possui uma cultura própria que se compõem de valores transversais ou princípios comuns que serão internalizados progressivamente desde o ingresso à organização e que servem de guia para as atitudes, decisões e condutas dos policiais pertencentes a ela. Através de um sistema de socialização, os membros da instituição policial assumem um espaço simbólico que lhes dá sentido e orienta suas ações, o que permite que esse espaço se reproduza, mantenha e atualize. Assim, as tarefas, traços, ritos, símbolos, conhecimentos e saberes, entre outros elementos formam parte do conjunto deste sistema cultural da polícia.

Toda instituição constrói relatos que a sustentam – narrativas que encenam discursos, vivências e valorizações e que a permitem pensar a si mesma como um grupo social e como instituição. Trata-se de estabelecer diretrizes que pretendem guiar os próprios integrantes ou os de fora em busca de uma determinada apreensão da realidade social. Os relatos institucionais condensam significados: contam uma história que todos julgam compartilhada, instituem uma gama de sentidos que deverão ser traduzidos em entendimentos totais. Dizem quem e como se é, tanto aos pertencentes como aos não pertencentes ao grupo. (SIRIMARCO, 2012, p.31)

Pode-se falar que há uma cultura policial, mas que esta não é homogênea. Cada organização possui subculturas em seu interior, que surgem de experiências comuns, de grupos que se reconhecem como iguais e que compartilham uma posição específica na organização, como esclarece Poblete (2011). A cultura de uma organização policial incorpora, recria e reproduz a imagem e a função que ela possui de si mesma e de outras instituições. Para se pensar em cultura policial, deve-se pensar que ela se articula em dois

níveis. Primeiramente pelas doutrinas, regulamentos e leis que as instituem e as organizam formalmente e, por seguinte, pelas práticas e discursos presentes e dominantes dentro da própria instituição. Assim, seu saber prático se forma a partir da interação entre o conhecimento técnico de polícia, as regras formais estabelecidas e a prática cotidiana. Portanto, a conduta e a ação policial não podem ser compreendidas sem um estudo da configuração e da inserção do indivíduo no grupo. O policial deve ser pensado como um sujeito ativo familiarizado com um mundo simbolicamente estruturado. Analisar a cultura policial deve levar em consideração também o contexto histórico e circundante, pois ela traduz a conduta de atores externos e revela os valores que sustentam a prática e sua identidade.

É importante ainda ser destacado que há uma cultura policial que valoriza positivamente o segredo, o silêncio e a simulação, negando acessos a informações estatísticas e a documentos institucionais (planos, regulamentações, etc), que proíbem os funcionários policiais de falar sobre assuntos referentes à instituição policial sem autorização de seu superior hierárquico, etc, segundo explica Sozzo (2005). Além disso, os próprios policiais são atores e protagonistas que simbolizam, marcam e normatizam o espaço do ser/fazer policial através da ritualização, dos códigos de conduta que orientam as interações entre seus integrantes e os outros, seja por doutrinas, regras ou fins, esclarece Poblete (2011).

Sirimarco (2012) ressalta que é o relato institucional que irá operar organizando as experiências, possibilitando a criação de significados, afirmando identidades coletivas, relações sociais, conhecimentos e crenças, portanto, este relato irá representar a realidade social e de ação. Para existir, a instituição deve narrar-se, e em consequência, reproduzir-se. Como narrativa, o relato possui várias formas comunicativas (uniformes, insígnias, brevês, bandeiras, canções etc), que recaem em registros visuais ou corporais. Como analisa Giddens (2003), a estrutura institucional não pode ser vista como algo fora dos indivíduos que a compõem, a própria instituição se dá pela encarnação de suas práticas, portanto, ela não se encontra fora dos sujeitos, mas sim neles.

A polícia é uma instituição social que cria, mantém e reproduz universos simbólicos particulares. Conforme os ensinamentos de Berger e Luckmann (2014), a criação chega mediante a inovação institucional interna e pelo contato com outras instituições. A manutenção dos significados criados se realiza de muitas formas, seja mediante atividades cotidianas, das funções institucionais, dos ritos e símbolos, do conhecimento técnico e

teórico, dos sistemas de controle, dos estereótipos ou das trajetórias e carreiras pessoais. Existe, porém, de forma paralela, uma legitimidade que se constrói em torno da visão da própria necessidade social da instituição. Assim, a reprodução se leva adiante por um sistema de socialização de novos membros, esclarece os autores. Os sujeitos assumem este espaço simbólico e mediante isto se completa todo o processo de institucionalização. Esse mecanismo é muito importante para se pensar exatamente na reprodução de práticas e pensamentos que constroem identidades, mas que também preservam a própria organização, dirão os mesmos.

Como ressalta Poblete (2011), as polícias podem ser consideradas verdadeiros arquipélagos, isto é, são culturalmente heterogêneas, que se formam em grupos internos que reproduzem seus *habitus* compostos de categorizações e representações particulares tais como a separação entre o policial operacional e o administrativo; a obediência e a independência; a discricionariedade e o fiel seguimento da norma; o policial uniformizado e o não uniformizado; entre outras tantas que podem ser analisadas.

Segundo Durão (2008), há uma variedade sócio-profissional no âmbito das organizações policiais que deve ser levada em consideração, pois esta variedade influencia nas práticas, nos diferentes contextos que estas se inserem, na interpretação que os sujeitos vão desenvolvendo sobre suas ações, na maior ou menor autonomia com que atuam e na forma como a vida pessoal e profissional se cruzam na prática de trabalho dos policiais. Estas perspectivas que são mais abstratas necessitam de um “olhar territorializado” que possibilite evidenciar a ação moral e social destes agentes, segundo compreensão da autora. Assim, para entendermos tais aspectos, ela ressalta a importância tanto das dimensões simbólicas quanto das construções identitárias que se apresentam nos modos de socialização de uma “comunidade profissional”.

Nesta perspectiva, os estudos de Van Maanen (1975, 1978a, 1978b, 1978c, 1978d) sobre as identidades e carreiras nas culturas organizacionais têm forte influência. Para o autor não devemos pensar na existência de uma homogeneização dentro da cultura policial, pois esta possui uma complexidade em suas relações sociais, que devem ser situadas e analisadas, levando-se em conta sempre o contexto social em que estão inseridas. Para Durão (2008) devemos realizar uma abordagem mais sócio-antropológica das realidades da polícia e menos ideológicas, levando-se em consideração a organização policial em si, seus modos de funcionamento e as construções de identidades profissionais. Pois estes aspectos são alguns

dos pontos necessários para a compreensão dos contextos policiais e, para isto, devemos penetrar em seus universos sociais e culturais, percebendo como são produzidas as práticas e os discursos de seus agentes. Através das práticas e dos discursos, os policiais irão construir, apresentar, representar, praticar e justificar o papel profissional da polícia em relação aos territórios em que atuam, às vidas dos outros e às suas próprias vidas. Assim, para o pesquisador social será possível compreender as cosmologias organizacionais criadas e faladas em seu cotidiano.

Para a autora é importante que detalhemos os modos de vida, a produção de subjetividades e entendimentos biográficos, aspectos que são o resultado da inserção dessas pessoas em determinada “comunidade profissional policial”, sendo comunidade aqui compreendido no sentido de uma identidade e características comuns. Para tal, é necessário desenhar certas trajetórias dos agentes, assim como, a socialização profissional e os modos de aprender e ser policial na ordem organizacional. No caso de estudar os agentes policiais, em especial os que possuem um papel mais atuante nas ruas, deve-se levar em consideração que eles acabam por serem “os detentores do monopólio simbólico que representa a *operacionalidade* na organização” (DURÃO, 2008, p.41, grifo do autor). Isto é, a perspectiva simbólica deles nos possibilita compreender sistemas de sentidos partilhados e interpretar temas de cultura que orientam e estimulam as atividades sociais dos seus membros.

Assim, devemos recorrer aos ensinamentos de Geertz (2008), onde a cultura é uma teia de sentidos, as quais podemos decodificá-la, mesmo que parcialmente, porque ela é mediada entre as pessoas e nós, como pesquisadores. O nosso papel como pesquisador seria o de interpretar as inúmeras construções que se imaginam serem construídas dentro das lógicas informais de uma vida cotidiana. É a partir destas categorias culturais, as quais são produzidas pelos sujeitos em cada situação e nos seus fluxos de comportamentos e de ações sociais, que podemos fazer nossas análises, pois, para o autor, dentro das organizações é que se evidencia uma multiplicidade de sistemas conceituais. A ideia de cultura aqui também pode ser compreendida, segundo os esclarecimentos de Reiner (2004), que entende que as

culturas são complexos conjuntos de valores, atitudes, símbolos, regras e práticas, que emergem quando as pessoas reagem às exigências e situações que enfrentam, interpretadas através de estruturas cognitivas e de orientações que trazem consigo experiências anteriores. As culturas são modeladas, mas não determinadas, pelas pressões estruturais dos ambientes dos autores. Elas se desenvolvem quando as pessoas respondem de várias maneiras significativas, que por sua vez, criam as situações dentro das quais outros atuam. (REINER, 2004, p.132)

Como ressalta Geertz (2008), os sujeitos não são meros consumidores passivos de uma cultura organizacional, mas há sentidos partilhados que são socialmente expressos. Desta forma, no entendimento de Durão (2008), há uma pluralidade e alteridade cultural que não exclui nenhuma organização, nem mesmo as policiais e, portanto, não as podemos definir como organizações ou entidades fechadas nem que os sujeitos que as compõem sejam apenas passivos reprodutores de ordens instituídas.

Na Polícia com importantes ressonâncias políticas e sociais, a ordem e a uniformização fazem parte de um projecto institucionalizante, histórico, contextual. Os arranjos sociais e simbólicos não são dados adquiridos nas organizações policiais, são negociados e desafiados, não necessariamente contestados, mas também, pelos diferentes polícias do lado de dentro das organizações. (DURÃO, 2008, p.70)

Reiner (2004) esclarece que a cultura policial com certeza não é monolítica nem universal nem imutável, como já esclarecemos, mas sim existem vários e diferentes pontos de vista dentro das forças policiais, que variam de acordo com variáveis individuais (personalidade, geração, trajetória da carreira, especialização). Assim, “gerações sucessivas são socializadas nessa cultura, mas não como aprendizes passivos ou manipulados de regras didáticas” e o “processo de transmissão é mediado por histórias, mitos, piadas, explorando modelos de boa e má conduta” (REINER, 2004, p. 134).

Todavia, o autor compreende que a característica central da cultura policial é o sentido de missão. Assim, o policiamento não seria apenas um trabalho, mas um meio de vida com um propósito útil, como uma “religião”, na proteção dos fracos contra os predadores. “A missão de policiamento não é vista como uma coisa irritante. É divertida, desafiadora, excitante, um jogo de sabedorias e habilidades” (REINER, 2004, p. 137). Este espírito de missão se centraria nas emoções da caça, da luta, da captura, os quais podem ser desfrutados sem inibições e com prazer. “Aos seus próprios olhos, o policial é um dos ‘caras bons’, e é isso que lhe dá licença para agir” (*Ibid*, p.137) e muitos policiais veem “sua luta com os ‘vilões’ como um jogo ritualístico, um desafio divertido, sendo que ‘ganhar’ é prender, o que dá mais satisfação pessoal do que qualquer sentido do serviço público” (*Ibid*, p.138). Outra característica importante que Reiner (2004) nos apresenta da cultura policial é o aspecto da solidariedade interna que estaria atrelada à necessidade de ser capaz de confiar nos colegas em uma situação difícil e de criar uma armadura protetora contra o mundo externo.

Dentre as variantes identitárias de tipos ideais possíveis que Reiner (2004) e outros estudos já se propuseram a definir, interessante são dois deles: os “bons policiais” que veem

o policiamento como profissão e estão comprometidos com valores liberal-democráticos e os “policiais de verdade” ou, como define Reiner (2004), “o novo centurião” que se dedica a uma cruzada contra o crime e a desordem, que vê o trabalho como função principal, enfatizando o tira das ruas como sendo o repositório de toda verdade, sabedoria e virtude, sendo assim, estes novos centuriões são vistos como os policiais obstinados, com sua tarefa de controle da “ralé”, buscando tornarem-se os heróis da cultura policial.

Porém, esta ideia de tipos ideais de policiais e da própria cultura policial em aspectos universalistas da escola anglo-saxônica é criticada por Monjardet (2012). Em sua abordagem, o autor nos permite entender a cultura policial em seus aspectos informais, tendo em vista que, há uma diversidade, pluralidade e heterogeneidade nos ambientes policiais. Esta compreensão do pesquisador remete a sua análise dos diferentes tipos de polícias, ou das diferentes “missões” as quais desempenham. Para ele, não seria o constante perigo eminente que marcaria o trabalho policial (mesmo que mais presentes em determinados grupos do que em outros), mas sim, o trabalho policial estaria marcado pela percepção do perigo que resulta da definição da situação e das expectativas que são criadas pelos agentes. Outro aspecto interessante exposto pelo autor, seria que em todos os policiais haveria um duplo olhar conflitivo, que por um lado se direciona para seu grupo de trabalho imediato e por outro para aquele direcionado para o conjunto policial, tal conflito reforçaria a diferença entre “o nós” e “o eles”.

Para Durão (2008), nos estudos sobre polícia é necessário buscar os sentidos partilhados entre os agentes, para uma compreensão da “condição de ser policial”. Para muitos policiais, segundo os estudos da autora, a profissão policial é mais do que técnica, ela é frequentemente encarada como prática. A ação de cada agente é enquadrada por dois fatores: a socialização entre os colegas e a interpretação dos códigos legais. Valores como “honra” e “disciplina” fazem parte destes mecanismos de socialização, nas quais os agentes tendem a caracterizar os estilos de trabalho dos colegas, através das relações das pessoas com suas práticas, o que nos permite uma análise dos efeitos sócio-culturais das representações que produzem identidades profissionais. Desta forma, a identificação pessoal com a profissão de polícia se dá na construção diante de um processo social e organizacional complexo.

Para compreendermos melhor a cultura policial em uma Unidade Tática de Polícia como é Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Rio de Janeiro (PCERJ) e seu Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) na busca da construção de uma

determinada identidade policial, será necessário inicialmente abordarmos termos conceituais presentes em diversos autores nas áreas da sociologia e antropologia.

1.2. Representação social, Habitus e Ethos na socialização da atividade policial

Através desta perspectiva de análise, dois termos são relevantes para se compreender a construção da identidade em organizações policiais: as representações sociais (JODELET, 2001) e o *habitus* (BOURDIEU, 2001, 2004, 2008). Ambos servem para reconhecer os indivíduos dentro das organizações, o desenvolvimento de um campo interrelacional e as estratégias de adaptação às regras institucionais. Assim, desenhando-se nas práticas cotidianas compartilhadas e que racionalizam suas próprias lógicas de atuação é que muitas vezes podem coincidir ou não os objetivos declarados pela própria instituição. A realidade é uma construção social e todos nós participamos na construção desse imaginário. Cada organização, pode-se dizer, possui um ou vários imaginários e cada indivíduo está inserido neles. Os policiais possuem representações sociais sejam de si próprios, de outros policiais, da instituição policial, da sociedade e outros tantos atores sociais que lhes cercam e que integram seu ser/fazer policial (Poblete, 2011). Assim,

sempre há a necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações. (...) partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes, de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, evidentemente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

Com representações sociais, tratamos de fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos por um trabalho científico. (...) Elas circulam nos diversos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais. (JODELET, 2001, p.17-18)

Já o termo *habitus* é uma das chaves para entendermos as dinâmicas da diversidade e da heterogeneidade no interior das organizações policiais: Através do conceito de *habitus*, Bourdieu (2004) tenta explicar o processo pelo qual o social se interioriza nos indivíduos para dar conta das concordâncias entre o subjetivo e as estruturas objetivas. Para ele, a visão que cada pessoa tem da realidade social se deriva de sua posição no espaço. As preferências culturais não operam no vazio social, dependem dos limites impostos pelas determinantes

objetivas. A representação da realidade e as práticas das pessoas são também, e sobretudo, da ordem do coletivo.

Os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das constrições de que são o produto e que as definem. (BOURDIEU, 2001, p. 169)

Estes esquemas são socialmente estruturados, isto é, são conformados ao longo da história de cada sujeito e supõem a interiorização da estrutura social, do campo concreto de relações sociais na qual o indivíduo se tem conformado. Mas, ao mesmo tempo, são também estruturantes, isto é, estruturas a partir das quais se produzem os pensamentos, percepções e ações, segundo a concepção bourdieuniana. Portanto, a cada posição social distinta se correspondem distintos universos de experiências, práticas, categorias de percepção e apreciação. É, portanto, através do *habitus* que as pessoas de um círculo social homogêneo compartilham estilos de vida parecidos.

Desta forma, todos os grupos e indivíduos possuem códigos, valores, lógicas classificatórias, princípios interpretativos e orientadores das práticas, que se expressam em estereótipos, opiniões, crenças, valores e normas, segundo esclarece Poblete (2011). Assim, por *habitus* se entende o conjunto de esquemas de atuação, pensamento e sentimentos associados à determinada posição social.

Segundo o pensamento de Bourdieu (1983; 2001), há uma relação entre campo e *habitus*, onde o campo condiciona o *habitus* e o *habitus* constitui o campo, produzindo marcos culturais. Para o autor, a noção de *habitus* também englobaria a noção de *ethos*. Este último seria como um sistema de esquemas práticos, pois permite ajustamentos da subjetividade dos sujeitos a um condicionamento que decorre de propriedades históricas em determinado contexto social. Para ele, todos os princípios de escolha são incorporados, tornando-se, assim, posturas, isto é, disposições no corpo que são valores que se apresentam nos gestos, nas maneiras de ficar de pé, andar e de falar. O *habitus* é aquilo que se adquiriu e que se encarnou no corpo de forma durável sob a forma de disposições permanentes. Este se diferencia do hábito, o qual seria repetitivo, mecanismo, automático, antes reprodutivo que produtivo. O *habitus* é uma potência geradora, um princípio de invenção, um sistema de esquemas geradores de práticas e de esquemas de percepção das práticas.

Outro autor que trabalha a ideia de *ethos* e que tem importância nos estudos sobre a polícia é Nobert Elias (1997), porém, sua utilização deste termo se distancia de Bourdieu, pois, para Elias, o termo teria uma conotação de consciência moral e de sentimento de responsabilidade que estão ligadas à noção de modo de ser e de valores de um determinado grupo. Em especial no que tange a ideia da existência de um “*ethos* guerreiro”, o qual fazia parte dos valores militares que circulavam na aristocracia alemã e que foram absorvidas pelos estratos superiores da classe média, posteriormente. Este *ethos* seria marcado por símbolos conceituais como coragem, obediência, honra e disciplina, assim como, responsabilidade e lealdade.

Nos códigos de honra dos guerreiros havia uma obrigação de arriscar a vida, o que provaria ser digno de pertencer à uma elite social, àquela que possui honra. Estes códigos de honra se converteram em mecanismo de disciplina e, ao mesmo tempo, em símbolo de pertença. Segundo o autor, “em todas as sociedades guerreiras, provar seu valor em combate físico contra outras pessoas, vencê-las e, se necessário, matá-las, era parte integrante do estabelecimento da posição de um homem” (ELIAS, 1997, p.58). Estes valores ao serem absorvidos posteriormente dentro das confrarias estava ligada a um treinamento do caráter individual e a uma estrutura interna de poder rígida. Havia uma áurea de coerção que se pautava no medo de se perder a qualidade de membro, mas que era compensado por outro lado pela possibilidade de ser integrado a um grupo, desfilando indumentárias, insígnias e exaurindo um sentimento de ser superior às massas e, portanto, um sentimento de ser aprovado em difíceis exames que lhes colocariam no caminho pertencimento de uma elite. Nestes grupos havia uma vida fraterna ligada a aspectos individuais de autocontrole. O conceito de honra estava estritamente ligada neste *ethos* guerreiro, pois “o medo de perder a honra aos olhos do seu ‘nós-grupo’ sempre desempenhou um papel central para reforçar a autocoação que se faz necessária para que o indivíduo se comporte como o código de honra exigiu” (ELIAS, 1997, p.96).

Para o autor o código de honra desempenharia um papel central em grupos humanos estritamente unidos, especialmente, em grupos guerreiros e seus derivativos, onde se equiparava violência com coragem. “Para aqueles que têm honra, o conceito de honra é um meio e um sinal de distinção social” (*Ibid*, p.96), pois este código de honra está intimamente ligado a estrutura de poder que assenta uma rigorosa hierarquização das relações humanas. Um aspecto relevante desta hierarquização estava relacionado aos rituais de mando dos

veteranos sobre os mais jovens, em que estes tinham de sofrer sob o domínio dos antigos, pois sabiam que dentre alguns anos eles se tornariam os próprios “veteranos”. A estrita obediência imposta aos novatos, tinha como objetivo que eles pudessem um dia dar ordens de comando. Dentro deste *ethos* havia um código de luta que era direcionado a um recrudescimento da violência ritual através de um processo tácito de seleção que favorecia os mais exímios e fortes, além disso, este código era pautado no símbolo de poder e status superior de seus membros. Símbolos estes de distinção e de modos de comportamentos que elevavam cada indivíduo e seu grupo acima da massa. Todo este processo se dava em uma orientação de treinamento que os mais antigos procuravam dar a cada um da nova geração, exigindo-se uma autodisciplina e uma autoçãoção. Segundo Elias (1997),

o código requer – e produz – um tipo de comportamento que mesmo nesses períodos de relaxamento obedecem a regras muito específicas e predeterminadas; requer e induz os indivíduos a apresentarem-se, sempre ostensivamente, como membros da classe alta. (ELIAS, 1997, p. 103)

Estes novos indivíduos que buscavam adentrar nestes grupos precisavam ser introduzidos nos rituais de prova. Conforme esclarece Elias (1997), estes procedimentos não eram pior do que as cerimônias de iniciação de algumas sociedades mais primitivas, em que era exigido suportar a dor, como prova de masculinidade, e a escarificação, como sinal de pertença ao grupo. Estes processos serviam para reforçar sentimentos de solidariedade com sua própria associação, além de ajudar a validar seu código de honra. Assim, a estrutura da personalidade que esse tipo de vida comunitária e de treinamento de caráter propunham, era de um *habitus* humano implacável, pois quem se revelasse um fraco era posto na posição de insignificância e a fraqueza era considerada desprezível. Como demonstra o autor,

as pessoas são submetidas a um mecanismo altamente formalizado de coação social, o qual lhes impõe severas privações e, no entanto, ao mesmo tempo, lhes promete um proporcional abono de prazer, por exemplo, adquirir ou manter um elevado status, então elas são muito facilmente persuadidas a acreditar que os sacrifícios que estão fazendo e as frustrações que esperam enfrentar têm algum significado. Com muita frequência, não conhecem ou não entendem qual seja esse significado, mas estão convencidas de que tudo isso faz sentido, mesmo ignorando qual é esse sentido. Isso porque talvez fosse decepcionante ter de admitir que as privações que uma pessoa suportou não têm realmente qualquer propósito, nenhuma função, exceto a manutenção ou aumento de poder do grupo a que ela pertence, e serve como símbolo do status superior da própria pessoa em relação às outras. (ELIAS, 1997, p.109)

Assim, o esforço pessoal que uma pessoa despendeu a fim de obter qualificações como as que são exigidas pelas regras, supõe que os sacrifícios e as frustrações pela qual passou sejam significativos e necessários, tendo em vista que a opinião comum do grupo fazem parte

do seu próprio círculo social. Há, portanto, uma profunda consolidação das regras na personalidade de cada um de seus membros, “como um código que se converteu para eles numa segunda natureza, identificou cada indivíduo como pertencente a esse *establishment*” (*Ibid*, p.109). Assim, todo o *habitus* (atitudes, modos de expressão, ideias fundamentais) produz uma distinção do indivíduo, que será percebida como uma recompensa, dirá Elias (1997).

Esta análise de Elias (1997) se aproximada dos estudos de Chan (2012) em relação aos processos de socialização policial. A autora entende a socialização como um processo pelo qual um novato aprende as habilidades, o conhecimento e os valores que serão necessários para se converter em um membro de uma dada organização. Portanto, a ideia de cultura, como anteriormente exposta, seria central para a compreensão da socialização policial. A cultura policial sendo entendida como um sistema de valores e entendimentos compartilhados que são passados de uma geração a outra.

Na esteira da compreensão de Chan (2012) sobre o uso das teorias de Bourdieu, também podemos fazer uso da compreensão do conceito de socialização secundária em Berger e Luckman (2014) para a compreensão da socialização policial. Para os autores a socialização secundária seria a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições. Este tipo de socialização exige uma aquisição de vocabulários específicos, de funções e de um aparelho legitimador. Estes vêm acompanhados de símbolos rituais ou materiais que criarão um corpo de imagens e de alegorias, permitindo ao sujeito tornar-se um membro de determinado grupo, não somente por ter adquirido as habilidades que lhes são exigidas, mas também por passar a ser capaz de compreender e usar a linguagem deste mesmo grupo. O corpo de significados que são apresentados será a todo momento sustentado por legitimações que vão de simples máximas até complexas construções mitológicas, podendo haver até mesmo uma multiplicidade de cerimônias e objetos físicos representativos. Para os autores, é necessário o treinamento para se interiorizar tais simbolismos, que se darão por técnicas aplicadas em complicados processos de iniciação do noviciado que se destinam a intensificar determinada carga afetiva do próprio processo socializador. Este indivíduo deve passar por um curso no qual deve-se entregar inteiramente à realidade que está interiorizando.

O relacionamento do indivíduo com pessoal socializador torna-se proporcionalmente carregado de “significação”, isto é, o pessoal socializador reveste-se do caráter de outros significantes em face do indivíduo que está sendo socializado. O indivíduo entrega-se então completamente à nova realidade. (...) A facilidade com que se sacrifica é evidentemente a consequência final deste tipo de socialização. (BERGER & LUCKMANN, 2014, p.187)

Assim, socialização implicaria a possibilidade da realidade subjetiva ser transformada. Porém, cabe ressaltar, segundo os autores, que a transformação radical da realidade subjetiva não é possível. “Socialmente isto significa uma intensa concentração de toda interação significativa dentro do grupo que corporifica a estrutura de plausibilidade e particularmente no pessoal a quem é atribuída a tarefa de ressocialização” (*Ibid*, p. 202). Porém, como os autores compreendem, deve haver uma estrutura de plausibilidade para esta nova realidade para que seja possível a filiação a essa comunidade. Esta estrutura de plausibilidade deve agora ser o mundo deste indivíduo, deslocando, portanto, todos os outros mundos, em especial, o mundo que este indivíduo vivenciava anteriormente. “O indivíduo que executa a alternância desengaja-se de seu mundo anterior e da estrutura de plausibilidade que o sustentava, se possível corporalmente, e, quando não, mentalmente” (*Ibid*, p. 203-204).

Para compreendermos a cultura policial, podemos fazer usos destas teorias e conceitos de Bourdieu, de Norbert Elias e de Berger & Luckmann pois se mostram pertinentes como bases de uma compreensão sobre a atividade e identidade policial. Todos os conceitos aqui apresentados estão conectados com outros dois que serão também importantes para nossas análises: o conceito de identidade e o de ritos de passagem.

1.3. A construção da identidade nos ritos de passagem

Dando continuidade aos conceitos que serão importantes para a análise de nosso objeto, devemos ter uma compreensão do que se trata identidade em termos sociológicos. Para Berger & Luckmann (2014), a identidade é formada por processos sociais, sendo um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade.

As teorias sobre a identidade estão sempre encaixadas em uma interpretação mais geral da realidade. São “embutidas” no universo simbólico e suas legitimações teóricas, variando com o caráter destas últimas. A identidade permanece ininteligível a não ser quando é localizada em um mundo. Qualquer teorização sobre a identidade – e sobre os tipos específicos de identidade – tem, portanto, de fazer-se no quadro das interpretações teóricas em que são localizadas. (BERGER & LUCKMANN, 2014, p.222-223)

A identidade neste tipo de interpretação está relacionada, portanto, a fenômeno social. Para Strauss (1999), o conceito de identidade seria tão esquivo quanto o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal.

Seja o que for, a identidade está associada às avaliações decisivas feitas de nós mesmos – por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e

a si mesma, e se vê nos espelhos de julgamentos que eles fazem dela. (STRAUSS, 1999, p.29)

Para o autor, o estudioso da identidade deve estar envolvido, necessariamente e de maneira profunda, na interação que ocorre entre as pessoas como membros de grupos. Além disso, qualquer discussão que se pretenda fazer sobre identidade temos que ter como ponto central a linguagem. Um exemplo muito interessante levantado em suas análises e que será pertinente para nosso objeto de pesquisa, são dos nomes adotados voluntariamente pelos indivíduos que caracterizariam um vínculo indissolúvel entre o nome e sua auto-imagem, pois a mudança de nome marcaria um rito de passagem, assim esclarece, “o fenômeno da ‘passagem’ é marcado muitas vezes por mudança de nome” (*Ibid*, p.36). Outro exemplo dado pelo autor, é quando certas tribos ao reconhecerem um grande desempenho feito por um guerreiro numa batalha permitem que este mude seu nome. O mesmo entende Mauss & Hubert (2017), quando fala do sacrifício como forma de regeneração ligado ao cumprimento de ritos, em que o sacrifício (mesmo que fictício, em nosso caso) muitas vezes é acompanhado de uma mudança de nome, pois neste momento há uma profunda modificação que se produz na pessoa.

Outra característica que o Strauss (1999) levanta em relação à identidade, em especial a identidades de grupos que permanecem por algum tempo em um lugar, é a criação de dialetos ou jargões por este grupo para identificações. Da mesma forma, os membros destes grupos desenvolvem julgamentos que são partilhados por todos, seja para dar sentido ao futuro ou para significar as afiliações passadas e, portanto, criam-se identidades. Outras características pertencentes ao senso de identidade são o empenho e a dedicação, havendo um compromisso dual com o grupo e consigo mesmo que pode se apresentar como sacrifício e, desta forma, todo grupo acaba por exigir de seus membros determinados sacrifícios. Ainda, segundo o autor, dedicar-se a uma causa maior pode exigir do indivíduo o abandono de coisas com as quais ele mais se identifica, com as quais ele está tão profundamente envolvido que desfazer-se delas é quase se destruir.

Evidentemente, o cúmulo do sacrifício é o auto-sacrifício ou o motivo para a morte. A pessoa se entrega – como que num altar ritual – de modo a promover suas mais profundas convicções e propósitos. O ato auto-sacrificial é supra-individual, faz parte de um desígnio maior e mais grandioso que transcende de longe os próprios motivos impuros de uma pessoa. Por isso, não surpreende que, longe de caminhar para a morte com relutância ou com medo, o martírio voluntário possa ser buscado com alegria. (...) O martírio é realizado por um senso tremendamente vital de identificação ou união mística. Por este ato, o mártir torna-se “integrado à causa superior” ou “integrado ao ser superior”. O auto-sacrifício significa muitas vezes a mais firme das identidades e o mais total dos compromissos. (...) A coisa que está

em jogo no auto-sacrifício é uma irrevogável enunciação quanto ao que o nosso eu é. Não é de admirar que em torno do sacrifício, seja real ou fictício, se aglomerem o mito e a lenda. Ato sacrificial são exemplos que apontam para o que foi realizado atrás, e potentes, signos do que ainda pode ser realizado no caminho em direção a uma nova identidade. (STRAUSS, 1999, p.59)

Além deste aspecto, Strauss (1999) esclarece que quando os caminhos percorridos pelos novos membros são institucionalizados, deve ocorrer mecanismos de reconhecimentos durante as etapas parciais até que se consiga chegar ao objetivo final. As etapas não devem ser apenas formalizadas, portanto, elas necessitam de serem revestidas de significado, pois senão o candidato a novo membro não verá sentido real nelas e não terá a percepção de serem momentos decisivos. Este revestimento de significado deve vir acompanhado de um anúncio cerimonial que marcará a aceitação de um desafio por parte do candidato a novo membro. A aceitação do desafio será sempre imposta ao sujeito, seja por si mesmo ou pelos outros. Segundo o autor,

toda instituição, por exemplo, possui meios regularizados de testar e desafiar seus membros. Se estivermos estreitamente identificados com a instituição, alguns testes serão decisivos para que tenhamos auto-respeito. Se sairmos bem neles, todo mundo irá reconhecer que superamos o desafio. (STRAUSS, 1999, p.104)

Este sujeito adquire um novo *status*. Para Strauss (1999), muitos candidatos quando desejam se inserir em determinados grupos se impõem testes decisivos que se cumprirem terão sido batizados psicologicamente, mas se fracassarem, podem levar a busca de um novo caminho em um conjunto novo de planos, ou podem conduzir a uma preparação mais completa até que passe ou fracasse definitivamente no teste. Desta forma, o autor nos esclarece que a afiliação a um grupo ou estrutura social permanente tem implicações inevitáveis que é a passagem de um *status* para outro. Sendo muitas passagens de *status* altamente institucionalizadas, em que os indivíduos se movem em uma sequência ordenada, como uma progressão passo-a-passo. Este movimento regularizado significa que há antecessores e sucessores, o que dá continuidade não só ao grupo, mas também à experiência pessoal.

De milhares maneiras, estamos preparados para o que está por vir, tomamos consciência da imediatez da transição seguinte, lembramo-nos de que acabamos de fazer uma passagem. A consecução do *status* pode exigir que tenhamos certa experiência, e satisfaçamos certos padrões de conduta e desempenho; estes, mito e história, exemplo e instrução direta, são indispensáveis. Os aspectos mais sutis da preparação incluem advertir-nos de que certas coisas logo irão acontecer, de que passaremos por determinadas experiências e seremos atingidos por determinados sentimentos; e, quando nos acontecer essas coisas, alguns predecessores estarão lá prontos com interpretações de tais eventos prognosticados. Suas interpretações incorporam a linguagem especial do grupo. (STRAUSS, 1999, p.109)

Assim, a passagem de um *status* para outro tem implicações não somente nas mudanças de ação e de comportamento, mas também das razões verbalizadas que estão associadas a eles, esclarece o autor. Aquelas motivações que remetam a um *status* anterior do sujeito, as quais são consideradas inferiores, devem ser abandonadas. Aos novos integrantes do grupo, mesmo após uma certificação formal, passam por estágios posteriores informais em que será completada a passagem de mudança de *status*, estes estágios informais implicam ou em testes de lealdade ou em acúmulos de informação e habilidades.

A passagem de mudança de *status* acontece em uma relação de treinamento, isto é, alguém ou grupo procuram mover algum outro ao longo de uma série de etapas. Será ao longo do treinamento que ocorrerá a promoção de identidade. Além disso, Strauss (1999) esclarece que as sequências de etapas são de alguma forma obscuras e a posição do treinador lhe exige que funcione como “um autor de teatro, arrumando episódios, compondo cenários, fazendo com que personagens de apoio atuem de determinada maneira” (*Ibid*, p.117). O treinador procura criar novos desejos e objetivos, procura criar uma nova identidade ao novato, o que o envolve em uma série de manobras astutas para conseguir tal objetivo. Este novato será guiado em seus movimentos (muscular, psicológica e socialmente). Mas caso o treinador imponha um ritmo rápido demais, será rejeitado, pois o novato será tomado por uma angústia ou pelo vexame. Nesta relação entre treinador e pupilo existe sempre um grande potencial de tensão, pois os desafios ou ousadias são aspectos inseridos no treinamento e que serão exigidos do pupilo que abandone modos antigos de fazer e de ver. Desta forma, o treinamento também acarreta grandes mudanças de identidade.

O aprendiz tem algo a desaprender, a enfrentar, e isso entrará cedo na trajetória de seu aprendizado e muitas vezes permanecerá com ele até muito tarde. Talvez seja isso um modo diferente de dizer que o treinador deve desafiar antigas maneiras de fazer, de ver, e de pensar, bem como deve apontar novas maneiras. Quando o aprendizado e o reaprendizado são extremos (...) deve haver um ataque maciço e frontal às identidades. (STRAUSS, 1999, p.121)

Desta forma, o que se percebe, segundo o autor, é que a afiliação a grupos deriva de seu caráter simbólico. A vida em grupo está organizada em torno da comunicação, o que significa não somente transmissão de ideias de uma pessoa para outra, mas de sentidos compartilhados, o que deriva de uma ação comunitária. Dentro destes grupos há em comum símbolos importantes. “A construção de qualquer grupo humano não é um fato físico, mas simbólico” (*Ibid*, p.150). Existem grupos que são apenas por causa das simbolizações comuns de seus membros, o que provoca intrigadas questões que estão relacionadas à afiliação, sugerindo uma natureza e uma qualidade de lealdades. Conforme explica Strauss (1999),

quando as pessoas adquirem os conceitos básicos para a participação de um grupo, então elas podem ser membros dela. Um ponto que deve ser destacado é que as identidades implicam não somente histórias individuais, mas também histórias sociais, falar em afiliação a grupos deve-se levar em conta a história. Passados imaginados e gloriosos são criados de forma laboriosa e cuidadosa por intermédio dos vários meios, cria-se quase que literalmente uma história mítica que estão relacionados a um passado simbólico e a um presente realista. Todo grupo possui histórias que são fortemente reforçados na intenção de preservação e renovação tanto do grupo quanto de sua história. Assim, a identidade pessoal está interligada com a identidade do grupo na qual repousa em um passado histórico. Como vimos até o momento, tanto a história do grupo quando a formação de uma identidade ou *status* novo aos membros recém-chegados, devem passar por etapas de incorporação destes valores e da mudança de identidade, estas etapas podem ser associados aos ritos de passagem, ritos de afiliação ou ritos de instituição como veremos agora na busca de compreendermos como se opera tal mudança.

Para nossa compreensão sobre os ritos de passagem, a obra seminal de Genep (2013) é de suma importância, mesmo que uma releitura e aprofundamento de Turner (2005) e Bourdieu (2008) tragam melhores esclarecimentos. Genep (2013), em relação aos ritos de passagem, nos dirá que o mundo entre o profano e o sagrado possui incompatibilidade, de tal forma que a passagem de um para o outro se dará através de um estágio intermediário, isto é, os ritos de passagem. Para ele toda alteração na situação de um indivíduo deve se dar por ações e reações entre estes dois mundos, as quais devem ser regulamentadas e vigiadas. O indivíduo para modificar-se deve atravessar várias etapas e fronteiras. Os ritos de passagem, conforme ele compreende, se decompõem em ritos de segregação, ritos de margem e ritos de agregação.

O rito de segregação consiste em um primeiro-ato que é o de separar o indivíduo de seu meio anterior, pois o passado deve ser separado dele por um determinado intervalo. Neste momento o noviço é considerado morto, a ele se promove o enfraquecimento corporal e mental, tendo como objetivo fazê-lo perder a memória da vida anterior. Após este período, segundo o autor, viria uma parte positiva que seria o ensino do código de costumes, a educação progressiva com cerimônias totêmicas e recitação dos mitos. O período de margem é aquele, segundo Genep (2013), que consiste nas mutilações corporais, sendo um período de flagelação que possui o sentido intermediário entre a separação e depois a agregação.

Sendo o último rito, o de agregação, que pode ser exemplificado pela comensalidade, rito de comer e beber em conjunto, pois é um rito de união, de sacramento de comunhão, de integração à comunidade.

Um aspecto presente no momento inicial do rito de passagem, seria o “sacrifício do cabelo”, neste período de segregação, cortar o cabelo seria separar o indivíduo do mundo anterior, indicando que o sujeito está em um outro estágio. Em relação a flagelação, Gennep (2013) traz duas possibilidades de interpretação, seja como um rito de expulsão da impureza e do mal que precede o indivíduo ou seja para transmitir uma força e vitalidade ao indivíduo. Para o autor, os ritos de iniciação são os mais importantes pois assegurariam a possibilidade destes novos indivíduos de participarem das cerimônias de fraternidade e de seus mistérios.

Turner (2005) ao mergulhar nos estudos de Gennep, dirá que muitas sociedades “civilizadas” possuem uma série de cerimônias ou rituais que marcam a transição de uma fase da vida ou do *status* social para outra, assim como vimos em Strauss (1999). Dentro deste campo do ritual, cada pessoa participa encarando-o de seu ângulo particular de observação. Antes de adentrarmos nas questões referentes aos ritos de passagem em Turner, é necessário trazer uma definição conceitual até agora bastante citada, principalmente em análises sobre grupos, que é a definição de símbolo para este antropólogo. Para ele, os símbolos produzem ação, sendo, assim, os símbolos dominantes dão o foco de interação. Os grupos se mobilizam ao seu redor, cultuando-os e desempenhando outras atividades simbólicas. Assim, “um ‘símbolo’ é uma coisa encarada pelo consenso geral como tipificando ou representando ou lembrando algo através da posse de qualidades análogas ou por meio de associações em fatos ou pensamentos” (TURNER, 2005, p.49). Assim, um símbolo dominante seria a unificação de significados díspares que no polo sensorial suscitam desejos e sentimentos, e no polo ideológico se encontra um arranjo de normas e valores que guiam as pessoas, enquanto membros de grupos sociais. Portanto, os símbolos representam a unidade e a continuidade dos grupos.

Para Turner (2005), o ritual, como mecanismo simbólico, seria aquilo que converte o obrigatório no desejável. “Os símbolos rituais referem-se ao que é normativo, geral e característico de indivíduos únicos” (*Ibid*, p.69). Os ritos indicam e constituem transições entre estados, dirá o autor. Assim, ele prefere compreender estas transições como um processo, um devir, e em relação aos ritos de passagem como uma transformação. Em sua análise, o sujeito submetido ao rito de passagem, durante o período liminar, ficaria

estruturalmente “invisível”, pois se torna um ser transicional, nem o que era anteriormente nem o que se tornará posteriormente. Em suas palavras, eles estariam entre o não-mais-classificados e ainda-não-classificados, em um duplo caráter. “Na medida em que não são mais classificados, os símbolos pelos quais são representados provêm, em muitas sociedades, da biologia da morte, da decomposição, do catabolismo e de outros processos físicos de tonalidade negativa” (*Ibid*, p.140). Assim, em muitos dos casos seus próprios nomes lhes são tirados. Os neófitos ou iniciados são considerados contaminadores, e como também são encarados como invisíveis, é necessário que os mesmos sejam segregados do mundo culturalmente ordenado e definido.

Outra característica estruturalmente negativa dos seres transicionais é a de não *terem* nada. Não têm *status*, propriedade, insígnia, vestimenta secular, graduação, posição de parentesco, nada que possa distingui-los, estruturalmente, de seus companheiros. Sua condição é, na verdade, o próprio protótipo da pobreza sagrada. (TURNER, 2005, p.143)

Desta forma, segundo esclarece o autor, a decomposição, dissolução e desagregação seriam acompanhados por processos de crescimento, transformação e reformulação dos elementos antigos, para que se formem novos padrões. “entre instrutores e neófitos o que existe, com frequência, é uma autoridade total e uma total submissão; entre os neófitos há, muitas vezes, uma igualdade absoluta” (*Ibid*, p.144), havendo uma autoridade absoluta, portanto, dos mais antigos, pois estes representam os valores absolutos da sociedade. Entre os iniciados há uma igualdade mais completa na relação entre eles, pois os ritos são coletivos, sendo este grupo limiar de iniciados, uma comunidade de camaradas, sem posições hierárquicas arranjadas ou privilégios, onde o que prevalece é o princípio de “um por todos, todos por um”. Assim, toda comida deve ser dividida igualmente entre eles, não havendo favores especiais, com isto, as amizades profundas entre os iniciados são encorajadas, supondo-se que estejam ligados por laços especiais, persistindo mesmo depois do rito de passagem. Como demonstra Turner (2005),

Essa camaradagem, com sua familiaridade, tranquilidade e, acrescentaria, franqueza mútua, é, uma vez mais, o fruto da liminaridade interestrutural, com sua escassez de relações juridicamente sancionadas e sua ênfase nos valores axiomáticos, expressiva do bem-estar comum. As pessoas podem ser “elas mesmas”, diz-se com frequência, quando não estão desempenhando papéis institucionalizados. Além disso, os papéis trazem responsabilidades, e na situação liminar o fardo principal da responsabilidade é carregado pelos mais velhos, deixando os neófitos livres para desenvolverem relações pessoais como quiserem. Eles se confrontam uns aos outros integralmente e não de maneira compartimentada como atores de papéis.

A passividade dos neófitos com relação aos seus instrutores, sua maleabilidade, acrescida de sua submissão ao ordálio, sua redução a uma condição uniforme são

signos do processo pelo qual são triturados para serem novamente moldados e dotados de poderes adicionais para enfrentarem a nova etapa de sua vida. (TURNER, 2005, p.146)

Assim, para o autor, “criar” este iniciado significa efetuar uma transformação ontológica, pois não se trata de mera aquisição de conhecimento, mas sobretudo de uma mudança no ser. “Sua aparente passividade se revela como uma absorção de poderes que se tornarão ativos depois de o seu *status* social ter se redefinido nos ritos de agregação” (*Ibid*, p.147), esta absorção se daria no corpo do iniciado, pois é nele que se adquire o conhecimento místico.

Para compreendermos a função social que os ritos de passagem desempenham nos grupos, iremos recorrer aos ensinamentos de Bourdieu (2008). Para o autor, um dos efeitos essenciais do rito seria o de separar aqueles que já passaram por ele daqueles que ainda não. Por isso, em sua concepção, não seria um movimento de passagem em si, mas sim de separação, desta forma, o melhor seria chamá-los de ritos de consagração, ritos de legitimação, ou como ele mesmo propõe, ritos de instituição. Deve-se dar importância, portanto, a linha e ao que ela separa. O que levaria a um conjunto oculto em relação ao que se define grupo instituído. Em outras palavras, o rito consagra a diferença. “A instituição consiste em atribuir propriedades de *natureza social* como se fossem de natureza natural, o rito de instituição tende logicamente(...), a integrar as oposições propriamente sociais” (BOURDIEU, 2008, p.98). Assim, consistiria em uma distinção legítima, em instituição, aquilo que se difere de fato e, portanto, a separação do ritual exerceria um efeito de consagração. Como expõe Bourdieu,

é exatamente isso o que faz o ritual de instituição. O ritual declara: este homem é um homem, subentendendo algo que não é assim tão simples, a saber, este homem é um homem verdadeiro. (...) Neste caso, instituir é consagrar, ou seja, sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida (...). A investidura (do cavaleiro, do deputado, do presidente da República etc.) consiste em sancionar e em santificar uma diferença (preexistente ou não), fazendo-a *conhecer* e *reconhecer*, fazendo-a existir enquanto diferença social, conhecida e reconhecida pelo agente investido e pelos demais. (BOURDIEU, 2008, p. 99, grifos do autor)

Portanto, em seus esclarecimentos, a ciência social deve levar em consideração o fato da eficácia simbólica dos ritos de instituição, no sentido de que o poder que age sobre o real ao agir sobre a representação do real. Há uma eficácia simbólica do ato que recai inteiramente sobre o real, pois transforma efetivamente a pessoa consagrada. Primeiro, porque transforma a representação que os outros fazem sobre aquela pessoa, assim como, mudam-se os comportamentos destes outros sobre ela e, em segundo, porque transforma a representação

que a própria pessoa agora faz sobre ela, bem como esta é levada a mudanças de comportamento que agora acredita serem obrigadas a serem adotadas para que se ajuste a tais representações. As credenciais, ou símbolos, ou signos que ela agora porta multiplicam o valor de seu portador em matéria de extensão e intensidade. Para Bourdieu (2008), a instituição é um ato de magia social que é capaz de criar a diferença *ex nihilo*, explorando diferenças preexistentes.

Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É *fazer ver* a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo. A moral da honra constitui uma forma apurada da fórmula que consiste em dizer “é um homem”. Instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites, (...) fazer o que é de sua essência fazer e não qualquer outra coisa. (*Ibid*, p.100)

Assim, como o autor esclarece, o ato de instituição notifica a alguém sua identidade, notificando com autoridade perante os demais o que ele é e o que deve ser. Será, portanto, através do ritual de instituição que se produz efeitos “reais”, a pessoa instituída sente-se, então, intimada a ser conforme à sua definição. Há um tratamento diferente e distinto que leva o indivíduo a se encorajar para realizar agora sua essência, a viver de acordo com sua natureza social, e o efeito desta lógica é que a partir daquele momento em que seu ser se transforma e se está institucionalizado, o ser deve acreditar que se é o melhor. Além disso, se desencoraja duradouramente a transgressão e a deserção, e havendo um gasto de energia para que os escolhidos aceitem todos os sacrifícios pois estes são inerentes ao privilégio. Para evitar qualquer tipo de transgressão destes se naturaliza a diferença, que será inculcada e incorporada em *habitus*. Este processo é incorporado nos ritos através de práticas ascéticas, isto é, ao sofrimento corporal. Segundo Bourdieu (2008),

todos os grupos confiam ao corpo, tratado como uma memória, seus depósitos mais preciosos. E a utilização do sofrimento infligido ao corpo de que se valem os ritos de iniciação em qualquer sociedade torna-se compreensível quando se sabe (...) que as pessoas aderem de maneira tanto mais decidida a uma instituição quanto mais severos e dolorosos tiverem sido os ritos iniciáticos a que se submeteram. O trabalho de inculcação através do qual se realiza a imposição duradoura do limite arbitrário visa naturalizar as rupturas decisórias constitutivas de um arbitrário cultural. (...) Esse mesmo trabalho também tende a inculcar disposições duradouras como os gostos de classe, os quais, ao determinarem a “escolha” dos signos exteriores com que se exprime a posição social, como as roupas, estendendo-se à *hexis* corporal ou à linguagem, fazem com que todos os agentes sociais sejam portadores de signos distintivos (...). De maneira muito mais consequente do que os signos exteriores ao corpo (medalhas, uniformes, galões, insígnias etc), os signos incorporados, ou seja, tudo aquilo englobado na rubrica das maneiras (maneiras de falar, os sotaques ou as pronúncias, maneiras de andar ou de se comportar, o andar, a pose, a postura, maneiras de comer etc), e o gosto enquanto princípio de produção de todas as práticas destinadas, intencionalmente ou não, a

significar e também a significar a posição social através do jogo das diferenças distintas, estão fadados a funcionar como apelos mediante os quais se pode lembrar àqueles que poderiam esquecer (ou que preferissem se esquecer) o lugar que lhes confere a instituição. (BOURDIEU, 2008, p. 103)

Desta forma, através do conceito de rito de passagem, conseguimos compreender como se constrói determinada identidade atrelada a um grupo ou a um *status* social que se pauta em mecanismos de diferenciação entre aqueles que não foram iniciados. Percebemos como a identidade pode ser construída socialmente pautada em uma ordem simbólica que é transmitida de geração em geração, constituindo um *habitus* de um grupo que se processa através de representações sociais dentro de mecanismos de socialização. Depois deste aprofundamento teórico, retomaremos nos estudos sobre a Polícia, mas não de forma ampla, mas em referência a um subgrupo policial que aqui vamos caracterizar como Unidades Táticas de Polícia, em seus diversos aspectos estruturais.

1.4. Conceituando Unidades Táticas de Polícia

Nos estudos clássicos sobre Polícia, em especial os estudos anglo-saxônicos, demarcam historicamente que o surgimento de Unidades Táticas de Polícia se deu na década de 1960, em Los Angeles, Estados Unidos da América, com a criação das equipes SWAT (*Special Weapons and Tactics*). Estas equipes eram esquadrões de armamento pesado que tinham como objetivo lidar com multidões, ataques planejados a edifícios públicos e sequestros de reféns (Bayley, 2017). Este modelo de unidade policial foi copiado e adaptado para outras regiões no interior dos Estados Unidos e para outros países, com o objetivo de atuarem em ocorrências ditas de alto risco. Estas seriam unidades fortemente armadas e treinadas para administrar confrontações violentas com indivíduos ou grupos, por exemplo, quando há reféns, ataques terroristas, violência de multidões ou a necessidade de cercos a determinados grupos, dirá Bayley (2003). Da mesma forma percebe Reiner (2004) ao esclarecer que

sem muito debate público *de facto*, desenvolveram-se as “terceiras forças”, especialmente treinadas e rapidamente mobilizáveis para lidar com os tumultos nas ruas. O Metropolitan Police Special Patrol Group, formado em 1965, como reserva móvel, desenvolveu um claro papel paramilitar ao lidar com a ordem pública e com o terrorismo. Hoje, todas as forças têm unidades semelhantes (sob vários nomes), especialmente treinadas em controle de tumultos, uso de armas de fogo e algumas vezes no uso de gás lacrimogêneo. (REINER, 2004. p. 109)

Essas unidades são pequenas em países como Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e mesmo nos Estados Unidos, diferenciando-se em nomes (Reiner, 2004). A título de ilustração

temos o “Grupo 9 da Guarda de Fronteira – *Grenzschutzgruppe 9*” (GSG-9) da Polícia Federal da Alemanha, a “*Recherche, Assistance, Intervention, Dissuasion*” (RAID) da Polícia Nacional Francesa, o “*Grupo Especial de Operaciones*” (G.E.O.) do Corpo de Polícia Nacional Espanhola, a “*División Especial de Seguridad Halcón*” da Polícia de Buenos Aires - Argentina, entre outros tantos, portanto o que podemos notar é que raramente uma Polícia, seja ela de característica militar ou civil ou seja ela municipal, estadual ou federal, nos diversos países, não terá uma Unidade Tática de Polícia.

Segundo Kraska & Kappeler (1997) e Kraska (1999, 2010), nos estudos sobre a SWAT norte-americana, estas Unidades Táticas de Polícia têm como característica básica o uso de equipamentos e uniformes de combate tático muito próximos dos utilizados por unidades militares, o uso de armamentos e aparatos tecnológicos especiais, como uso de carros blindados e helicópteros, assim como se utilizam de táticas e treinamentos especializados para situações de alto risco que envolvam resgates de reféns, contraterrorismo, uso de explosivos e atiradores de precisão (*snipers*). Estas unidades, segundo os autores, possuem também um linguajar e uma estrutura de organização distinta das demais unidades de polícia regular. Como ressaltam, elas se organizam aos moldes da cultura militar, com estruturas de cadeia de comando e disciplina rígida, mas com a existência de um campo simbólico relacionado a um espírito de lealdade e solidariedade entre seus membros, reforçando sentimentos de existência coletiva, isto é, se veem pertencentes a uma equipe ou família (Sirimarco, 2012, 2013). Assim, intitulam-se “policiais de elite” num processo de distinção frente aos demais policiais que não compõem essa unidade, pois essa crença na ideia de “elite” reforça um trabalho policial “real”, que no caso é representado, tanto simbolicamente como fisicamente, como “soldados militares” (Kraska, 2010).

Como bem esclarece Bittner (2003), estes aspectos podem ser um pouco mais profundos, tendo em vista que nossa sociedade hoje define como sendo considerados os “inimigos”, aqueles que são os principais alvos da força legítima policial, e como “guerra”, o aumento desta força coercitiva do aparato policial contra estes “inimigos”. O que faz com que os policiais, para enfrentar esta “guerra contra o inimigo”, empreendam virtudes militares de valor, de obediência e de espírito de solidariedade, tomando-se o trabalho policial como missão gloriosa e de sacrifício, devendo ser um guerreiro que não pergunta os “por quês”. Desta forma, os policiais ficam expostos a uma exigência de natureza conflitiva, em que suas ações devem ser refletidas na bravura militar e na perspicácia profissional.

Outro ponto que devemos destacar é que muitas destas Unidades Táticas de Polícia se auto intitulam como Unidades de Operações Especiais. Para tanto recorreremos a definição de Forças de Operações Especiais (SOF em inglês) elaborada pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que as caracteriza como sendo *unidades militares* com habilidades especializadas, versatilidade e eficácia nos conflitos contemporâneos. Operando como unidades pequenas, prontamente destacáveis que capitalizam velocidade e surpresa, podendo operar de forma independente ou em apoio convencional de outras forças. Esclarece ainda que é um termo usado para descrever *unidades militares* relativamente pequenas e treinadas para reconhecimento, “guerra não convencional” e “Operações Especiais” (OTAN, 2012). O que vemos, mesmo que diante de termos vagos como “guerras não convencionais” e “conflitos contemporâneos”, é que há uma definição clara quanto a designação para de Forças de Operações Especiais para unidades militares, por mais que as forças policiais possuam unidades pequenas, de pronto emprego, que operam independentes ou em apoio a outras unidades, elas não poderiam ser convencionadas a serem chamadas por tal nomenclatura. Desta forma, até mesmo a utilização dos termos, Unidades de Elite ou Unidades Especiais, por possuírem uma definição um tanto quanto abrangente e vaga, pelas suas características essencialmente policiais, vemos como melhor emprego o termo Unidades Táticas de Polícia, mesmo que muitas delas possuam atribuições que vão muito além de uma simples atuação tática em sua rotina diária.

Para melhor compreendermos a ideia de um corpo tático, a melhor definição seria aquela na qual

por corpo tático compreende-se que uma determinada equipe não mais atua como uma associação provisória e heterogênea de indivíduos, mas sim como um único corpo regular cujas decisões e ações individuais se inscrevem numa mesma gramática de atuação, tornando-as conhecidas, estáveis e previsíveis entre os seus integrantes. Isto diz respeito a dois elementos essenciais, que explicam as vantagens táticas do corpo tático por sobre grupos de policiais”: (i) a unidade de comando e (ii) a divisão de responsabilidades e tarefas. (PROENÇA JUNIOR, 2006, p.39)

Assim, a equipe pertencente a este corpo tático passaria a agir de maneira concertada e focada, sendo orientada pela decisão de um só, que teria a preocupação única de tomar as decisões da equipe, esclarece o autor. Portanto, o que se percebe em uma Unidade Tática é que os membros deste corpo são divididos em tarefas e responsabilidades, isto é, cada indivíduo é responsável pela vigilância de uma determinada direção. Há por parte de cada indivíduo que integra este corpo tático a renúncia, em prol da ação designada, de uma parte

substancial da discricionariedade individual do policial. A Unidade Tática de Polícia, portanto, estaria fundada na moderação da discricionariedade de policial individual, renunciando, assim, sua tomada de decisão individual. Haveria uma voz de comando com imposições hierárquicas, bem ao estilo militar nestas equipes, pois há entre seus membros uma divisão clara de tarefas.

Monjardet (2012) ressalta que estas Unidades são de fato unidades especializadas, pois se entende que há uma capacidade de disponibilidade e mobilidade, que as condiciona para que toda unidade seja reunida, equipada e mobilizada a todo instante, em prazos curtos, para diversas destinações e por duração de tempo indeterminado. Elas são unidades que operam de forma auto-suficiente, isto é, possuem, com exclusividade, todos os serviços necessários à sua subsistência, ao seu deslocamento, a sua manutenção e as suas missões.

Porém, como esclarece Sirimarco (2012), mesmo em estruturas policiais que estão fora de uma organização e estruturação militar, estas Unidades Táticas de Polícia possuem em seu interior mecanismos de distinção muito visíveis entre os seus agentes. Estes mecanismos operariam através do uso de uniforme e do uso de insígnias e brevês, tanto da Unidade quanto de cursos realizados por cada agente e que teriam a função de integrar a ideia de investidura. Este último ganha seu valor nos mecanismos de distinção, além de permitirem decodificar o agente em termos de honra e fidalguia, explica ainda a autora. Esta é uma construção que pertence ao próprio relato institucional, pois “em torno dos símbolos que encarna se constrói um entendimento tanto do indivíduo que a veste como do grupo ao qual pertence” (SIRIMARCO,2012. p.33). A autora dirá ainda que estes ícones carregam determinados significados, isto é, uma imagem que o habilita, demarcando fronteiras morais, tais como: o apto, o meritório ou o legítimo e, em consequência, acabam por passar do objeto em si para a figura da pessoa, mas também em um processo inverso, isto é, a pessoa representa também estes objetos.

Outro ponto a ser destacado é que este *ethos* produzido nestas Unidades Táticas de Polícia vai se espalhando para outras unidades locais e de outras regiões, onde se criam departamentos deste tipo para fazer patrulhamento, combate à drogas e à gangues, tudo isto sobre a “metáfora da guerra”, com ênfases na ocupação, supressão através da força e retomada de territórios, segundo Kraska & Kappeler (1997) e Kraska (2010). Muitas destas unidades que foram criadas inicialmente para intervenções de alto risco como resgates de reféns, passaram a exercer atividades rotineiras de patrulhamento em áreas pobres, onde os

índices estatísticos demonstram ocorrer os mais altos índices de violência e tráfico de drogas, reforçando a política de “combate às drogas” e de “tolerância zero” nos Estados Unidos (Kraska, 1999). Segundo o autor, o reforço deste tipo de cultura organizacional, com ênfase no militarismo se oporia aos valores democráticos.

El militarismo es definido como una ideología que enfatiza la agresividad, el uso de la fuerza y la glorificación del poder militar, el armamento y la tecnología como los medios para resolver los problemas. Subyace a la tendencia de los Estados a través de la historia, aun de aquellos que preceden a la industrialización y el capitalismo, para acercarse a los problemas percibidos, ya sean externos o internos, con la violencia militar o la amenaza de la misma. (...) el militarismo no permanece encapsulado dentro de los ejércitos; la militarización requiere que el militarismo sea una parte integral, cotidiana, de los sistemas de valores y creencias de la sociedad, para suministrar así apoyo moral, jóvenes como guerreros. (KRASKA, 2010, p.294)

Diante deste quadro é importante notar a existência de certas “cosmologias da ordem”, como explica Hathazy (2006) que envolvem a disciplina e o sacrifício na formação dos agentes nos cursos de especialização destas Unidades Táticas de Polícia. Estes cursos possuem, portanto, outro sistema simbólico, onde estão envolvidas dimensões de sofrimento e submissões corporais, produzindo-se juízos morais sobre si e sobre os outros, segundo o autor. Deve-se, portanto, atentar para o estudo da gênese e operação dos princípios de produção de tal sistema simbólico: o corporal, o pessoal, o íntimo e o comprometido *habitus* policial.

Segundo Hathazy (2006) prestar atenção às modificações do corpo do agente policial e às experiências por eles vividas é poder compreender o desenvolvimento de um específico *ethos*, de um princípio de visão e avaliação policial que se integra em uma específica cosmologia social e moral. Para o autor através destas modificações pode-se compreender as particularidades deste *habitus* e suas relações de afinidade com os sistemas doutrinários que existem, como forma objetiva, isto é, referentes aos sistemas de ritos, iconografias, regulamentos e organização hierárquica. Conforme expõe Sozzo (2002), haveria nestas organizações (unidades táticas) uma hierarquia rígida e vertical, um regime disciplinar dirigido a proteger os vínculos de autoridade, o espírito de corpo, a missão-vocação de manter a ordem pública e a qualidade de herói-mártir, presente na autoconsciência policial.

Segundo Weber (2004), a disciplina, em geral, é algo objetivo e se coloca com forte objetividade a disposição de todo poder que assim tem intenção de estabelecê-la. Mas também como o autor esclarece, há uma dimensão que é subjetiva, isto é, para aqueles sujeitos disciplinados é através da disciplina que se preserva o prestígio estamental e a

sistematização de um estilo de vida. Portanto, de certa forma é consciente e racionalmente desejado, produzindo influências sobre todos os aspectos culturais do grupo. Hathazy (2006) expõe que a participação policial se faz com certos recursos que não são principalmente os jurídicos, de conhecimentos e de habilidades de interpretação de textos, senão que alguns casos são basicamente através de usos coordenados ou individuais do corpo e do uso de certos armamentos correlativos. Este processo de aquisição das disposições corporais centradas na disciplina e que correspondem à condição policial, seja nas experiências e nas rotinas, constantemente exploradas institucionalmente, são vividas, concebidas e redefinidas de modos específicos com efeitos de constituição moral e de diferenciação social.

Nas instruções com suas séries de exercícios de posturas e movimentos dirigidos é que se destina e se consegue a prática da obediência e da submissão, como ressalta Hathazy (2006). Produz-se com isto, também, um efeito generalizado de atitude de presteza e disponibilidade frente às ordens hierárquicas e às demandas do serviço e da força, o que leva ao policial incorporar o ideal de sempre se estar preparado, assim como, de ser voluntário, de ter motivação e de entusiasmo na realização das ordens. Este aprendizado que faz parte das etapas de formação nos cursos das Unidades Táticas de Polícia envolvem um constante esforço e muitas vezes dores e sofrimentos corporais, tanto físicos quanto psíquicos, assumindo-se, para cada aluno, uma sensação de sacrifício nas distintas etapas e ritos, que afirmará ao seu fim uma pretensão de valor moral e até de superioridade em sua nova condição, ressalta o autor.

Para Morgan (1994), os treinamentos envolvem a disciplina, o controle e ocasionalmente a mortificação do corpo. O corpo individual e o self que é identificado com este corpo é marcado no corpo coletivo dos homens. Estas marcações no corpo são muitas vezes esculpidas no corte de cabelo e no “vestir o uniforme”, dirá o autor. As culturas informais que são elaboradas no decorrer dos treinamentos, que muitas vezes são de longa duração, giram em torno da construção de uma socialização corporal necessária e funcional conectando-se definições de força e hegemonias masculinas, que como vimos em Bourdieu (2001) e Elias (1997) e que vão caracterizar formas de andar, falar, de se comportar etc, assim expressando disciplina e autoridade.

Outros aspectos relevantes são os referentes à abstenção, ao distanciamento, à separação das relações anteriores e as mudanças de si que recaem sobre os próprios policiais. Estes cursos possuem os efeitos de todo rito de passagem ou “ritos de instituição” (Bourdieu,

2008), que operam processos de distinção tanto no âmbito social quanto no âmbito institucional.

Além disso, segundo Hathazy (2006), estas Unidades Táticas, basicamente, possuem em seu aspecto uma exclusão e distanciamento espacial e temporal, muitas tem sedes próprias, isoladas de outras unidades e também há o distanciamento quase na maior parte do tempo dos contatos diários com o mundo não policial. Segundo o autor, nelas haveria um constante trabalho corporal que consistiria nas rotinas diárias de treinamentos ou atividades diárias policiais, como as intervenções ou operações policiais. Este processo consiste na aquisição de capacidades e habilidades, as quais se (re)disciplina e se autodisciplina novamente os policiais que ali atuam. Para o autor, qualquer que seja o aprendizado técnico este se caracteriza especificamente na virtude e na moral do grupo.

Implica integrarse y passar a ser parte de un específico punto en el espacio policial el cual las demandas y explotación por parte de los controladores del aparato policial están presentes de modo exacerbado, y donde se da el mismo proceso de necesidad hecha virtud en tanto rescate de la condición de explotación y subordinación como realización de específicas “virtudes” entre las que se destacan el “temple” (o disposición general a la resistencia) y el “espíritu de cuerpo” (o actitud general de entrega, de asunción personal e íntima de los objetivos de la unidad) (HATHAZY, 2006)

Segundo Hathazy (2006), este é um processo bastante longo e duro no qual o corpo é submetido a uma série de condicionamentos que o permitem progressivamente tomar parte das rotinas do trabalho policial na manutenção da ordem pública, esclarece ainda. Este processo, portanto, começa através do curso que forma os agentes para atuar nestas unidades, onde há um processo de adaptação corporal e somático para atividade. Além disso, estes processos começam a enrijecer o corpo que passa a se sentir distinto, um corpo cultivado e modificado, mas sobretudo um corpo obediente, resistente e abnegado que se centra na força psíquica, na capacidade de autocontrole e resistência. Para o autor, além deste processo, paralelamente são recebidos elementos técnicos nos processos de instrução, em práticas e eventos controlados que tentam simular situações reais. Todo este processo tem como objetivo contribuir para o “trabalho de grupo de combate” (*Ibid*, p.13).

Há nestes cursos um processo de desenvolvimento da habilidade emocional do policial que também deve controlar suas emoções e reações do corpo a situações de estresse, confusão, humilhação, cansaço, agressão física ou verbal ou provocações, controlando assim suas irritações e reações as provocações do corpo de instrução e do próprio desgaste físico e emocional no longo período de curso, que demonstram os trabalhos de Hathazy (2006). Para

o primeiro autor, este processo visa ao condicionamento para suportar as mais diversas condições e situações do trabalho nestas unidades.

Assim, o corpo de alunos gira em torno de um sistema de conhecimento de si e de reconhecimento pelos demais, aprendendo a atuar em conjunto ou como um grupo sem que um se sobressaia mais que o outro, como expõe Hathazy (2006). A “total subordinação”, a “disciplina” e a “entrega” serão as bases da defesa, do orgulho, da honra⁶ e do prestígio destas unidades que, segundo o autor, não se limitarão somente ao curso, mas farão parte da rotina de trabalho destes agentes de polícia e como referenciais de distinção com aqueles sujeitos não-policiais. Complementa ainda que estas categorias que se repetem sistematicamente, tais como: sacrifício, disciplina, trabalho duro e esforço, são validados moral e socialmente, justificando muitas vezes que aqueles da sociedade, que não passaram por estas etapas, sejam considerados menos que humanos. A criminalidade é vista como um desenfreado e descontrolado hedonismo materialista, opondo-se à ética do autocontrole e do altruísmo.

Estas descripciones no se limita a las concepciones de los sectores marginados, dentro de esta lógica, la condición policial y de todo lo que implica tolerar y aceptar, se convierte en el parámetro con el que luego serán medidos moralmente diversos sectores de “los civiles”. El mundo civil es, em general, construído como el mundo del interés y el egoísmo, el mundo del cálculo individual y pusilámine, falto de miras y sentido de generosidad. (HATHAZY, 2006, p.20, grifo do autor)

Segue o autor esclarecendo que estas representações podem produzir um tipo de aversão generalizada dos mais diversos setores sociais e, portanto, tais juízos expressariam uma versão mais ou menos secularizada de uma visão corporativa da sociedade. Esta visão transcendental do mundo policial que é auto atribuída acaba por se colocar acima dos processos sociais e políticos. No qual resulta assim uma muito específica “*cosmologia del orden y del desorden*”, isto é, em um cosmos orgânico “*que se ordena en una jerarquia moral determinada por la experiencia de sacrificio y sometimiento al estado de cosas de cada uno de los grupos con los que se enfrentan estos agentes del orden*” (HATHAZY, 2006 p.22)

Diante desta perspectiva, paira uma aura de moralidade e legitimidade intrínseca, que deriva do sentido moral de servidores disciplinados, mediante um *corpus mysticum* (Hathazy, 2006). No qual os valores de sacrifício, entrega, patriotismo e honra são os princípios

⁶ “El honor es el valor de una persona para sí mism, pero también para la Sociedad. Es su opinión, su *reclamación* de orgullo, pero también es la aceptación de esa reclamación, su excelência reconocida por la sociedad, su *derecho* al orgullo. (...) el honor proporciona un nexo entre los ideales de una sociedad y su reproducción en el individuo mediante su aspiración a personificarlos. Como tal, entraña no sólo una preferencia habitual por un modo de conducta determinado, sino también el derecho a determinado trato a cambio. El derecho al orgullo es ele derecho a la posición (...), y la posición se establece mediante el reconocimiento de una identidad social determinada.” (PITT-RIVERS, Julian, 1979, p.18, grifos do autor).

legitimadores de dominação e exploração de uns sobre os outros, gerando sentidos de corpos constituídos à imagem e semelhança da disciplina institucional policial.

Para tanto, avançaremos ao capítulo seguinte em que analisaremos parte da história da Polícia Civil do Rio de Janeiro na busca de indícios históricos que possam fundamentar e balizar tais valores até aqui expostos e que irá contribuir para a análise que se seguirá sobre a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) e o seu Curso de Operações Táticas Especiais (COTE).

2. Alguns marcos históricos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Este capítulo tem como objetivo identificar dentro da história da Polícia Civil do Rio de Janeiro quais aspectos e marcos se aproximam em atribuições e atividades policiais de alguma forma, na contemporaneidade, com a fundação e criação da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE). Aqui se entende, como veremos mais a frente, que qualquer fundação ou criação de uma instituição, gira também em torno de uma fundação mítica, porém, é necessário buscar na história marcas plausíveis que irão compor esta mitologia de criação. Desta forma, recorre-se a análises históricas já produzidas no Brasil sobre a história da polícia brasileira, focando-se naquilo que é essencial para a compreensão de nosso objeto de análise. Assim, muito do que se estudou sobre a polícia, em especial a PCERJ, será deixada de fora em nossa contextualização, priorizando-se apenas as características essenciais que possibilitem uma aproximação com alguma das práticas contemporâneas desta Unidade Tática de Polícia.

2.1. O primórdio imperial da Polícia Civil

Com a chegada da família real portuguesa à colônia brasileira, em 10 de maio de 1808, foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte, que tinha como modelo a polícia francesa que foi instaurada em Portugal em 1706. A Intendência Geral tinha como atribuições iniciais ser responsável pelas obras públicas, a garantia do abastecimento de água da cidade, assim como, a segurança pessoal e coletiva que se caracterizava pela ordem pública, pela vigilância da população, pela investigação de crimes e a captura de criminosos (HOLLOWAY, 1997). Importante ressaltar, que neste início havia uma associação entre as funções judiciais e policiais, que orientavam o sistema colonial.

No período de 1810 a 1821, o intendente e sua equipe, assim como, a Guarda Real de Polícia⁷ que patrulhava as ruas da cidade, mantinham a maior parte de seus esforços no objetivo de manter os escravos na linha, principalmente, em relação a captura de escravos

⁷ A Guarda Real de Polícia foi criada em maio de 1809, com o objetivo de manter a tranquilidade pública e a ordem civil, esta tinha estrutura militarizada, na qual sua força coercitiva podia ser controlada pela disciplina e pela hierarquia. Muitos de seus oficiais e soldados provinham das fileiras do Exército, recebiam estipêndio simbólico, além de alojamento e comida nos quartéis e do uniforme. Seus membros se vestiam como soldados, com jaquetas azuis e cartucheiras, semelhantes à gendarme francesa. Os praças saíam das classes sociais inferiores livres, as mesmas que eram alvo da repressão policial. (Mais detalhes ver Holloway, 1997).

fugitivos, de impedir que se reunissem nas ruas os grupos de escravos e negros livres. Segundo Holloway (1997), em fevereiro de 1821, ocorreram manifestações públicas que afastaram o então intendente geral de polícia. Logo após em abril dom João VI, retornou a Portugal. Dom Pedro, em maio de 1821, assume a regência, dando o primeiro passo na regulamentação das práticas policiais e judiciais, na qual ele

decretou que ninguém poderia ser preso a não ser por mandado judicial ou em flagrante, que as acusações formais contra todo detento deveriam ser feitas no prazo de 48 horas após a prisão, que ninguém seria encarcerado sem que fosse devidamente condenado em tribunal aberto e que não se usariam grilhões, correntes e tortura como punição. Duas semanas depois, ele decretou que uma lista de salvaguarda semelhantes às da Constituição liberal portuguesa passaria a vigorar no Brasil. Estas foram incluídas como itens na relação detalhada dos direitos 'civis e políticos dos cidadãos brasileiros', garantidos pelo artigo 179 da Constituição de 1824, que incluía a declaração geral de que 'a lei será a mesma para todos, quer proteja, quer castigue'. O documento definia cidadãos como 'os que no Brasil tiverem nascidos, quer sejam ingênuos ou libertos'." (HOLLOWAY, 1997, p.56)

Sendo assim, segundo o autor, depois de 1821, todo aspecto referente ao açoitamento ou ao castigo infligido aos escravos, assim como, aos aspectos referentes à atividade policial, foi no sentido de refinar e padronizar cada vez mais os procedimentos, com o objetivo de tornar os mecanismos repressivos mais precisos e eficientes, com o objetivo de que a polícia só deveria usar a força necessária para manter níveis aceitáveis de ordem e tranquilidade pública. Com tais medidas, dirá Holloway (1997) que na época, os furtos, assaltos e a desordem geral na cidade pareceram aumentar. Fatos estes que faz assumir, em 1825, um novo intendente geral de polícia, Francisco Alberto Teixeira de Aragão, o qual decretou uma série de normas policiais, autorizando as patrulhas a utilizarem a violência que as circunstâncias exigissem, caso houvesse recusa de qualquer indivíduo, escravo ou livre, a se submeter ao interrogatório. Além disso, no decreto também continha o estabelecimento do toque de recolher às 22h, no verão, e às 21h, no inverno, além de batidas nos locais de interação social dos escravos e das classes inferiores não-escravas (ex-escravos libertos, em especial) com objetivo de buscar armas ou instrumentos ilegais que pudessem ser usados para fins criminosos. Esta atribuição seria designada ao novo cargo que seria criado, o dos comissários, que seriam os assistentes do intente geral de polícia. Desta forma, seria atribuição dos comissários impedir qualquer tipo de ajuntamento, de dia ou de noite, que pudesse resultar em desordem, especialmente, se fossem reuniões de negros, escravos ou livres. Holloway (1997) esclarece que no antigo regime, tanto o intendente geral da polícia

quanto as autoridades judiciais e administrativas podiam declarar uma atividade como ilegal, bastando com isto baixar uma norma.

Estas práticas que vinham desde o período colonial foram formalizadas com a criação das polícias e perduraram para muito além, mesmo com a crise política de 1831/32 e a abdicação de dom Pedro I que levou a diminuir a autoridade do intendente da polícia e da Guarda Real, gerando batalhas esporádicas de grupos nativistas radicais nas ruas do Rio de Janeiro. Como tentativa de solucionar os problemas internos, buscou-se como recurso a criação da Guarda Municipal que, segundo Holloway (1997), seriam guardas municipais civis que amparariam as forças policiais em cada distrito judicial local. Elas formariam unidades de 25 a 50 homens e para se alistar era exigido que tivessem as mesmas qualificações que eram exigidas aos eleitores, o que garantiria sua seleção nos segmentos superiores da hierarquia sócio-econômica. Eles não seriam remunerados por seus serviços, mas receberiam armas e munições a custo do governo, sendo acionados pelos juizes de paz ou seus delegados, possuindo a função de vigilância da população, manter a segurança pública e prender malfeitores. Esta Guarda seria um recurso temporário até a formação da Guarda Nacional paramilitar que teria como critérios de seleção semelhantes ao das Guardas Municipais, porém, seriam organizadas em moldes militares e seria bem mais armada. A Guarda Nacional teria como objetivo substituir as milícias paramilitares e as “ordenanças” herdadas do regime colonial, assim como, substituiriam as guardas municipais civis. Além disso, ajudaria o Exército na defesa das fronteiras da nação.

Como expõe o autor, a Guarda Nacional foi por algum tempo parte importante do aparato de repressão disponível para o policiamento do Rio de Janeiro. Doze dias após sua criação pelo legislativo, regente Feijó alega que o policiamento deveria ser exercido por uma corporação profissional, bem selecionada e bem paga. Instituiu, então, em outubro de 1831, o que seria inicialmente o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, que em 1866, passou a se chamar Corpo Militar de Polícia da Corte e a partir de 1920, recebe a designação de Polícia Militar. A partir de 1831, a Guarda não estaria mais subordinada ao ministro da Guerra ou ao intendente da polícia, mas sim ao ministro civil da Justiça. Seus praças não seriam mais conscritos do Exército, mas sim recrutas que se alistariam voluntariamente, tendo melhor remuneração e condições de vida do que a maioria das tropas do Exército.

Em 1833, cria-se a Secretaria da Polícia, composta de três partes: Guarda Nacional, Polícia Militar e as primeiras instâncias judiciais. Segundo Holloway (1997), as instâncias

judiciais incluíam os juízes de paz e seus inspetores de quarteirão e o chefe de polícia com um quadro de pessoal pequeno, mas em expansão. As três partes geravam instabilidades, tendo em vista que suas funções eram sobrepostas e seus limites imprecisos. A chefia de Polícia é, então, assumida por Eusébio de Queiroz que “transformou a Polícia Civil em uma instituição orientada por princípios hierárquicos, centralizadores e autoritários” (*Ibid*, p.106). Uma figura central desta transformação efetuada por ele, foi a criação dos “oficiais de expediente” e dos “pedestres”. Os oficiais de expediente tinham como função coordenar ataques aos quilombos de escravos foragidos nos morros da cidade, além de entregarem documentos legais, eles também juntavam provas relacionadas aos crimes maiores (roubos e homicídios). Estes oficiais quando estavam em serviço nas ruas possuíam mais chances de serem acatados em sua autoridade quando estavam acompanhados de assistentes, os quais portavam cassetetes ou armas de fogo. Esta *equipe de apoio armado*, era formada por 12 homens, denominados “pedestres”, eles atuavam em duplas no acompanhamento de cada oficial de expediente (Holloway, 1997; Reznik, 2008).

Seu papel no aparato de repressão assemelhava-se ao dos soldados da Polícia Militar, embora não se sujeitassem à disciplina militar ou ao regime de quartel e nos primeiros anos não usassem uniforme. Podiam efetuar prisões em flagrante, e sua presença nas ruas tinha o efeito de inibir o comportamento desordeiro ou ilegal da população. Também assemelhavam-se aos policiais militares em suas origens sociais humildes e no salário. (...) Sob Eusébio de Queiroz, os pedestres aumentaram gradualmente de número e começaram a patrulhar as ruas independentemente dos oficiais de expediente. (HOLLOWAY, 1997, p. 111)

Segundo Reznik (2008) e Holloway (1997), para a Polícia não era fácil conseguir bons pedestres, tendo em vista o salário pago ser muito baixo. Assim, somente a população mais pobre ocupava tais cargos. Seu trabalho consistia no patrulhamento das ruas das 18h a meia-noite, portando cassetetes e algumas vezes usando uniformes. Em 1850, eles compunham 32 pedestres (ou patrulheiros civis – outra designação dada ao grupo) e em 1858, chegou ao número de 129 homens, subordinados à Secretaria da Polícia. Era um dos piores salários pagos na época, estando um pouco acima, apenas, ao que era pago aos escravos de ganho.

Com o Código de Processo Criminal de 1832, os juízes de paz passaram a ter a responsabilidade da vigilância de seus distritos, tendo a assistência dos inspetores de quarteirão. Estes tinham como objetivo prevenir crimes e investigar os quais não foram possíveis evitar. Assim, a figura do juiz de paz e dos inspetores de quarteirão, se tornam também ramos importantes que compunham a estrutura da Polícia Civil na década de 1930. O número de inspetores de quarteirão nesta década girou entre 150 e 180, cerca de 10 por

distrito judicial. “Como o juiz do crime de instância mais baixa, com jurisdição sobre a maioria das violações menores, o juiz de paz seguiu os passos funcionais do intendente da polícia criado em 1808, que também tinha autoridade para julgar e punir infrações menores” (HOLLOWAY, 1997, p. 112).

Após esta década, Eusébio de Queiroz defendeu e implementou reformas na polícia em 1841, na qual os agentes de polícia (chefes de polícia⁸, delegados e subdelegados) substituíram os juízes de paz eleitos localmente, adquirindo-se, portanto, autoridade para investigar, prender, julgar e sentenciar os pequenos infratores no próprio distrito, sem qualquer tipo de intervenção seja de advogados, de promotores ou de autoridades judiciais. Estes agentes e seus subordinados eram então indicados por Eusébio de Queiroz que seriam nomeados pelo imperador. A Polícia Civil adquire, portanto, poderes judiciais que irão perdurar até 1871. Além da autoridade e dos poderes judiciais, o que se percebeu foi um aparato centralizador, que ia desde o imperador até o inspetor de quartelão.

Em janeiro de 1866, é sancionado um decreto que separa definitivamente a polícia em dois corpos – uma força civil e uma força militar (Reznik, 2009). Este mesmo decreto também criou o serviço da Guarda Urbana, tendo em vista a falta de policiais na cidade do Rio de Janeiro, já que a guerra do Paraguai requisitou membros dos inspetores de quartelão e da Guarda Nacional. A Guarda Urbana era uma força de policiais pagos, tendo como efetivo estipulado o mesmo da Polícia Militar, 560 homens, que só será quase atingido em 1879 (Holloway, 1997). Além de pagos, a Guarda Urbana era uniformizada, contudo, seu salário inicial era baixo, mas superior ao do soldado militar.

Segundo Holloway (1997), esta mudança institucional, marginalizou a corporação dos pedestres que continuaram a existir com efetivo muito reduzido até o fim do Império, em distritos distantes, ajudando subdelegados e inspetores de quartelão locais. A Guarda Urbana uniformizada foi criada como uma crítica da disciplina militar. Estas eram controladas diretamente por um civil, o Chefe de Polícia, da mesma forma como os pedestres. Eram divididos em destacamentos que continham de 30 a 50 homens por unidade em cada distrito policial do Centro do Rio. O que deu aos subdelegados o comando direto de uma força considerável. O recrutamento para atuar na Guarda Urbana era de homens entre 21 e 50 anos, que possuíssem boas condições de saúde e tivessem uma reconhecida moralidade, além de ser dado preferência aos veteranos do serviço militar ou de outros cargos públicos.

⁸ Segundo Holloway (1997), os chefes de polícia eram nomeados entre os juízes de direito.

A Guarda Urbana era uma imitação da polícia de Londres, modelo também adotado em Paris no ano de 1854. Com a criação da Guarda Urbana, a Polícia Militar passava a ficar de prontidão, em regime de aquartelamento, sendo utilizada somente em casos de emergência pública, assim como em missões que envolvessem operações de grande porte e nas quais os guardas urbanos não estivessem disponíveis. “Segundo seus defensores, uma força de patrulheiros uniformizados e não-militares ajudaria a prevenir muitos crimes e a evitar atividades que, mesmo não constituindo crime, eram os passos preliminares para atos criminosos” (HOLLOWAY, 1997, p. 217). Segundo Reznik (2009), fazia parte de suas atividades as de prevenir crimes, observar condutas duvidosas que poderiam levar a crimes, além de, interrogar e até prender suspeitos e conter ameaças à ordem. Eles possuíam espadas como armas. Porém, os mesmos problemas continuavam, era uma força policial mal remunerada, constituída exclusivamente de pessoas sem habilidades ou aptidões, que se sujeitavam ao emprego por não encontrarem trabalho menos arriscado e mais vantajoso. Além disso, duras críticas foram feitas à época que, segundo Holloway (1997), estavam relacionadas, em especial, ao indisciplina e à falta de organização da Guarda Urbana. Fatos que convenceram o então chefe de polícia a solicitar a sua extinção, pois para ele sem um regime de quartel, sem disciplina, sem comando militar, nenhuma força pública seria possível. Não tardou e os guardas urbanos logo passaram a exceder os soldados de polícia no quesito brutalidade, o que era agravado ainda mais pela sua falta de disciplina, dirá o autor. A Guarda Urbana passou, então, a sofrer com escassez de pessoal, devido as demissões por não comparecimento ao trabalho, abusos no cumprimento do dever e corrupção, o que gerou em seus quadros também uma grande rotatividade de pessoal. A Guarda Urbana foi extinta em 1885, cedendo espaço para a Polícia Militar como força de frente no controle do espaço público.

Com as reformas de 1871, os cargos de chefe de polícia, delegado e subdelegado foram declarados incompatíveis com o exercício da função judicial. O que foi um dos primeiros passos para a profissionalização dos sistemas policial e judicial no Brasil, segundo Holloway (1997).

O prestígio de delegados e subdelegados e a posição social de quem ocupava tais cargos decaíram e jamais foi recuperado após a reforma de 1871. Se antes eles formavam a linha de frente, ocupando o escalão inferior da estrutura judicial, agora eram agentes a serviço dessa estrutura, mas sem pertencer a ela. (...) No final do Império, a necessidade de uma polícia profissional prevaleceu aos critérios tradicionais. (HOLLOWAY, 1997, p.229)

2.2. Da Republicana Velha à Ditadura Civil-Militar

No início do período republicano, em 1907, é elaborado um novo regulamento policial, tornando o Chefe de Polícia uma figura que concentrava muitos poderes. Este podia empregar a Guarda Civil, a Polícia Militar e os agentes de Polícia sempre que compreendesse necessário, dirá Reznik (2009). Nesta reforma, a Polícia é definida então como Judiciária, Administrativa ou Preventiva, tendo jurisdição em todos os 28 distritos do Rio de Janeiro. Foi criado também o cargo de comissário que atuaria como auxiliar dos delegados. A composição da delegacia era de pelo menos um delegado, quatro comissários, um escrivão e um oficial de justiça, além do agente de corpo de identificação (também cargo criado na reforma). Esta reforma visava modernizar a polícia, o que era visto com a aquisição dos primeiros carros de polícia (veículos motorizados e não puxados a cavalo) que chegaram em 1908. Esta modernização da polícia seguia os modelos ingleses e franceses de polícia, num período em que a cidade do Rio de Janeiro também estava se modernizando.

Antes das reformas do atual Chefe de Polícia Alfredo Pinto, o mesmo criou em 1905 a Guarda Civil, que ficava sob sua responsabilidade. Esta foi criada para ser um exemplo de polícia preventiva, o que incluía sua aparência, pois vestiam uniformes pomposos e eram transportados por veículos motorizados no patrulhamento do centro da cidade. Em 1908 chegou-se ao número de mil homens compondo a Guarda Civil, mas a previsão era de chegar até 1500 guardas. Ao longo da década de 20, os orçamentos para a guarda foram diminuídos e, segundo Reznik (2009), por mais que ela tivesse boa reputação, prestígio e eficiência no patrulhamento da cidade, seus problemas orçamentários e a dificuldade na remuneração dos guardas a levou para o abandono.

Em 1930, a Revolução consolidou o paradigma de intervenção estatal que vinha se desenrolando desde a década de 1920. As turbulências políticas e sociais levaram o governo a criar a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (DESPS) em 1933, a qual estaria subordinada à Polícia Civil do Distrito Federal, além de formular a Lei de Segurança Nacional, em 1935 (Reznik, 2009). Assume a Chefia de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que tem uma gestão marcada pela forte repressão política, sendo este o mesmo que criou a Polícia Especial e o serviço de Rádio Patrulha, as quais possuíam como atribuições fazer o policiamento ostensivo na cidade.

A Polícia Especial foi fundada em agosto de 1932, sua criação tinha como finalidade reprimir os atentados à ordem pública. Os homens que a compunham utilizavam uniformes cáqui e utilizavam quepe vermelho, além de utilizarem carros especiais e em momentos críticos atuavam como polícia de choque, assim como, estavam sempre presentes em grandes eventos. Além disso, seus membros se destacavam por serem grandes esportistas. Inicialmente esta unidade de polícia foi composta por 50 homens da Guarda Civil do Distrito Federal, 50 militares e 100 atletas selecionados em clubes esportivos do Rio de Janeiro. Posteriormente, seus membros passaram a ser admitidos por concurso público, chegando ao efetivo de 500 homens. Eram divididos em 4 grupos, cada qual submetido a um chefe e dois subchefes. Estes grupos eram divididos em choques, composto por 25 policiais que se dividiam em motoristas, vanguardeiros, granadeiros-lançadores e policiais equipados com submetralhadoras. Sua sede se localizava na subida do Morro de Santo Antônio no Centro, sendo transferida posteriormente para Benfica onde permaneceu até 1960, quando foi extinta. Utilizavam motocicletas na atuação de batedores de autoridades nacionais e estrangeiras, além de fazerem a escolta do Presidente da República (Reznik, 2009). Seu treinamento era um diferencial para a época, pois além das cansativas práticas esportivas, também envolviam o manejo de armas de fogo e de lança-granadas, assim como, de combate corporal através de artes marciais. A ideia era formar uma unidade de policiais que se distinguíssem dos demais policiais para conseguir o respeito da sociedade, tendo como componente principal ser uma polícia que gerasse ares de confiança à sociedade. Assim, havia a ideia de ser um grupo de policiais mais bem treinados, eficazes e com condições físicas excelentes que lhes capacitassem a executar combates tanto armados quanto desarmados. Buscou-se criar entre seus integrantes sentimentos de honestidade, de lealdade, de honra e de distinção que possibilitassem ser vistos como eficazes, confiáveis e bem treinados.

Segundo Reznik (2009), a Polícia Especial foi a responsável pela operação do serviço de Rádio-Patrolha, sendo esta uma corporação de elite criada em 1948. Tinha como objetivo servir para o pronto atendimento das ocorrências policiais, utilizando viaturas modelo sedan de luxo. Seu comando era de responsabilidade do comandante da Polícia Especial. O serviço de Rádio-Patrolha era composto por 120 policiais e 60 detetives, possuindo 20 veículos sedans pretos de quatro portas. A composição de cada equipe era de dois policiais e um detetive especialmente designado, na qual atuava na fiscalização da cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1950, com a transferência da capital para Brasília, a Polícia do Rio de Janeiro passa por reformas institucionais e em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, a Polícia se estadualiza. Em 1962, é criada a Secretaria de Segurança Pública da Guanabara, centralizando a direção dos serviços policiais e penitenciários. Em sua estrutura foram criadas a Superintendência de Polícia Judiciária (funções policiais), a Superintendência de Administração e Serviços (funções administrativas) e a Superintendência Executiva (policiamento ostensivo, trânsito e comando do DOPS). O corpo de bombeiros, a Polícia Militar e o Corpo Marítimo de Salvamento passaram a fazer parte da Secretaria (Reznik, 2009). Diante da reestruturação foram criadas e extintas delegacias especializadas e criou-se a Força Policial do Estado da Guanabara, corporação uniformizada que agregou a Polícia de Vigilância e a Guarda Civil. Segundo Reznik (2009), as estruturas elementares da Polícia não se alteraram até 1975, quando ocorreu a fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Até o momento encontramos na história da Polícia Civil do Rio de Janeiro, marcas de semelhanças seja na seleção dos policiais que compunham estes diversos tipos de polícia ou de suas funções policiais que podem nos demonstrar uma tradição histórica para a criação da CORE. Obviamente, devemos tomar as diferenças que são cabíveis dentro do tempo histórico de cada uma delas, como vimos desde a criação da Polícia no Brasil. Mas podemos analisar algumas possíveis aproximações, tais como a figura dos “pedestres” que atuavam em apoio aos oficiais de expediente, assim como, a criação de uma polícia civil uniformizada, tal como a Guarda Civil, que atuava em apoio no patrulhamento da cidade e posteriormente a própria Polícia Especial que integrava os quadros da Polícia Civil, com seus uniformes, veículos especiais e ares de distinção frente as demais polícias do Rio de Janeiro.

2.3. A história mítica de fundação da CORE/PCERJ

Como vimos, inúmeras são as características apresentadas na Polícia Civil que possibilitem uma aproximação histórica do que hoje se apresenta como a CORE. Alguns registros históricos, porém, demarcam seu início a partir do ano de 1969, como veremos neste capítulo. Da mesma forma a história oral relatada por policiais mais antigos nesta Unidade Tática de Polícia (com quase 40 anos de carreira policial), os quais mantive conversas informais e acesso à registros e imagens, também demarcam este ano como o início de tudo,

criando-se assim o mito fundador desta instituição. Aqui faremos uma conjugação dos registros históricos com conversas informais com estes integrantes mais antigos desta Unidade.

Segundo os relatos informais⁹, no ano de 1969 por ordem do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, foi realizada uma instrução na Brigada Paraquedista para aqueles que compunham o recém-criado Grupo de Operações Especiais (GOEsp), este grupo inicialmente era composto por policiais civis em sua maioria, mas também tinham policiais e bombeiros militares, segundo relatos. Este treinamento foi chamado de Estágio de Ações Táticas Especiais, sendo composta por 12 alunos com duração de 02 meses. Em seu currículo haviam instruções de sobrevivência na selva, módulo caçador com tiro de precisão, luta, operações ribeirinhas e marítimas, montanhismo entre outras disciplinas que tinham como objetivo habilitar tais agentes para as futuras ações de operações especiais na polícia carioca, que a época tinha como foco combater os opositores do Governo. Os instrutores deste curso eram compostos por militares em sua maioria da Brigada Paraquedista do Exército, mas também tinham no corpo de instrução Fuzileiros Navais, mas as instruções, segundo relatos, ocorriam sob a supervisão do recém-criado Batalhão de Ações de Comandos¹⁰ do Exército Brasileiros (1968). Uma segunda turma deste Estágio foi realizada em 1970, tendo no corpo de instrutores auxiliares, os alunos do curso anterior.

O GOEsp também atuava no apoio às demais unidades de Polícia Civil, composto por policiais especializados em mergulho, atirador de precisão, explosivistas e paraquedistas. Segundo Reznik (2009), este grupo teve sucesso e em 1971 foi criado o Serviço de Recursos Especiais (SERESP), composta por 38 homens, sendo reconhecida como a primeira unidade policial brasileira a formar atiradores de elite. Dentro do SERESP se encontravam três atividades: o Recursos Especiais propriamente dito, o Esquadrão Antibombas (primeiro do Brasil 1969) e o Serviço Aeropolicial da Polícia Civil, que além de promover apoio aéreo nas operações policiais, também realizava resgates marítimos e em matas (de 1972 a 1995 esta

⁹ A pesquisa que aqui realizamos, além de compreender a construção da identidade policial formada dentro da CORE, também buscou através de conversas informais e acesso a imagens históricas mapear a construção histórica que se propagada entre seus agentes, pois, compreende-se que a construção de uma identidade também é selada por este arcabouço simbólico do mito fundador dentro de uma instituição. É a partir dele que se faz uma aproximação histórica entre as práticas contemporâneas de seus membros e o seu passado mítico, gerando um mecanismo de transmissão de saberes e identificações entre seus membros. Principalmente, quando poucos são os registros documentais sobre a instituição e, assim, recorrer à oralidade daqueles que estavam em algum ponto entre o passado e o presente da instituição, se torna um recurso de compreensão ampliada, principalmente em matéria de construção social de identidade dentro de uma instituição.

¹⁰ Unidade de Operações Especiais do Exército Brasileiro, mais conhecido apenas por COMANDOS.

atividade era de competência da Polícia Civil quando passou para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro). O SERESP era conhecido como Base Falcão¹¹ e se localizava em Benfica, antiga sede da Polícia Especial. Neste mesmo período, na Polícia Civil existia a Divisão de Apoio Operacional (DAO), esta unidade tinha como objetivo atuar no apoio operacional para as demais unidades de Polícia Civil do Rio de Janeiro, não tinha inicialmente símbolo próprio, mas era conhecida como Base Jaguar¹².

No ano de 1980, foi realizado o Curso de Operações Especiais Policiais (COESP) da Polícia Civil, formando outros policiais civis para atuarem no SERESP, sendo este o precursor do que em 2004 seria o Curso de Operações Táticas Especiais (COTE), objeto principal de análise desta dissertação. Em 1987, o SERESP se transforma em Divisão de Recursos Especiais (DERESP) e a DAO se transforma em Coordenadoria de Apoio Operacional (CAO) que um pouco mais tarde se transformaria em Coordenadoria de Inteligência e Apoio Policial (CINAP). O DERESP neste momento era subordinado a um delegado de polícia que assumia a coordenação da CAO e, posteriormente, da CINAP. O uniforme dos policiais do DERESP nesta época, segundo relatos informais, era calça e gandola na cor cinza com uma camisa branca com identificação da Polícia Civil e o símbolo da base Falcão, além de coturno, cinto tático e coletes. A CAO/CINAP utilizava somente camisa branca e calça jeans em suas operações policiais, como as demais unidades de polícia civil. Esta estrutura dentro da Polícia Civil do Rio de Janeiro, perdurou até a criação da Coordenadoria de Recursos Especiais em 2002, com resquícios ainda presentes dentro de sua estrutura como veremos a seguir. Mas como vimos até aqui, a ideia de uma polícia especializada, uniformizada e distinta das outras unidades de polícia civil que possuem atribuições judiciais e investigativas não era nova, ao longo da história muitas aproximações podem ser feitas até chegarmos à CORE e as suas atribuições dentro da PCERJ. No capítulo que se segue vamos analisar esta Unidade Tática de Polícia em sua história, suas atribuições e estrutura.

¹¹ A Polícia Civil desde esta época era dividida em bases e cada uma tinha um nome, no caso do SERESP era base Falcão. Seu símbolo inicial era O símbolo da águia da Polícia Civil, existente até hoje, ao lado de um Raio e uma Espada, tendo a águia em suas patas segurando uma granada. Só posteriormente a águia é retirada e entra o símbolo do Falcão em seu lugar, representando o nome da base (imagem 16A). “O Falcão é o animal mais veloz do mundo, caçador por natureza, forte e preciso em seus ataques”, conforme exposto na rede social oficial da CORE.

¹² Posteriormente, a Base Jaguar recebe um símbolo, com a face de um Jaguar sobre as cores azul e branco do Estado do Rio de Janeiro e Raios que também representavam a Polícia Civil (imagem 16B).

Imagens 1 a 5 - Fotos do Estágio de Ações Táticas Especiais (1969)

Fonte: acervo particular



Imagem 1

Imagem 2



Imagem 3

Imagem 4



Imagem 5

Imagens 6 a 15 - Fotos do Curso de Operações Especiais Policiais (1980)

Fonte: Acervo Particular



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8



Imagem 9



Imagem 10

Imagem 11



Imagem 12

Imagem 13



Imagem 14

Imagem 15

3. A criação da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (CORE)

A CORE foi criada pela resolução SSP nº 551 de 22 de julho de 2002, sendo reestruturada pela resolução SSP nº 769 de 05 de maio de 2005. Nos arts. 1º e 2º desta resolução, definem o que é a CORE e sua competência:

Art. 1º - órgão destinado a atuar nas operações especiais e ações que envolvam técnicas e recursos não convencionais, visando atuar em áreas críticas e situações de alto risco, em apoio às diversas Unidades de Polícia Administrativa Judiciária e órgãos especializados da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, bem como promover atos de polícia judiciária, especialmente em relação às operações policiais desenvolvidas por essa coordenadoria;

Art. 2º - À CORE compete:

I – Dirigir; coordenar e supervisionar as ações e operações dos órgãos integrantes de sua estrutura organizativa e operacional, isoladas ou conjuntas com outros órgãos da Secretaria de Estado de Segurança e Instituições Públicas, além das que pela sua natureza, não devam ser realizadas pelas Unidades de Polícia Administrativa Judiciária distritais e especializadas;

II – Manter intercâmbio de informações e operações com os Órgãos de Segurança da União, Estados e Municípios brasileiros, bem como de outros países;

III – Executar atividades de apoio policial em locais de risco, operações especiais, bem como de antiterrorismo às Unidades de Polícia Administrativa Judiciária distritais, regionais e especializadas;

IV – apurar os fatos delituosos especialmente aqueles decorrentes de operações policiais desenvolvidas por esta Coordenadoria;

V – colaborar nas investigações policiais de outras Unidades de Polícia Administrativa Judiciária por determinação do Chefe de Polícia ou do Secretário de Estado de Segurança Pública. (PCERJ, resolução SSP nº 769 de 05 de maio de 2005)

No momento de sua criação, segundo seu organograma (vide Anexo A), nitidamente aquilo que antes já existia com a CINAP e a DERESP, se mantém, mas agora englobando-se tudo em uma única Coordenadoria, porém com algumas divisões mais claras. O Esquadrão Antibombas, o Serviço de Recursos Especiais e o Serviço Aeropolicial se desmembram e ficam subordinados diretamente ao Coordenador da CORE. A antiga CINAP se transforma internamente em Seção de Apoio Policial (SAP). Porém, neste momento de criação da CORE, ainda se mantém internamente certas distinções, o EAB e o SRE continuam sendo nomeados de base Falcão, enquanto toda a CORE é nomeada de base Jaguar, mantendo-se seus símbolos distintos. Alguns anos depois a CORE muda seu símbolo, para uma Caveira com dois fuzis atravessados.

Imagem 16A
Símbolo do GOESP



imagem 16B
Símbolo da CINAP



Imagem 17
símbolo da Base Falcão (SERESP)



Imagem 18
símbolo da Base Jaguar (SAP)
e da CORE (2002-2005)



Imagem 19
Símbolo da CORE (2005-2013)



Neste período inicial, a sede da CORE se localizava na rua da Relação, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, ao lado do prédio da chefia de polícia e atrás do antigo prédio da Polícia Central, onde hoje abriga o museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Contudo, como a Coordenadoria nesta época havia crescido consideravelmente em efetivo, sua sede não abrigava todas as suas divisões, desta forma, manteve-se tanto o Esquadrão Antibombas (EAB), a Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE)¹³ e o Serviço Aeropolicial (SAER)

¹³ Inicialmente chamado apenas de SOT (Seção de Operações Táticas) até a realização em 2004 do primeiro Curso de Operações Táticas Especiais, quando passou a ser denominado SOTE (Seção de Operações Táticas Especiais), sem que ocorresse até os dias atuais a mudança em sua Resolução interna. O SOTE é hoje, aquilo

em prédios distintos da sede da CORE. Somente no ano de 2013, com a criação da Cidade da Polícia, no bairro de Benfica, é que de fato ocorreu a junção de todos os serviços e setores da CORE em uma única sede (exceto o Serviço Aeropolicial – SAER que permaneceu no bairro da Lagoa, devido a estrutura de seu heliporto). A partir deste ano, então, muda-se novamente o símbolo da CORE, retirando a antiga caveira (imagem 19) e assumindo a imagem do Falcão com a espada e o raio (imagem 20), com isto, se extinguiu a base Jaguar, unificando toda a Unidade como base Falcão.

Imagem 20 – Símbolo atual da CORE (o Falcão passa a ser o símbolo da Unidade)



Hoje a CORE, conta com um efetivo que gira em torno de 350 agentes, em diversos setores e atribuições. Sendo 60% deste efetivo atuando na parte operacional, os demais estão em atribuições administrativas ou alocados na função de escolta da Chefia de Polícia ou de outras autoridades. Esta Unidade Tática de Polícia que é a CORE possui hoje, 03 helicópteros (02 modelos esquilo e 01 HUEY 2), 04 veículos blindados de transporte de tropa, 50 viaturas estilo caminhonete 4x4 na cor preta. Os policiais em atividades operacionais utilizam uniforme padronizado na cor preta, incluindo-se calça tática de combate; camisa com a inscrição CORE e Polícia Civil nas costas e o símbolo da CORE no peito ou gandola tática de combate; coturno tático estilo militar; cinto tático operacional e colete balístico, todos na cor preta. Os policiais são equipados com os seguintes armamentos (fuzis M-16 A2, calibre 5.56 e AR-10, calibre 7.62, além de utilizarem pistolas GLOCK, calibre .40), além destes armamentos há a possibilidade do uso de Submetralhadoras HK-MP5, calibre 9mm, assim como, capacetes balísticos e escudos balísticos móveis para intervenção tática.

que foi o SERESP, a equipe mais treinada dentro da CORE, possuindo atribuições específicas de Unidade Tática e Operações Especiais, conforme veremos adiante.

Dentro da CORE, além do SAER e do EAB, os principais agentes operacionais estão ou na Seção de Apoio Policial (SAP) ou na Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE) que ao todo somam o quantitativo de 101 policiais¹⁴. Conforme, Ordem de Serviço nº 01 de 05 de janeiro de 2012, em seu art. 1º, diz que o ingresso na Coordenadoria dependerá de processo seletivo, objetivando avaliar as condições médicas, físicas, técnicas e comportamentais dos candidatos, em seu parágrafo único, consta que este processo seletivo se dará pela conclusão do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) ou do Curso de Operações Policiais (COP). Além disso, para fazer parte da CORE, o agente policial tem que ser voluntário e fazer parte dos quadros da PCERJ por no mínimo 01 ano. Mesmo após a conclusão de um dos cursos, a lotação dependerá de avaliação da oportunidade e conveniência da Administração, bem como da necessidade de aumento de seu efetivo. Além disso, como todos os policiais da CORE possuem um dos dois cursos, qualquer policial lotado nesta Unidade, inclusive os policiais com atribuições administrativas podem ser requisitados para irem em apoio as inúmeras operações, conforme necessidade da administração.

Para fins de esclarecimento a que esta dissertação se propõe, nos centraremos apenas na Seção de Apoio Policial (SAP) e na Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE), definindo suas atribuições e competências. Não esquecendo que estas duas seções, hoje representam, respectivamente, a CINAP e a DERESP de antes, ou de outra forma, a distinção anterior entre base Jaguar e base Falcão. Este esclarecimento da distinção entre as duas seções se tornará de grande valor na compreensão da identidade Falcão e do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) que se seguirá no capítulo seguinte.

3.1. A Seção de Apoio Policial (SAP)

Esta seção se origina da CINAP e da extinta base Jaguar, hoje é uma das seções principais em matéria de apoio operacional na CORE e na PCERJ, ela conta com um efetivo que gira em torno de 50, sendo divididos em 4 equipes. Cada equipe composta em média de 13 policiais por dia, em regime de escala de plantão de 24 horas de serviço por 72 horas de folga. Todavia, inúmeras são as necessidades internas em grandes operações que muitos dos policiais que estão de folga são acionados para reforçar a equipe de dia e, assim, aumentar o efetivo operacional.

¹⁴ Este efetivo corresponde ao número total de policiais operando somente nas duas seções (SAP e SOTE), levantamento realizado em dezembro de 2018.

São atribuições da Seção de Apoio Policial, segundo a Resolução da CORE:

- I – planejar, registrar, chefiar, controlar, fiscalizar, orientar e acompanhar e realizar as operações policiais convencionais em curso no órgão;
- II – apoiar as operações policiais das demais unidades policiais da Secretaria de Segurança Pública;
- III – realizar operações policiais repressivas em áreas com alto índice de criminalidade;
- IV – controlar motins, distúrbios e tentativas de fugas de carceragens das Unidades de Polícia Administrativa Judiciária¹⁵, e eventualmente nas unidades carcerárias da SEAP, quando solicitadas;
- V – apoiar as Unidades de Polícia Administrativa Judiciária em caso de tumulto, princípio de invasão ou resgate de detentos, efetuados por populares. (PCERJ, resolução SSP nº 769 de 05 de maio de 2005)

Os policiais lotados na Seção de Apoio Policiais, devem ter como requisito mínimo o Curso de Operações Policiais (COP), portanto, lhes são exigidos o curso básico para lotação, curso que qualquer outro policial civil lotado na CORE deve ter como exigência mínima, mesmo que para exercer somente atividades administrativas. Este curso, dá as diretrizes básicas para as atribuições que são desempenhadas na Unidade, tendo hoje uma carga horária de 120 horas/aula, equivalente a 12 dias de curso. Onde tem aulas básicas de tiro tático policial, patrulha em área de risco, busca em ambiente confinado, segurança de dignitários entre outras disciplinas. Na imagem abaixo (imagem 21) está o brevê do COP, sendo este o único símbolo dentro da CORE que mantém o Jaguar em sua representação.

Imagem 21 - Símbolo do Jaguar no brevê do COP



Segundo o levantamento feito através das fichas dos servidores, podemos constatar que dos 48 servidores, 38 são inspetores de polícia, de um do efetivo nesta seção é composta por inspetores de polícia que possuem idade média de 43 anos e tempo de serviço na PCERJ de 12,5 anos, já em relação ao tempo de serviço contínuos lotados na CORE, os mesmos

¹⁵ As carceragens da Polinter/PCERJ foram extintas, a partir de 2005 com a expansão do Programa Delegacia Legal.

possuem uma média de 6,15 anos de lotação, conforme podemos visualizar nos gráficos abaixo (gráficos 1 e 2). Nos gráficos que se seguem (gráficos 3 a 5) estão melhor detalhados os quantitativos idades, tempo de serviço na PCERJ e na CORE que demonstram que dos 48 policiais 25 deles estão na instituição PCERJ a até 09 anos, 32 deles possuem idades entre 36 e 50 anos e o tempo de serviço lotado na CORE sem interrupção é de até 6 anos para 25 policiais dos policiais desta seção.

Gráfico 1 - Efetivo de Policiais por cargo no Setor de Apoio Policial – SAP/CORE
(n= 48)

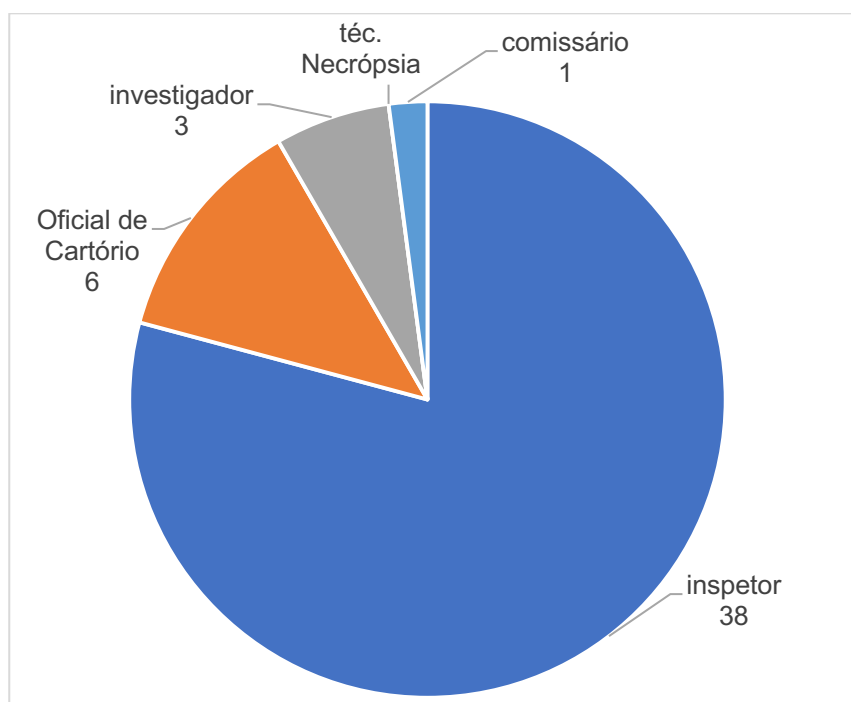


Gráfico 2 – Média da idade, do tempo de serviço na PCERJ e do tempo de serviço na CORE dos policiais lotados no Setor de Apoio Policial – SAP/CORE (n=48)

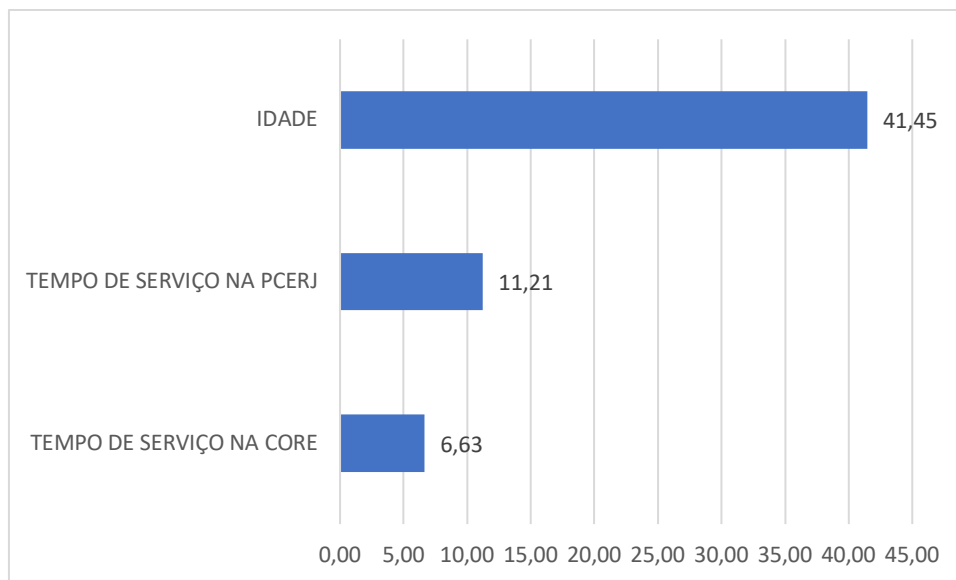


Gráfico 3 – Distribuição do efetivo do Serviço de Apoio Policial – SAP/CORE segundo faixa de tempo na PCERJ (n=48)

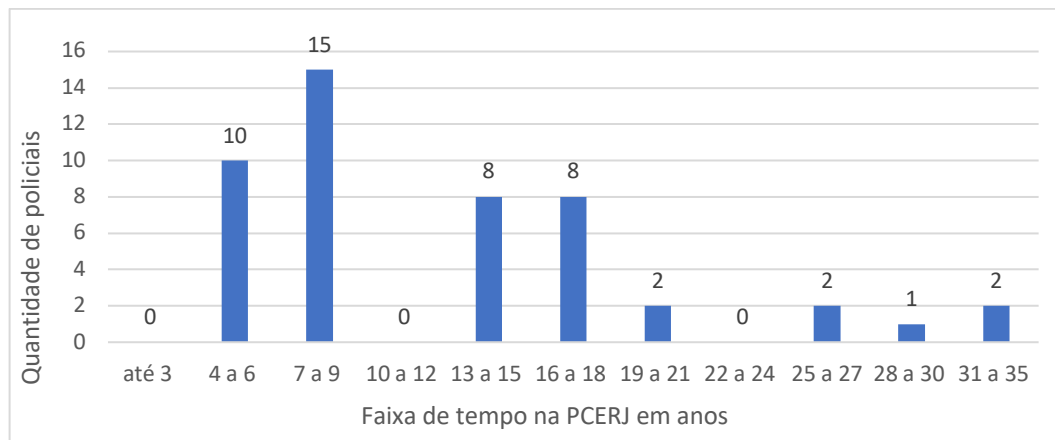


Gráfico 4 – Distribuição do efetivo do Serviço de Apoio Policial – SAP/CORE segundo faixa etária (n=48)

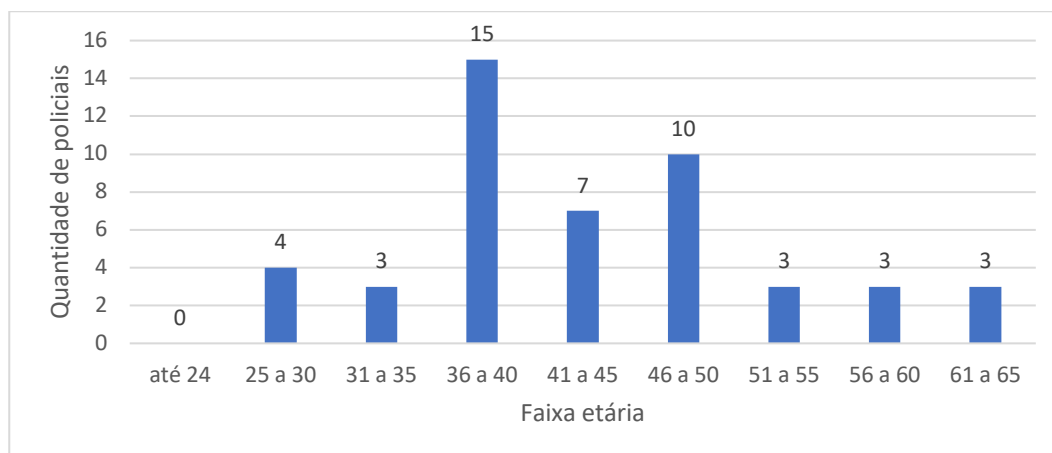
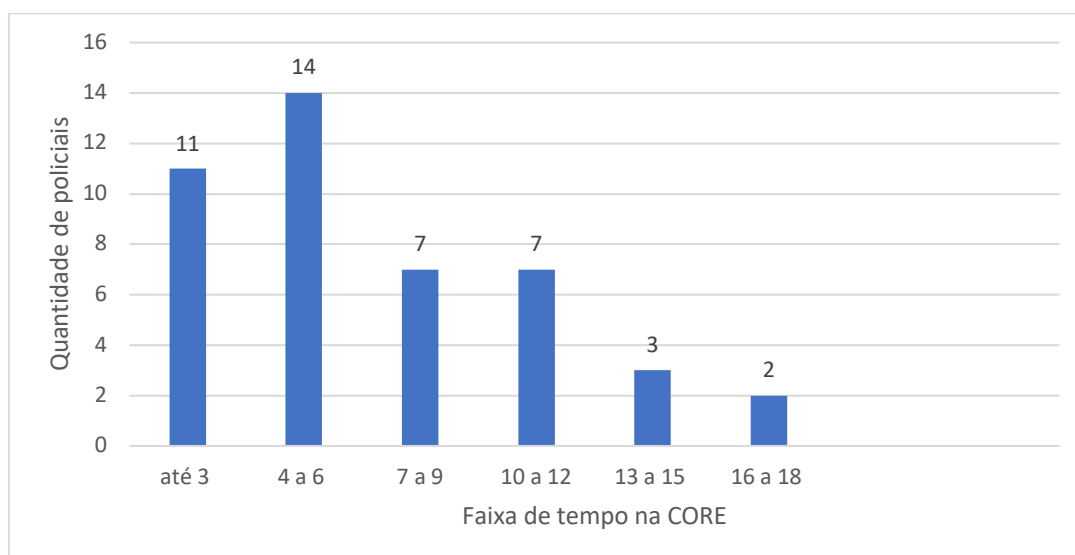


Gráfico 5 – Distribuição do efetivo do Serviço de Apoio Policial – SAP/CORE segundo faixa de tempo ininterrupto na CORE



3.2. A Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE)

Esta seção é originária do GOEsp e da SERESP (base Falcão), como anteriormente demonstrado, hoje é a seção que compõe os policiais mais bem treinados dentro da CORE, em matéria de atividade operacional e em resgate de reféns da PCERJ, segundo as próprias atribuições internas da seção que estão dentro do organograma da CORE¹⁶ (Anexo A)

¹⁶ No organograma da CORE de 2005 (Anexo A), que está em processo de reformulação, o Grupo de Operações Especiais (GOE) foi extinto e suas atribuições passaram para a Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE),

vinculada ao Serviço de Recursos Especiais (SRE), que além do SOTE, conta com a Seção de Snipers¹⁷, com a Seção de Treinamento Especializado¹⁸ e a Seção de Operações Marítimas. Esta Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE) tem em seu efetivo também em torno de 50 policiais, sendo divididos em 4 equipes, assim como a Seção de Apoio Policial. Cada equipe é composta em média de 12 policiais por dia, em regime de escala de plantão de 24 horas de serviço por 72 horas de folga. Cada equipe de plantão tem no mesmo dia uma equipe da Seção de Apoio Policial (SAP) fixa. Assim, como na Seção de Apoio, os agentes da Seção de Operações Táticas Especiais também são acionados na folga para reforçar a equipe de dia caso seja necessário.

As suas atribuições conforme a Resolução da CORE são:

- I – resgatar reféns nos casos de roubos ou sequestros com criminosos encurralados pela Polícia, utilizando-se de meios especiais de entrada e arrombamentos mecânicos e/ou explosivos quando necessário, desenvolvendo e mantendo equipe especializada para essas missões;
- II – manter uma equipe de atiradores de elite – sniper, com respectivo armamento, para efetuar tarefas que necessitem de preparo técnico específico;
- III – efetuar intervenções, buscas e resgates em locais de difícil acesso em situações adversas;
- IV – atuar no combate ao terrorismo;
- V – realizar as incursões em áreas críticas e de alto risco;
- VI – efetuar abordagem em edificações invadidas por pessoas armadas;
- VII – atender às prioridades policiais. (PCERJ, resolução SSP nº 769 de 05 de maio de 2005)

Desta forma, percebemos que as atribuições desta seção se tornam mais específicas e mais próximas do que se entende por uma Unidade Tática de Polícia (PROENÇA JUNIOR, 2006), distinguindo-se das atribuições da Seção de Apoio Policial. O policial ao pretender ser lotado nesta seção, deverá passar pelo Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da própria CORE e, assim, se especializar como operador tático policial. Dentre o total de 53 servidores, 43 deles são inspetores de polícia, tendo uma média de idade de 39,50 anos, o tempo médio de serviço que estes policiais estão na instituição PCERJ é de 10 anos, estando

por isto, a inclusão da letra “E”, não permanecendo mais SOT, outra alteração é que a Seção de Operações Aéreas passou a ser de responsabilidade do Serviço Aeropolicial (SAER), nesta estão os agentes que compõe a tripulação dos helicópteros da CORE.

¹⁷ Os atiradores de precisão da CORE atuam em conjunto com SOTE nas operações policiais, pois são policiais oriundos desta que se especializaram em cursos desta competência dentro da própria CORE ou em outras unidades policiais ou militares. Então, em matéria de análise prática, quando falarmos em SOTE, estaremos englobando também os policiais que são atiradores de precisão. Internamente só é permitido um policial realizar um curso de atirador de precisão se ele já tiver feito o Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) e atuou na SOTE.

¹⁸ Esta Seção também atua em conjunto com os policiais da SOTE, quando requisitados nas operações, tendo em vista que o corpo de instrução na CORE também é designado aos Policiais mais experientes e antigos da SOTE.

somente um pouco abaixo da Seção de Apoio. Já o tempo de serviço lotados na Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE) é de 7 anos (gráficos 6 a 10). Por conta da especialização e da capacitação técnica de seus agentes, metade de seu efetivo se encontra entre 10 a 21 anos lotados na Coordenadoria (gráfico 10), outros agentes com mesmo tempo de serviço e que compunham esta seção, muitas vezes passam a compor outras seções dentro da CORE como a seção de treinamento ou vão para o SAER serem tripulantes nas aeronaves. A estabilidade interna é muito grande para estes policiais que dificilmente eles optam em ir para outros departamentos ou delegacias na PCERJ.

Gráfico 6 – Efetivo dos policiais lotados na Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE (n=53)

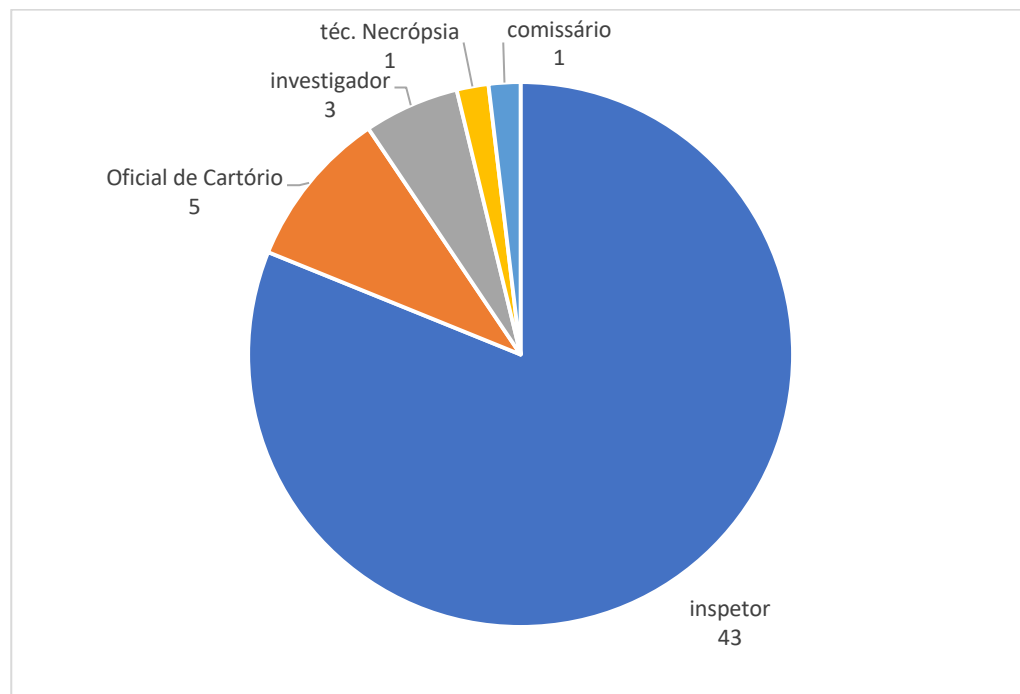


Gráfico 7 – Média da idade, do tempo de serviço na PCERJ e do tempo de serviço na CORE dos policiais lotados na Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE (n=53)

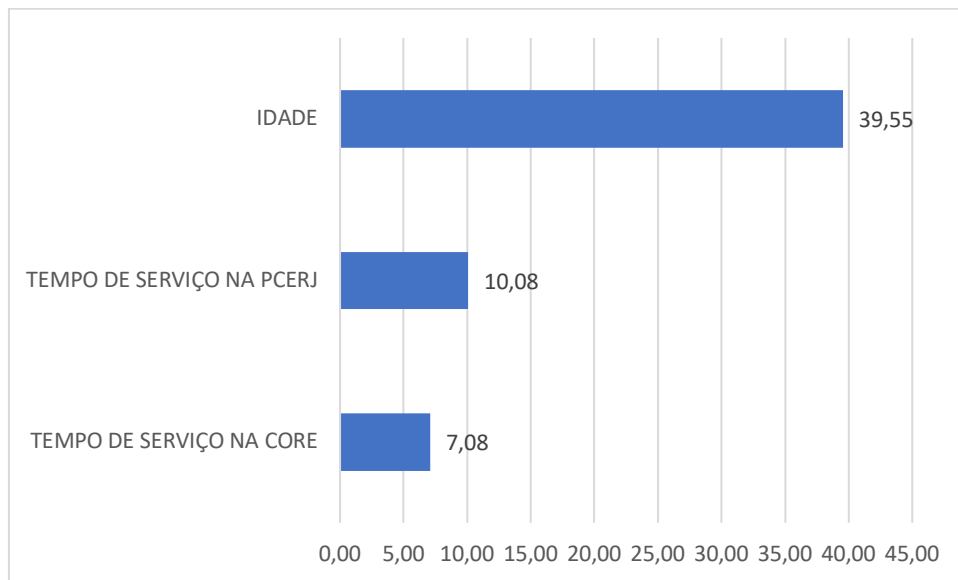


Gráfico 8 – Distribuição do efetivo da Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE segundo faixa de tempo na PCERJ (n=53)

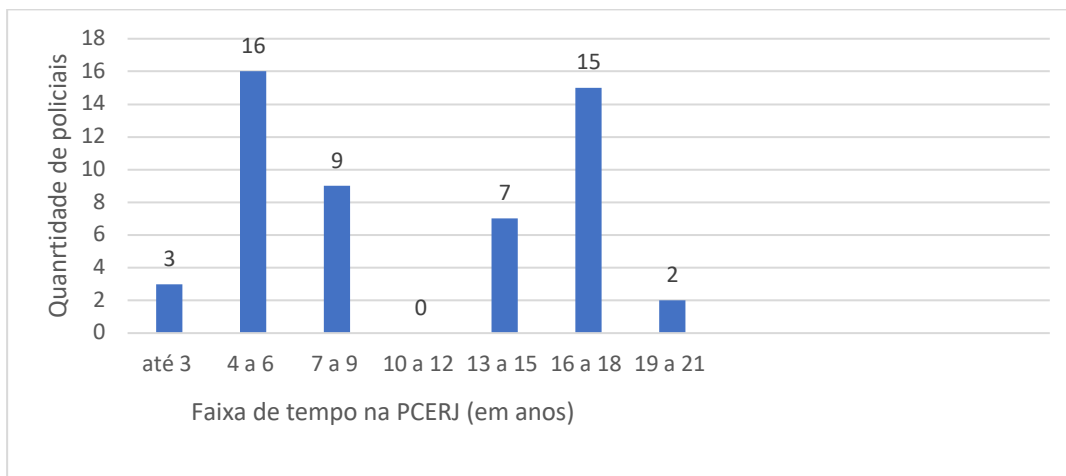


Gráfico 9 – Distribuição do efetivo da Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE segundo faixa etária (n=53)

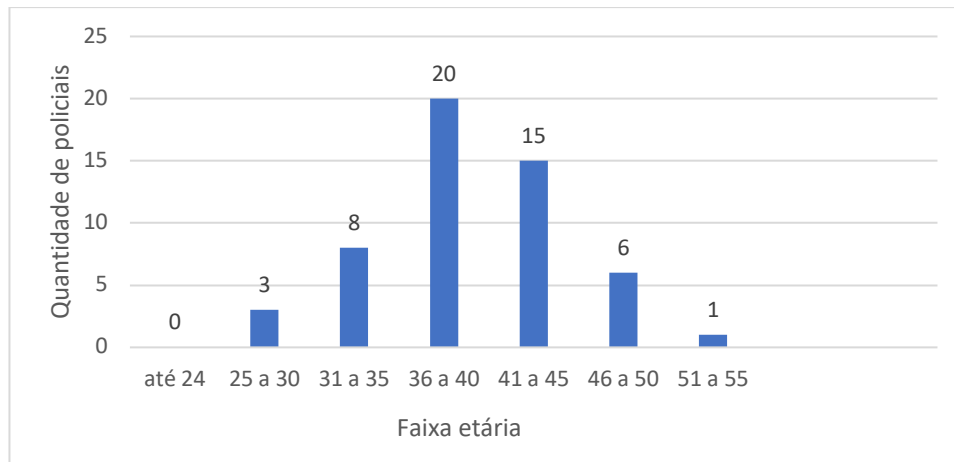
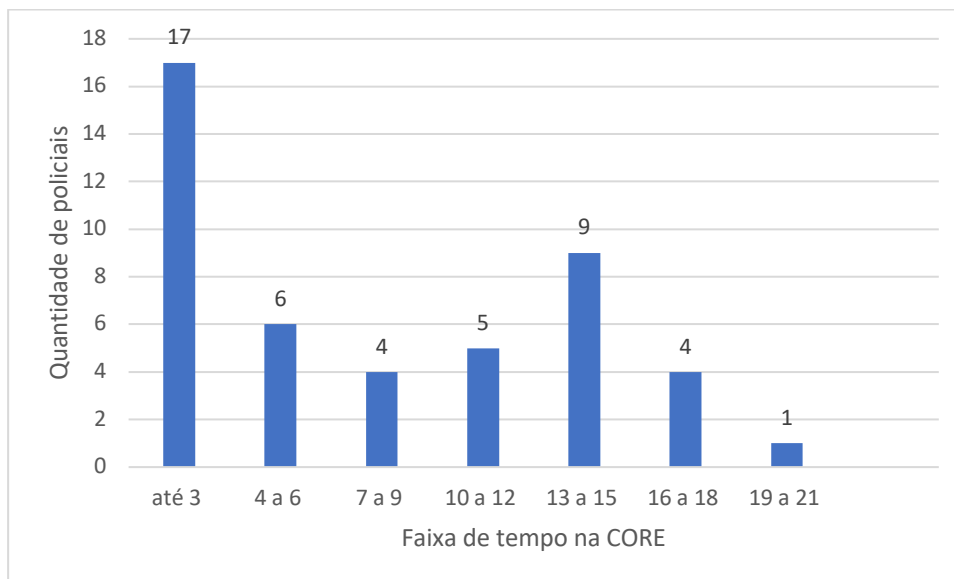


Gráfico 10 – Distribuição do efetivo da Seção de Operações Táticas Especiais – SOTE/CORE segundo faixa de tempo ininterrupto na CORE (n=53)



Assim, analisando as médias gerais, somando-se as duas seções SAP e SOTE, temos dentro do efetivo total de 101 policiais, 80% pertencem ao cargo de inspetor de polícia, com

uma média de idade de 41,50 anos e tempo de serviço na PCERJ de 11,20 anos. O tempo de serviço destes agentes dentro da CORE, sem interrupção, é de uma média de 6,63 anos (gráficos 11 e 12). Portanto, em um panorama geral, temos uma média de serviço baixa para uma Unidade Tática de Polícia. Mas cabe ressaltar que contabilizamos o tempo ininterrupto, desde sua última entrada na unidade, pois muitos que estão na Seção de Apoio Operacional (SAP) saem da CORE e depois retornam o que influenciaria neste tempo médio. Além disso, como podemos ver nos gráficos gerais, há policiais que estão na Unidade há mais de 15 anos e muitos que estão até 6 anos na PCERJ, sendo que estes últimos são oriundos dos últimos concursos de ingresso na PCERJ, como podemos observar no gráfico 10, a maioria dos agentes que compõem a Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE) tem até 6 anos de serviço policial. O que faz a média global ser baixa, porém, devemos levar em consideração o panorama geral de avaliação, há muito policiais “antigos” de polícia na unidade junto com muitos policiais “novos” na PCERJ.

Gráfico 11 – Efetivo de Policiais por cargo no Setor de Apoio Policial e na Seção de Operações Táticas Especiais – SAP e SOTE/CORE (n=101)

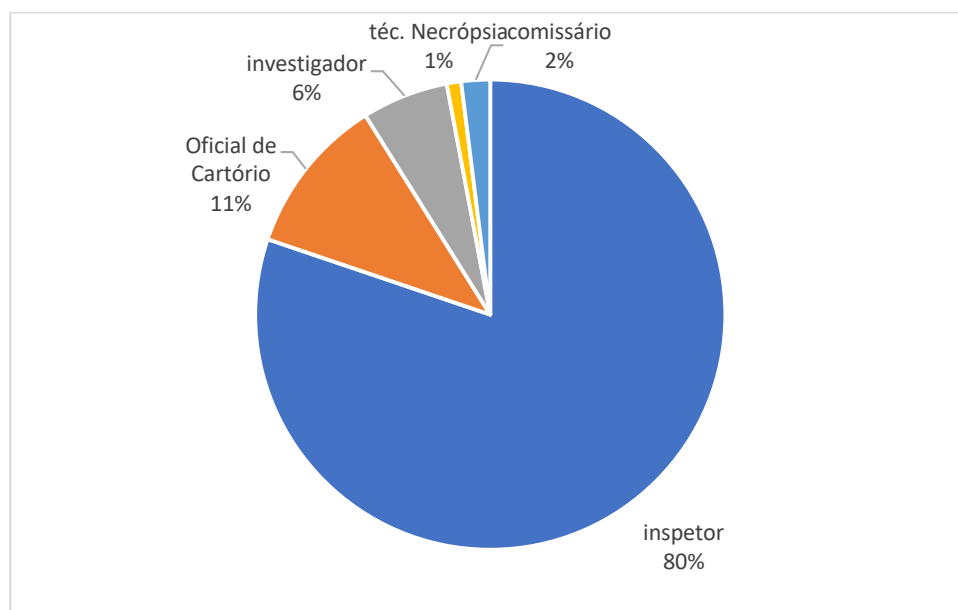
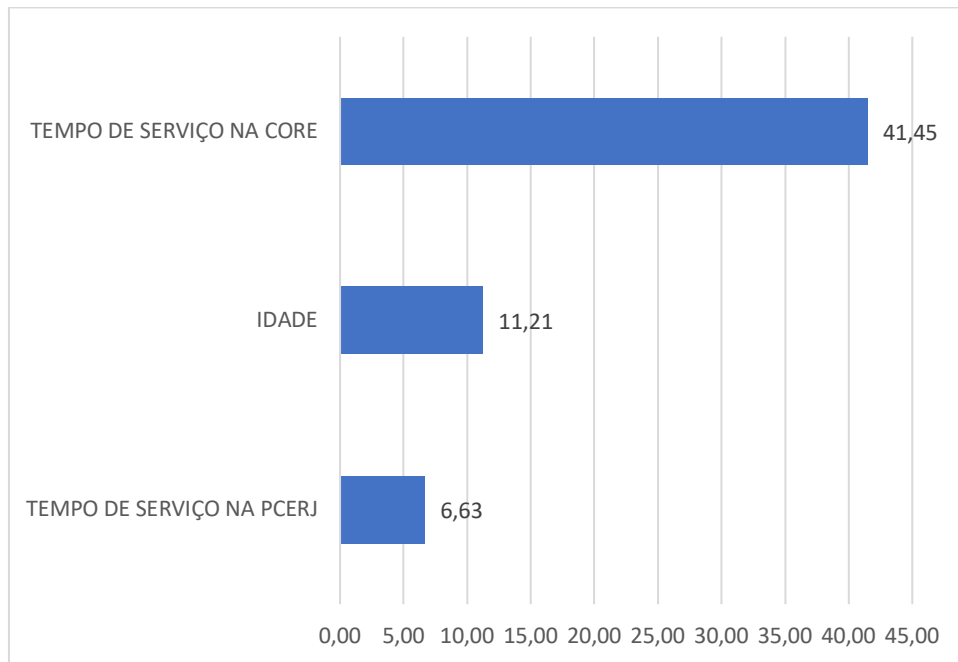


Gráfico 12 – Média do tempo de serviço na CORE, da idade e do tempo de serviço na PCERJ dos policiais lotados no Setor de Apoio Policial e na Seção de Operações Táticas Especiais – SAP e SOTE/CORE (n=101)



Assim, após compreendermos as atribuições e distinções internas da CORE, em especial entre suas duas principais seções operacionais (SAP e SOTE) que possuem seus dois cursos COP e COTE como forma de ingresso nesta Unidade Tática de Polícia. A partir de agora tendo foco em nosso objetivo principal que é compreender as bases da construção da identidade Falcão, foi necessário primeiramente que buscássemos compreender a história por trás da Unidade, para que depois nos centrássemos nas atribuições de cada seção. No capítulo seguinte iremos analisar, tão somente, o COTE de forma mais detalhada, adentrando nas peculiaridades do curso e na formação desta identidade policial, a qual os policiais que o concluem passam a se denominarem como “Falcões”.

4. O Curso de Operações Táticas Especiais (COTE)

O Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro foi instituído pela Portaria PCERJ No. 375 de 24 de novembro de 2004. A Seção de Ações Táticas (SAT), que logo se tornaria Seção de Operações Táticas (SOT) e, posteriormente, Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE), já compunha os quadros da CORE dentro do Serviço de Recursos Especiais (SRE). Esta seção era composta no ano de 2004 de mais ou menos 20 policiais civis. O COTE então criado pela CORE visava, como expõe o *caput* da Portaria, treinar, aperfeiçoar e desenvolver a técnica do policial civil, mais especificamente, dos servidores policiais que compunham as equipes operacionais do SRE/CORE. Em seu art. 2º diz,

o Curso ora instituído visa treinamento, aperfeiçoamento e conhecimento avançado de técnicas e táticas especiais dos mais diversos moldes de operações, tornando mais segura e padronizada a utilização dos mesmos pelos policiais da PCERJ em suas atividades. (Resolução PCERJ Nº 375, 24/11/2004)

O curso se iniciou em 13 de dezembro do mesmo ano, tendo como duração total 280 horas/aula, incluindo as seguintes disciplinas:

Tabela 2 - Disciplinas no primeiro COTE em 2004

	DISCIPLINAS
1.	Técnicas Especiais de Abordagens
2.	Artefatos Explosivos (Entradas e rompimento de obstáculos)
3.	Combate em Ambiente Confinado
4.	Condicionamento Físico
5.	Técnicas e Táticas de Defesa
6.	Direitos Humanos e Ética Policial
7.	Gerenciamento de Crise
8.	Operações Aéreas (Transporte, embarque e desembarque tático de Helicópteros)
9.	Operações Aquáticas
10.	Progressão e Patrulhamento Tático
11.	Primeiros Socorros
12.	Inteligência Policial
13.	Técnicas de Rapel Tático
14.	Ações em Áreas Críticas

O curso teve duração de quase 2 meses, na qual os policiais que ora realizavam o curso se apresentavam em forma às 06 horas da manhã, de segunda à sábado e as vezes aos domingos, sem horário de término para as atividades diárias. Cabe ressaltar que os policiais que estavam lotados na Seção de Ações Táticas à época já possuíam o Curso de Operações Marítimas e Ribeirinhas e o Curso de Rapel Tático, realizados pela CORE, para se integrarem a ela. O Curso foi realizado em conjunto entre a CORE e a Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) da PCERJ, porém, a maioria das aulas eram realizadas em unidades militares diversas, seja o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro até as Unidades de Forças Especiais do Exército, tanto na utilização do espaço físico destas unidades quanto em instruções dadas por estas. Um curso deste nível nunca tinha sido realizado dentro da Polícia Civil do Rio de Janeiro de forma autônoma, isto é, com a coordenação da própria CORE, criada há dois anos. Como vimos anteriormente, o estágio de 1969 e o curso de 1980, foram coordenados por unidades militares, no intuito igual de capacitar e habilitar os policiais civis já integrantes do Recursos Especiais.

Este curso de 2004, na qual fui aluno pois já integrava o que viria ser chamado de SOTE posteriormente, simbolizava à época para todos os seus participantes a estruturação da Unidade e o desenvolvimento técnico que se daria por diante. A base de estrutura e arranjo deste curso se centrava nos padrões da SWAT de Miami, na qual o coordenador do curso e chefe da SRE à época tinha tido a experiência em anos anteriores de participar como aluno e como instrutor e na qual eu mesmo fui aluno no ano de 2005 e pude constatar tamanha semelhança. Tanto que os padrões de uniformização dos alunos da primeira edição do COTE eram as mesmas que se aplicavam no curso de formação desta Unidade Tática norte-americana, isto é, os alunos eram numerados em seus uniformes e eram obrigados a manter o corte de cabelo em máquina zero e barbas feitas diariamente. Como consequência, perdia-se ao longo de todo curso qualquer tipo de identificação feita pelos seus nomes, já que os alunos eram chamados durante todo curso apenas pelas numerações adquiridas para a realização do mesmo e não mais pelos seus nomes de serviço, gerando, portanto, uma padronização total de todos os alunos que deveriam vestir: calça tática preta, coturno preto, gandola preta numerada, camisa de malha na cor azul marinho numerado, boné preto numerado, cinto tático preto com porta pistola, além da mochila tática na cor preta e numerada para carregar seus equipamentos individuais que seriam usados ao longo do curso, como exemplo, nadadeiras, material de rapel, óculos de proteção e abafadores, uniforme de

educação física etc. Este padrão é o que se mantém até hoje no COTE, como veremos mais a frente quando analisarmos a sua décima edição.

A numeração que falamos acima, o aluno passava a adquirir no início do curso, como forma de padronização, um número que começava no 11 (onze) e assim se sucedia, era dado pela ordem de classificação dos alunos depois da realização do Teste de Aptidão Física (TAF) e do Teste de Aptidão Técnica (TAT), que foram exigidos como forma de aprovação para se iniciar o curso. A numeração seguia os mesmos critérios realizados no curso da SWAT. Este mesmo critério hoje continua sendo utilizado para numerar os alunos ao longo das edições seguintes, exceto pelo fato de que aquele aluno que não conseguiu concluir uma edição anterior, hoje ele tem a opção de permanecer com o mesmo número do outro curso, entrando em acordo com outro aluno que receberia seu número, veremos melhor este aspecto mais a frente quando nos aprofundarmos nas análises do COTE X.

Na Portaria que instituiu o Curso, também consta em seus artigos a regulamentação das insígnias do curso, isto é, do brevê. Ao término desta primeira edição, todos os alunos concluintes foram “brevetados” pela coordenação da CORE, recebendo o seguinte brevê (imagem 22),

Imagem 22 - brevê adquirido por todos os concluintes do COTE desde a sua primeira edição em 2004



Este brevê tem como símbolo, o Falcão, que também representa o antigo Recursos Especiais, em suas várias épocas, se tornando posteriormente o símbolo da CORE, como vimos anteriormente. No caso, os raios estão simbolizando a PCERJ, tendo como significado também a velocidade de atuação da Unidade. O Falcão tem o significado de ser o animal

mais veloz do mundo, um caçador por natureza, forte e preciso em seus ataques, segundo as representações e os significados produzidos internamente pelos seus membros. Além disso, por ser a CORE uma unidade de polícia civil, o Falcão carrega em suas garras uma espada, simbolizando a Justiça realizada por seus membros em nome da sociedade.

O primeiro COTE, realizado no fim do ano de 2004 e início de 2005, formou 14 policiais civis, todos inspetores de polícia que em sua totalidade possuíam mais ou menos 02 anos de carreira na Polícia Civil do Rio de Janeiro, dentre os formandos se encontrava eu, com 24 anos de idade à época e 02 anos na PCERJ e os mesmos 02 anos na CORE. A média de idade deste grupo girava em torno de 28 anos. Os policiais que nele se formaram passaram a ser intitulados *Falcões*, cada um destes 14 policiais era a partir da conclusão a ser reconhecido como um “Falcão”, ganhando um respectivo número que o identifica. Neste curso se iniciou com o “Falcão 11” e terminou com o “Falcão 25”. As numerações começaram com o número 11, pois os Falcões 01 a 10 eram designados ao coordenador e aos chefes do Setor de Recursos Especiais, dentro de suas atribuições de mando, esta é a mesma lógica de atribuição para as numerações dos alunos do curso se iniciarem com o número 11.¹⁹ No final de 2005 ocorre a segunda edição do curso e nos anos de 2006, 2008, 2009, 2010, 2013, 2015, 2016 e 2018 ocorreram as seguintes. As numerações se seguiram em sequência de números até a última edição realizada por esta pesquisa (COTE X), que ao seu término constava como último formando o “Falcão 152”. Esta numeração é dada para aqueles que se tornaram “Falcão”, isto é, concluíram o curso e, assim, por ordem de classificação no curso, adquirem seu número na sequência da realização dos cursos²⁰. Este tipo de numeração dada para aqueles que concluem um curso deste tipo, não é exclusividade da CORE, esta tradição vem dos cursos militares operacionais e que foi incorporada às Unidades Táticas de Polícia.

Levando-se esta introdução em consideração para uma melhor compreensão do que aqui se pretende analisar que é, até aqui, a última e décima edição do COTE, com o objetivo de mapear a construção da identidade Falcão, pelos novos formandos do curso. Precisamos antes analisar alguns dados sobre todas as edições anteriores, dados estes que também são

¹⁹ Ressaltamos, também, a não existência do Falcão 24, nesta primeira turma, pois este número simboliza na cultura popular brasileira o animal veado.

²⁰ Esta sequência numérica que até 2018, com o COTE X, vai do Falcão 11 ao Falcão 152. Ela é somente para os concluintes. A numeração dos alunos no curso, segue outra lógica sempre começando no 11 e indo até o quantitativo de alunos aprovados para começar a edição. Eles não são Falcões, são apenas Aluno 11, Aluno 12, Aluno 13, sucessivamente.

pertinentes a compreensão do leitor e que farão parte do escopo de análise que então se seguirá.

4.1. Mapeando todas as edições do COTE

Nesta parte iremos fazer um mapeamento de todas as edições do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da CORE/PCERJ. Aqui o objetivo é podermos visualizar o quantitativo de formandos em cada edição, conseguindo visualizar o ano de sua realização e a carga horária que teve o curso. Poderemos também tomar conhecimento sobre a origem institucional destes “Falcões”, tendo em vista que o COTE passou a ter uma certa procura de outras unidades de polícia civil fora do Estado do Rio de Janeiro, assim como, de Unidades Táticas Operacionais nas polícias federais do Brasil. A maioria destes que procuram o curso ou já se integram a Unidades Táticas em seus respectivos estados ou almejam conseguir estruturar uma unidade deste tipo em seu estado.

O COTE I e II como anteriormente esclarecido, foram as edições que tinham como objetivo principal formar os integrantes já pertencentes à CORE e à Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE) desta unidade. Se formaram ao todo 23 policiais civis nestas duas primeiras edições, sendo todos agentes de polícia e nenhum delegado, como podemos visualizar nos gráficos abaixo (gráficos 13 e 14).

Gráfico 13 – Distribuição dos alunos do I Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (I COTE) – 280 horas/aula – 2004

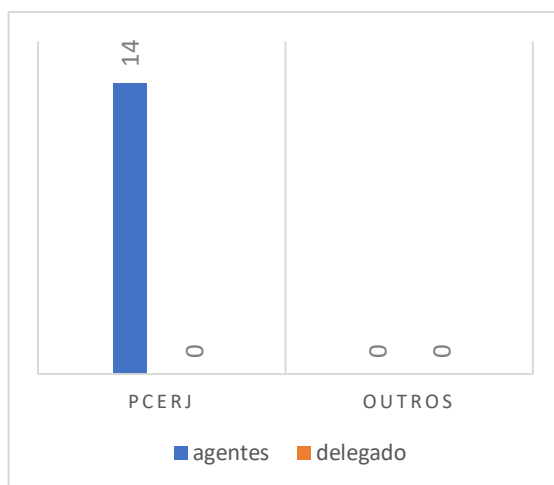
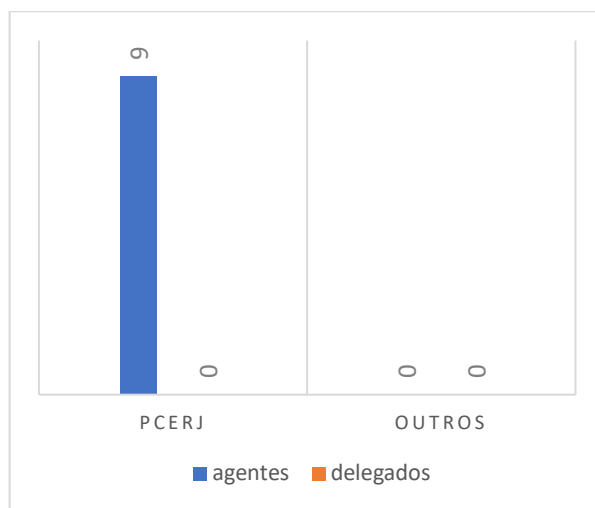
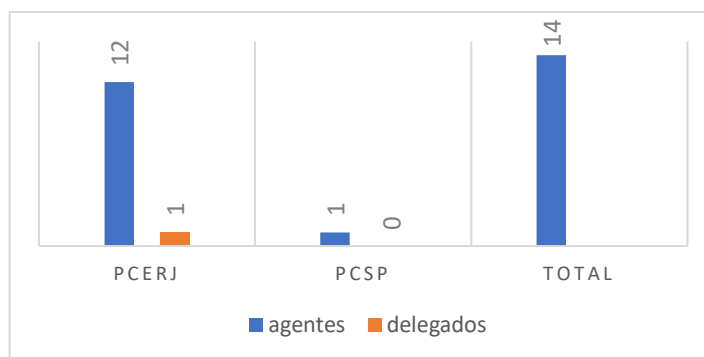


Gráfico 14 – Distribuição dos alunos do II Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (II COTE) – 300 horas/aula – 2005



O COTE III teve algumas diferenças em relação as duas edições anteriores, mesmo o curso não se alterando em estrutura. As diferenças principais se centram no público participante desta edição, pois a maioria dos policiais civis formados nesta edição eram, na época, oriundos da Seção de Apoio Policial (SAP), portanto, já pertencentes aos quadros da CORE. Na época a Seção se situava na Lagoa, junto com as equipes do Serviço Aeropolicial (SAER). Além disso, foi a primeira vez que um delegado de polícia da PCERJ e um “estrangeiro”²¹ oriundo da Polícia Civil de São Paulo participaram do curso (gráfico 15).

Gráfico 15 – Distribuição dos alunos do III Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (III COTE) – 300 horas/aula – 2006



²¹ Estrangeiro é a denominação dada àqueles que pretendem fazer um curso sendo sua origem externa aos quadros da instituição. No caso aqueles que são de fora da PCERJ são denominados estrangeiros, assim, manteremos esta denominação em nossas análises.

As duas edições que se seguiram nos anos de 2008 e 2009 (COTE IV e V), também mantiveram a mesma estrutura de curso, mas a procura dos “estrangeiros” aumentou consideravelmente. Alguns oriundos do Grupo FERA (Força Especial de Resgate e Assalto) da Polícia Civil do Amazonas, do Grupamento de Intervenção Tática (GIT) da SEAP-RJ, assim como, de policiais civis de outros estados como Distrito Federal, Ceará e Paraná, além da procura dos Policiais Federais do Comando de Operações Táticas (COT) e dos Policiais Rodoviários Federais do Núcleo de Operações Especiais (NOE) (gráficos 16 e 17).

Gráfico 16 – Distribuição dos alunos do IV Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (IV COTE) – 300 horas/aula – 2008

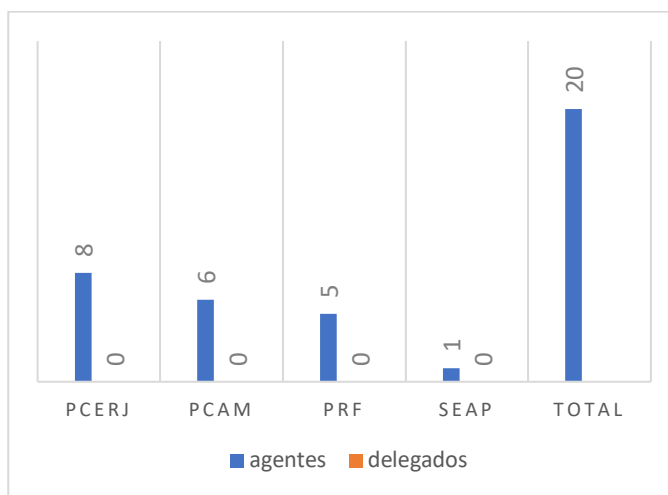
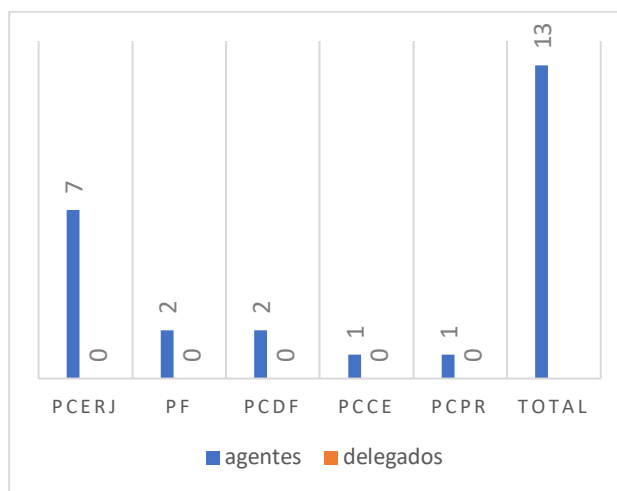


Gráfico 17 – Distribuição dos alunos do V Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (V COTE) – 300 horas/aula – 2009



Na edição de 2010 (COTE VI), algumas mudanças estruturais do curso começam a ser implantadas, a principal delas foi o aumento de sua carga horária. Neste momento foram aumentadas as cargas horárias referentes a parte operacional, em especial, as aulas de patrulha em área de risco e combate em ambiente confinado, pois os antigos Falcões formados nas edições anteriores, foram fazer intercâmbios em outras Unidades Táticas, como a SWAT de Miami City e o próprio Comando de Operações Táticas da PF, trazendo novas experiências que foram introduzidas no curso. Porém, a grande mudança nesta edição e que perdurou em todas as seguintes, foi a introdução da chamada “SEMANA ZERO”.

Como veremos melhor nas análises do COTE X, a “SEMANA ZERO” em resumo é uma tradição em cursos de operações especiais das forças armadas, sendo uma semana de adaptação em que os alunos são submetidos a uma carga física e psicológica extremamente elevada. Ela tem como objetivo reduzir o número de alunos do curso, ou como dizem muitos dos relatos dos policiais na CORE, fazer com que aquele que não sabe do que o curso se trata, peça para sair. O número de desistência nesta semana muitas vezes chega a ser superior a mais da metade dos que iniciam o curso. Os alunos praticamente ficam uma semana inteira sem dormir e sem se alimentar direito (de 1 a 2 horas de sono por dia e alimentação a base de ração fria²²). A alimentação dos alunos é controlada pelo corpo de instrução, que geralmente confisca todo o alimento da turma. Algum aluno que se alimentar sem ordem dos instrutores e for pego, acabará por sofrer duras penas físicas e pedirá para sair do curso. A falta de sono e a fome, neste período, levam os alunos a estados de cansaço extremo, pois junto destes dois fatores, o dia segue com uma variedade de atividades físicas, desde longas marchas (em média de 10 à 15km) com todo seu equipamento que tem em média de 40 à 50kg. Ao término desta semana, inúmeras são as marcas pelo corpo, mas em especial pelas flexões de punho cerrado que lhes são exigidos a todo momento, causando enormes feridas em suas mãos que demoram a cicatrizar.

Assim, o COTE VI, dentro da CORE e entre os Falcões, se tornou um marco por conta desta semana. Tendo em vista a dinâmica de atividades e a intensidade dos esforços, os alunos e instrutores costumam chamar de “a semana de inferno”. Esta edição, assim como nas duas anteriores, teve a presença considerável de “estrangeiros”, muito porque aqueles que se

²² Ração fria – termo militar para designar qualquer tipo de alimento que o aluno traga para consumo que não precisa ir ao fogo, o que vai desde barra de cereal até bananada.

formaram anteriormente incentivam outros a virem fazer o curso. Também, nesta edição mais um delegado de polícia da PCERJ se formou. E da mesma forma se seguiu a edição de 2013 (COTE VII), tendo o terceiro delegado de polícia da PCERJ formado, como podemos ver nos gráficos abaixo (gráficos 18 e 19).

Gráfico 18 – Distribuição dos alunos do VI Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (VI COTE) – 500 horas/aula – 2009

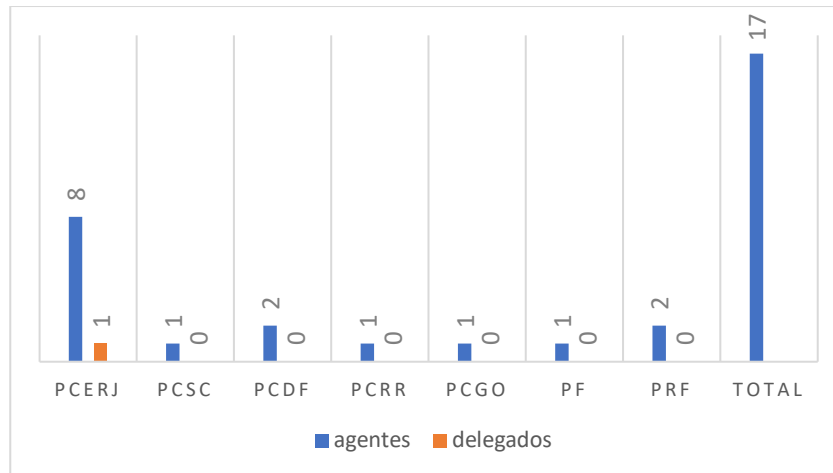
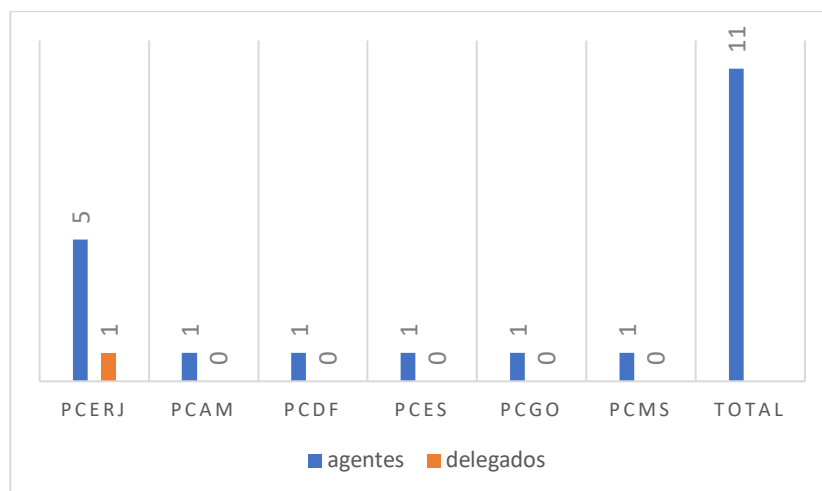


Gráfico 19 – Distribuição dos alunos do VII Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (VII COTE) – 650 horas/aula – 2013



As edições de 2015 e 2016 (COTE VIII e IX, respectivamente), se intensificaram ainda mais em matéria de estrutura e ensino, neste momento a CORE se transferiu para a Cidade

da Polícia²³, ganhando com isto, uma estrutura de treinamento composta de um estande de tiros e uma área que consiste em um ambiente de favela cenográfica e uma casa de tiro. Nestes dois ambientes, em especial, os alunos treinam toda a parte de patrulha em área de risco e de combate em ambiente confinada (resgate de reféns). O que elevou consideravelmente a carga horária do curso. Além disto, as instruções referentes a parte de Operações Aéreas do SAER, se tornaram um estágio de operações aéreas. Além disto, neste período ocorreu a criação da Seção de Atiradores de Precisão na CORE, que tornou o curso mais extenso, pois os alunos do COTE, neste momento, têm que aprender inúmeras noções da parte de Operações Táticas Especiais, inclusive noções de tiro de precisão. Nestas duas edições foram implantadas as instruções teóricas e práticas de salto livre, uma exigência interna para que o curso fosse reconhecido, não apenas como de operações táticas, mas sim de operações especiais. Abaixo segue o quadro de disciplinas destas duas edições, para que possamos comparar com o de disciplinas do primeiro COTE (tabela 3).

Tabela 3 – Disciplinas do COTE VIII e IX, edições dos anos de 2015 e 2016.

DISCIPLINAS COTE VIII e IX	
1	Adaptação à Altura
2	Agentes Menos Letais
3	Artefatos Explosivos (Entradas e rompimento de obstáculos)
4	Balística
5	Combate a incêndios
6	Combate em ambiente Confinado
7	Condicionamento Físico
8	Direção Defensiva, Ofensiva e Evasiva
9	Direitos Humanos e Ética Policial
10	Escalada
11	Estágio de Operações Aéreas (emprego, aspectos operacionais, uso de armamento, técnicas de infiltração e extração, embarque e desembarque)
12	Eventos Operacionais
13	Gerenciamento de Crises
14	Defesa Pessoal
15	Manutenção e funcionalidade de armamentos

²³ A Cidade da Polícia é um centro criado dentro da PCERJ, aonde se concentram quase todas as suas Delegacias Especializadas e a CORE. Antes estas delegacias tinham sedes próprias em bairros muitas vezes distantes do Rio de Janeiro, com sua criação elas ficaram concentradas em um único lugar, no bairro de Benfica.

15	Medicina Legal
17	Mergulho Autônomo
18	Negociação
19	Novas tecnologias de uso operacional
20	Operações Marítimas e Ribeirinhas
21	Operações Táticas com Blindados
22	Operações urbanas em área de risco
23	Orientação
24	Planejamento e Inteligência
25	Rapel Tático
26	Segurança de Dignitário
27	Sobrevivência e Combate na Mata
28	Suporte Básico de Vida
29	Técnicas Especiais de Abordagens
30	Tiro de Precisão
31	Tiro Tático Policial
32	Salto livre

Nestas duas edições, se formaram um delegado de polícia da PCERJ e outro da PCAM, como podemos visualizar abaixo (gráficos 20 e 21).

Gráfico 20 – Distribuição dos alunos do VIII Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (VIII COTE) – 772 horas/aula – 2015

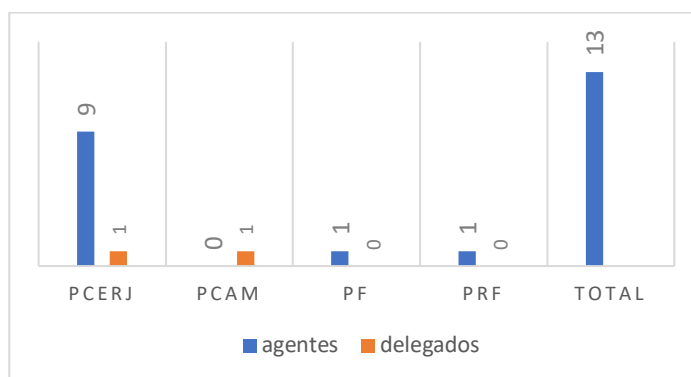
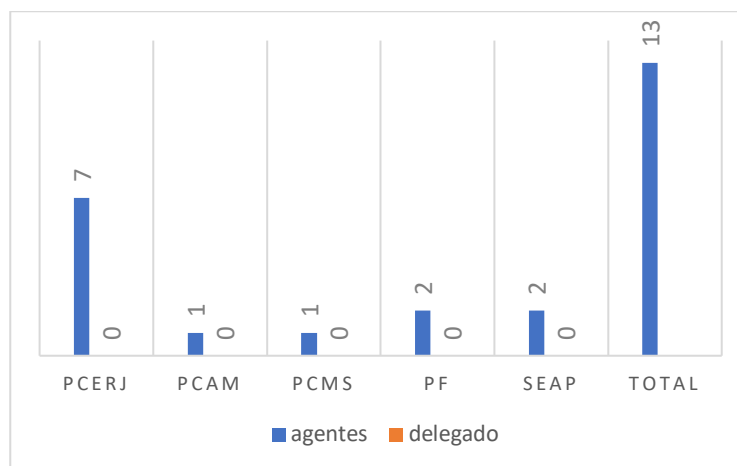


Gráfico 21 – Distribuição dos alunos do IX Curso de Operações Táticas Especiais segundo cargo e instituição (IX COTE) – 750 horas/aula – 2016



Para estas duas edições COTE VIII e IX, foi possível a nós realizar um breve levantamento sócio demográfico através das fichas de inscrição²⁴ dos seus candidatos. Cabe ressaltar que os dados que se seguem foram daqueles candidatos que tinham pretensão de fazer o curso, porém, ainda era necessário passar pelo Teste de Aptidão Física (TAF) e o Teste de Aptidão Técnica (prova de Tiro). Os índices que deveriam ser alcançados pelos candidatos seguem abaixo. Estes são os mesmos exigidos em todas as edições e, portanto, será importante para a compreensão na seção da pesquisa em que analisaremos o COTE X.

Índices das avaliações do TAF e TAT para aprovação dos candidatos ao COTE:

1. Corrida correspondente a uma volta em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas (aproximadamente 7600 metros):

Tempo	Pontuação
até 35 min	10
de 35min e 1s a 36min	9
de 36min e 1s a 37min	8
de 37min e 1s a 38min	7
de 38min e 1 s a 39 min	6
de 39 min e 1s a 41min e 59s	5
mais de 42mim	ELIMINADO

²⁴ Fichas estas disponibilizadas pela Instituição.

2. Barras pela frente (o movimento deve ser completo, começando com os braços estendidos, pegada pronada e puxando até a altura do pescoço):

Repetições	Pontuação
13	10
12	9
11	8
10	7
9	6
8	5
7 ou menos	NÃO PONTUADO

3. Barras pela frente com 10 (dez) kg de equipamento preso ao corpo (o movimento deve ser completo, começando com os braços estendidos, pegada pronada e puxando até a altura do pescoço):

Repetições	Pontuação
8	10
7	9
6	8
5	7
4	6
3	5
2 ou menos	ELIMINADO

4. Flexões de braços (o movimento deve ser completo, começando com os braços estendidos, palma das mãos no solo, mãos na direção dos ombros; na descida o tronco do candidato deverá ficar o mais próximo do solo possível), sem tempo:

Repetições	Pontuação
acima de 65	10
60 a 64	9
55 a 59	8
50 a 54	7
45 a 49	6
40 a 44	5
39 ou menos	ELIMINADO

5. Abdominais tipo remador (o movimento deve ser completo, começando com os joelhos fletidos, o tronco deve estar em contato com o solo; na subida do movimento, o candidato deverá fletir o tronco, aproximando a cabeça dos joelhos), no tempo máximo de 01 (um) minuto

Repetições	Pontuação
60 a 65	10
55 a 59	9
50 a 54	8
45 a 49	7
40 a 44	6
35 a 39	5
34 ou menos	ELIMINADO

6. Natação de 800 metros no mar (qualquer estilo):

Tempo em minutos	Pontuação
até 20	10
21	9
22	8
23	7
24	6
25	5
acima de 25	ELIMINADO

7. Natação de 100 metros em piscina (qualquer estilo):

Tempo em minutos	Pontuação
até 1:20	10
até 1:30	9
até 1:40	8
até 1:50	7
até 2:00	6
até 2:10	5
Acima de 2:10	ELIMINADO

8. Flutuação equipada (gandola/calça/coturno) em 20 minutos – eliminatória;

9. Salto da plataforma de 7 metros, tendo duas chances para realização do mesmo – eliminatório.

10. Apnéia de 5 metros de profundidade – eliminatório.

O Teste de aptidão técnica (tiro), é de caráter eliminatório, o candidato deverá, no máximo em 02 (duas) tentativas, ser capaz de:

I) Demonstrar condições de manusear, com segurança e habilidade, armas de dotação oficial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e o fuzil Colt M16 A2, assim como demonstrar conhecimento técnico sobre as peças que compõem as referidas armas, suas funções e modo de funcionamento, limpeza e manutenção, desmontagem e montagem de primeiro escalão;

II) Submeter-se as duas avaliações de tiro, na forma descrita a seguir:

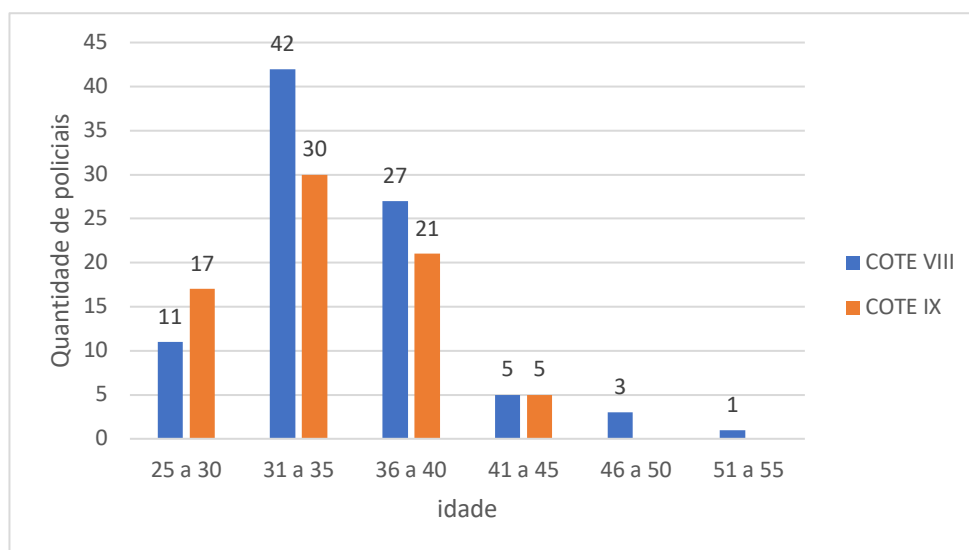
a) Com o emprego da pistola, alimentada com 10 (dez) cartuchos, na posição em pé, devendo o primeiro disparo ser efetuado na condição de ação dupla, acertar a uma distância de 10 metros do alvo, adaptado às dimensões de uma folha A4. Após efetuar os 10 disparos no tempo de 45 segundos, deverá alcançar o índice mínimo de 70% de acerto do total dos tiros efetuados;

b) Com o emprego do Fuzil M-16 A2, alimentado com 10(dez) cartuchos, na posição em pé, a uma distância de 25 metros, no tempo máximo de 1 minuto, tendo como alvo uma folha A4, devendo alcançar o mínimo de 70% de acerto do total de tiros. *(Boletim Informativo da PCERJ, 21 de janeiro de 2015)*

Desta forma, compreendemos a dificuldade para conseguir ingressar no curso. A quantidade de inscritos possui um número razoável de pretendentes, no COTE VIII foram 89 inscritos e no COTE IX foram 73 inscritos, dos quais aproximadamente a metade é eliminada nestas fases preliminares (TAF e TAT). Após estas explicações podemos analisar o perfil daqueles policiais que geralmente se habilitam a fazer o curso, através de alguns dados presentes nas suas fichas de inscrição. Estes dados são importantes, tendo em vista que ele caracteriza um microcosmo não somente do curso ou da CORE, mas também da própria PCERJ. Aqui vamos analisar a idade e sexo dos inscritos; a escolaridade; a região em que moram no Rio de Janeiro ou em qual Unidade Federativa vivem, para os “estrangeiros”; a quantidade de inscritos nas duas edições, a proporção entre delegados e agentes; o quantitativo de “estrangeiros”; quais lotações eles possuem ao se inscreverem (CORE, Delegacia Especializada ou Delegacia Distrital) e se já participaram de edições anteriores do COTE. Um dado importante que não foi possível apurar nas fichas de inscrição era o tempo de serviço na instituição policial, mas pela faixa etária podemos compreender que são policiais com pouco tempo de serviço, os quais geralmente buscam participar do curso, tendo em vista a exigência do nível superior para o ingresso nas carreiras da polícia civil nos últimos anos.

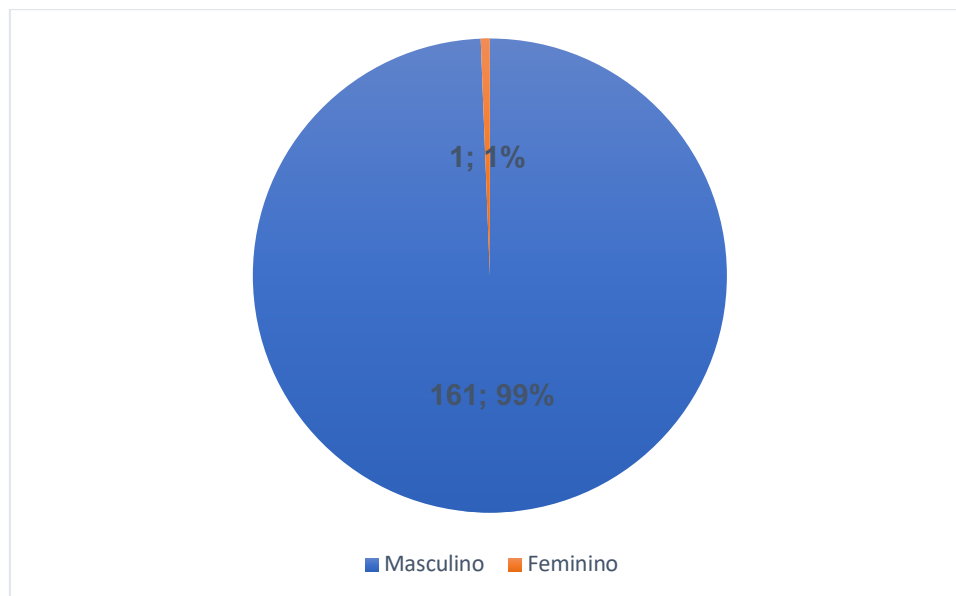
Em relação a idade, podemos notar que a grande maioria está na faixa etária que vai dos 31 aos 40 anos de idade (91% no COTE VIII e 78% no COTE IX) (gráfico 22).

Gráfico 22 – Idade dos inscritos no COTE VIII e COTE IX



Em relação ao sexo, podemos dizer que 100% dos que se inscrevem no COTE são do sexo masculino. De todas as edições do curso, até o presente momento de nossa pesquisa, somente uma mulher se inscreveu para a realização do TAF, porém, não sendo aprovada. Assim, nenhuma mulher chegou a começar o curso de fato. Como podemos visualizar abaixo (gráficos 23).

Gráfico 23 – Sexo dos inscritos no COTE VIII e IX (n=162)



Em relação a escolaridade dos que buscam a realização do curso, podemos perceber que corrobora com o padrão de idade e tempo de serviço a qual falamos acima. A exigência do nível superior para ingresso nas carreiras policiais da PCERJ, demonstra que em sua maioria 95% dos policiais que pretendem praticar do curso possuem nível superior, sendo a grande maioria, mais de 50%, com formação em Direito. Como podemos constatar abaixo (gráficos 24 e 25).

Gráfico 24 – Escolaridade e formação superior dos inscritos no COTE VIII

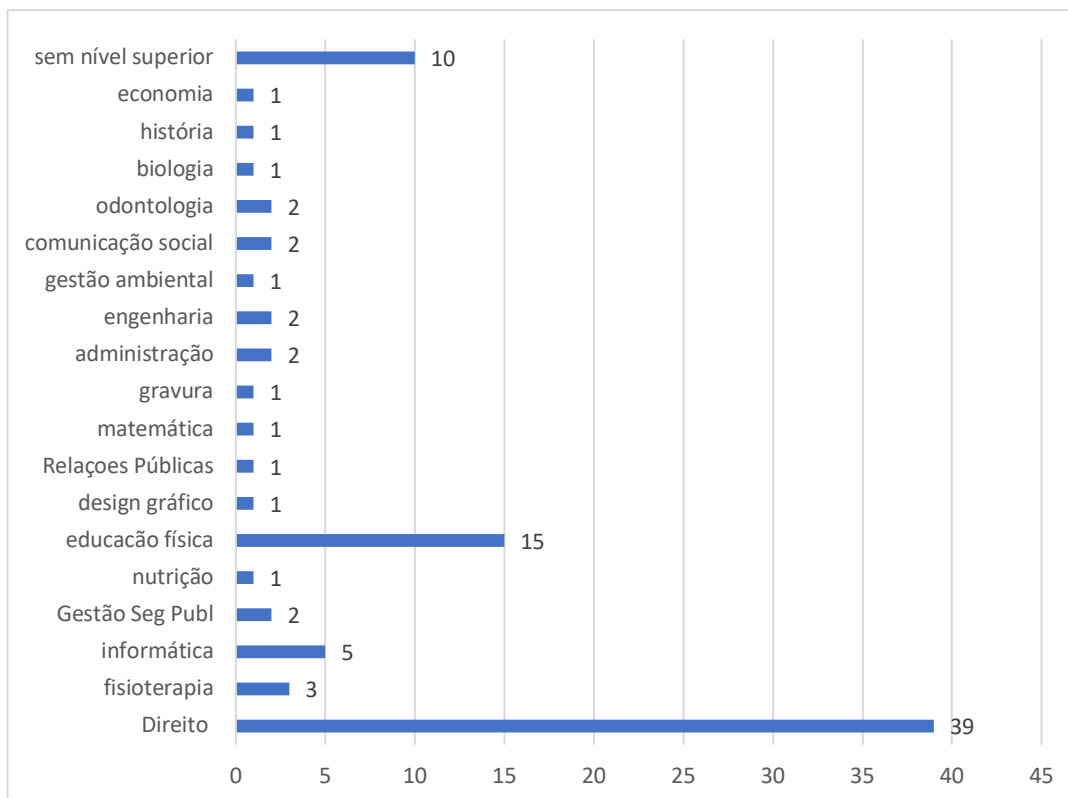
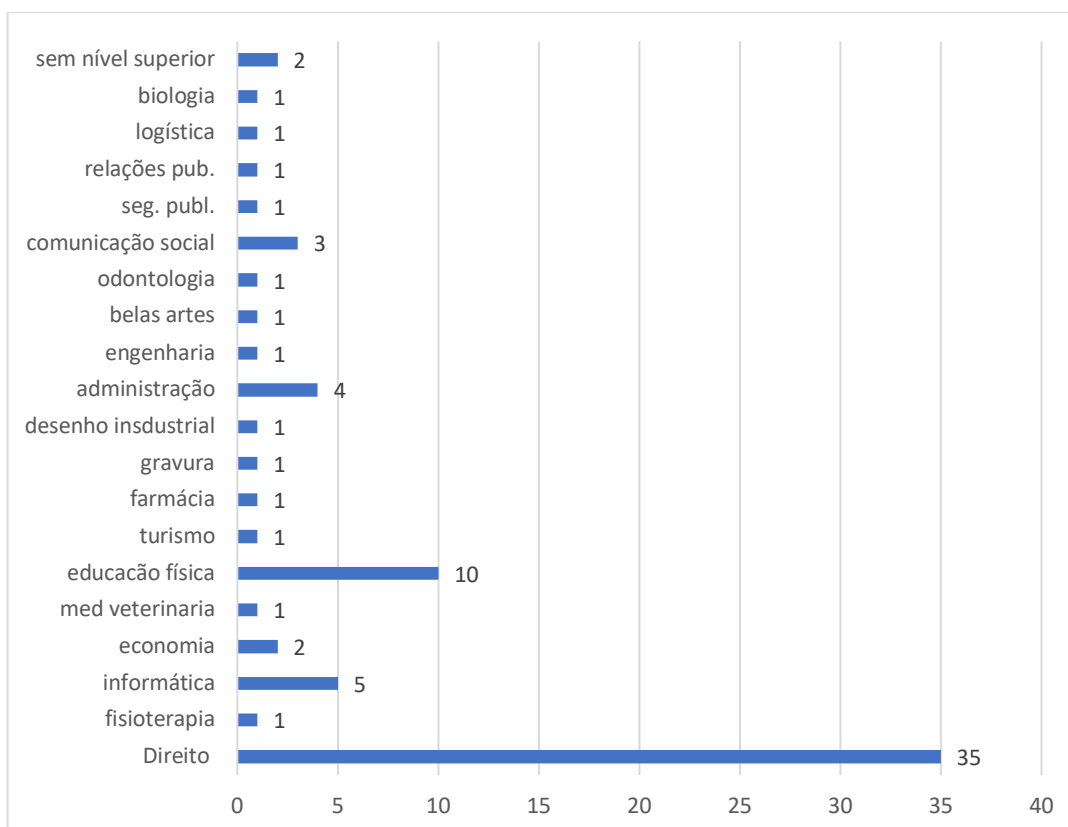


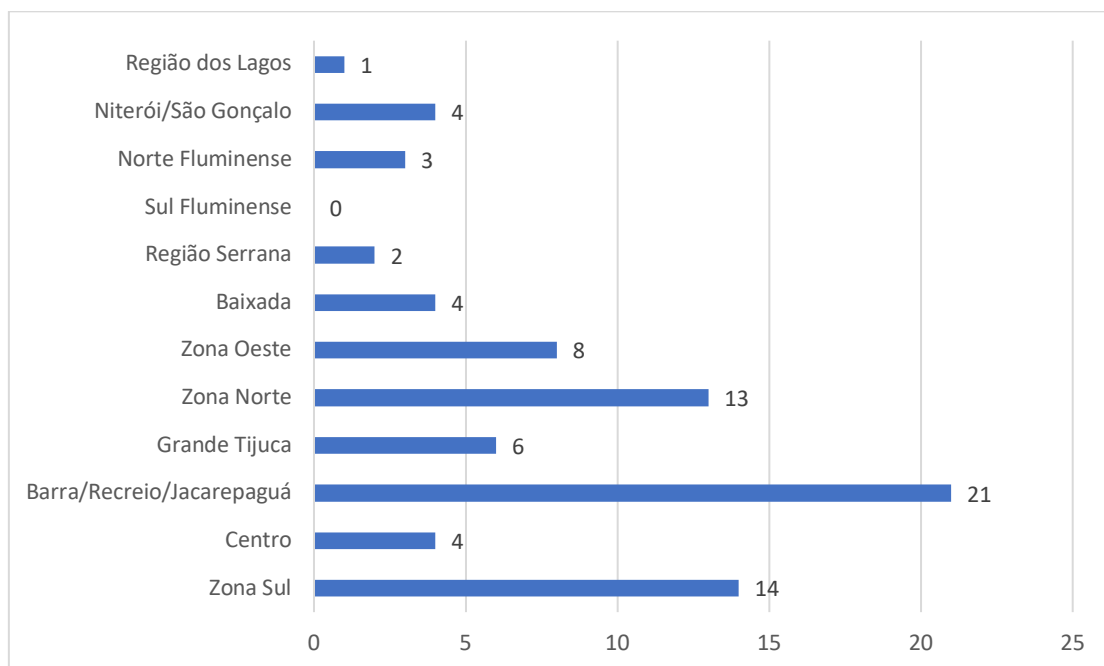
Gráfico 25 – Escolaridade e formação superior dos inscritos no COTE IX



Outro dado interessante para uma compreensão em relação aos policiais civis do

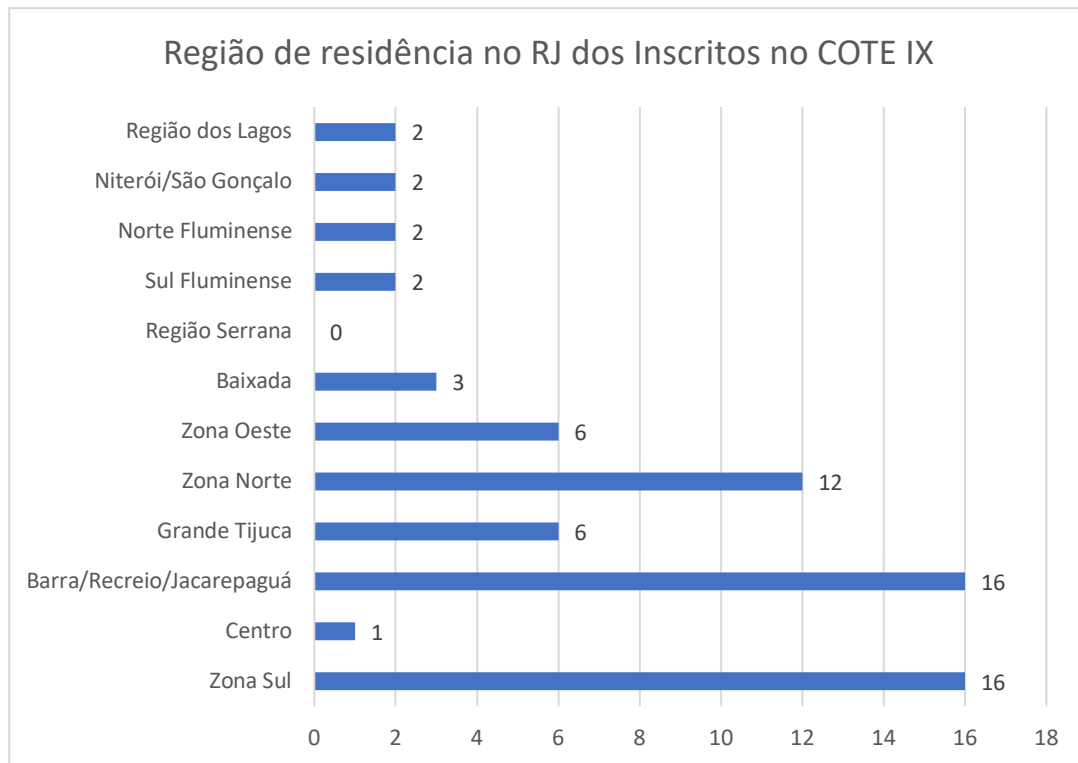
Rio de Janeiro é conseguir compreender em quais regiões eles habitam. Este dado é referente ao microcosmo que nos propomos a analisar. A exigência do nível superior²⁵ tornou a entrada na instituição mais seletiva, pois nem todos tem acesso a um nível superior no Brasil, assim como, no Estado do Rio de Janeiro. Podemos perceber que maioria dos que se inscrevem para o curso, são residentes de regiões de classe média da região metropolitana do Rio de Janeiro (Zona Sul; Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá ou da Grande Tijuca) (gráficos 26 e 27).

Gráfico 26 – Região de residência no RJ dos Inscritos no COTE VIII



²⁵ Para os cargos de Inspetor de Polícia e Oficial de Cartório a exigência veio com a Lei 4020/2002, para o cargo de Investigador Policial, veio através da Lei 7692/2017 (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ).

Gráfico 27 – Região de residência no RJ dos Inscritos no COTE IX



O curso também é majoritariamente procurado por agentes da PCERJ, poucos são os delegados de polícia que buscam participar ou se inscrever no curso (gráficos 28 e 29). Uma das hipóteses que podemos levantar é que eles ao término do curso não possam ser lotados na CORE, tendo em vista que a CORE é coordenada por um Delegado de Polícia que possui um delegado assistente e, portanto, raramente um delegado ao término do curso tem a possibilidade de ser lotado nela de imediato. Como o efetivo de delegados é bem menor do que de agentes, estes ao término do curso, geralmente retornam as suas atribuições normais nas delegacias que trabalhavam já. Porém, até o fim de 2018, alguns destes delegados que se formaram em algum momento conseguiram estar na CORE como delegados assistentes do Coordenador. Além disso, não há a exigência de que os delegados necessitem ter o COP ou COTE para serem lotados nesta Coordenadoria. A outra hipótese, como vimos na parte teórica, seu processo de distinção institucional se dá por outros caminhos que não através da realização deste tipo de curso, pois o próprio cargo de delegado que é designado como autoridade policial, já lhes promovem, dentro da estrutura hierárquica nas Polícias Civas, como o nível mais alto de hierarquia institucional. Mas para tanto, como são apenas hipóteses, elas necessitariam de uma investigação mais aprofundada para verificação, o que não é nosso caso nesta pesquisa.

Gráfico 28 – Inscritos da PCERJ no COTE VIII, relação entre agentes e delegados (n=73)



Gráfico 29 – Inscritos da PCERJ no COTE IX, relação entre agentes e delegados (n=64)



Destes que são oriundos da PCERJ e se inscrevem no curso, nas duas edições avaliadas aqui, a metade é oriunda de delegacias distritais (36 no COTE VIII e 33 no COTE IX) (gráficos 30 e 31). Como hipótese de análise que levantamos, tem a razão de que muitos deles podem não necessariamente buscar o sonho de ser “Falcão” ou de ser um “policial operacional” mas, diante da realidade da PCERJ, as condições de trabalho em delegacias distritais não são das melhores, muitos também trabalham muito longe de suas residências, assim, o curso se tornaria uma porta de entrada para a CORE, ou para sair da atual lotação, buscando pelo menos ter alguma condição de trabalho melhor, devido a estrutura e a logística que esta Unidade Tática possui. Portanto, seria necessária outra pesquisa para averiguação de tal hipótese, o que não é nosso objetivo aqui com este trabalho, mas as análises feitas sobre os participantes do COTE X, nos ilumina sobre tal questão.

Gráfico 30 – Inscritos da PCERJ no COTE VIII (n=73)

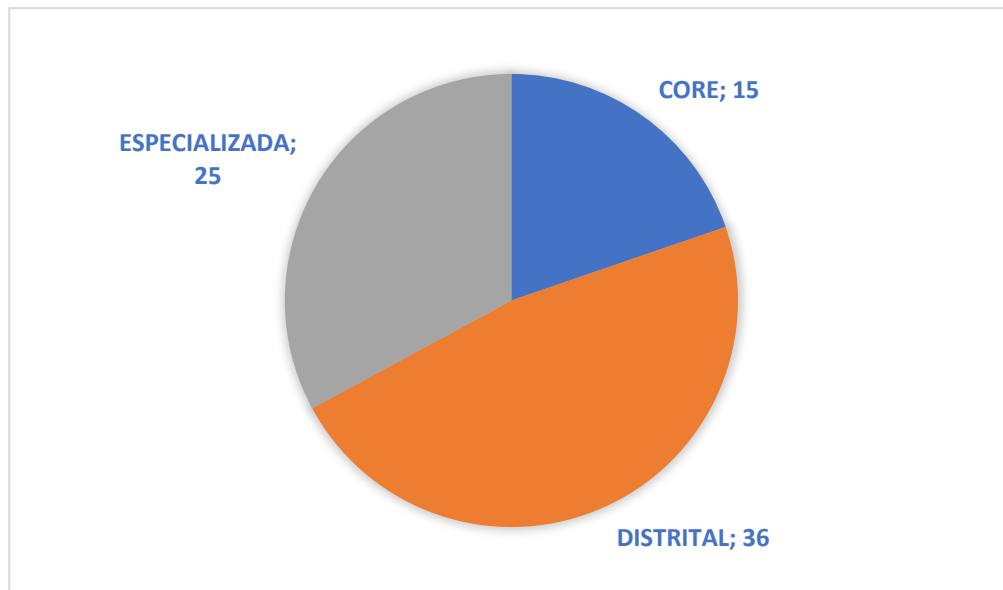
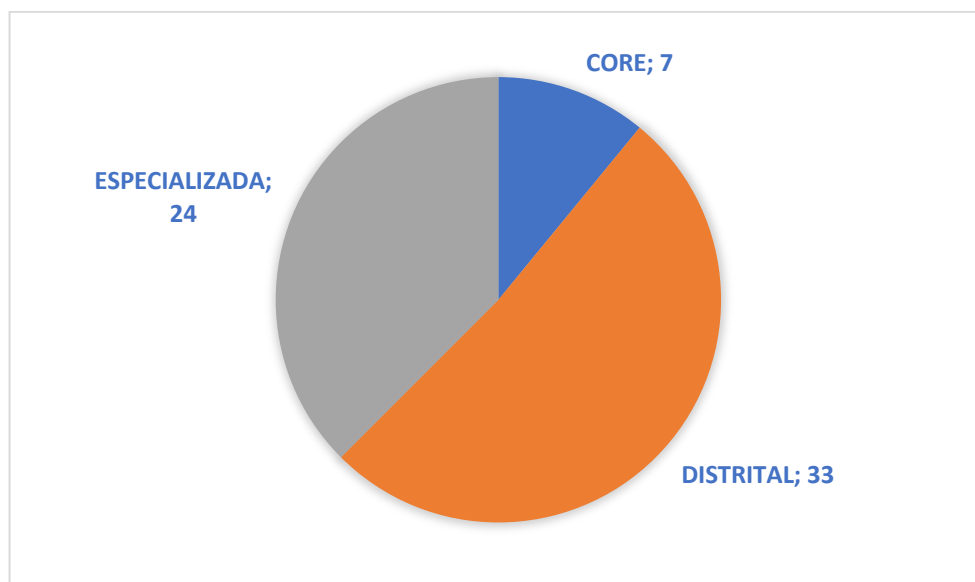


Gráfico 31 – Inscritos da PCERJ no COTE IX (n=64)



Para nossa análise em relação ao Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) que iremos desenvolver posteriormente, um dado relevante presente nas fichas de inscrição dos candidatos das edições VIII e IX é a participação recorrente em edições anteriores do COTE. Os dados levantados demonstraram que em média a metade daqueles que se inscrevem na edição anterior retornam em edições posteriores do curso. Muitos destes candidatos conseguiram passar nas avaliações preliminares e chegaram a começar o curso, porém, saíram em sua maioria antes de terminar a “semana zero” ou saíram por motivos de saúde, o que pode lhes fazer querer retornar posteriormente na expectativa de

consequirem concluir o curso (gráficos 32 e 33). A reprovação e a persistência em voltar nas edições posteriores marcam o imaginário destes policiais. Esta análise se tornará mais clara quando analisarmos os candidatos e as estruturas do COTE X. Assim, podemos ver diante dos gráficos abaixo que há um número considerável de retorno dos policiais nas edições seguintes.

Gráfico 32 – Quantidade de inscritos no COTE VIII participantes de edições anteriores

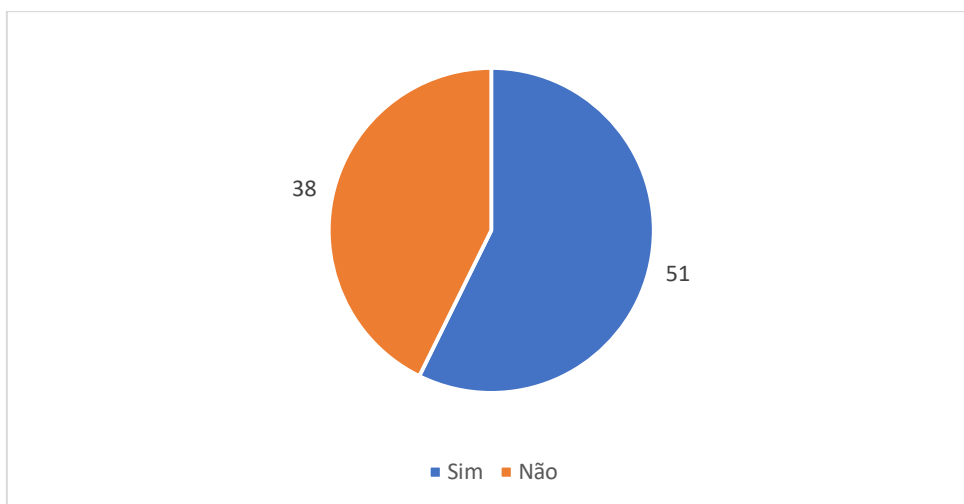
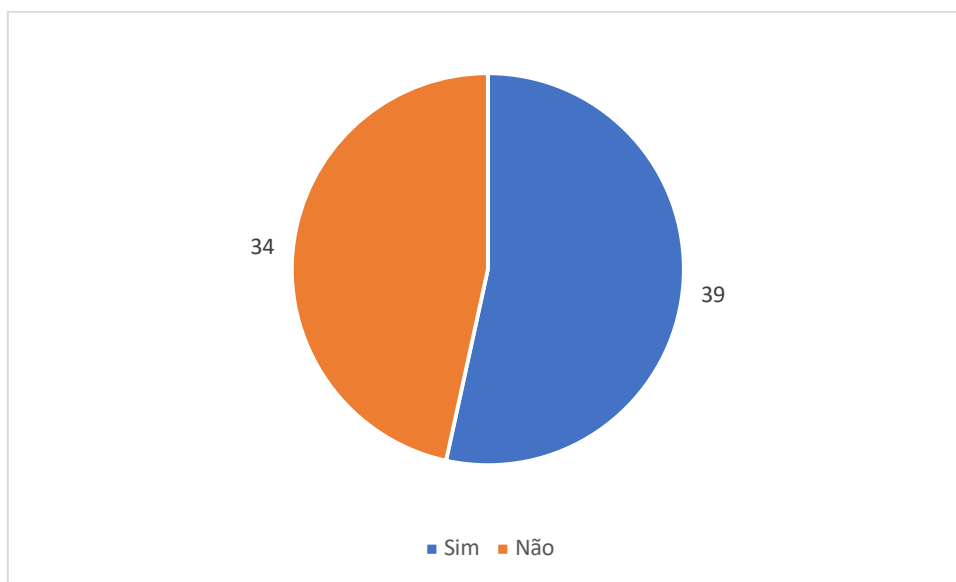


Gráfico 33 – Quantidade de inscritos no COTE IX participantes de edições anteriores



Em relação aos “estrangeiros” inscritos nas duas edições, podemos perceber também uma maioria absoluta de agentes e poucas adesões dos delegados de polícia para a participação no COTE. Em geral, das 22 participações de estrangeiros no COTE VIII e IX, 18 foram de agentes “estrangeiros” e apenas 4 eram delegados de polícia. (gráficos 34 e 35).

Gráfico 34 – Relação entre agentes e delegados inscritos oriundos de instituições fora dos quadros da PCERJ no COTE VIII (n=13)

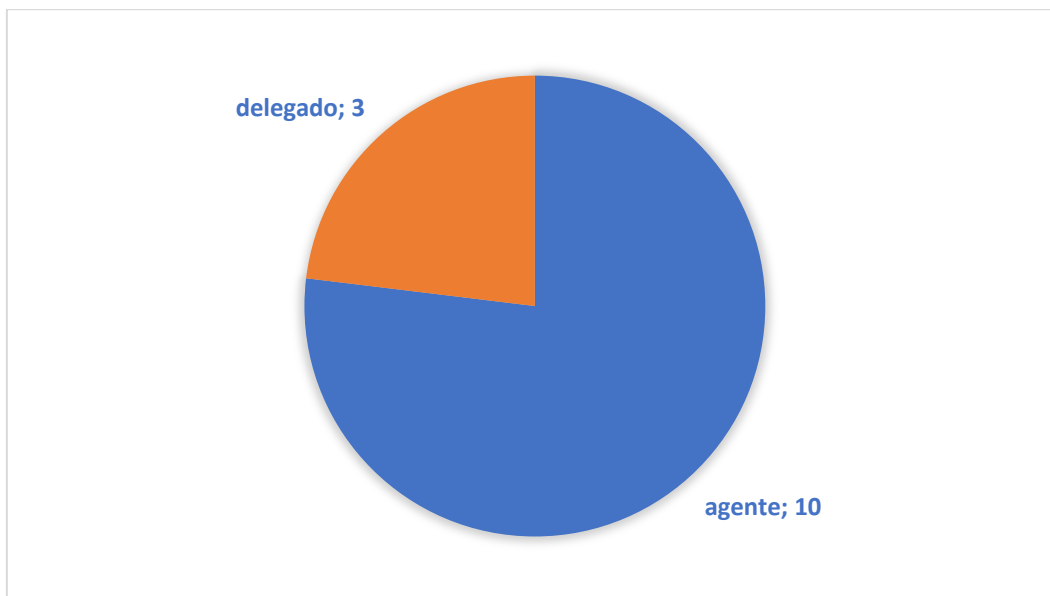


Gráfico 35 – Relação entre agentes e delegados inscritos oriundos de instituições fora dos quadros da PCERJ no COTE IX (n=9)



Estes “estrangeiros” que tentam participar do curso são de diversos Estados (gráficos 36 e 37). Em sua maioria, eles só decidem participar do curso estando em boas condições de preparo físico e técnico, segundo os relatos informais que obtivemos, tendo em vista que eles entendem que ir para um outro Estado e não conseguir se formar nestes tipos de curso, significaria pôr sua Unidade Tática em descrédito. Portanto, as próprias unidades táticas de outros Estados selecionam os mais aptos a virem fazer o curso, para que não voltem sem concluí-lo, dificilmente também viria um candidato sem que alguém tenha feito referências a ele ou a Unidade que integra para a coordenação de determinado curso. Esta lógica funciona também dentro da própria CORE. Em muitas conversas e participações de seleção que estive presente, é assim que funciona, em especial dentro da Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE), pois somente estes que já são “Falcão” podem ir para outras Unidades Táticas fazer seus cursos e o que se exige por parte das chefias é que ele (o policial) vá e volte com o “brevê”, para não manchar a reputação da Unidade Tática frente as outras e o nome dos Falcões. Esclarecido este ponto, seguem abaixo os dados referentes aos Estados brasileiros que tiveram candidatos nas duas edições. Estamos aqui falando de candidatos ao curso, diferente do que vimos anteriormente que são os concluintes destas duas edições (gráficos 20 e 21).

Gráfico 36 – Análise da quantidade de policiais de instituições distintas da PCERJ que se inscreveram para participarem do COTE VIII (n=13)

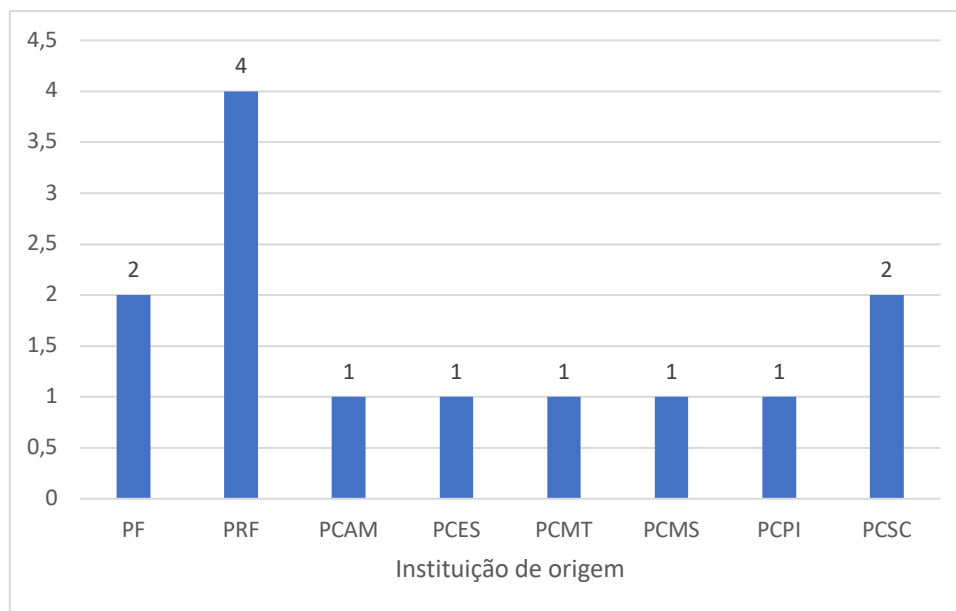
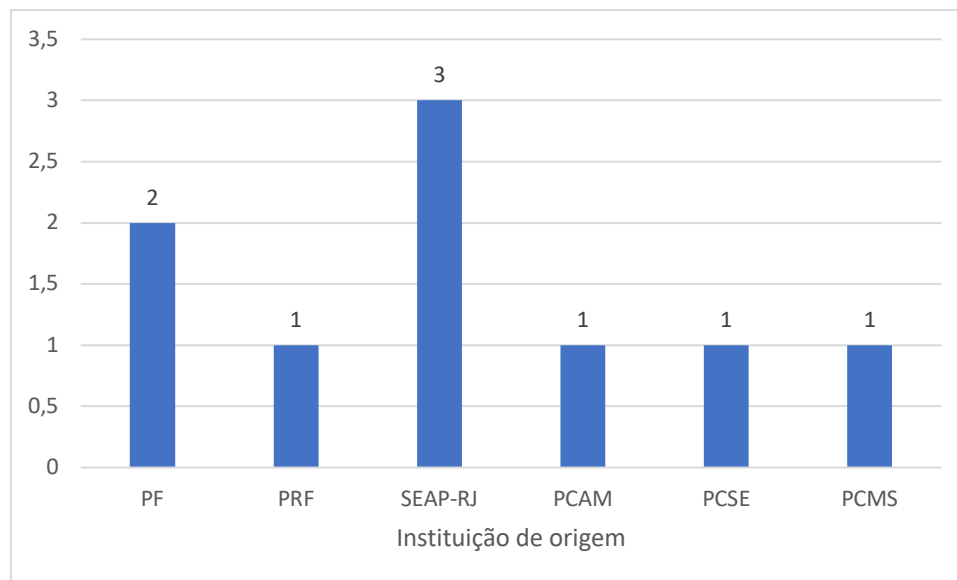
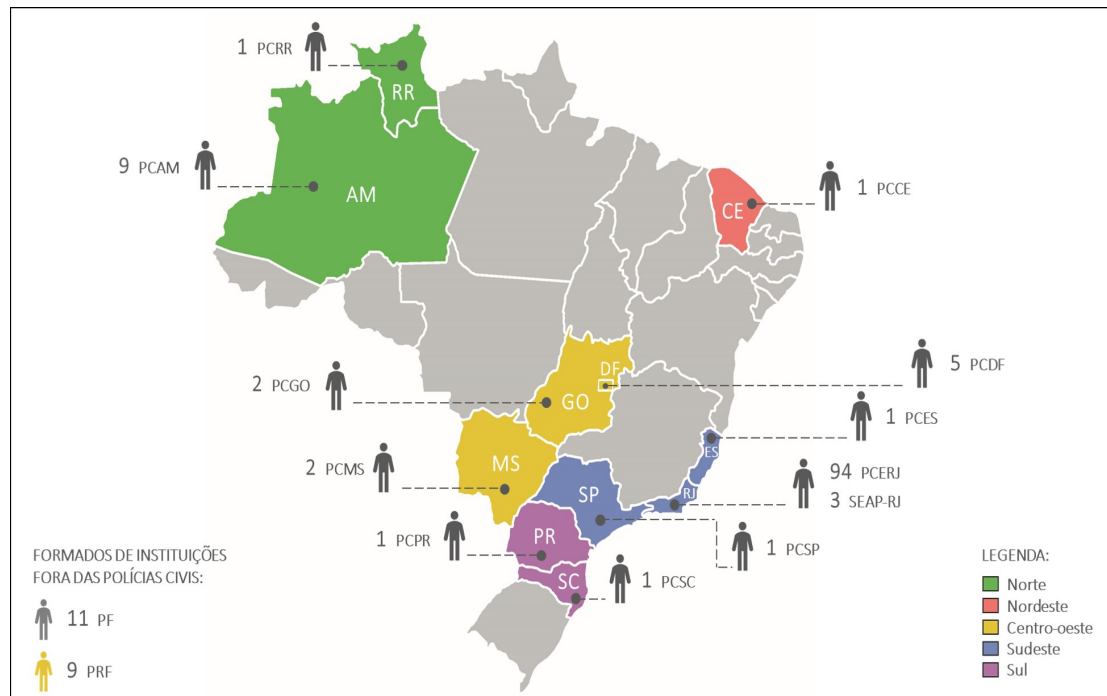


Gráfico 37 - Análise da quantidade de policiais de instituições distintas da PCERJ que se inscreveram para participarem do COTE IX (n=9)



Assim, pudemos nesta parte da análise compreender a lógica de funcionamento do COTE, assim como, pudemos analisar o perfil dos candidatos que se inscreveram para a realização do curso nestas duas edições. Vimos também que desde a sua primeira edição algumas mudanças ocorreram em relação ao curso e como este panorama de alguma forma tem a ver com a nossa busca pela identidade “Falcão”, que nos centraremos a partir das análises feitas da realização da edição de 2018 (COTE X). Mas antes de passarmos para sua análise especificamente, seguirá abaixo, um mapa que elaboramos com o panorama geral dos “141 Falcões” formados ao longo das dez edições, para uma compreensão mais enxuta dos dados iniciais que se seguiram neste tópico do capítulo sobre o Curso de Operações Táticas Especiais da CORE (imagem 23).

Imagem 23 - Mapa por região dos policiais formados em todas as edições do COTE/CORE/PCERJ



4.2. O X Curso de Operações Táticas Especiais da CORE/PCERJ

A décima edição do Curso de Operações Táticas Especiais da CORE/PCERJ foi publicada em Boletim Informativo no dia 24 de maio de 2018, praticamente um mês antes do início do curso que se daria em 01 de julho de 2018. Para muitos dos policiais, em especial os oriundos da PCERJ, a publicação do curso é um alívio, pois eles começam os seus treinos físicos anos antes da sua realização, como percebido em conversas informais com os candidatos. Alguns chegam a comentar que continuam a treinar desde que saíram da edição anterior, pois não conseguiram concluir o curso e precisam retornar para “resgatar sua alma”²⁶. Para outros, também em relatos informais, é um desespero, pois a incerteza quanto a previsão de data para uma nova edição do curso, os fazem “relaxar” quanto aos treinos e a partir da data da publicação até o início das avaliações que, geralmente tem este prazo de um mês, é o “tempo de correr atrás” na preparação física para o exigente TAF, como vimos anteriormente.

²⁶ “Resgatar a alma” é uma expressão utilizada pelos alunos participantes das edições anteriores e que não conseguiram concluir o curso por algum motivo. Tanto os candidatos quanto os instrutores dizem que os policiais ao entrarem no curso deixam sua alma de fora e só conseguem recuperá-la quando concluem o curso, desta forma, aqueles que não concluíram ficariam sem sua alma que ficaria vagando em todas as edições seguintes do curso, tendo que retornar ao curso para resgatá-la após concluir. (relatos informais)

Se tratando do COTE X, vamos analisar alguns itens que constam na publicação do mesmo. O COTE visa a necessidade de especializar os servidores lotados *em setores operacionais* com competências conceituais, técnicas, habilidades específicas e atitudes que permitam capacitá-los para o exercício das atividades do Serviço de Recursos Especiais, a fim que cumpram, com eficiência e eficácia, ética e respeito aos Direitos Humanos as demandas a que forem designados. Este trecho está no *caput* da Ordem de Serviço do curso e que foi publicado no Boletim Informativo a qual nos referimos acima. Assim, a Ordem de Serviço segue esclarecendo que o processo seletivo avaliará preliminarmente, as condições médicas, físicas, técnicas e o comportamento do candidato. Além disso, os candidatos devem atender aos seguintes requisitos: a) integrar o Quadro Permanente da PCERJ ou das demais instituições de Segurança Pública e Forças Militares, às quais sejam *oferecidas vagas* para a inscrição de seus integrantes; b) o candidato deve ser *voluntário*; c) *não ter sido condenado, por sentença transitada em julgado de natureza criminal e não ter sido punido em processo administrativo disciplinas até a data de conclusão do curso*; d) ser considerado apto nas entrevistas pessoais que avaliarão a postura, o comportamento, a disponibilidade de recursos e aptidões específicas para integrar o curso; e) ser aprovado nas avaliações médicas, de aptidão física e de aptidão técnica (as quais vimos anteriormente). Com isto, podemos perceber que não é qualquer “estrangeiro” que pode se inscrever no curso, as vagas são ofertadas para Unidades específicas que seja de interesse da CORE, além da exigência de não responder a qualquer tipo de infração disciplinar ou criminal.

Nesta edição foram oferecidas 60 vagas no total, sendo 50 delas para os policiais civis da PCERJ e 10 para as outras unidades. Em decorrência da exigência do TAF, raras são as vezes em que se consegue iniciar o curso com o número de vagas completos, sempre ficando abaixo do que é oferecido. Um ponto interessante a ser destacado na publicação do curso é o que consta sobre o candidato ao realizar a inscrição no curso, o qual *assumirá todo e qualquer risco inerente à realização, comprometendo-se a seguir rigorosamente todas as normas de disciplina e segurança existentes, sob pena de eliminação do curso, em qualquer fase, sem prejuízo ou sanções penais e administrativas cabíveis*. Como muitos dos treinamentos exigem uma atenção do corpo de instrução por conta dos riscos inerentes as atividades, os alunos são o tempo todo exigidos quanto as normas de segurança em todas as atividades, portanto, há uma preocupação desde o início do curso com a padronização dos alunos quanto suas condutas e comportamentos, sendo sempre realizados deslocamentos ou movimentação destes, sob comando total do corpo de instrução. Ao que inicialmente parece algo desnecessário fazer o aluno perder sua

individualidade e autonomia quanto suas vontades e decisões, ao longo do curso, muito que percebi ao acompanhar algumas instruções e atividades, é que há por parte do corpo de instrução uma preocupação de que tudo seja feito sobre total controle deles e, mesmo que não tenha nenhum instrutor por perto, nas inúmeras vezes que eu encontrava com os alunos em momentos de descanso, eles se preocupavam o tempo todo em um vigiar a conduta do outro para que não houvesse problemas de disciplina e segurança e, assim, fossem surpreendidos pelos instrutores.

No começo, quando ia visitá-los nestes momentos, eu chegava e todos que estavam descansando ou dormindo, ficavam de pé e entravam em forma, respondendo a mim com um alto brado de “sim, senhor” ou “não, senhor”, como é a exigência frente a qualquer “Falcão” mais antigo ou com a coordenação da CORE ou com os instrutores. Somente, depois de um tempo, me mostrando que não estava participando do curso nem estava ali como um “Falcão mais antigo” nem como “instrutor”, mas sim como um pesquisador curioso, pude de fato ter mais acesso a estes momentos de lazer de forma a não ser mais uma preocupação para os alunos a minha chegada.

Pois bem, retomando nosso ponto, antes destes esclarecimentos que de fato são pertinentes para a compreensão das análises que se sucederão, e seguindo em relação aos tópicos sobre a publicação do curso. A mesma detalha tanto os testes de aptidão física (TAF) e técnica (TAT) que são idênticos aos índices esclarecidos anteriormente nas análises dos COTE VIII e IX. Quanto as disciplinas do curso, mostraremos na tabela (tabela 2) que se segue, as disciplinas que compuseram o curso com suas respectivas cargas horárias. Algumas pequenas alterações foram feitas para esta edição, pois como no momento do curso, o Estado do Rio de Janeiro se encontrava em um período de intervenção federal das forças armadas²⁷, muitas das disciplinas foram realizadas em Unidades Militares de Forças Especiais, tais como, no Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) da Marinha do Brasil, no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOPesp) do Exército Brasileiro e no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (Batalhão Tonelero) sede do Comandos Anfíbios (COMANF) da Marinha do Brasil. Cabe ressaltar que nas edições anteriores o curso também realizava treinamentos com estas forças, em especial o GRUMEC, porém, com uma quantidade de hora/aula bem menor. Assim, a segunda fase do curso, que é a etapa de instrução

²⁷ A intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, promovida pelas forças armadas, foi sancionada pelo Decreto Federal nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018. Teve como objetivo em seu preâmbulo *pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública*. Ela foi decretada com prazo final de vigência no dia 31 de dezembro de 2018, limitando-se à área de segurança pública, conforme o parágrafo primeiro do art. 1º. Neste momento a área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro ficava sob o gerenciamento de um interventor, nomeado dentro dos quadros de Generais do Exército Brasileiro.

propriamente dita do curso, teve aproximadamente 750 h/a ao seu término, pois ele se estendeu para além do previsto que inicialmente era de 650 h/a, conforme constava na publicação, tendo em vista as inúmeras instruções realizadas nas instituições militares acima relacionadas. As disciplinas foram as seguintes:

Tabela 4 - Disciplinas do COTE X

	DISCIPLINAS DO COTE X ²⁸	C/H
1	Adaptação à altura	10
2	Armas de fogo e balística	08
3	Artefatos explosivos	20
4	Atendimento pré-hospitalar tático	20
5	Combate à incêndios	10
6	Combate em ambiente confinado	30
7	Comunicações e equipamentos especiais	06
8	Condicionamento físico	30
9	Defesa Pessoal	30
10	Direção operacional	10
11	Direitos Humanos e Ética Policial	04
12	Entrada tática	20
13	Equipamentos de menor potencial ofensivo	10
14	Escalada	10
15	Estágio de Operações Aéreas	50
16	Estágio de tiro de precisão	20
17	Gerenciamento de crises	06
18	Mergulho	20
19	Negociação	06
20	Operações Marítimas e ribeirinhas	50
21	Operações Táticas com blindados	10
22	Operações urbanas em aéreas de alto risco	50
23	Planejamento e inteligência	06
24	Práticas operacionais	40
25	Procedimentos e local de intervenção policial	04
26	Rapel tático	30
27	Segurança de dignitário	10
28	Sobrevivência e combate na mata	50
29	Táticas especiais	20
30	Técnicas especiais de abordagem	10
31	Tiro Tático policial	50

Na publicação do curso também especifica, para aqueles que se candidatam, os critérios que podem fazer um aluno ser excluído em qualquer das etapas pela coordenação, seja por não demonstrar condições técnicas e/ou físicas para acompanhar as atividades ou seja por comportar-se, interna ou externamente, de maneira incompatível com as regras de segurança, com a disciplina, com os interesses, critérios e objetivos do aprimoramento iniciado ou por estar em desacordo com o Código de Ética do Policial Civil. Além disso, os alunos devem observar as seguintes situações para não serem excluídos, conforme consta na sua publicação: a) não se apresentar de acordo com os

²⁸ Cabe ressaltar que nesta edição, por questões de logística, não houve a disciplina de Salto Livre como ocorreram nas duas edições anteriores.

rígidos critérios de disciplina e doutrinas do curso; b) não conseguir acompanhar os treinamentos e atividades; c) não obtiver o condicionamento físico mínimo requerido durante o curso; d) não cumprir e/ou obter pontuação/conceito mínimo nas avaliações práticas de cada disciplina, conforme critérios especificados no decorrer das instruções; e) não obtiver no mínimo 70% de acertos na prova teórica; f) demonstrar insegurança na prática das atividades; g) realizar as atividades com insuficiência técnica; h) desobedecer às ordens dos instrutores ou da Coordenação do curso; i) ser indisciplinado e/ou desrespeitoso com qualquer participante das atividades; j) faltar a qualquer dia de instrução sem autorização prévia da Coordenação; k) chegar atrasado à apresentação diária e/ou se ausentar do curso sem autorização da Coordenação; l) não estar devidamente uniformizado e/ou apresentar-se sem os equipamentos e/ou materiais requeridos para os treinamentos; m) não se encontrar em condições psicológicas adequadas e/ou demonstrar ausência de controle emocional durante as atividades. Além disso, há a especificação de que qualquer aluno poderá solicitar seu desligamento do curso no momento em que julgar conveniente. As avaliações são realizadas de forma objetiva, subjetiva e/ou prática ao longo de todo curso, considerando o aluno apto ou inapto dependendo da atividade.

Como havia relatado anteriormente, em relação ao equipamento básico individual dos alunos, os quais devem ser adquiridos por meios próprios seja comprando ou seja por empréstimos daqueles que já fizeram o curso em edições anteriores, a publicação cita qual deve ser este material, o que achamos necessário citá-los para um maior esclarecimento.

- 1) Traje de educação física: camisa de malha azul marinho (gola redonda); short preto; meias brancas; sunga preta e tênis (cor discreta);
- 2) Traje Operacional: calça tática preta; gandola preta; camisa de malha azul marinho (gola redonda); coturno preto; sunga preta; meias pretas; cinto preto; cinto N.A. preto; coldre de perna ou cintura para pistola; porta carregador; cobertura (boné) de cor preta e porta lanterna;
- 3) Equipamentos táticos: canivete multiuso; faca grande; lanterna tática; pilhas sobressalentes; 02 cordeletes de 5mm com alma (2m para cada um); cabo solteiro preto 11mm (5m); 02 mosquetões com trava; freio oito de resgate; Baudrier; luvas para rapel; cantil preto ou verde; porta cantil preto; óculos com lente branca para proteção; protetor auricular; joelheiras de cor preta; máscara para mergulho; nadadeira (preferencial tática); bota neoprene com sola; snorkel; bloco de anotações; canete; 06 sealumes; protetor bucal para luta; colete

- balístico; colete tático com pelo menos 06 compartimentos para carregador de fuzil; mochila preta; isolante térmico e bússola para orientação tipo Silver;
- 4) Kit primeiros socorros: luvas de procedimento; gaze (04 pacotes); Bandagens. Atadura comum de 10 cm (03 rolos); Esparadrapo; antisséptico; algodão; medicação de uso pessoal e torniquete padrão;
 - 5) Armamento: pistola e fuzil; 03 carregadores e kit para limpeza de armamento para uso pessoal;

As imagens abaixo (imagens 24 a 28) demonstram os uniformes (educação física e operacional) e a mochila, na qual os alunos devem levar todo o seu equipamento da lista acima.

Imagem 24 – coturno, calça tática preta e camisa azul (os dois últimos numerados, conforme a numeração dos alunos, conforme havíamos relatado anteriormente)



Imagem 25 - Traje Operacional completo (frente), mais mochila (também numerada) com todo material relacionado acima.

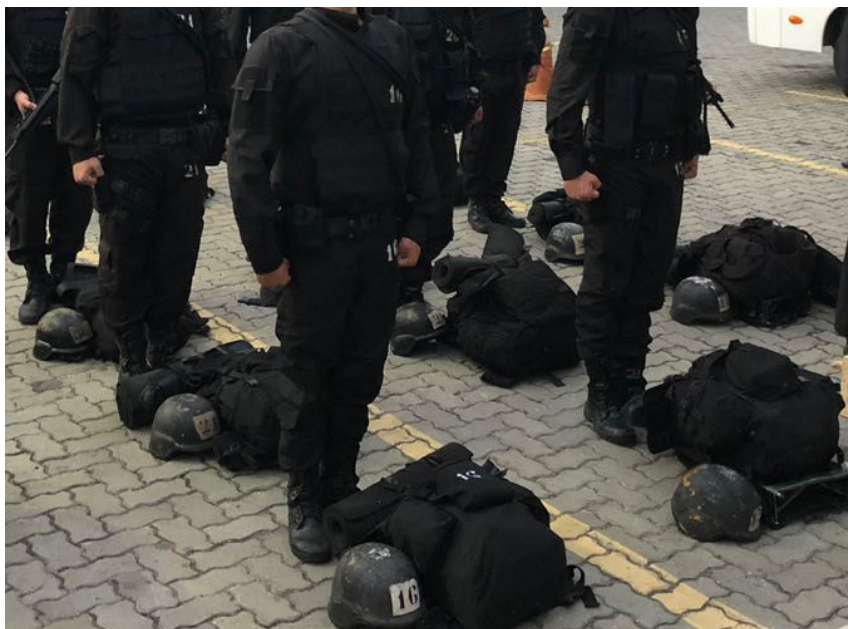


Imagem 26 - Traje Operacional completo (costas), numeração dos alunos também na parte de trás.



Imagem 27 - Traje de educação física.



Imagem 28 – Alunos em formação com uniforme completo e mochila nas costas.



Além dos seus equipamentos individuais, os alunos ao longo do curso devem carregar a bandeira do curso com o símbolo do Falcão, representando a Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE) e a CORE. Na bandeira está o símbolo do Recursos Especiais estampado (imagem 29). Além disso, eles se revezam carregando o “sino” e o “aluno 00”. O primeiro é uma armação de ferro que pesa entorno de 15Kg, com um sino na sua ponta. Ele significa que sempre que alguém quiser desistir do curso, ou como é

dito no curso aquele que “pede para sair”, tem que ir até o sino e tocá-lo (melhor ilustrado na imagem 31). Tocar o sino simboliza para muitos alunos um sinal de fraqueza, pois seria melhor sair por motivos de saúde do que tocá-lo. No caso do “aluno 00”, ele é um espantalho uniformizado igual a um aluno, pesando entorno de uns 30kg. Este representa o aluno que nunca se forma, que vem ao curso e tem que ser carregado por todos os alunos até seu término, ele pode representar tanto um fardo, de carregar um aluno que não faz nada, que como dizem os alunos se “encosta” para conseguir se formar. Como também representa o companheiro policial que nunca pode ser deixado para trás por mais sofrido que seja ter que carregá-lo. Durante o curso na sua fase inicial, a percepção dos alunos é a primeira que o “aluno 00” é um fardo, do meio do curso em diante seu significado passa a ser o outro, do companheiro que não pode ser deixado pra trás. Os três objetos representam a esperança e honra de poder se tornar um Falcão, de não desistir nunca e não deixar um companheiro para trás em “combate”, como pude constatar nas observações ao longo do curso, demonstradas e verbalizadas não somente por alguns instrutores como pelos próprios alunos. Nenhum dos três objetos pode ser esquecido ou “confiscado” por algum instrutor. A ausência destes objetos, é sinal de que todos os alunos “terão que pagar”²⁹ por tal esquecimento ou pela não cautela e guarda destes objetos. Na imagem 29, estão os três objetos. A esquerda o que parece uma cruz, é a base de armação de ferro do sino. A bandeira que geralmente é carregada pelo xerife da turma naquele momento e que comanda os demais alunos. Atrás dele, vem outro aluno que está carregando o “aluno 00” nos ombros.

A figura do aluno “xerife” deve ser explicada também. Este representa o elo de ligação entre os alunos e os instrutores. Ele é o que comanda os alunos e é o único que pode se comunicar inicialmente com os instrutores, seja para negociar as ordens ou o pagamento das dívidas pelos erros cometidos pelos alunos. Ele tem que aprender a controlar os alunos, verificar se está tudo em ordem, pois toda a culpa por qualquer erro individual será direcionada ao xerife. Nos momentos iniciais das instruções, é o xerife que “apresenta o turno”³⁰ para o corpo de instrução, assim como é ele que faz os agradecimentos ao término das instruções. A figura do xerife é o que podemos aproximar de um comandante de tropa na ocasião. Todos os alunos, ao longo dos 3 meses de curso

²⁹ “Ter que pagar” expressão utilizada constantemente ao longo do curso, tem o significado de castigo, em que os alunos são submetidos por terem cometido algum erro. Os castigos podem ser de ter que realizar uma atividade física muito intensa ou até mesmo não serem dispensados à noite para descanso. A avaliação é feita pelos instrutores em relação ao erro cometido pelos alunos.

³⁰ “Apresentar o turno” expressão militar que tem como objetivo dizer se está tudo em ordem com os alunos para o início das instruções, comunicar ausências, se algum aluno está tendo problemas de saúde. Todo novo início de instrução, além da apresentação diária das atividades, o xerife tem que “apresentar o turno”.

e que chegam até o final, passam pela posição de xerife em algum momento. Esta posição tem o objetivo simbólico de liderança, isto é, de fazer com que todos os alunos aprendam a liderar e a coordenar uma equipe.

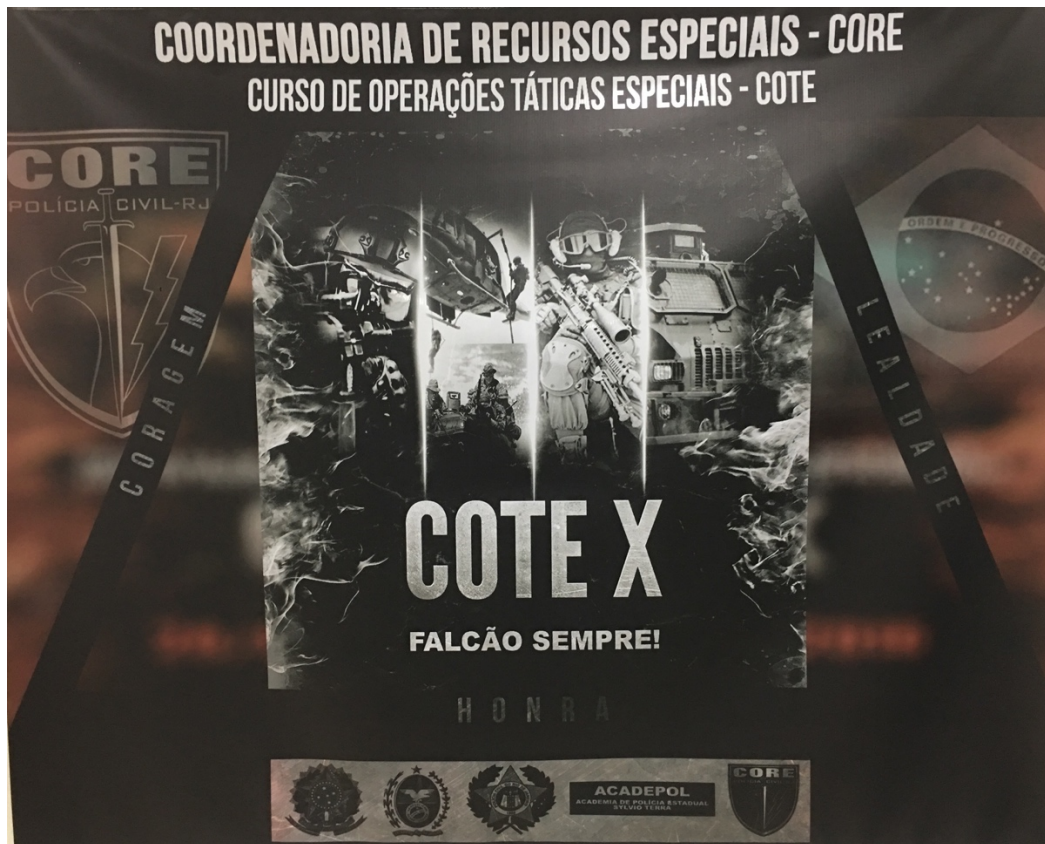
Outro ponto deve ser destacado, é que durante o curso, entre os alunos não há nenhum tipo de hierarquia quanto ao tempo de serviço ou sua posição fora do curso, muito semelhante ao que vimos em Turner (2005) na nossa parte teórica. Então, seja um delegado de polícia, seja um inspetor mais antigo, seja um novato, todos dentro do curso são postos em posições de alunos. A hierarquia que existe é somente entre o corpo de instrução frente aos alunos. Todos devem cumprir com todas as etapas sem distinção ou privilégios. Esta ideia é simbolizada no exato momento em que os alunos têm que se apresentar para o primeiro dia de instrução, no qual eles devem se “apresentar” com o mesmo tipo de uniforme, com o mesmo corte de cabelo (máquina zero), com a barba sempre feita e com as numerações em seus uniformes e equipamentos no mesmo padrão. Neste momento, eles deixam de ser chamados pelos seus nomes e são chamados apenas por seus números de curso. Conforme foi observado e relatado em diversos momentos, a perda da identidade através da uniformização de todos os alunos é uma forma de igualá-los entre si, formando-os em um único grupo, sem qualquer forma de distinção e, portanto, eles simbolicamente passam a representar “o turno”, como assim eles são denominados e se auto denominam. Esta identificação com o número se torna tão marcante que todos os alunos, até mesmo os amigos mais próximos de antes do curso, passam a se chamar apenas por seus números. Após o término do curso muitos continuam sendo apenas chamados pelo número, seja por aqueles que participaram com ele do curso, como pelos integrantes das equipes da Seção de Operações Táticas Especiais a que irão compor. Muitos só deixam de ser chamados pelo número, quando há uma próxima edição do COTE, pois outro aluno terá o mesmo número que ele nesta nova edição. É como se o curso continuasse a existir, ou como citamos nos capítulos anteriores, como se os ritos de instituição perdurassem para muito além do tempo determinado pelo curso.

Imagem 29 – a bandeira com o símbolo do Recursos Especiais carregada pelo “xerife”, o sino (a esquerda), o aluno “00” carregado no ombro pelo aluno logo atrás do xerife.



Junto com a publicação do curso em Boletim Informativo, a Coordenação do curso divulga cartazes na PCERJ e nas redes sociais sobre a abertura do curso. Abaixo (imagem 30), há a ilustração preparada para esta edição. Interessante é perceber que o símbolo do Falcão se encontra em mesma perspectiva com a bandeira Nacional do Brasil. Assim como, as palavras *coragem*, *lealdade* e *honra* circulam ao redor da frase “*falcão sempre!*” que é simbolicamente o que define o curso e o grupo que ali irá se formar, no caso, se tornar “para sempre” um “Falcão”.

Imagem 30 – cartaz de divulgação do COTE X, com as palavras: Coragem, Lealdade e Honra, e a frase “Falcão sempre!”



Chegamos até aqui esclarecendo a base do curso e algumas simbologias que nele existem. Vamos a partir de agora analisar o perfil sócio-demográfico e as percepções individuais dos 42 inscritos na X edição do curso³¹. Nesta etapa, vamos usar as respostas dadas por eles antes do início do curso, a partir de um questionário auto-aplicado. Cabe ressaltar que nem todos que participaram da aplicação deste questionário chegaram a começar o curso, pois foram eliminados nas etapas anteriores (avaliações físicas e técnicas), mas suas respostas são importantes já que foram policiais que se inscreveram no COTE e tinham percepções e expectativas sobre o curso em geral.

³¹ não responderam ao questionário 01 policial da PCERJ e 01 da Polícia Federal

4.2. O perfil dos candidatos ao COTE X e suas expectativas

Foram aplicados ao todo na etapa anterior ao início do curso, um questionário (apêndice A) contendo questões sobre seus dados pessoais, seus dados profissionais e 21 questões abertas com o intuito de conseguir apreender ao máximo as percepções dos candidatos ao COTE X. O questionário envolve também assuntos variados sobre a percepção destes em relação a atividade policial, a estrutura da polícia e as expectativas sobre o curso. Questões que nos possibilitarão mapear os indícios para o objetivo principal desta pesquisa que é a construção da identidade “Falcão” produzida no curso. Além disso, foram feitas 4 entrevistas semiestruturadas neste período para maior aprofundamento na compreensão das categorias (apêndice B). Desta forma, vamos seguir a análise dos questionários mapeando o perfil dos policiais que procuraram participar do COTE de forma mais aprofundada do que a que fizemos anteriormente em relação as edições anteriores (COTE VIII e IX).

Através dos dados pessoais declarados pelos participantes, confirma o que havíamos dito anteriormente, este curso é procurado em sua totalidade pelos agentes policiais do sexo masculino. A idade, destes 42 inscritos e participantes da pesquisa, em mais da metade está compreendida entre 31 e 40 anos de idade, tendo a metade se declarado de cor branca e metade de cor parda, apenas um dentre todos se declarou de cor preta. Em relação a religião a maioria se declarou católico, seguido dos que se declararam não possuindo religião alguma. Dentre eles, a maioria declarou seu estado conjugal como sendo casado (gráfico 44) e 59% não possuem filhos (gráfico 45).

Tabela 5 – Dados sócio demográficos dos inscritos no COTE X, segundo os critérios de sexo, idade, raça/cor, religião, estado conjugal e quantidade de filhos.

Sexo	Quantitativo
Masculino	42
Feminino	0
IDADE	Quantitativo
até 24	0
25 a 30	8
31 a 35	12
36 a 40	16
41 a 45	4
46 a 50	2

Raça/cor	Quantitativo
preta	1
parda	18
branca	23
Religião	Quantitativo
católica	16
evangélica/Protestante	7
de Matriz Africana	0
Espírita	5
sem religião	13
outras	1
Estado Conjugal	Quantitativo
solteiro(a)/Nunca casou nem viveu com parceira(o)	9
casado(a) ou morando junto com parceira(o)	22
divorciado(a)/Separado(a)/Desquitado(a)	1
viúvo(a)	0
Quantidade de filhos	Quantitativo
0	25
1	13
2	2
3	2
4	0

Em relação ao nível de escolaridade, quase a totalidade deles têm nível superior (apenas 2 possuem nível superior incompleto), sendo que 12 declararam possuir pós-graduação completa (gráfico 38). Em relação a formação superior mais da metade deles possui formação em Direito (gráfico 39), os demais tem formação diversificada em várias áreas³².

³² Conforme nosso levantamento, 4 possuem formação em Educação Física; 2 em Ciências Contábeis; 1 em Comunicação Social; 1 em odontologia; 1 em Farmácia; 1 em Logística; 1 em Economia; 1 em matemática; 1 em Administração de Empresas; 1 em Fisioterapia e 1 possui curso Politécnico.

Gráfico 38 – Nível de escolaridade dos participantes do COTE X (n=42)

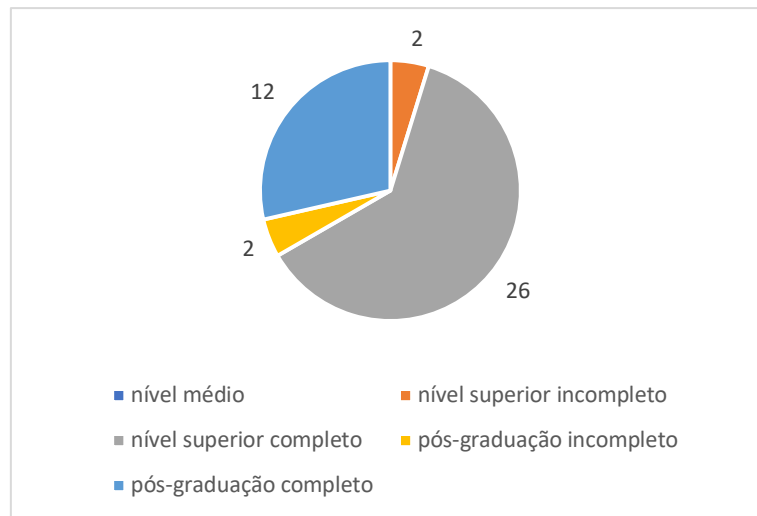


Gráfico 39 – Formação referente aos que possuem nível superior (n=40)



Quanto à região de residência, diferentemente das edições anteriores, nesta edição teve um número maior de residentes na Zona Norte do Rio de Janeiro, equivalente à 31% dos entrevistados, mas que se somados os residentes das regiões Barra/Recreio/Jacarepaguá com os residentes da Zona Sul do Rio de Janeiro, passam estes a serem em um quantitativo maior, pois somados chegam a um terço do universo total (gráfico 40), o mesmo se demonstrou nas edições do COTE VIII e IX. Já em relação aos policiais “estrangeiros” por serem em sua maioria oriundos da Polícia Federal (quantitativo de 5 que responderam), 04 são residentes de Brasília, somente 01 dos Policiais Federais é residente do Rio Grande do Sul (gráfico 41). Cabe ressaltar que o agente da Polícia Rodoviária Federal é residente do Rio de Janeiro, então, entrou nos índices dos inscritos que residem no Rio de Janeiro para matéria de análise dos dados.

Gráfico 40 – Região de residência dos policiais moradores do Rio de Janeiro no COTE X

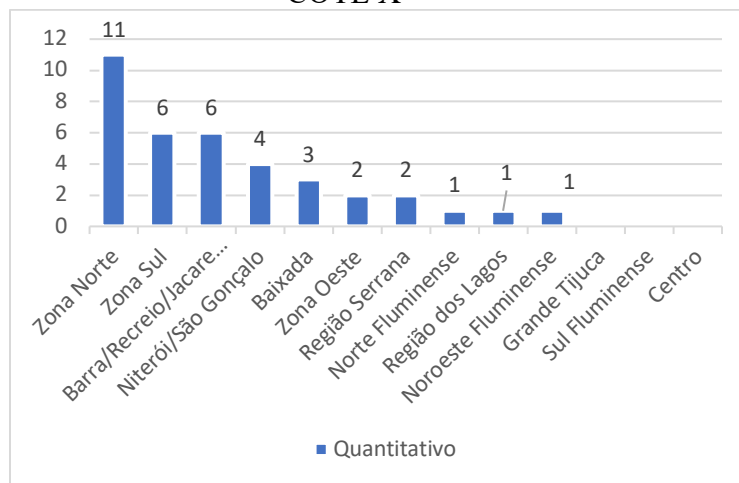
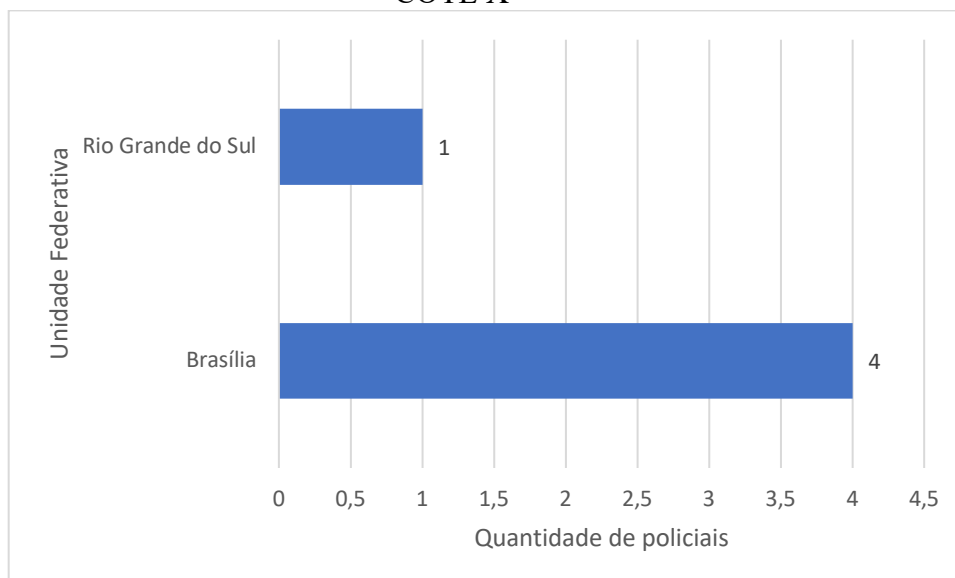


Gráfico 41 – Unidade Federativa de residencia dos policiais “estrangeiros” no COTE X



Quanto aos dados profissionais destes 42 inscritos no COTE X, a maioria deles (36) são oriundos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sendo 05 da um terço estavam lotados na CORE no momento em que se inscreveram no curso, a proporção entre eles e os demais lotados em delegacias distritais e em delegacias especializadas. Nesta edição, o quantitativo foi aproximado, girando entorno de um terço para cada categoria analisada (gráfico 43). Dos policiais “estrangeiros”, todos são oriundos de órgãos federais de polícia, sendo 05 policiais federais e 01 policial rodoviário federal. Dentre os Policiais Federais 02 deles são oriundos do Comando de Operações Táticas (COT) da PF, 01 da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP) e 01 do Grupo de Pronto Intervenção do Rio Grande do Sul e o único pertencente à Polícia Rodoviária Federal é do Núcleo de

Operações Especiais (NOE).³³ Quanto ao cargo ocupado pelos Policiais Civis, 22 são inspetores de polícia, 12 são oficiais de cartório policial e 02 são investigadores policial. Quanto aos policias “estrangeiros”, todos são agentes de polícia (gráfico 44). Nesta edição não teve a participação, portanto, de nenhuma outra Instituição de Polícia Civil do Brasil, assim como, de nenhum delegado de polícia.

Gráfico 42 – Instituição de origem dos alunos do COTE X

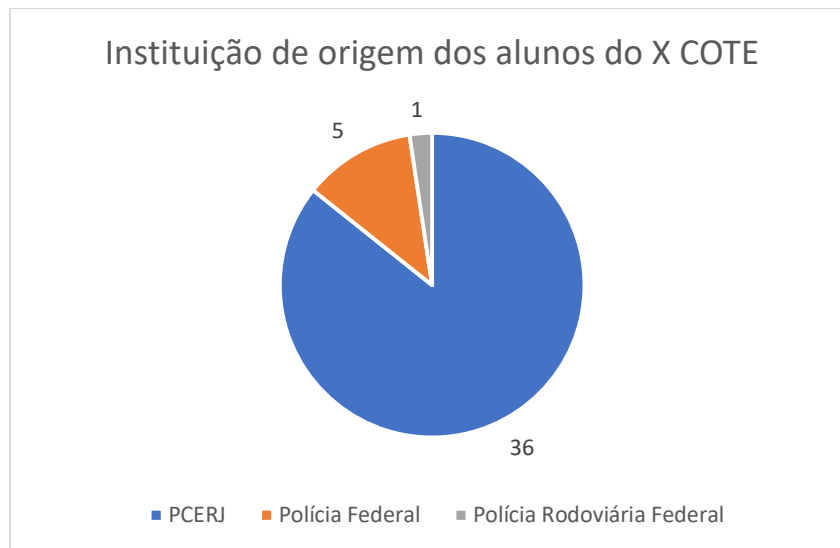
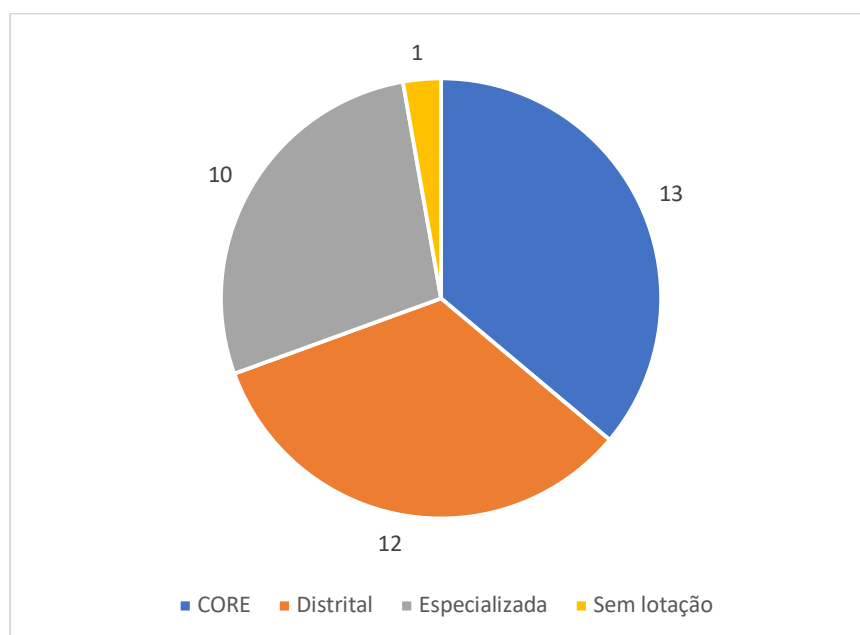
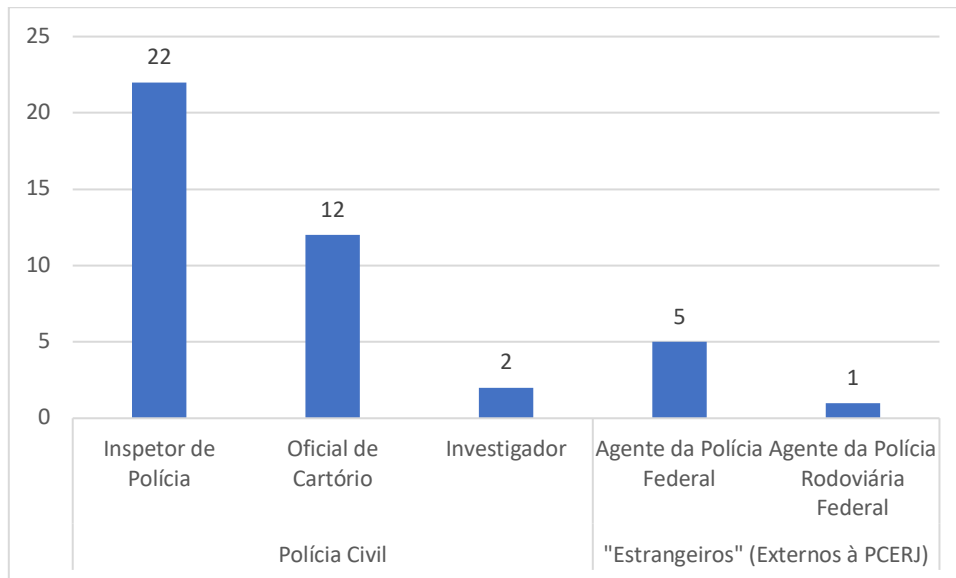


Gráfico 43 - Quantitativo de policiais da PCERJ por especificidade no X COTE



³³ Ressalta-se novamente que dos policiais “estrangeiros”, somente 01 não respondeu o questionário, por falta de tempo antes de se iniciar o curso. Porém, este era oriundo da Polícia Federal. Fato que não interfere na análise dos dados estatísticos aqui apresentados.

Gráfico 44 – Quantitativo por cargo desempenhando pelos policiais da PCERJ e pelos policiais externos à PCERJ.



Em relação ao tempo de serviço na instituição policial a que faziam parte no momento da inscrição do curso, podemos perceber que tanto para os policiais civis quanto para os policiais federais, em sua grande maioria estava na instituição há até 06 anos (gráfico 45) e, portanto, são policiais novos nas forças públicas de segurança (polícias), como também visualizamos nos dados das edições anteriores. Dentre o total de participantes, 05 são oriundos de outra instituição policial (militar ou civil) antes do ingresso ou na PCERJ ou nas Polícias Federais (PF e PRF). Além disso, outros 05 tinham exercido a profissão de agente penitenciário, 04 de militar das forças armadas e 01 de guarda municipal, como podemos visualizar no gráfico abaixo discriminando as profissões anteriores ao cargo atual. Portanto, diante da pergunta referente a ocupação destes candidatos antes de entrar na instituição policial atual, percebe-se que em sua maioria, dos 42 participantes 28 deles exerciam atividades profissionais fora da segurança pública ou das forças armadas (gráfico 46).

Gráfico 45 – Tempo de Serviço na Instituição Policial atual

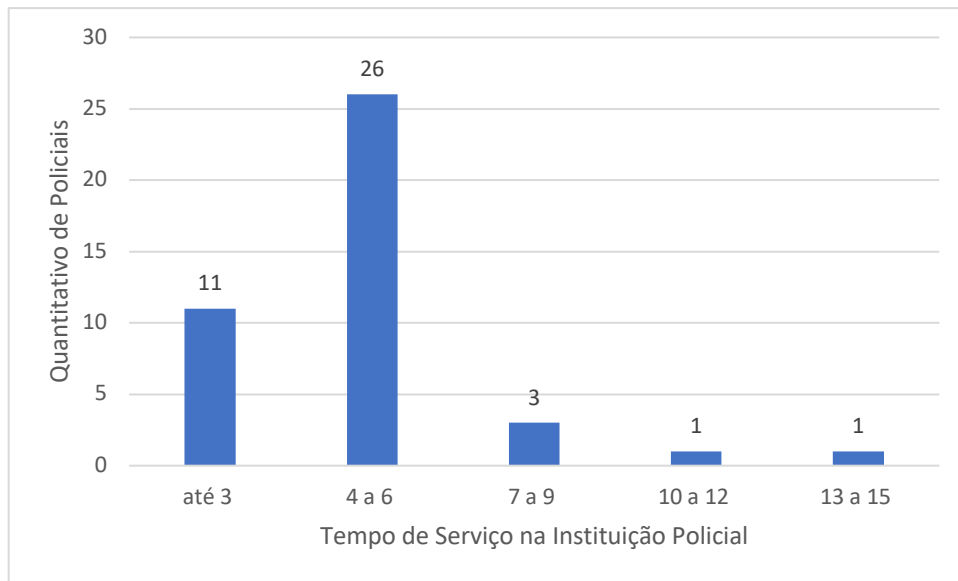
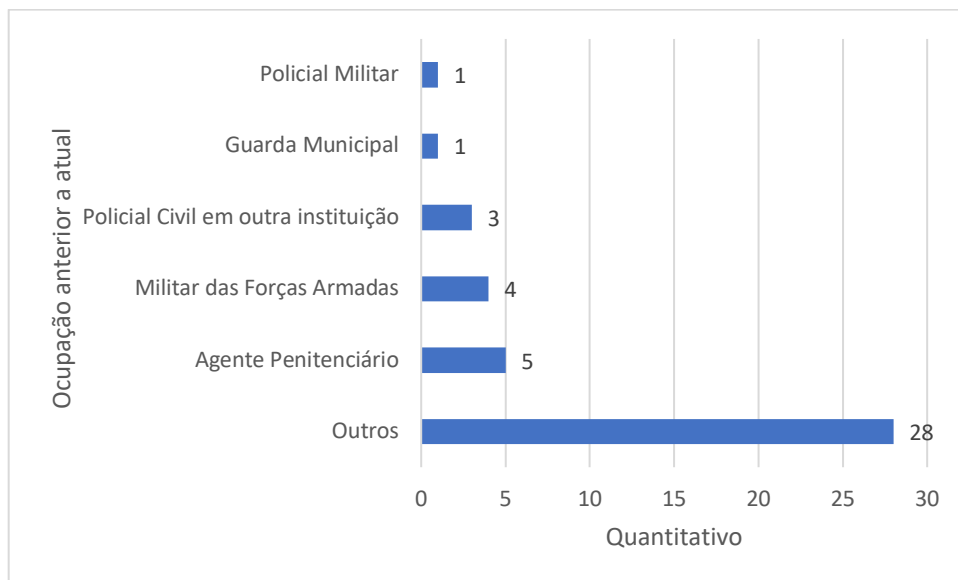
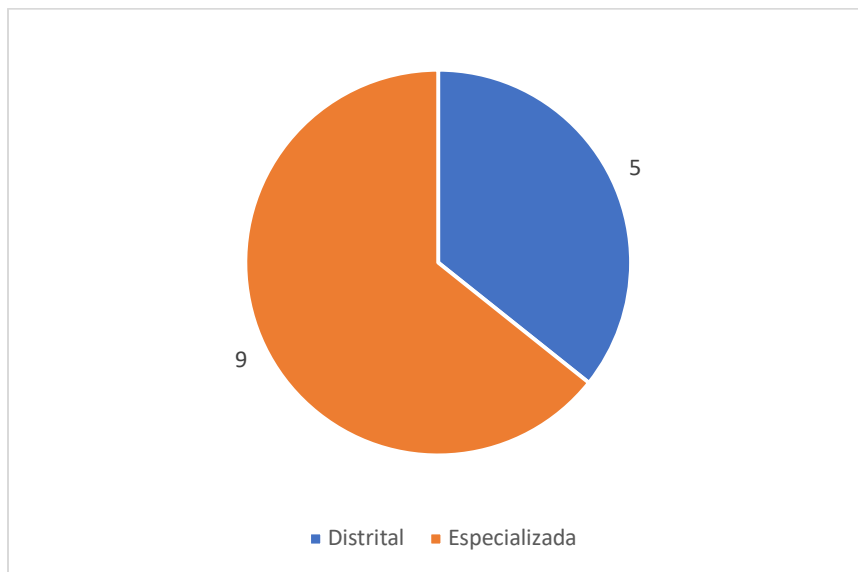


Gráfico 46 – Ocupação anterior à entrada na instituição policial atual



Em relação aos policiais civis que estavam lotados na CORE no momento em que se inscrevem para o COTE X, podemos perceber que a maioria deles (09 dentre os 14) eram de delegacias especializadas antes de serem lotados nesta coordenadoria (gráfico 47). Quanto ao tempo de lotação nesta Unidade Tática de Polícia, todos não ultrapassavam os 05 anos de lotação. O que demonstra que são policiais com pouco tempo de serviço na Unidade que buscam participar do curso.

Gráfico 47 – Lotação anterior para os policiais pertencentes aos quadros da CORE que se inscreveram no COTE X (n=14)



Foi perguntado aos participantes também em relação a sua percepção quanto a satisfação com seu salário e encontramos que a maioria dos policiais não se encontram satisfeitos (gráfico 48) e que mais da metade dos entrevistados necessitam recorrer a outra fonte de renda como complemento salarial (gráfico 49). Aqui não foi discriminada a diferença de percepção entre os Policias Civis e Policiais Federais, mas a diferença salarial entre ambos é considerável, o cargo de inspetor de polícia civil no Rio de Janeiro tinha o salário inicial de aproximadamente R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) enquanto de agente da polícia federal tinha o salário inicial de aproximadamente R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em 2018, segundo os últimos editais de concurso para ambos.

Gráfico 48 – Satisfação com o salário

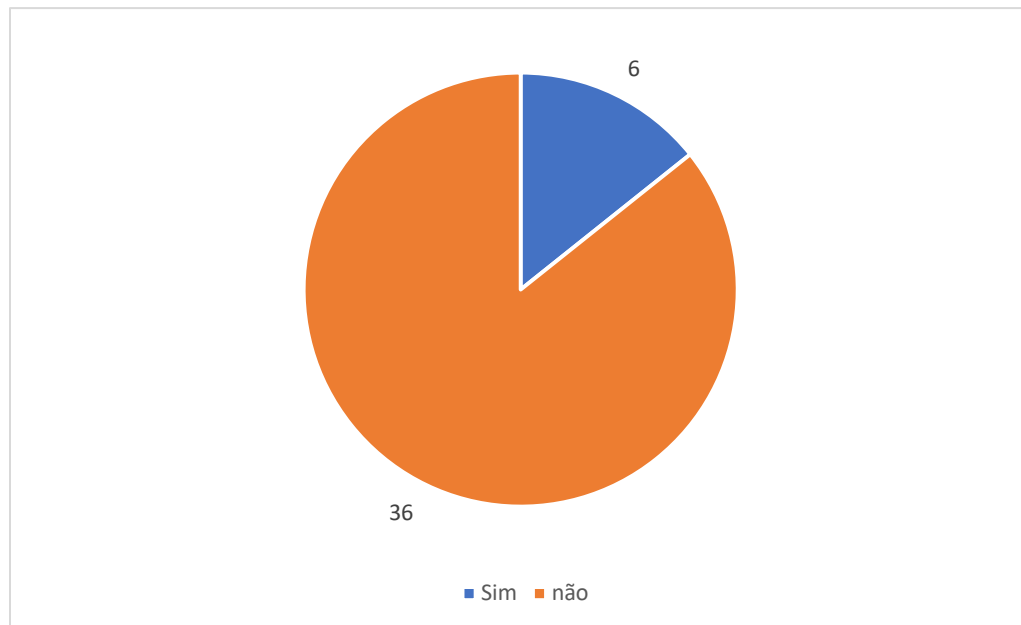
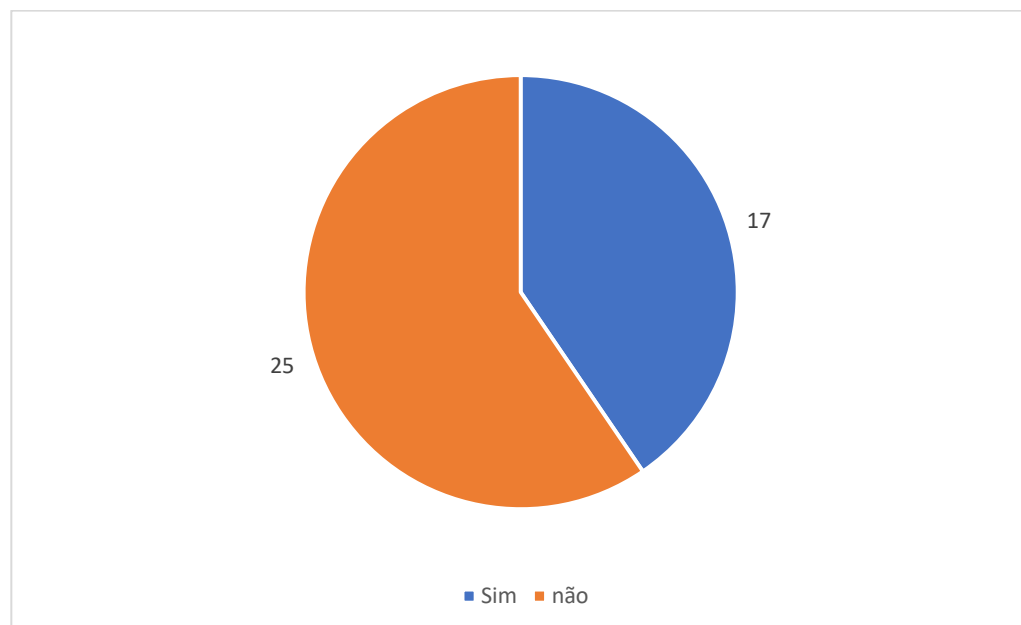


Gráfico 49 – Possui outra fonte de renda



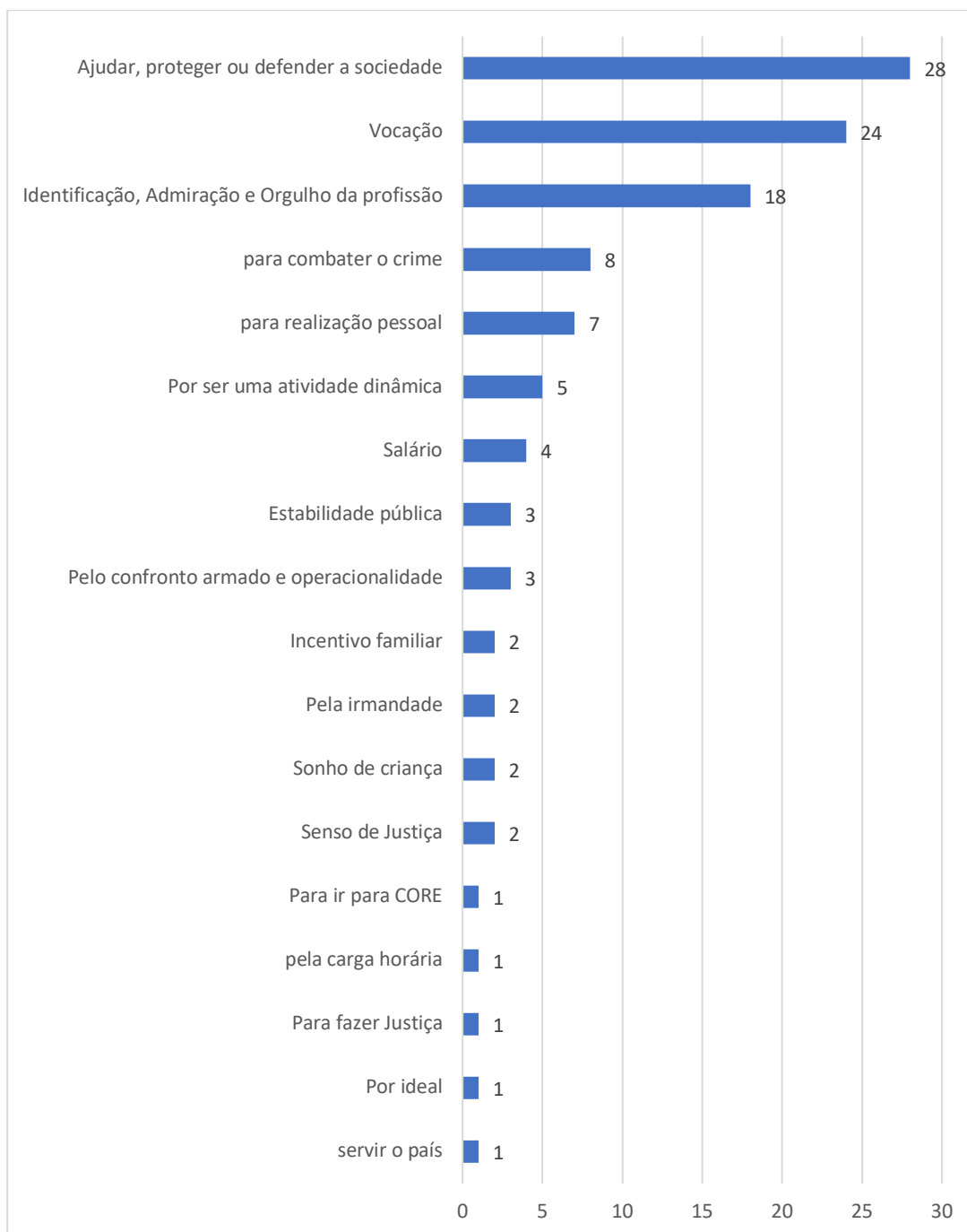
Depois desta série de questões com o objetivo de mapear um perfil sócio-demográfico dos participantes do COTE X, foram feitas 21 perguntas abertas³⁴ em que os mesmos pudessem escrever livremente suas percepções sobre a atividade policial e suas expectativas quanto ao curso. Esta parte da pesquisa teve como objetivo mapear as categorias mais recorrentes sobre inúmeros temas pertinentes ao nosso objetivo principal,

³⁴ As respostas das perguntas abertas foram categorizadas conforme a recorrência que se apresentavam entre os participantes para uma melhor análise dos dados que ora eram necessários para a compreensão de nosso objeto de pesquisa.

tendo em vista a falta de referenciais teóricos que pudessemos nos basear em relação aos policiais que buscam se integrar à Unidades Táticas de Polícia, como é o caso da CORE. Cabe ressaltar, que esta pesquisa é situada no perfil dos policiais do Rio de Janeiro, em especial os policiais civis. Como as Polícias Federais do Brasil também são de estrutura civil, isto é, não possuem uma estrutura e organização hierarquicamente militar e por ser uma pesquisa que tem seu limite em um quantitativo restrito, não podemos englobar que o surgimento de certas categorias representem todo um *ethos* policial, mas tão somente destes que têm como objetivo participar de um curso operacional nesta Unidade Tática de Polícia que é a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, um conhecimento mais aprofundado demandaria novas pesquisas, tanto em outras Unidades Táticas de Polícia no Brasil, quanto em Unidades semelhantes nas polícias militares. Além disso, as categorias apresentadas nesta seção também se referem ao momento anterior ao curso e, portanto, optamos por aplicar um segundo questionário aos concluintes da PCERJ quando estes já tinham conseguido a lotação na CORE, o que será analisado mais a frente na tentativa de averiguar se houve mudanças pertinentes nas percepções destes policiais.

Foi perguntando aos 42 inscritos que participaram da pesquisa, “*quais eram suas principais motivações para ter escolhido ingressar na carreira policial?*”. As três principais categorias que apareceram com maior recorrência foram, primeiramente, a vontade de *ajudar, proteger ou defender a sociedade*, com 28 ocorrências, seguida da percepção em que estes policiais possuem de escolherem a carreira policial por *se acharem vocacionados para a atividade policial* (24 ocorrências) e em terceiro aparece a escolha pela carreira por ter *identificação, admiração ou orgulho da profissão policial* (18 ocorrências). Outras categorias também surgem com menos ocorrências como a escolha da carreira para *combater a criminalidade*, seguida de escolha para uma *realização pessoal*, assim como, por *ser uma atividade dinâmica* em que a rotina fixa de trabalho não existiria. No gráfico abaixo (gráfico 50) demonstramos todas as categorias que se apresentaram e o quantitativo de ocorrência delas nesta questão.

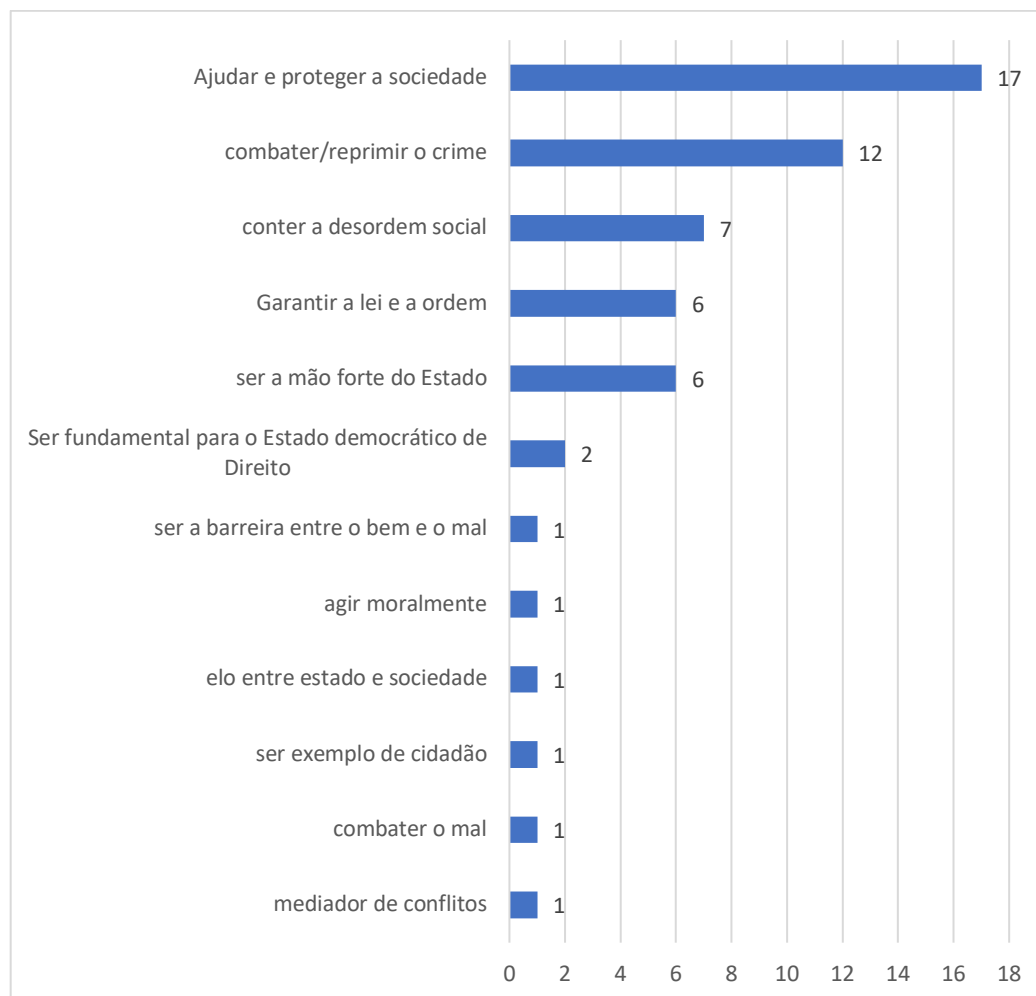
Gráfico 50 – Categorias sobre as principais motivações para a escolha da carreira policial



Foi perguntado aos participantes “em sua percepção qual seria o papel do policial na sociedade?”, a principal categoria que surge é o de *ajudar e proteger a sociedade* (17 ocorrências), semelhante ao motivo pelo qual em suas percepções estes escolheram ingressar na carreira. A segunda categoria mais recorrente do papel do policial é o de *combater e reprimir o crime* (12 ocorrências); seguida do *conter a desordem social* (7 ocorrências); de *garantir a lei e a ordem* e de *ser a mão forte do Estado* (com 6

ocorrências cada). Estas categorias fazem parte do imaginário policial sobre o exercício de sua atividade, como vimos na parte teórica referente aos estudos das polícias. A Polícia é aquela encarregada da manutenção da ordem e da segurança pública e a detentora do capital simbólico da força do Estado-Nação (Torrente, 1992), tais características criam identidades coletivas, conhecimentos e crenças (Sirimarco, 2012), formando uma cultura policial (Poblete, 2011; Monjardet, 2003; Reiner, 2004), a qual simbolizam para seus agentes como aqueles garantidores da ordem e da moral, além de representar a linha divisória “entre o bem e o mal” (Torrente, 1992). Abaixo no gráfico (gráfico 51) estas categorias e outras podem ser percebidas no imaginário dos policiais participantes de nossa pesquisa.

Gráfico 51 – Categorias referentes ao papel do policial na sociedade



Ao questioná-los sobre as instalações físicas (estrutura, mobiliário, alojamento, banheiro, higiene, computadores e impressoras), a grande maioria avaliou estas instalações como regular e ruim. Cabe ressaltar que as percepções ótimo e bom podem

ser consideradas quanto aos policiais civis lotados na CORE ou em unidades especializadas e também as percepções dos policiais federais, tendo em vista que estas unidades possuem mais investimentos e recursos para as categorias aqui avaliadas, tais como a utilização de armamentos mais novos e de última geração, assim como, aquisição de veículos blindados e aeronaves que muitas outros departamentos de polícia não fazem jus. Porém, seria necessário novas pesquisas sobre a temática para a confirmação de tal hipótese. Os motivos principais para as avaliações que se seguiram são categorizadas em sua maioria pela falta de manutenção e falta de investimento do governo nas unidades policiais, neste quesito os participantes tinham livre liberdade para responderem suas motivações, podendo dar mais de uma resposta, portanto, categorizamos dentre os 42 participantes, as principais delas, como podemos ver nos gráficos abaixo (gráficos 52 e 53).

Gráfico 52 – Índice de satisfação quanto as instalações físicas do trabalho (n=42)

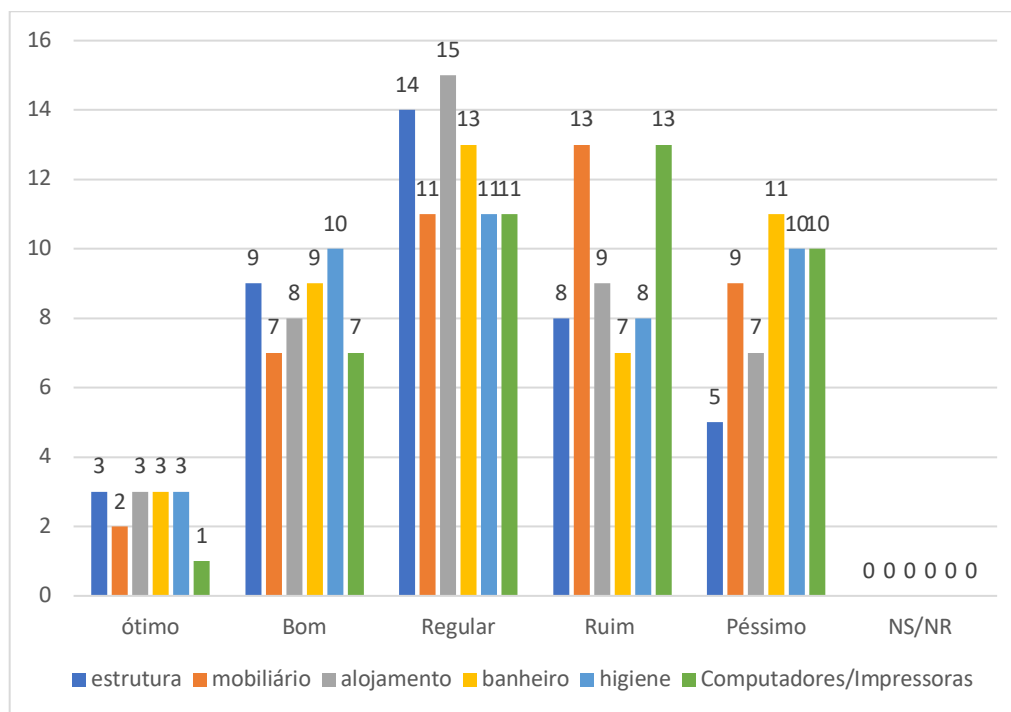
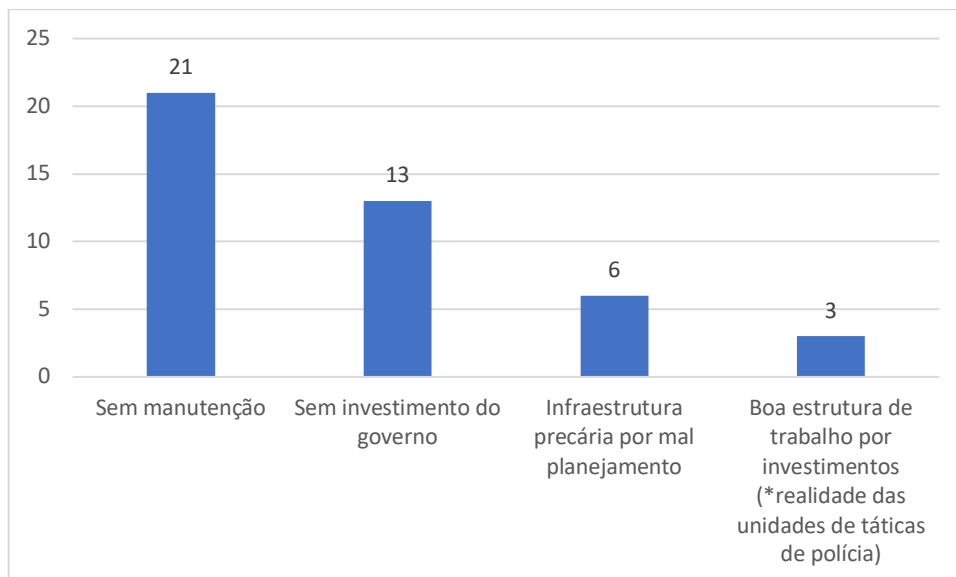


Gráfico 53 – Principais recorrências nas motivações dos índices de satisfação das instalações físicas do trabalho



Foi avaliado também as percepções destes policiais em relação aos equipamentos de uso operacional (viaturas, armamentos e coletes). Em relação as viaturas a maioria dos participantes as avaliou como ruim ou péssimas. Em relação ao armamento suas percepções foram divididas, podemos compreender que os policiais oriundos de delegacias distritais e especializadas tiveram uma percepção de que seus armamentos são ruins ou péssimos, diferentemente da percepção dos policiais lotados na CORE e das Polícias Federais que tiveram uma percepção ótima e boa dos armamentos, isto se deve ao fato que estas unidades de polícia possuem melhores armamentos para uso de seus agentes, distintamente daqueles que tem material em quantidade escassa ou ultrapassados, como veremos nos motivos esclarecidos pelos participantes nos gráficos abaixo (gráficos 54 e 55). Em relação aos coletes a percepção da maioria é de que estes são considerados bons ou regulares, isto pode se dar ao fato da compra de novos coletes e de cautela pessoal para todos os policiais civis no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos³⁵.

³⁵ conforme Edital de Licitação E-09/0102/0004/2012 – PE nº 012/12 referente a aquisição de coletes balísticos nível III, para atender a PMERJ e PCERJ.

Gráfico 54 – Índice de satisfação quanto o equipamento de uso operacional

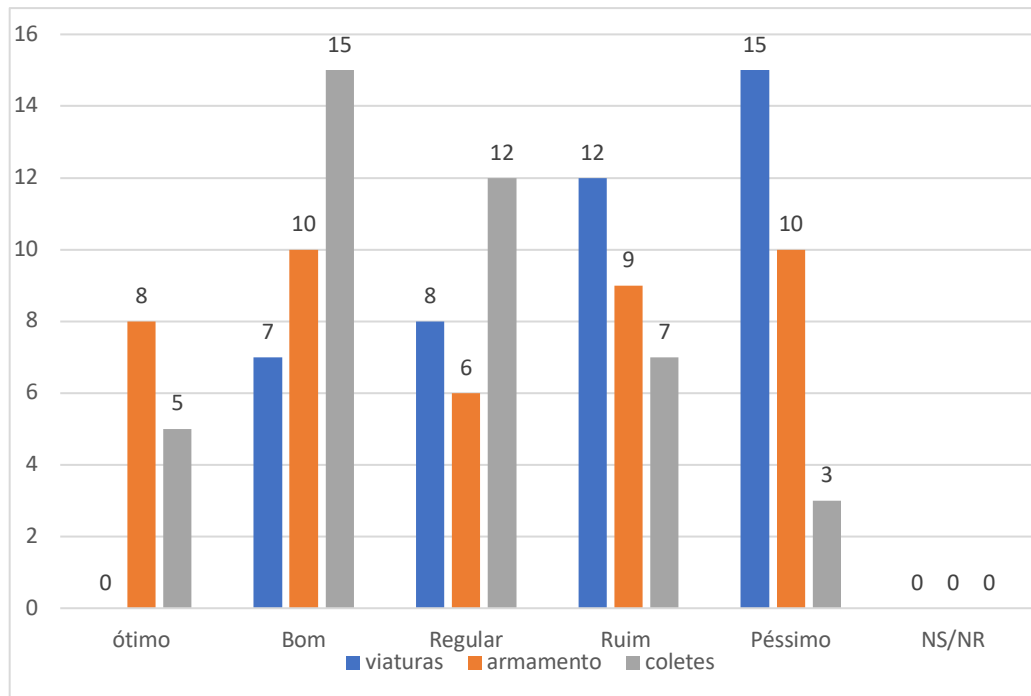
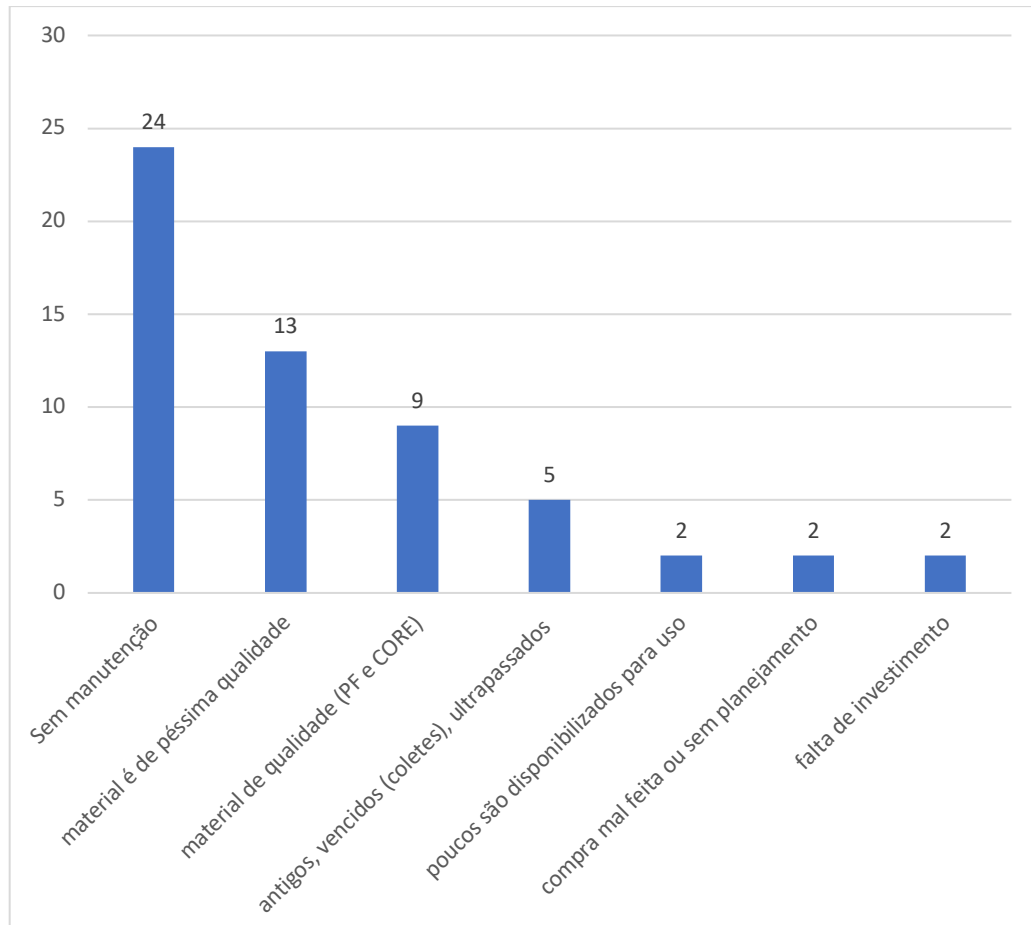


Gráfico 55 - Principais recorrências nas motivações dos índices de satisfação do equipamento de uso operacional



Quanto a satisfação referente ao curso de formação na instituição de ensino policial, a maioria dos policiais tem uma percepção de que o ensino nas escolas de polícia são bons ou regulares quanto as três categorias que foram abordadas na questão: parte teórica, parte técnica não operacional e parte técnica operacional. Porém, ao pedirmos os motivos pelas suas escolhas, a maioria ressaltou que no ensino do curso de formação policial há um conteúdo sem uma finalidade prática em especial para as atividades de cunho operacional, outros ressaltaram que geralmente o curso de formação tem um prazo muito curto, com um excesso de disciplinas teóricas, como podemos perceber nos gráficos que se seguem (gráficos 56 e 57).

Gráfico 56 – Índice de satisfação quanto ao ensino de formação da instituição de ensino policial

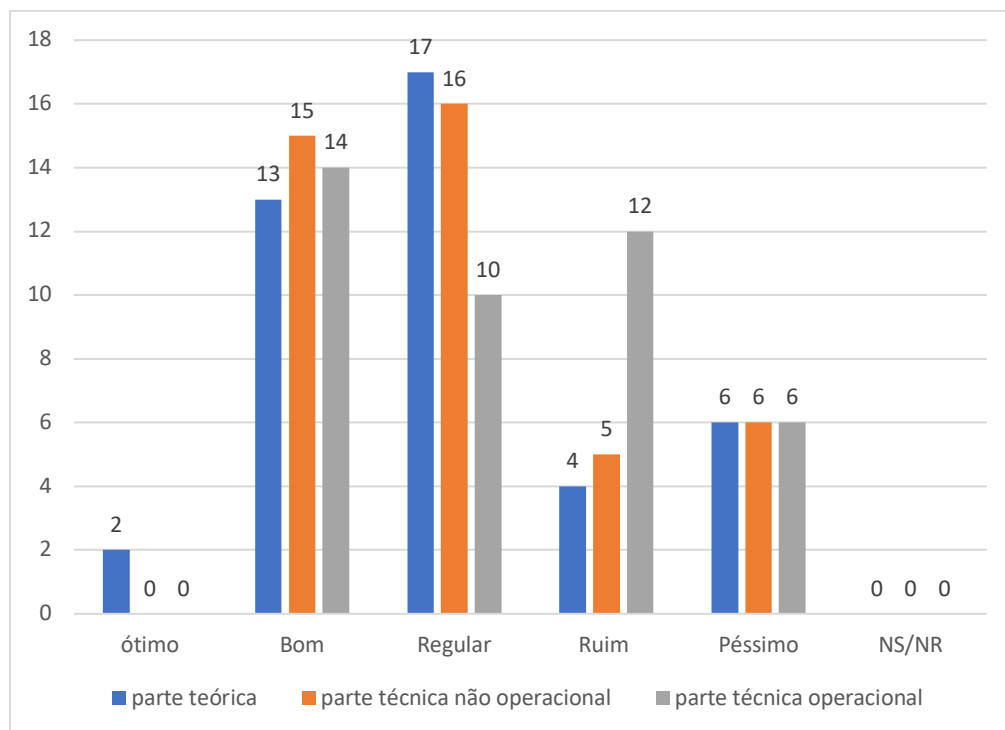
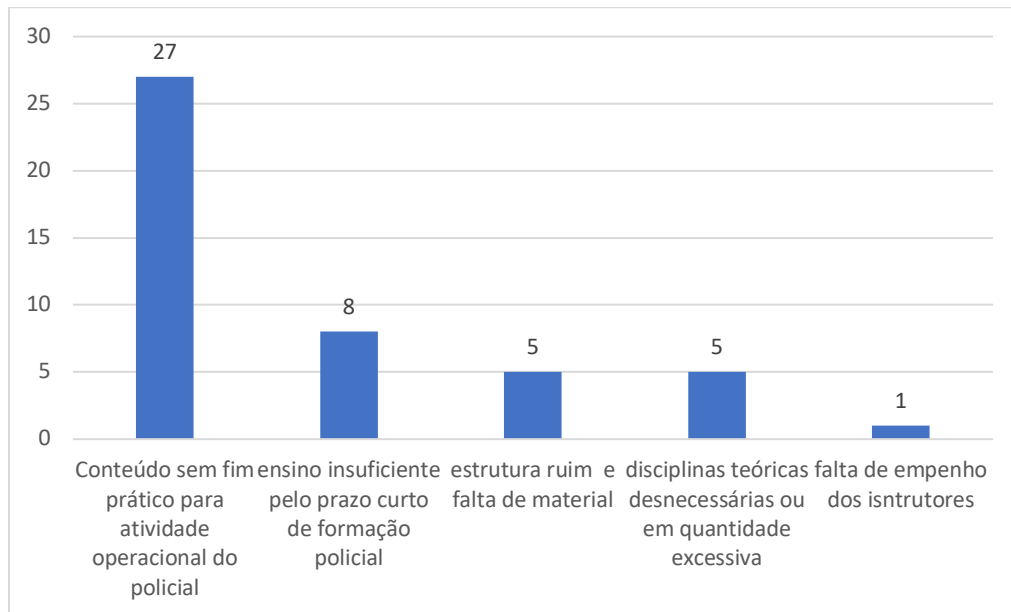


Gráfico 57 - Principais recorrências nas motivações em relação ao ensino de formação da instituição de ensino policial



Questionamos se em sua percepção há treinamentos oferecidos pelo centro de ensino de forma regular para o exercício da sua profissão, dos 42 participantes 26 responderam que SIM (gráfico 58). Os que responderam positivamente foram indagados sobre quais cursos que são ofertados, dentre os que responderam (03 se absteram de responder, mesmo tendo marcado SIM) a maioria citou a existência de cursos operacionais ou de ensino à distância, dentre estes a maioria respondeu que estes ocorrem anualmente ou em mais tempo (gráficos 59 e 60).

Gráfico 58 – Quanto a existência de treinamentos oferecidos pelo centro de ensino policial

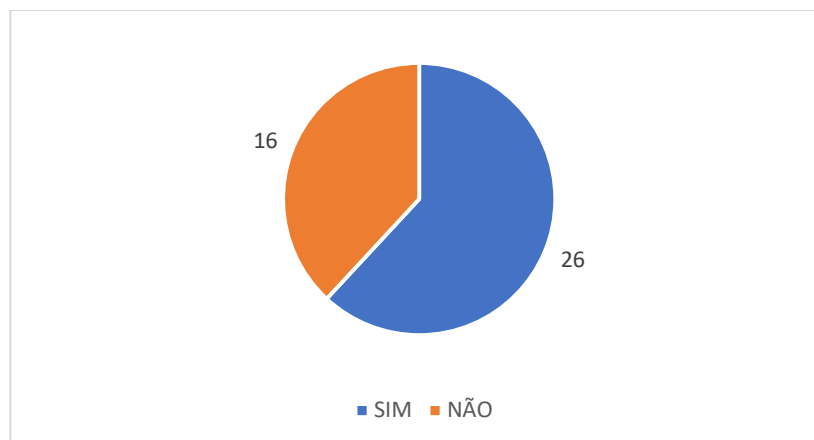


Gráfico 59 – Categorias de treinamentos citadas pelos participantes (n=23)
(03 dos que responderam SIM se abstiveram)

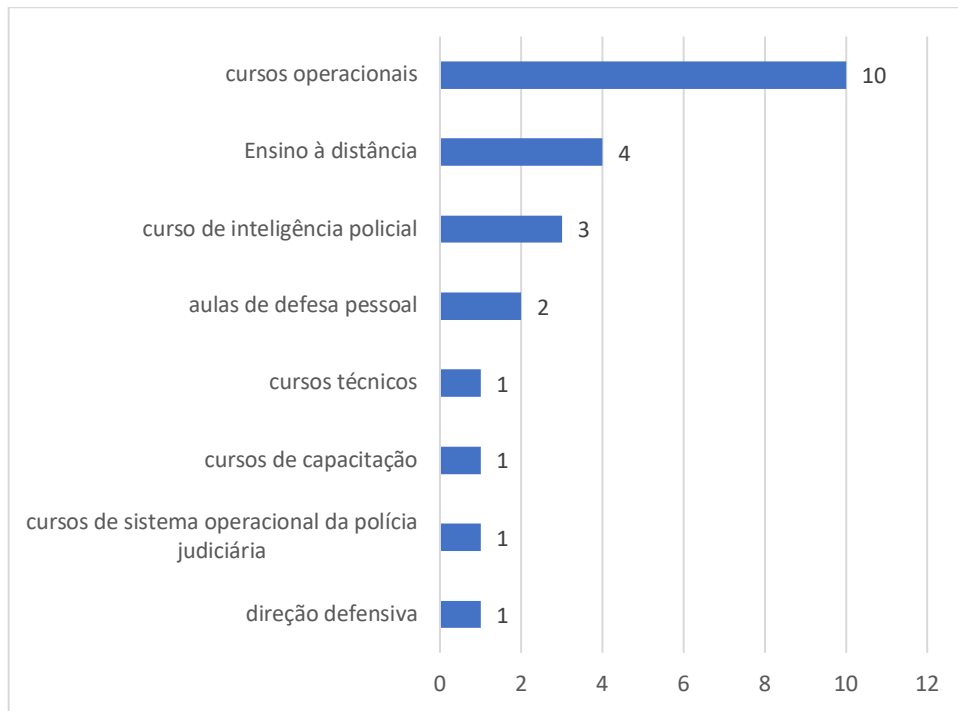
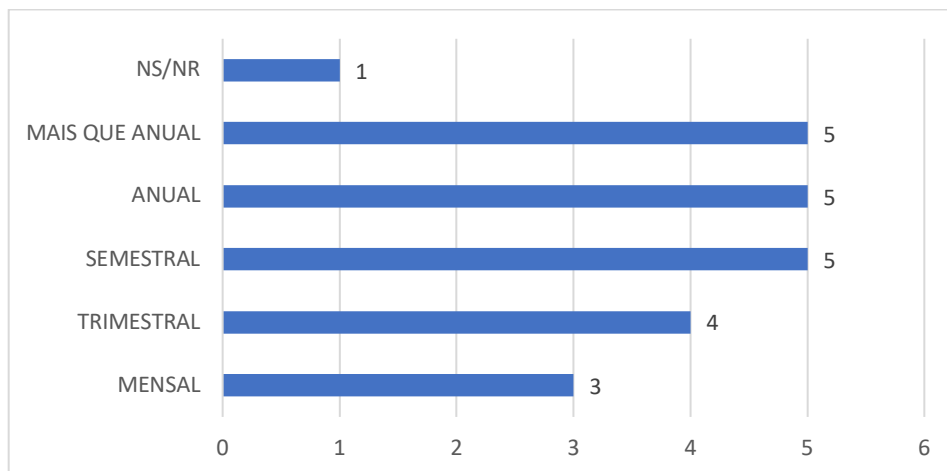


Gráfico 60 – Percepção quanto a regularidade destes cursos



Quanto a percepção sobre a *necessidade de uma rotina de treinamento e aperfeiçoamento para o exercício da atividade policial*, todos os entrevistados disseram que é necessário, em especial para o aperfeiçoamento técnico e reciclagem ou atualização profissional dos policiais (gráficos 61 e 62). Em grande maioria disseram que é necessário ter treinamento de tática e prática operacional (aqui englobamos nesta categoria as disciplinas de patrulha policial e busca/combate em ambientes confinados), os participantes também demonstraram a necessidade de ter com regularidade treinos de tiro e manuseio de armamento, o que demonstra o perfil prévio dos policiais que buscam este

tipo de curso, aqui percebe-se que a maioria deles já possui uma identificação com a atividade exercida pela CORE que compõe já uma identidade policial. Outros treinamentos foram também citados em número menor nas respostas, mas que estão apresentados no gráfico que se segue (gráfico 63).

Gráfico 61 – Sobre a necessidade de uma rotina de treinamento e aperfeiçoamento para o exercício da atividade policial (n=42)

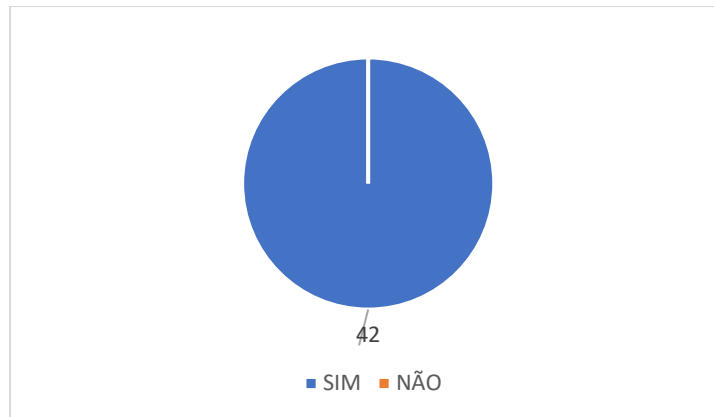
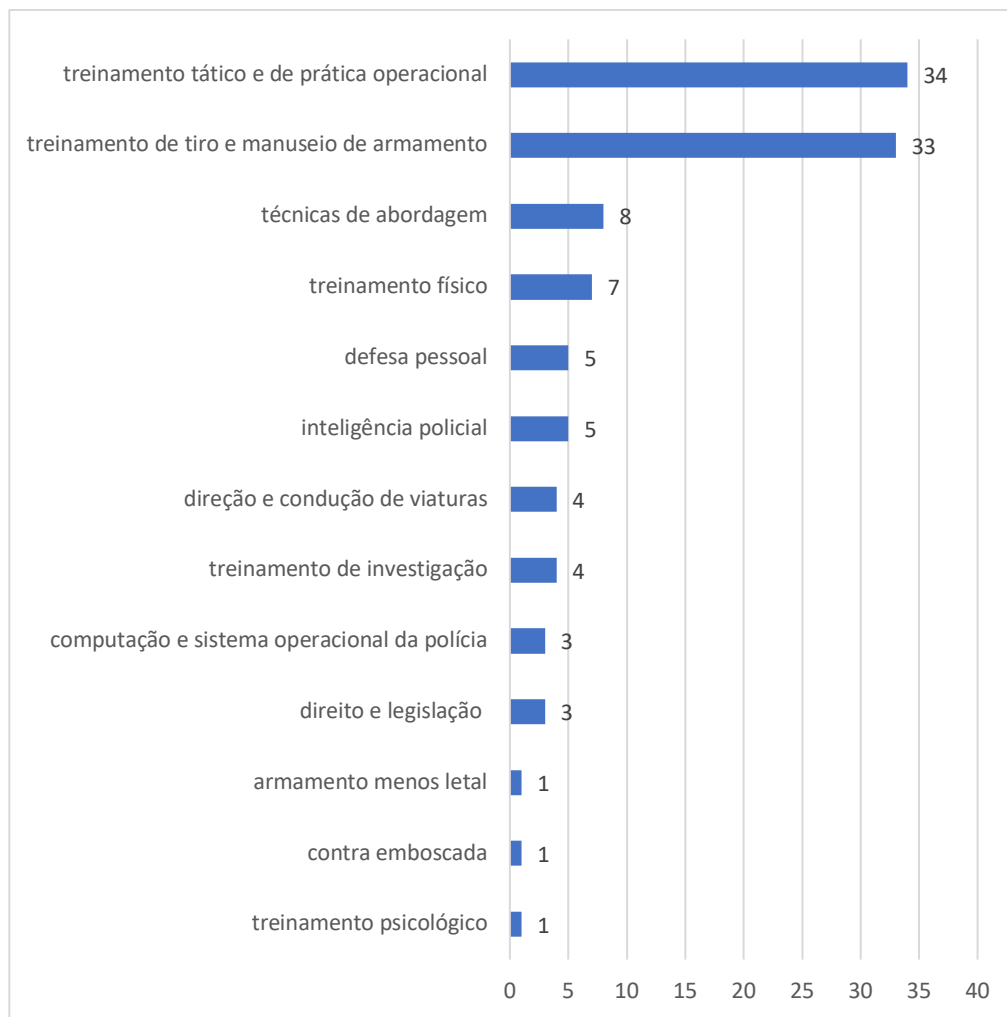


Gráfico 62 – categorias recorrentes como motivação para uma rotina de treinamento policial



Gráfico 63 – Categorias recorrentes para os treinamentos que são necessários se ter com regularidade para o exercício da atividade policial



Foi questionado aos participantes quanto suas percepções em relação ao *ensino dos Direitos Humanos para o exercício da atividade policial*. Nas análises obtivemos que mais da metade dos policiais acreditam que os Direitos Humanos são necessários para a atividade policial, em sua maioria motivaram sua escolha alegando que os Direitos Humanos devem servir como norteador, importante ou necessário para a atividade policial, seguida da ideia de que os DH são necessários para uma maior consciência humana e, portanto, são fundamentais para a sociedade (gráficos 64 e 65), o que demonstra um certo paradoxo com a questão anterior referente ao papel do policial na sociedade, pois nesta surgiram categorias recorrentes, tais como: combater o crime, conter a desordem social e garantir a lei e a ordem que fogem dos aspectos gerais do ensino dos Direitos Humanos para a atividade policial, mas reforçam, como antes vimos, um imaginário da cultura policial. Pode-se levar em consideração também que indagar sobre

Direitos Humanos a policiais, sabendo-se que tal questão se centra em uma pesquisa científica em ciências sociais, pode levá-los a tomar posicionamentos ambíguos que não expressariam as reais motivações dos mesmos. Porém, para tal afirmação seria necessário uma pesquisa mais orientada para este tipo de estudo.

Gráfico 64 – Importância do ensino de Direitos Humanos para a atividade policial

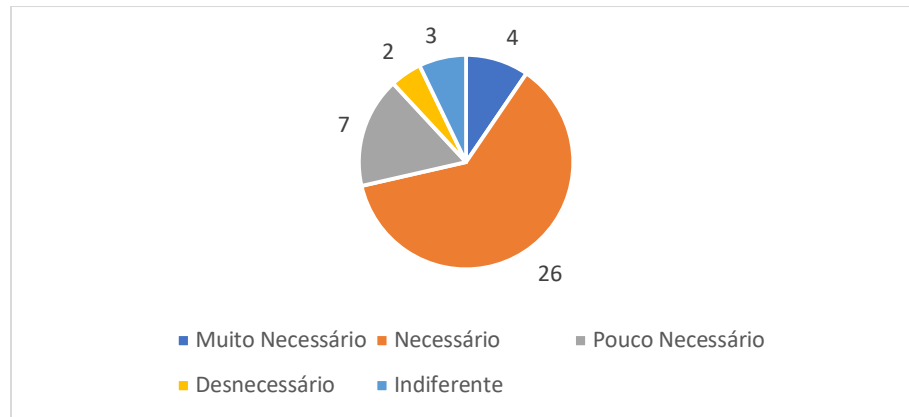
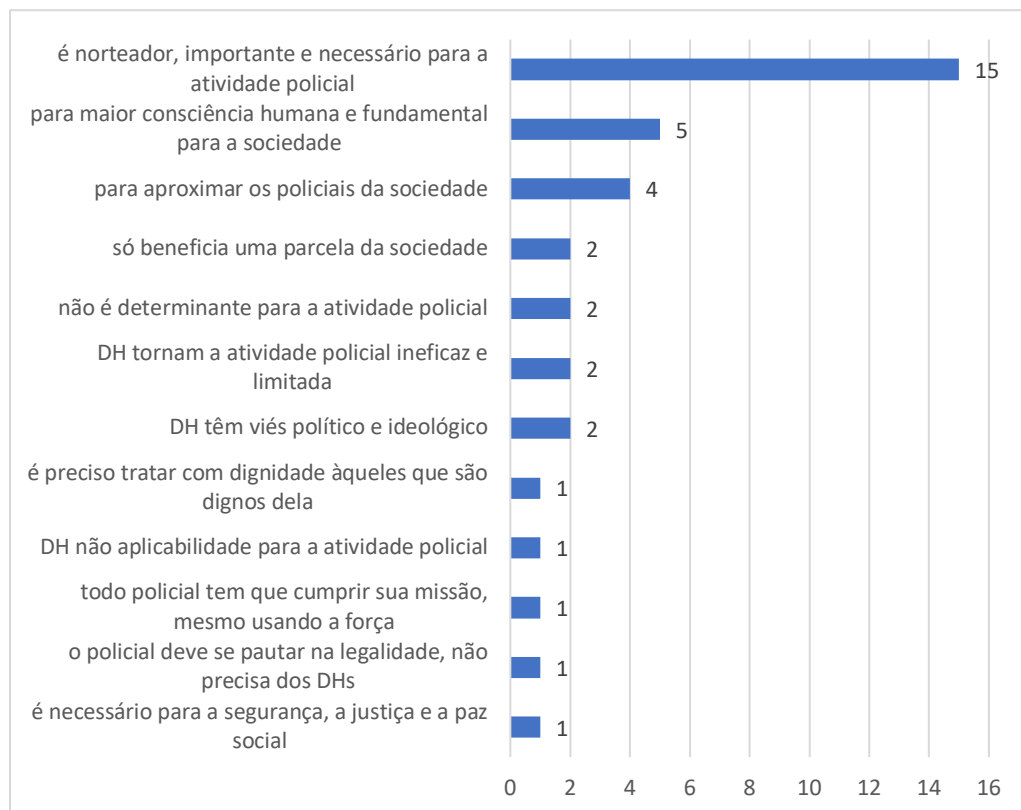


Gráfico 65 – Categorias recorrentes apresentadas nas motivações sobre o ensino dos Direitos Humanos para a atividade policial



Foi perguntado aos policiais na pesquisa o que eles compreendem em sua percepção o que seria um “*bom policial*” e o que seria um “*policial ruim*”. Para a um “bom policial” surgiram em maior recorrência aquele policial que é dedicado ao trabalho e honesto, seguidos das categorias de ser aquele policial que tem espírito de corpo (o qual pensa e age em nome da equipe, sendo leal a colegas de trabalho), seguidos daquele policial que serve e protege a sociedade, assim como, aquele que está bem treinado ou atualizado para o exercício de sua função, outras categorias foram citadas e se apresentam no gráfico abaixo (gráfico 66). Quanto ao “policial ruim” surgiram as categorias de ser um policial corrupto (em nítida contradição com a categoria honesto para o “bom policial”), seguida do imaginário de ser aquele policial que não trabalha em equipe ou é individualista (em oposição ao que tem espírito de corpo do “bom policial”), assim como surgiram em maior recorrência a ideia de ser um policial “acomodado” (no sentido inverso de ser dedicado a função que exerce “bom policial”), outras categorias também surgiram em menos recorrência como o policial desonesto, o policial desleixado ou aquele que viola as normas legais (gráfico 67). Estas categorias demonstram que muito dos valores que serão enaltecidos ao longo do curso, como veremos adiante, já estavam incorporados previamente nestes policiais quando decidem participar do curso, já que este perfil não surge espontaneamente, tendo em vista que muitos destes policiais antes de fazerem o COTE já haviam tido contato de alguma forma com tais valores.

Percebemos em nossos participantes que valores tais como lealdade e espírito de corpo, os quais compõem o campo simbólico das Unidades Táticas de Polícia, como bem nos demonstrou Kraska (1999, 2010), já se apresentam antes mesmo da realização do curso. Isso pode estar correlacionado ao fato que, como bem nos esclareceu os autores, muito deste *ethos* presente nestas Unidades vão se espalhando para outras unidades locais. Assim, mais adiante em nossas análises, poderemos perceber melhor que estes policiais, que buscam participar do COTE, já tiveram algum contato mínimo com os valores que são difundidos no curso.

Gráfico 66 – Categorias recorrentes sobre o que significa ser um “bom policial”

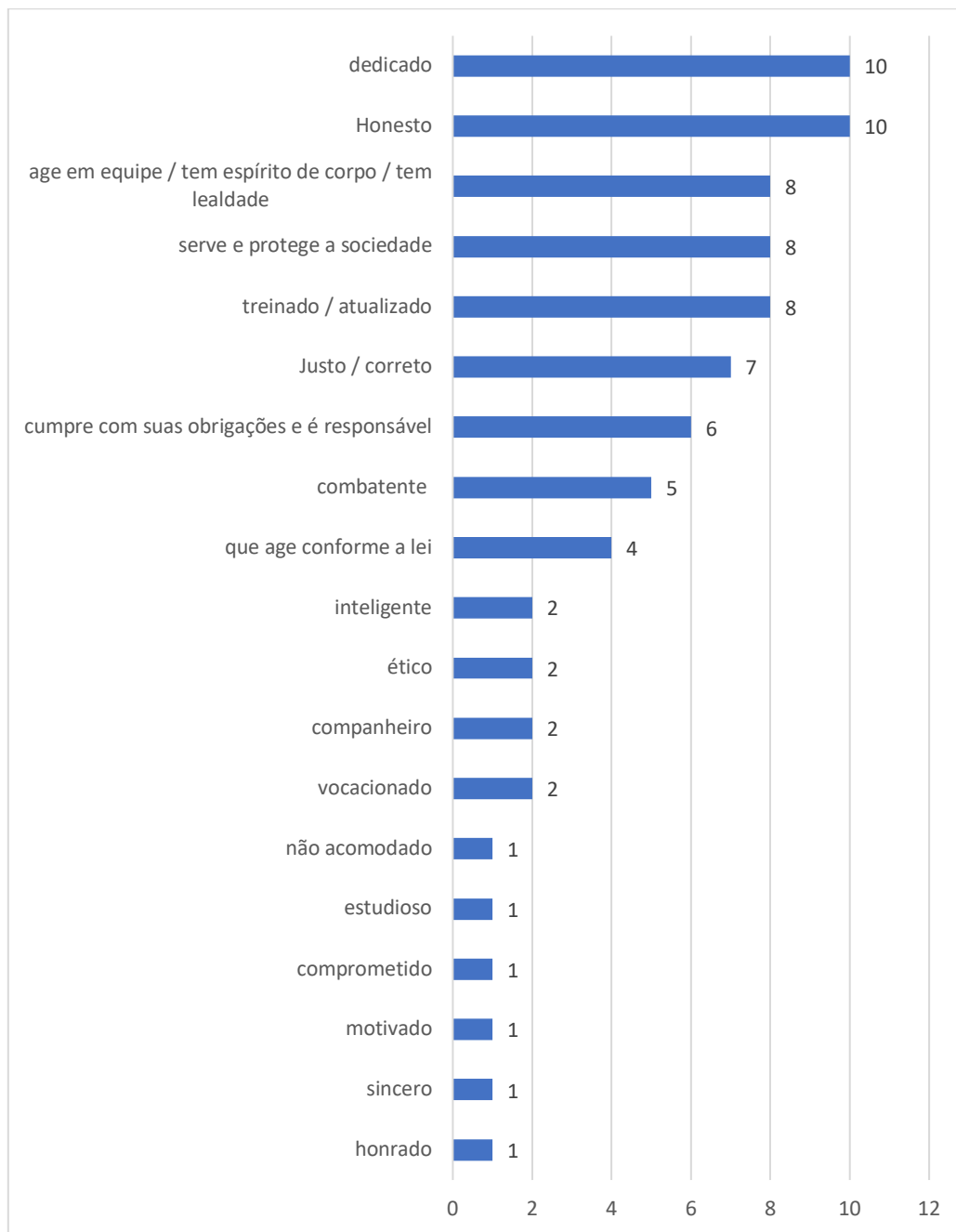
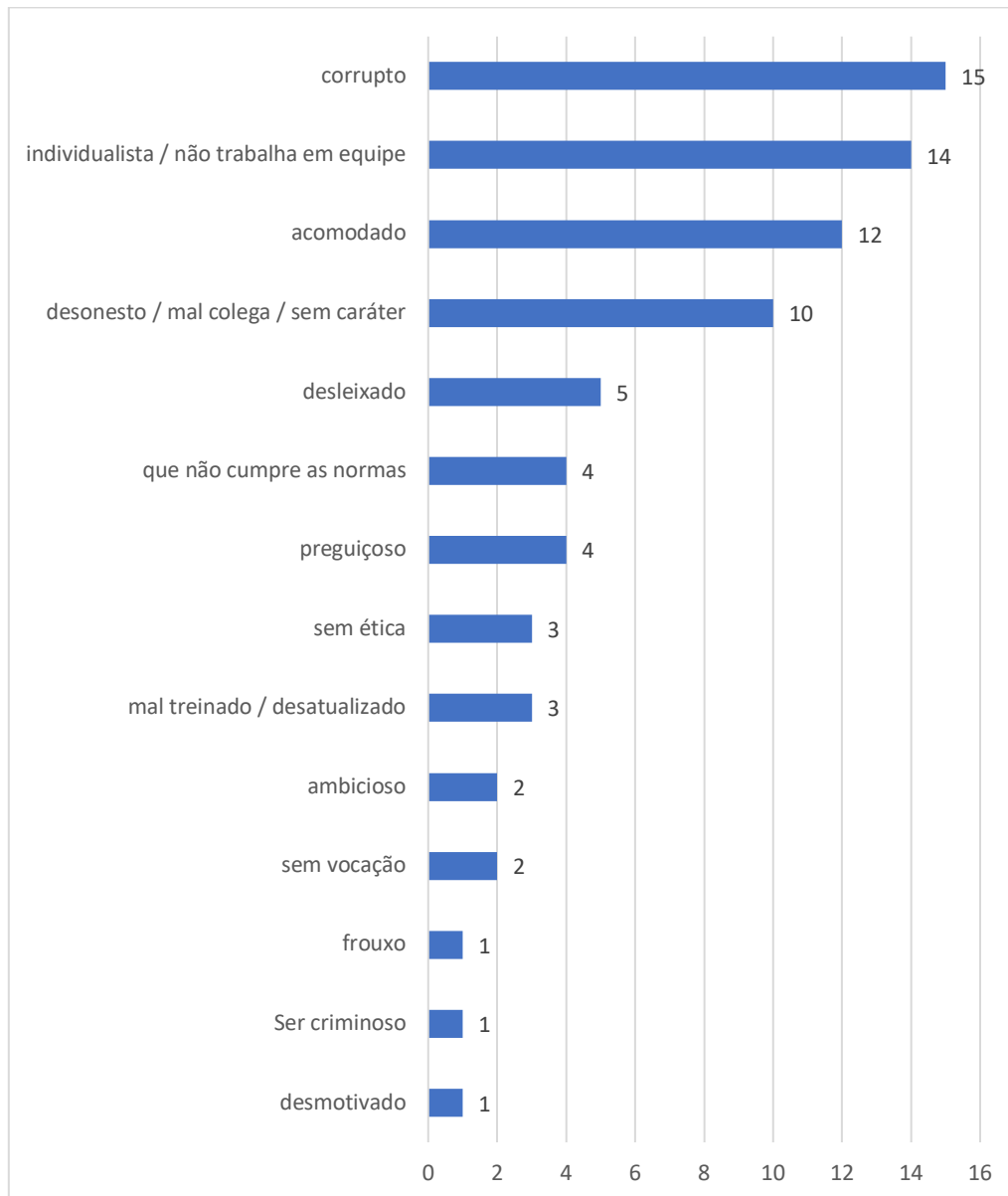


Gráfico 67 – Categorias recorrentes sobre o que significa ser um “policial ruim”



Em relação as percepções destes policiais quanto ao aprendizado do exercício da atividade policial, foram dadas quatro opções de escolha para selecionarem, sendo elas: a) na academia de polícia; b) na delegacia/batalhão; c) nas operações policiais; e) outros lugares, nesta última opção havia um campo que ele pudesse denominar o que compreendiam por outros lugares nos quais eles considerariam como forma de aprendizado da atividade. Os participantes poderiam marcar mais de uma opção nesta questão se achassem necessário. Assim, a maioria das respostas que se apresentaram estavam relacionadas a ideia de que o policial aprende seu exercício na

delegacia/batalhão, seguido do aprendizado da atividade nas operações policiais, conforme demonstra o gráfico (gráfico 68). Aqueles que resolveram marcar a opção outros lugares, nomearam em sua maioria que o policial aprende seu exercício profissional no dia a dia, mesmo quando estão de folga, seguido de aprender na atividade prática de rua e através de policiais mais antigos e experientes (gráfico 69). Como justificativa para suas opções na questão surgem categorias referentes ao imaginário de que somente a prática ensina o policial a ser policial e que a academia de polícia não ensina nada sobre a prática policial (gráfico 70). O que se nota diante deste grupo é que em suas percepções há a crença de que a profissão policial é uma profissão empírica, isto é, somente em exercício rotineiro de atividades de rua ou nas delegacias será possível aprender as práticas policiais, corroborando o que vimos em nossa revisão teórica, em especial em Durão (2008), quanto a ideia de que a atividade policial é na percepção dos policiais uma atividade mais que técnica, pois ela é vista como uma atividade prática, já que os policiais se representam como os detentores do monopólio simbólico da operacionalidade institucional, em especial para aqueles policiais que exercem atividades de rua, como é o caso da própria CORE em suas atribuições.

Gráfico 68 – Recorrência sobre o principal *locus* de ensino do exercício da atividade policial (nesta questão os participantes podiam marcar mais de uma das opções apresentadas)

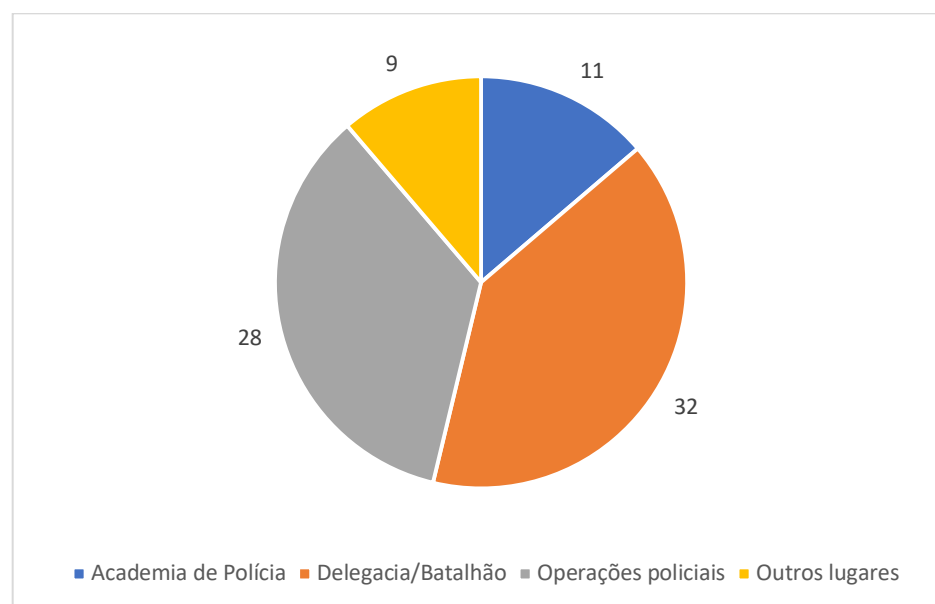


Gráfico 69 – Categorias recorrentes quanto a que outros lugares possíveis, fora os quesitos anteriores, seriam possíveis de aprender a atividade policial

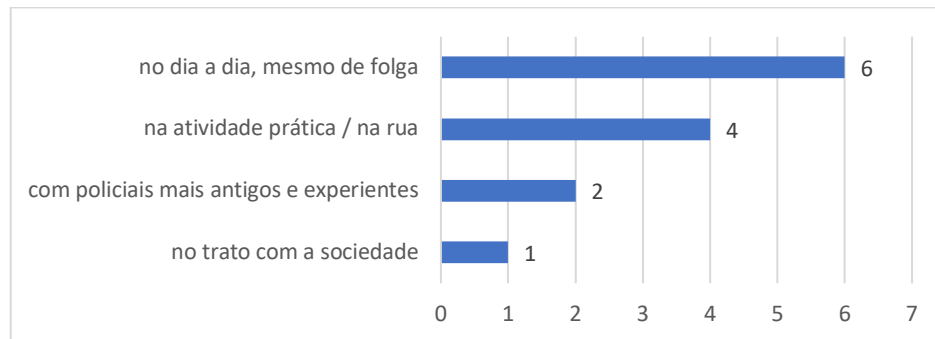
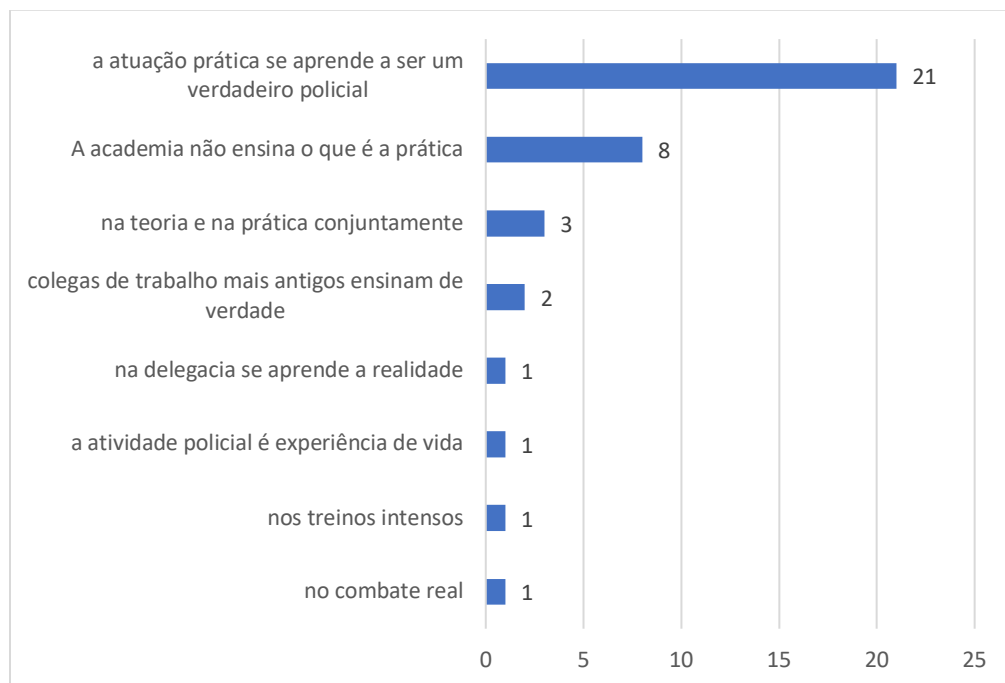


Gráfico 70 – Categorias recorrentes que justificavam as opções selecionadas sobre o *locus* de ensino da atividade policial



Até o momento conseguimos perceber e mapear as percepções destes policiais em relação ao exercício da atividade policial, assim como, da instituição a que estão inseridos. Muitas das respostas apresentadas até o momento corroboram o imaginário presente nos textos clássicos de estudos sobre as polícias no mundo, desde a percepção sobre a atividade prática ser o cerne do exercício policial, assim como, o bom policial deve ser aquele dedicado, honesto e com espírito de corpo em detrimento do comportamento corrupto, individualista e acomodado dos policiais ruins. As percepções sobre a estrutura policial podem ser de características particulares, as quais estão presentes no imaginário dos policiais do Rio de Janeiro, em especial aos policiais

pertencentes à Polícia Civil que pretendiam participar do COTE X e, portanto, não podemos fazer generalizações para outras instituições policiais em outras localidades. Mas o que se percebe é que os policiais, participantes desta pesquisa, têm uma preocupação quanto a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento para suas práticas diárias, o que demonstra buscarem participar do curso. Esta pode estar conectada com as características das políticas de segurança no Rio de Janeiro em matéria de intervenção policial em áreas de favela com presença do “crime organizado”, o que lhes traz, portanto, uma percepção de uma necessidade de mais treinamentos da parte prática operacional, assim como, do manuseio de armamentos e de treinos de tiro para estes agentes.

A partir deste momento, iremos analisar as percepções e expectativas centradas nestes policiais pesquisados quanto ao Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da CORE/PCERJ e de um perfil mais aprofundado destes para compreendermos quem são estes policiais que optam por passar por um treinamento árduo e difícil com o objetivo de integrarem a esta Unidade Tática de Polícia que é a CORE. Primeiramente foi perguntando aos participantes se eles já haviam participado de algum “curso operacional” antes de tentarem participar do COTE X. Assim, do total dos 42 participantes 32 deles disseram que SIM, que já haviam participado de outros cursos anteriormente (gráfico 71). Ainda perguntamos qual curso eles participaram e em quais instituições, a maioria dos policiais civis (19 deles) já tinham participado do Curso de Operações Policiais (COP) da própria CORE, curso que esclarecemos anteriormente que é exigência para todos os policiais civis do Rio de Janeiro que desejam ser lotados ou estão lotados nesta Unidade. Outros 05 responderam nesta questão que já tinham participado de edições anteriores do próprio COTE, como podemos visualizar no gráfico que se segue (gráfico 70).

Gráfico 71 – Participação em curso operacional antes do COTE X

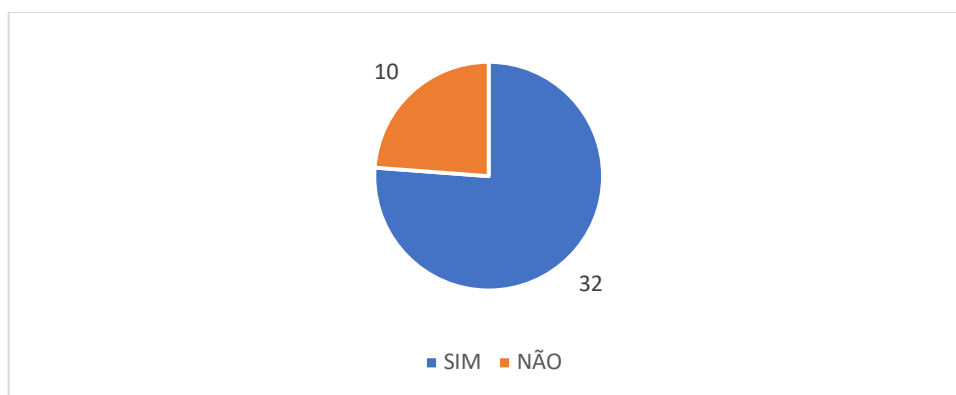
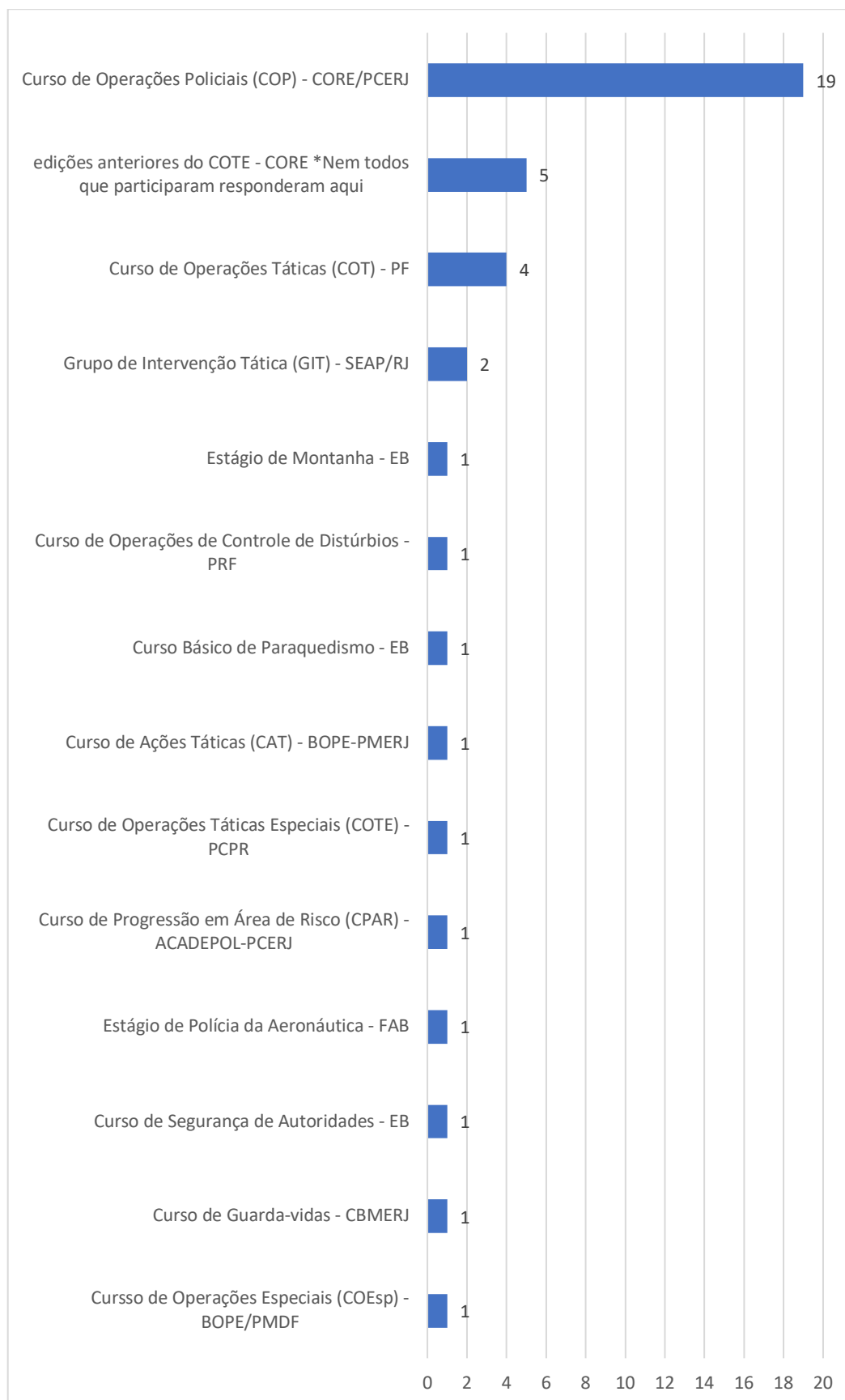


Gráfico 72 – Qual curso e em qual instituição participaram anteriormente



Quanto a participação dos entrevistados em edições anteriores do COTE, na amostra foi constatado que dois terços disseram que nunca haviam participado do curso. Dos que responderam que SIM, um terço dos entrevistados, já haviam participado de edições anteriores. Nossas análises demonstraram que 12 inscritos já haviam participado do COTE IX (gráfico 73). Nesta questão 3 policiais já tinham participado de pelo menos 2 edições anteriores do curso e estavam, portanto, tentando pela terceira vez concluir o curso (gráfico 74).

Gráfico 73 – Participantes como aluno em edições anteriores ao COTE X

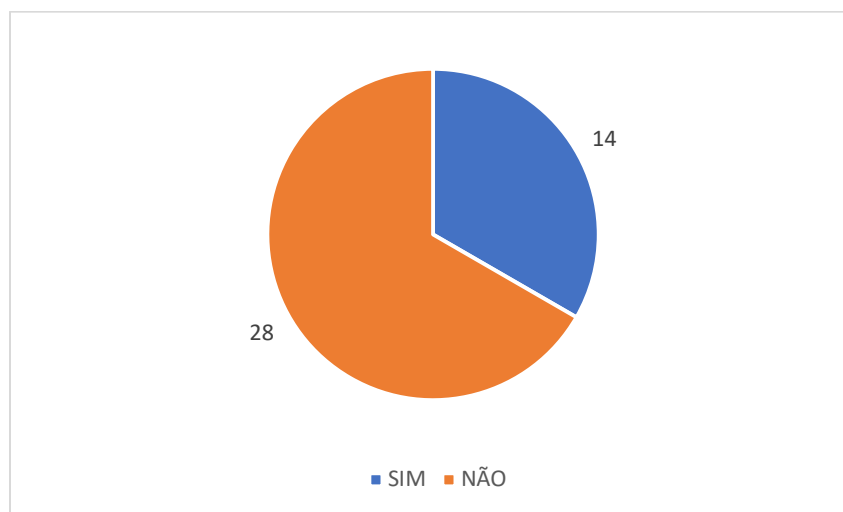
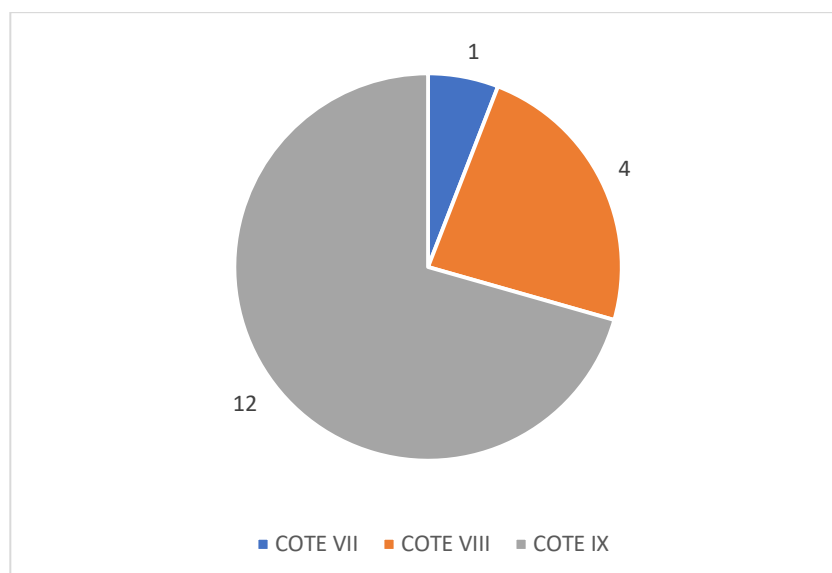


Gráfico 74 – Edições anteriores ao COTE X que participaram (3 participaram em mais de 1 edição anterior)



Assim, compreendemos que muitos destes policiais já possuem de alguma forma os valores que são difundidos pelas Unidades Táticas de Polícia, pois eles, em maioria, já participaram de algum curso deste tipo em outra Unidade ou até mesmo já participaram de algumas edições anteriores do COTE. A participação em algum curso lhes proporcionaria adquirir alguns valores, como espírito de corpo, solidariedade e lealdade, como vimos, em um nítido processo de difusão destes valores. Porém, estes não seriam valores apenas inerentes a estas Unidades, mas compõem a própria cultura policial, como vimos em Reiner (2004). Assim, é preciso analisar de forma mais aprofundada, como estes valores são incorporados a estes policiais e se haveria modificações identitárias pertinentes no processo de socialização que o curso proporciona, para tanto é necessário seguirmos as análises com nossos participantes.

Foi-lhes questionado quanto as motivações pessoais para a participação no COTE X, conseguimos mapear uma recorrência maior em relação à busca de um aprimoramento e aperfeiçoamento profissional, seguida da busca de uma realização pessoal destes policiais e em terceiro surge a recorrência à possibilidade de integrar um grupo capacitado, nesta momento precedente ao curso (gráfico 75). Esta categoria foi desmembrada da possibilidade de ter uma lotação na CORE, tendo em vista que 14 dos participantes já eram lotados nesta Unidade da Polícia Civil, como visto anteriormente. Em relação as expectativas sobre o curso, a maioria esperava após passar pelo curso ter adquirido um aprendizado técnico e prático operacional, seguindo-se da expectativa de conseguir concluir o curso. Além disso, havia uma expectativa inicial de que o curso tivesse uma exigência alta em matéria de dificuldades a que iriam ser postos. A expectativa também de conseguirem fazer parte de uma família, no caso a “*família Falcão*” também se apresentou nesta questão, como podemos ver no gráfico (gráfico 76).

Em relação à pergunta que fizemos sobre como o policial teve conhecimento do COTE, quase a metade dos participantes responderam que foi através de amigos policiais e quase um terço deles relataram que tiveram conhecimento quando entraram na PCERJ, ainda na academia de polícia (gráfico 77). Esta última resposta se deve ao fato de que muito dos policiais que são lotados na CORE e que já participaram do COTE em edições anteriores dão aulas de prática operacional na Academia de Polícia Civil do Rio de Janeiro para os novos alunos nos cursos de formação. Aqui novamente surge a ideia de difusão dos valores das Unidades Táticas de Polícia, exposto por Kraska (1999, 2010), já na formação inicial dos policiais. Quanto a questão se eles já conhecem algum policial que tenha participado de alguma edição anterior do curso, quase todos alegaram conhecer alguém que participou mesmo que não tenha concluído o curso (gráfico 78). Estes

aspectos demonstram o que havíamos relatado anteriormente, muitos destes policiais antes de participarem do curso e se formarem, tornando-se “Falcões”, já carregam os valores simbólicos atrelados ao curso e a esta identidade, fato que constatamos nas análises anteriores. Porém, fazer o curso é perpassar toda uma outra gama de valores ritualizados que institucionalizam a aquisição desta identidade, estes valores serão analisados nos tópicos seguintes desta pesquisa, tendo em vista que nelas serão analisadas tanto o curso em seus aspectos simbólicos quanto a análise das categorias apresentadas por aqueles que concluíram o curso.

Ainda em nossa etapa pré-curso, pediu-se aos participantes que elencassem em suas percepções iniciais quais eram os aspectos que o curso possibilitaria mudar em si próprios, novamente surge, em sua maioria, a categoria referente a aquisição de aprendizado técnico, seguido da possibilidade de aquisição de valores tais como: superação, resiliência e perseverança. Além disso, como mudança em si, aparecem de forma considerável uma recorrência de conseguirem através do curso adquirir espírito de corpo (gráfico 79). Outras categorias surgem com menos recorrência neste momento anterior ao curso, tais como adquirir coragem, glória e honra, como podemos perceber no mesmo gráfico. Estas perspectivas serão confrontadas posteriormente com os valores apresentados pelos concluintes do curso, no objetivo de percebermos se há mudanças perceptíveis que estão atreladas a construção da identidade “Falcão”.

Gráfico 75 – Categorias recorrentes sobre as motivações pessoais para a inscrição no COTE X

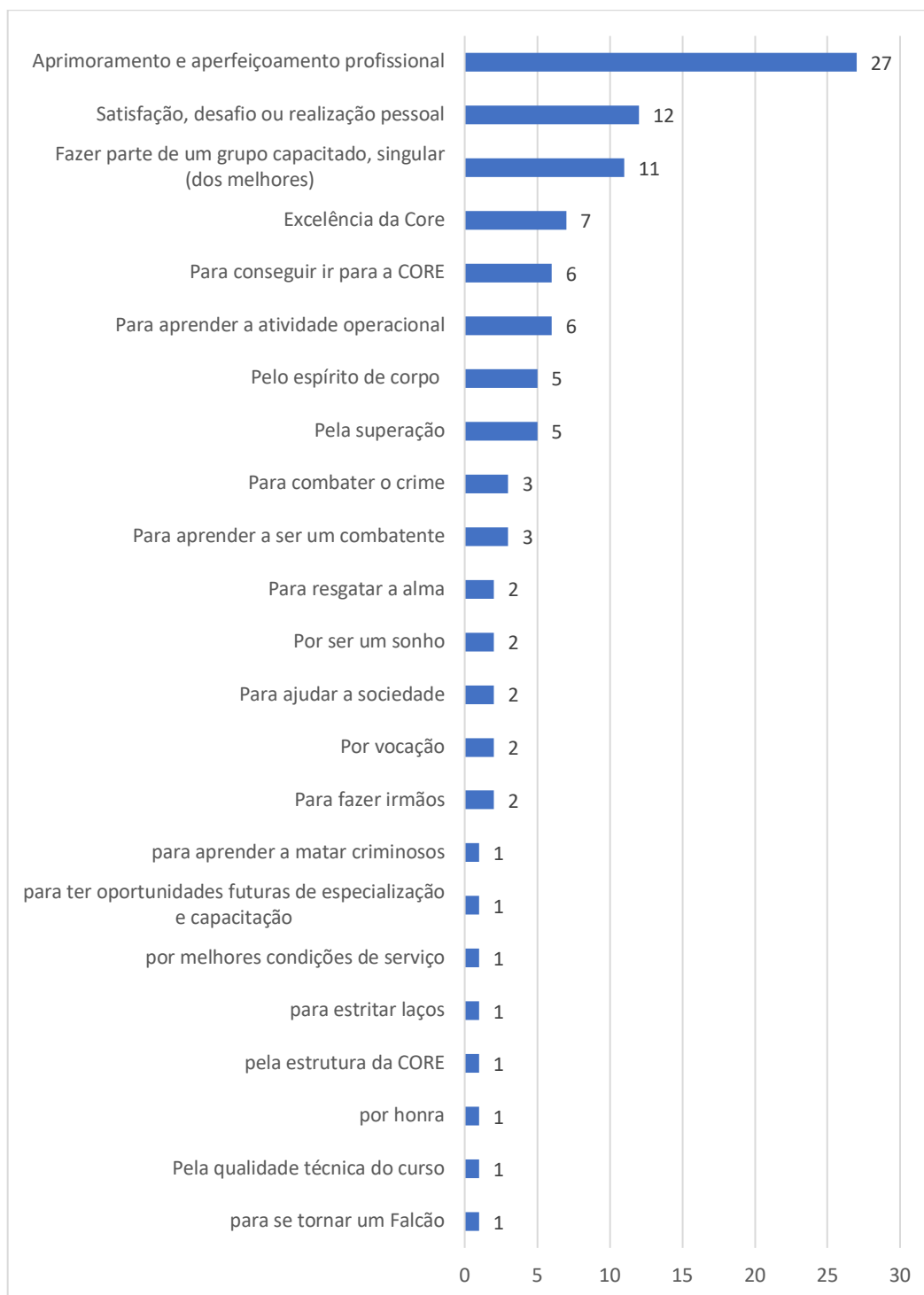


Gráfico 76 – Categorias recorrentes sobre a expectativas iniciais quanto a realização do COTE X

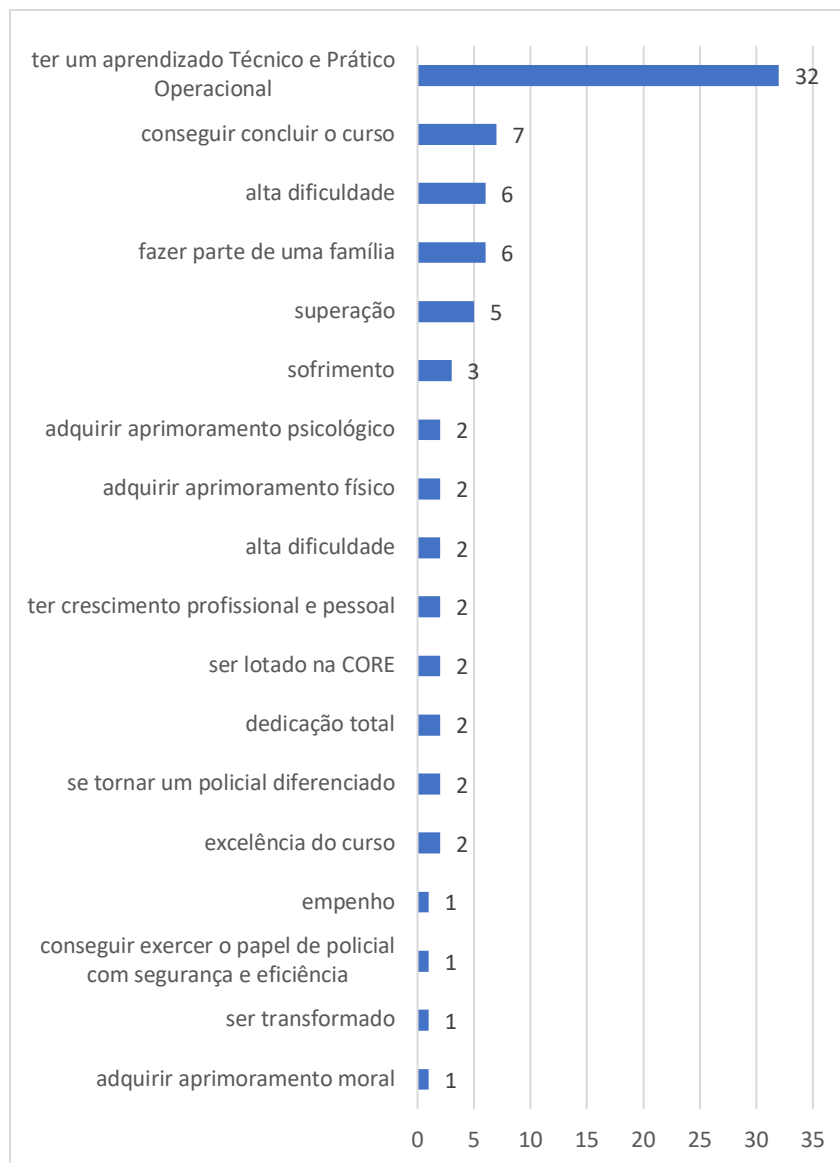


Gráfico 77 – Como conheceu o COTE (n=42)

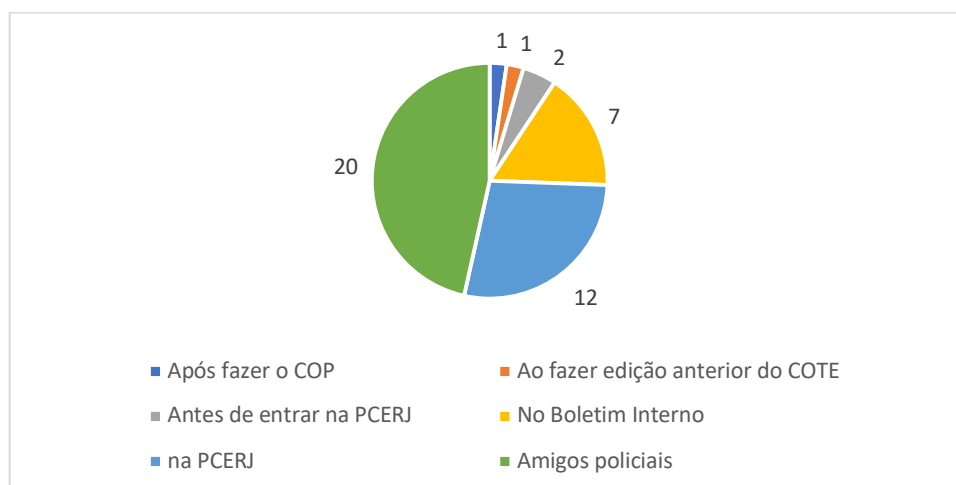


Gráfico 78 – Conhece alguém que já fez o COTE (n=42)

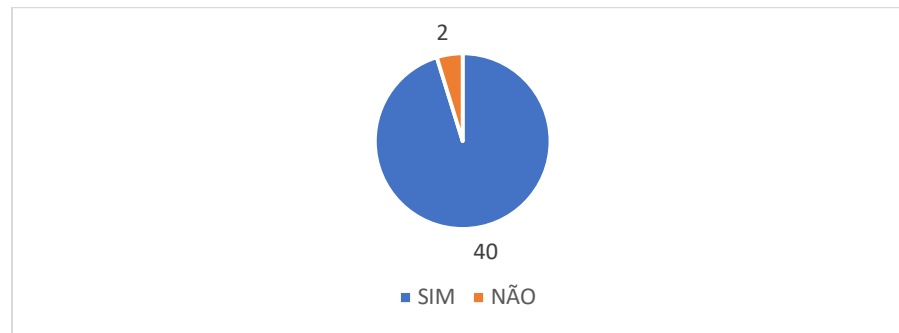
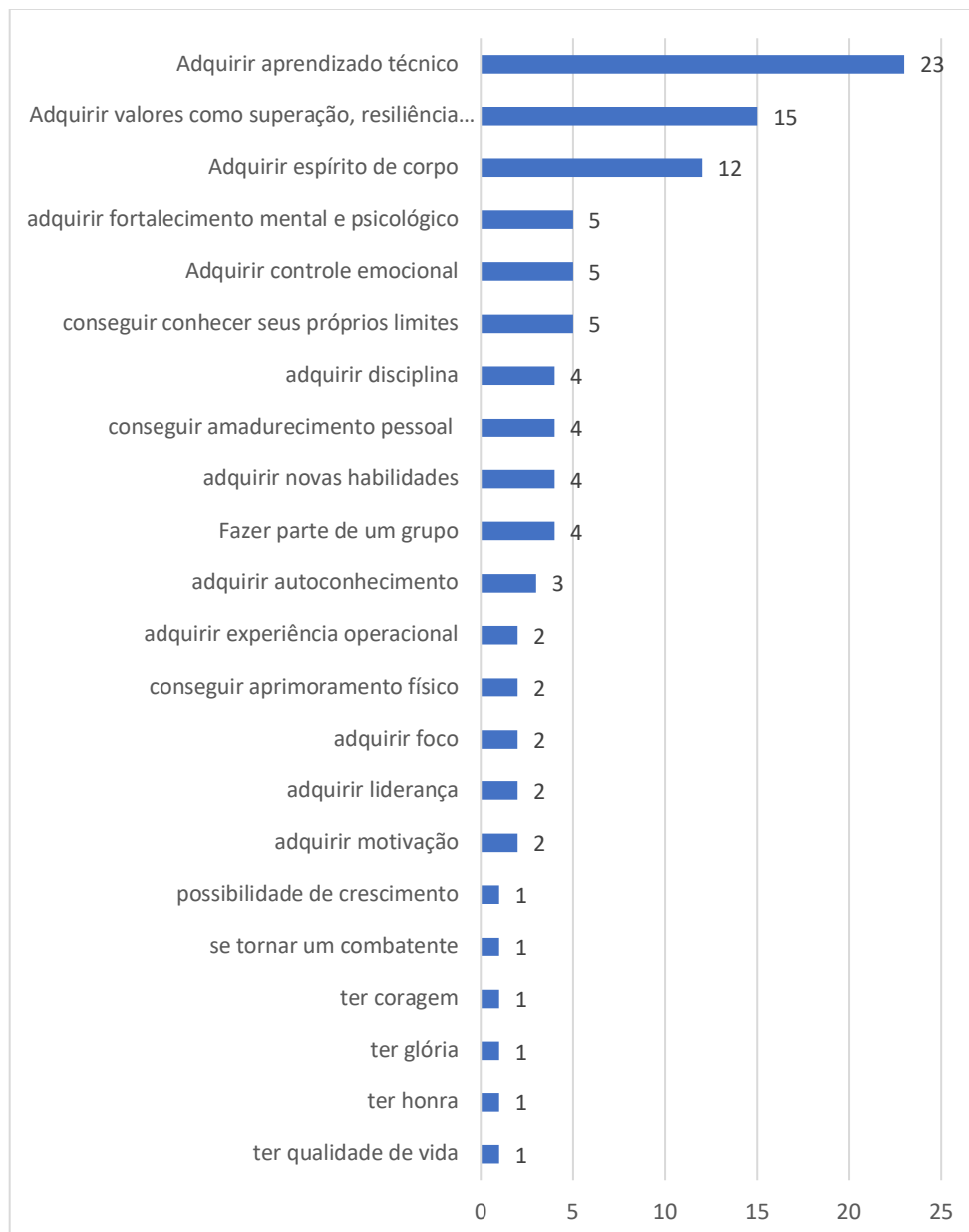


Gráfico 79 – aspectos percebidos como possibilidade de mudança em si na ao participar do COTE X



Foi perguntado no questionário como a família destes policiais reagiram quando eles comunicaram sua decisão de participarem no COTE X. Muitas das respostas se apresentaram com reações divididas, tal como uma parte da família tendo apoiado e outra parte não tendo apoiado. O imaginário social quanto a atividade policial e, em especial, exercidas por Unidades Táticas de Polícia como a CORE se apresentam diversas, muitos familiares tem receio de que seu parente policial integre uma unidade deste tipo, pois se tem ciência de que é uma atividade de extremo risco na realidade carioca, porém, outros apoiam por entenderem que há mais segurança e melhor preparado destes policiais no exercício de suas atividades. Estas análises foram percebidas através das entrevistas com alguns participantes, antes do início do curso. Por mais que a questão apresentada no questionário não entrava nestes quesitos, por ela ser aberta, alguns policiais relataram em suas respostas tais ambiguidades, portanto, desmembramos as categorias como se apresentavam contabilizando o todo de suas ocorrências, mesmo que se apresentassem divididas nas respostas. Assim, apresentaram-se 30 recorrências relatando que seus familiares apoiavam sua participação no curso (gráfico 80). Alguns relataram que seus familiares se apresentaram angustiados ou demonstraram ressalvas quanto a sua decisão. Ocorreu em dois casos que o policial não comunicou aos seus familiares sobre a decisão de fazer o curso, chegando ao caso extremo de não comunicarem até mesmo se conseguissem concluir o curso.

Em relação a reação de colegas de trabalho, a mesma ambiguidade se apresentou nas respostas, muitos alegam que parte deles dão apoio e incentivo, enquanto uma parte faz críticas ou piadas sobre sua decisão. Foram relatados que tais perspectivas em relação a fazer o curso, fosse encarado como algo desnecessário para o exercício da atividade policial. Porém, nas entrevistas foram verbalizados que estes colegas policiais que criticam sua decisão de fazer o COTE, se daria porque eles são policiais que gostariam de fazer um curso deste tipo, mas que não seriam capazes de fazê-lo devido a alta exigência física e técnica para tal e, portanto, teriam inveja pela coragem que o participante teria em encarar o desafio. Desta forma, assim como, na questão anterior, apresentamos as categorias em nível de recorrência para os devidos fins de análise diante das respostas apresentadas. O que vimos é que um pouco mais da metade das respostas (28 recorrências) demonstraram que os participantes tinham o apoio dos colegas de trabalho (gráfico 81), cabe ressaltar novamente que 14 deles eram oriundos da CORE, onde há um apoio institucional em matéria de incentivo à especialização do policial operacional da Unidade. Além disso, os policiais “estrangeiros” são oriundos de Unidades Táticas de Polícia ou equivalentes em suas instituições, tendo também um perfil de

policial operacional e, portanto, há nestas Unidades um incentivo para qualificação e aprimoramento de seus agentes.

Gráfico 80 - Reação da família quanto a fazer o COTE X
(alguns deram mais de uma resposta)

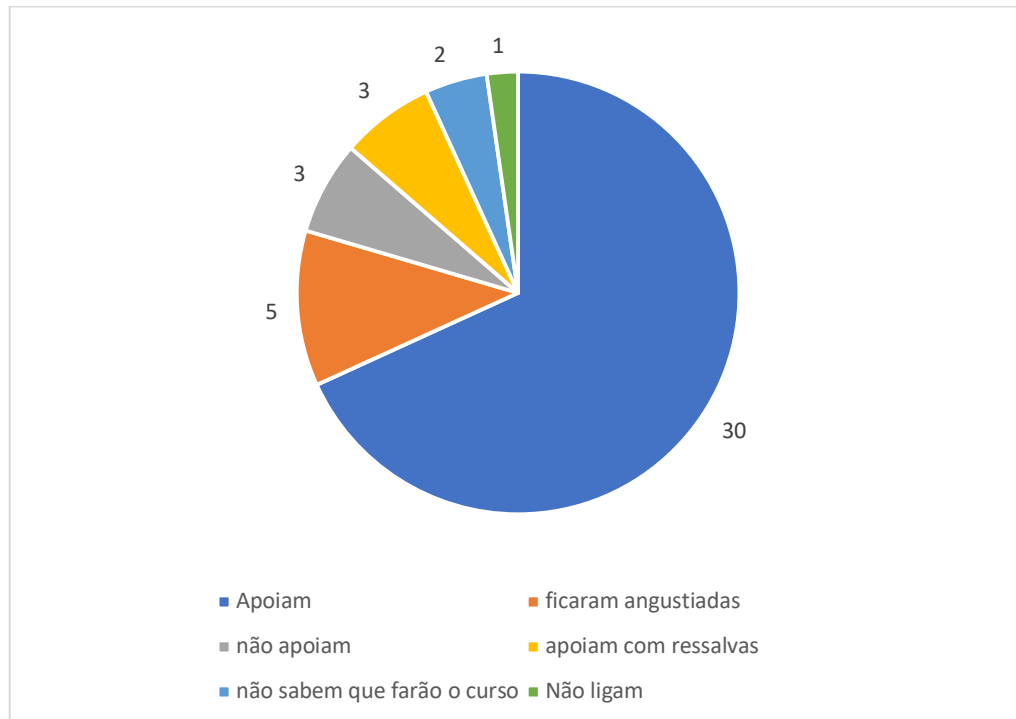
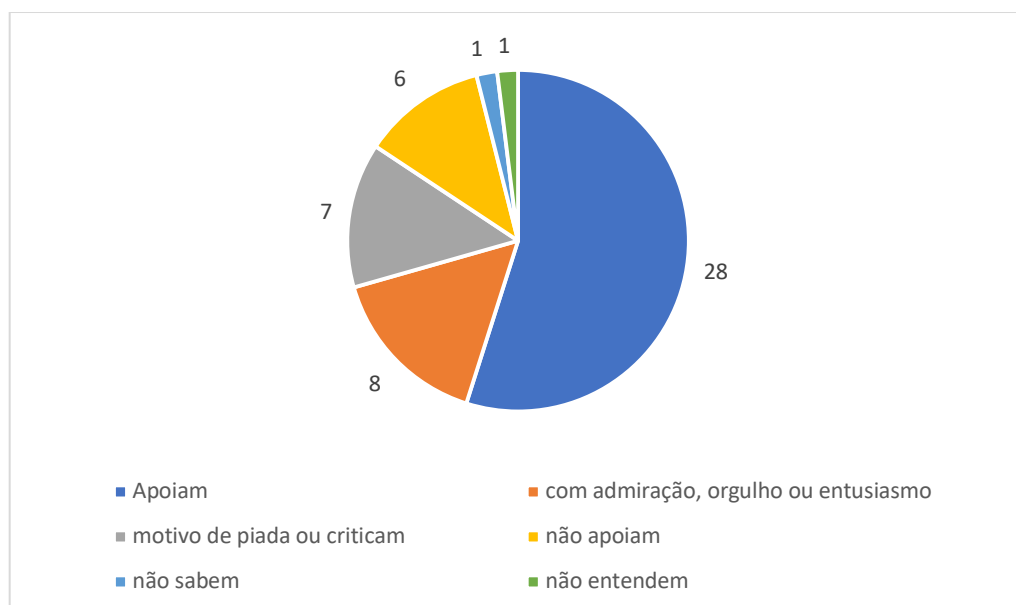
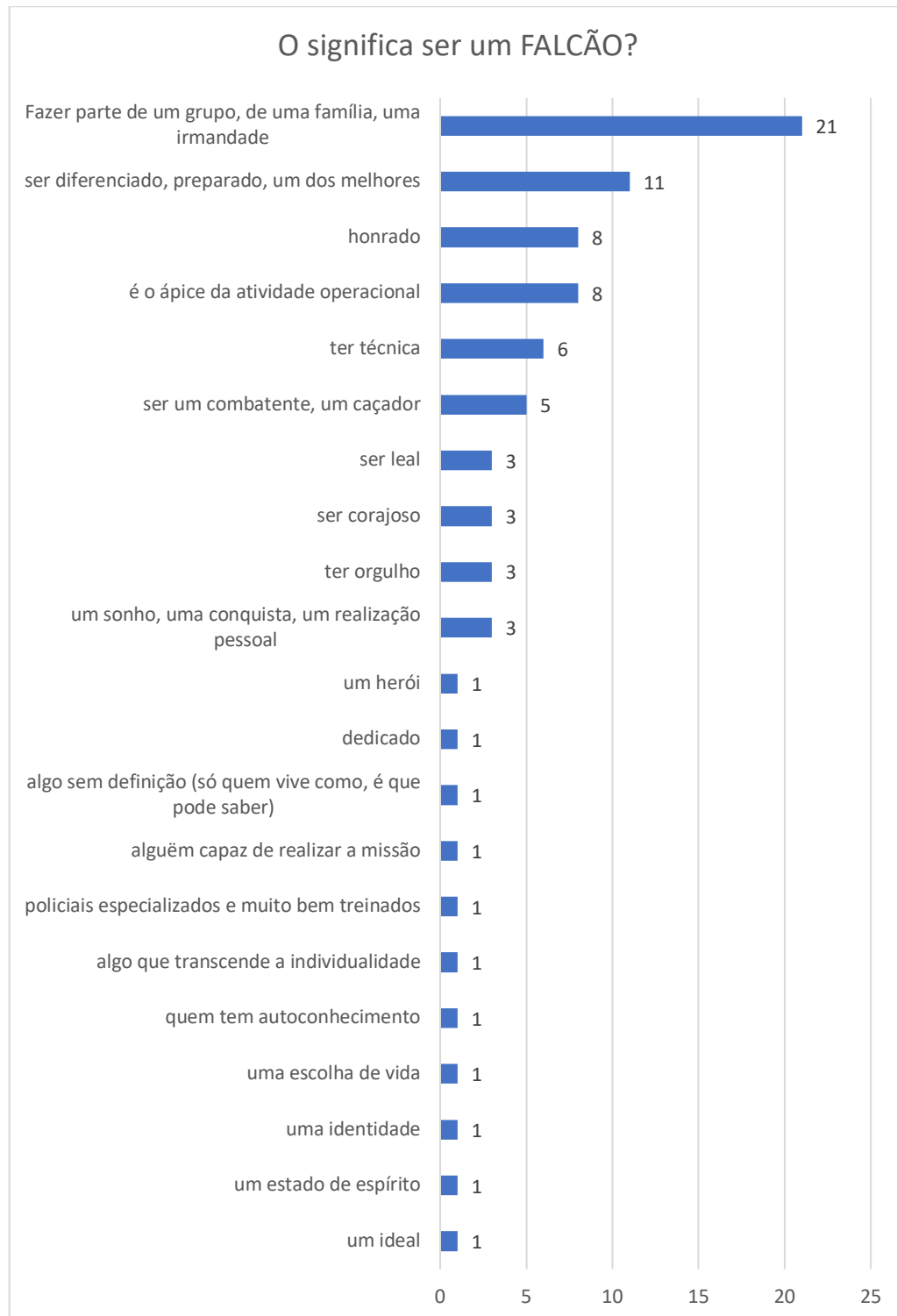


Gráfico 81 - Reação dos colegas de trabalho quanto a fazer o COTE X
(alguns deram mais de uma resposta)



Por questões de análise didática desta pesquisa, nesta primeira etapa de análise de dados referentes as percepções dos policiais que se inscreveram no COTE X antes da realização do curso, deixamos para o final, a análise sobre a percepção destes policiais ao que significava para eles “*ser um Falcão*”. Além de servir de mapa para nosso objetivo de pesquisa, aqueles policiais estavam ali dispostos a participarem do curso e ao concluírem, estes adquiririam a identidade Falcão. Assim, compreender que valores e percepções são apresentadas por estes policiais é de suma importância para compreendermos a construção desta identidade policial. Dentre as categorias apresentadas nas respostas dos participantes, a que se apresentou com maior recorrência sobre o que significa ser um Falcão foi *fazer parte de um grupo, de uma família ou de uma irmandade* (21 ocorrências). A segunda categoria mais citada diz respeito ao Falcão *ser um policial diferenciado, preparado e um dos melhores* (11 ocorrências). Em terceiro, surgem duas categorias que aparecem em mesma recorrência onde o Falcão é *um policial ou indivíduo honrado* (8 ocorrências) e de ser considerado um policial no *ápice da atividade policial operacional* (8 ocorrências) (gráfico 82). Assim, dentre os 42 entrevistados, metade deles relacionaram que “ser Falcão” representaria um pertencimento a um grupo, a uma família ou a uma irmandade. Esta ideia é importante para pensarmos todo o processo que irá se seguir adiante.

Gráfico 82 – Categorias referentes ao imaginário sobre o que significa “ser Falcão” antes do curso (n=42)



Assim, percebemos que estes são os imaginários dos policiais que ainda não passaram pelo curso e o concluíram. Para melhor compreendermos o que viemos até agora construindo como análise, utilizaremos os relatos proferidos nos questionários³⁶ e entrevistas semi-estruturadas aplicadas no momento precedente ao curso. Para a maioria deles, como vimos, a ideia de “ser Falcão” se centra na ideia de pertencimento a um grupo, ser um coletivo, como podemos percebermos em suas falas,

“ser Falcão não é apenas ser o melhor, é fazer parte de uma família, que se protege, se ajuda e está apta para os desafios mais complexos”; (relato de participante no 1º questionário, PF)

“ser Falcão é ter irmãos aptos a defender a sua vida e lutar lado a lado com veracidade, pois sabem que você vai agir da mesma forma. É fazer parte de uma família forjada em disciplina, vontade e ‘querência’ acima do normal. Acredito que seja algo que transcende a individualidade comum, pois para se tornar um Falcão, você precisa e precisará ser um coletivo”; (Entrevistado 3, PCERJ)

“ser Falcão é uma escolha de vida, onde ao seu lado, você possuirá uma legião de pessoas formadas prontas para lhe ajudar onde quer que seja. Ser Falcão é uma irmandade”; (relato de participante no 1º questionário, PCERJ)

Aqui podemos compreender que, antes mesmo de participarem do curso, o imaginário destes policiais em relação a “ser Falcão” já possui uma representação de identidade que está relacionada ao pertencimento a uma equipe ou família, como vimos com Sirimarco (2012, 2013). A qual produz um campo simbólico veiculado ao espírito de lealdade e solidariedade (Bittner, 2003; Kraska, 2010), como expresso nos participantes. O que demonstra que estes sujeitos já estão familiarizados com um mundo simbolicamente estruturado e de sentidos partilhados que são socialmente expressados (Poblete, 2011; Geertz, 2008) neste espírito de lealdade e solidariedade, os quais caracterizam aspectos da própria cultura policial (Reiner, 2004). Há, em seus relatos, a presença de um sentido de necessidade de ser capaz de confiar nos colegas, criando-se uma armadura protetora contra o mundo externo em uma luta compartilhada “entre irmãos” forjados na disciplina, na coragem e na honra (Durão, 2008), como vimos na nossa revisão teórica e que podemos perceber nas seguintes narrativas:

³⁶ Os questionários foram aplicados de forma anônima, portanto, as falas aqui apresentadas oriundas do primeiro questionário, só terão como referência que foram retirados destes e a instituição a qual o participante pertence. Cada um dos relatos selecionados, e que foram retirados dos questionários, pertencem a um participante distinto.

“é estar na ponta da lança, com coragem, lealdade e honra, sempre lado a lado com um irmão. É ser o que muitos querem mas não podem, é fazer a diferença, é vibrar e diante do inimigo jamais recuar”; (Entrevistado 1, PCERJ)

“ser Falcão é ser um guardião honrado, com glória e sempre apto para o combate e disposto, se necessário for, pagar o preço pela vitória do bem, de seus amigos e da PCERJ”; (Entrevistado 4, PCERJ)

“ser Falcão significa ser um homem de coragem, leal e com honra, um verdadeiro combatente”; (relato de participante no 1º questionário, PCERJ)

“ser Falcão é ser um caçador, ser dedicado, honrado, corajoso e leal”; (relato de participante no 1º questionário, PCERJ)

“ser Falcão é ser guerreiro, corajoso, audaz. Ser um policial que combate o inimigo esteja o mal onde estiver. São verdadeiros heróis”; (relato de participante no 1º questionário, PCERJ)

Aqui já se apresenta uma certa identidade guerreira pautada em virtudes, tais como: honra, coragem, audácia e lealdade. As quais formam o campo simbólico do “Falcão” como um herói que combate o inimigo. Estes valores já se apresentam antes dos processos e ritos que compõem o curso. Porém, para que seja adquirido este *ethos* é necessário que haja a realização de ajustamentos da subjetividade para que se produza um condicionamento, isto é, a (in)corpor(ação) destes valores como vimos em Bourdieu (1983; 2001; 2008). Assim, podemos perceber nos inscritos no COTE X que há uma necessidade de que tais valores, já existentes em si próprios, precisem ser legitimados, isto é, é necessário passar por um processo de conquistas, de auto conhecimento, de superação de limites que deverá ser marcado de alguma forma em seus corpos, constituindo uma história de vida e uma realização. Este processo é o que possibilitará demarcar fronteiras morais, lhes caracterizando como aptos e legítimos, como vimos em Sirimarco (2012). Através disto, é que a identidade “Falcão” poderá ser reconhecida e instituída, como podemos ver nas frases dos participantes:

“ser Falcão significa dizer que é um policial que já passou por um período de auto conhecimento dos limites e capacidades e, após ser forjado para o melhor de si mesmo, um profissional excelente para a missão que lhe é dada”; (relato de participante no 1º questionário, PCERJ)

“ser Falcão é um símbolo de vitória e conquista sobre as adversidades que surjam pelo caminho. É a materialização da vitória do homem de honra perante os caminhos mais difíceis. Ser

Falcão é um estado de espírito que te acompanhará para o resto da vida, pois as lições aprendidas na dor são aquelas que deixam marcas e fazem crescer espiritualmente”; (Entrevistado 2, PCERJ)

“ser Falcão é uma identidade. Uma história de vida”. (relato de participante no 1º questionário, PCERJ)

Desta forma, os relatos proferidos por estes policiais, antes do início do curso, demonstram bem o imaginário que muitos policiais têm sobre o que é ser um “Falcão”. Este imaginário circula entre eles, criando-se toda uma expectativa para a sua participação no curso e buscando-se, portanto, conseguir concluí-lo com o objetivo de poderem se tornar um Falcão e de se integrarem à “*família Falcão*”. Como nosso objetivo de pesquisa é mapear a construção desta identidade, a análise destas frases nos possibilitou obter uma melhor compreensão das categorias que foram apresentadas até o momento. Como ressaltamos, este é o imaginário que precede as etapas do curso, porém, para compreendermos um pouco melhor, será necessário na próxima seção esclarecermos algumas etapas do COTE X e, para tal, vamos recorrer a duas técnicas de pesquisa das ciências sociais, a observação participante e as conversas informais, oriundas dela.

4.3. O COTE X: uma observação participante.

Nesta etapa da análise, tentaremos trazer algumas etapas do curso que são importantes para nossa compreensão na formação da identidade Falcão, vamos recorrer como esclarecido aqui nesta seção as minhas observações no campo e as conversas informais, para tanto será necessário a utilização da linguagem antropológica em primeira pessoa nesta etapa da pesquisa, para um melhor entendimento do lugar situado a que me encontrava durante as análises que se seguem. A utilização de conversas informais se tornou um recurso extremamente importante para a análise, tendo em vista, como esclarecido anteriormente, esta edição do curso ocorreu muitas das vezes em instituições externas à PCERJ³⁷, o que me impossibilitou de acompanhar muitas das etapas que ocorreram nelas. Mas os relatos informais me possibilitaram obter a compreensão do que ocorreu em várias etapas e como elas foram representadas pelos alunos do curso, o que é extremamente válido em questão de análises, pois o objetivo principal aqui está centrado em suas percepções e representações. Além disso, como o

³⁷ Como havíamos esclarecido anteriormente, devido ao período de intervenção federal na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, esta edição do curso teve inúmeras etapas em unidades militares, nas quais somente a coordenação do curso e os alunos participavam.

curso é muito extenso e cansativo para os alunos, nem sempre pude estar presente com eles, pois, minhas obrigações laboriais na Unidade me impossibilitaram também de estar sempre presentea todo instante. Assim, muitas foram as vezes em que eu encontrava com os alunos nos seus momentos de descanso ou nos deslocamentos de uma aula para outra, quando ocorriam dentro da Unidade e nas áreas de treinamento da Cidade da Polícia.

O fato de não conseguir acompanhar todo o curso no seu dia a dia, poderia ser de certa forma um problema para a compreensão total em nosso objetivo, mas o fato de já ter participado tanto como aluno, como instrutor e como coordenador deste curso em outras edições, como relato na introdução deste trabalho, me possibilitou uma compreensão mais profunda e também uma aproximação maior com os alunos, assim, muito do que me era dito de maneira informal ou nas entrevistas formais que foram realizadas, me possibilitaram ter uma gama de conhecimento necessário para o objetivo final desta pesquisa. Faço a ressalva aqui que a todo momento minha aproximação com os alunos, nunca se dava ou como um falcão mais antigo ou como um instrutor (como instrutor não ocorreu de fato nesta edição, diferente das outras anteriores em que eu compunha os quadros de instrução do curso). Sempre tive o cuidado de me aproximar deles na posição de um pesquisador curioso, buscando as percepções e as experiências vividas por aqueles aluno e pelo corpo de instrução. Por mais que esta minha tomada de posição nem sempre poderia ser tão clara para eles inicialmente, eu tinha o cuidado de estar ali presente sempre em uma posição de não interferência nas dinâmicas de qualquer participante do grupo pesquisado, seja entre alunos ou entre instrutores.

Minha inserção no campo para as observações se deu na noite anterior ao início do curso (marcado para às 05h30 do dia 1º de setembro – domingo). Cheguei por volta das 18h30 no alojamento dos alunos e lá se encontravam já dois alunos, dentre os 33 alunos aprovados nas avaliações iniciais. O curso começaria de fato na manhã seguinte. Estes dois alunos estavam nos preparativos finais quanto a arrumação de seus materiais, um deles jantava no momento, sinalizando para o outro que deveria estar bem alimentado pois sabia que a primeira semana seria de pouca comida. Ambos conversavam entre si sobre como deveriam arrumar os equipamentos dentro da mochila, como prender da melhor força os equipamentos no cinto tático e na confecção dos números no uniforme. Ambos já tinham participado da edição anterior (COTE IX) e passavam informações um para o outro de como deveriam se comportar e arrumar seu material. Conversam entre si, sobre a escolha de irem para o alojamento dos alunos, na noite anterior, como forma de melhor descansarem a mente e não ficarem na “pressão” de perderem a hora para o início do curso na manhã seguinte. Relatavam dentre suas experiências anteriores os porquês de

terem “saído” na outra edição enquanto arrumavam o material, relatavam sobre lesões inerentes as suas saídas.

O que se pode perceber como havia exposto em outra parte da análise, para muitos o curso começa muito antes de começar de fato, seja preparando-se para as provas, seja comprando equipamentos e se preparando com a família, pois ficarão ausentes do lar por um tempo indeterminado, já que o curso tem data certa para começar mas sem previsão quanto ao seu término. Ambos depois de prepararem seus equipamentos, foram se preparar para outras exigências que são feitas, tais como, o corte do cabelo à máquina zero e a barba perfeitamente feita. Em suas conversas havia uma expectativa de que deveriam sempre se preparar psicologicamente para encarar o curso da pior forma possível, já que a quantidade de desistências no curso é extremamente alta³⁸.

O primeiro dia começa e na parte da manhã logo após a formatura matinal, na qual os alunos cantam o hino nacional e o hino da PCERJ³⁹, é realizado a primeira atividade física do grupo, o que será uma rotina em quase todos os dias de curso, havendo poucos dias de recuperação, pois raros são os dias em que não há atividade física. No primeiro dia, a atividade física foi extremamente puxada, ela teve duração de aproximadamente 03 horas de atividade sem tempo de descanso. Dentre os exercícios são realizadas atividades como flexão (todas sempre feitas de punho cerrado, o que causa ao longo dos dias feridas nas mãos), abdominais, barras, polichinelos entre outras atividades aeróbicas, ao término destes exercícios os alunos seguiram para uma corrida de 01 hora, percorrendo um pouco mais de 08 quilômetros. Além das feridas nas mãos, alguns alunos ao término da atividade matinal já apresentavam dores musculares que eram “cuidados” a base de analgésicos e antiinflamatórios, todos os alunos carregam estes medicamentos em seu material pessoal. Nestas 03 horas que se seguiram de atividade física, 02 alunos “pediram para sair do curso” por não conseguirem cumprir as atividades então pedidas. Aquele que não consegue cumprir com tais exigências nas atividades e “pede para sair” deve comunicar ao corpo de instrução sua decisão, que o fará ir até o sino que ali fica presente e tocá-lo (imagem 31). Alguns alunos que estão fazendo suas atividades sem se darem conta do que está ocorrendo escutam o sino tocar e sabem que alguém desistiu já naquele início da manhã de continuar no curso, alguns se abalam já outros não se importam muito e continuam suas atividades. Nas entrevistas muitos me disseram “*não*

³⁸ No COTE VIII se inscreveram 89 policiais e se formaram 13 deles. No COTE IX se inscreveram 73 policiais e se formaram também 13 deles. Geralmente, o curso começa com metade daqueles que se inscreveram, pois a outra metade é eliminada nas fases preliminares TAF e TAT como viemos anteriormente.

³⁹ Todos os dias, ao longo do curso, os alunos se apresentam em forma e cantam ambos os hinos, juntamente com a coordenação do curso.

me abalava com a saída de alguns, porque pedir para sair é sinal de fraqueza, eles realmente não queriam se formar, não queriam ser falcões” ou diziam “para estar no curso tem que ter ‘querência’, se sabia que não ia aguentar nem um dia, era melhor que não se inscrevessem nele”, “todos sabemos que a primeira semana é um inferno, é o momento de balançar a roseira, tirar aqueles que não querem, que compraram o bilhete para o filme errado”. Estas frases representam bem o que significa esta primeira semana e como os alunos compreendem que será muito doloroso, mas que segundo me relatou um deles “tem que ter força de vontade, quando o corpo não aguenta é o moral que sustenta”. Estas percepções demonstram aquilo que vimos com Strauss (1999) e Elias (1997), os candidatos que desejam se inserir em determinados grupos se impõem testes decisivos, em que se exige a superação da dor e do sofrimento. Já para aqueles que fracassam, estes devem se preparar de forma mais completa para o desafio ou devem desistir definitivamente.

Imagem 31 – aluno pedindo desistência do curso ao tocar o sino



Após estas longas 03 horas de atividade física e a desistência de dois deles, os alunos seguiram para uma aula teórica de primeiros socorros com o Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro e as atividades se encerraram às 21h neste dia. Diferente do que ocorria nas edições anteriores, neste primeiro dia, não houve a “aula

inaugural”, o que deixou os alunos meio confusos, pois todos se prepararam para o pior nesta aula que sempre ocorre já no primeiro dia. A incerteza se haveria ou não a “aula inaugural” gerava tensão entre os alunos, pois no começo do curso sempre ficam esperando que o pior irá acontecer, mas de fato ela não ocorreu neste primeiro dia e os mesmos foram dispensados para descanso com apresentação em forma, às 06h da manhã de segunda-feira.

Na manhã seguinte nas atividades físicas matinais mais um aluno pediu desligamento do curso, alegando problemas musculares. Depois das atividades físicas, os alunos seguiram para aulas teóricas no auditório da CORE, almoçaram e lhes foi dado um período de descanso até às 17h. Como me relataram os alunos, isto era um mal sinal, pois nunca ocorreu este tipo de coisa, nos primeiros dias de curso. Muitos dos que já haviam participado das edições anteriores, falavam para os demais que era pra esperar o pior quando retornassem as atividades. O que demonstra a existência de grande potencial de tensão ao longo do curso, não somente na relação que se estabelece entre treinador e novato, como nos demonstrou Strauss (1999), mas em nosso caso está em todo conjunto do curso. Qualquer benefício que os alunos adquiram, principalmente nesta fase inicial, é gerador de tensão para eles. Como o próprio autor nos esclareceu, esta tensão é a base dos processos de aprendizado e reaprendizado que objetivam um ataque maciço e frontal à identidade destes novos membros, fazendo-os abandonar modos antigos de fazer e ver.

Além disto, como foi dado este período de descanso, este se tornou um momento também necessário para que os alunos cuidassem das lesões decorrentes das atividades físicas dos dois primeiros dias. O cuidado de si nestes momentos também objetiva levar o aluno a cuidar do outro, pois como vimos em Turner (2005), eles passam a se constituir como uma comunidade de camaradas, onde o princípio que rege é “um por todos, todos por um”, produzindo-se laços de irmandade e lealdade. Os quais, como já vimos, constituem o imaginário dos participantes antes mesmo do início do curso.

A tensão e a espera do pior que pairava nas conversas entre os alunos de fato iria ocorrer e, assim, por volta das 22h, ocorreu a tão temida “aula inaugural” e aquilo que todos diziam ser o pior. A “aula inaugural” é aquela que dá início de fato ao curso, os alunos são levados para o estande de tiros da PCERJ no bairro do Caju. A iluminação no local é bastante precária e quando os alunos chegam em um caminhão de transporte de tropa militar, lá já se encontram inúmeros Falcões de edições anteriores, nesta edição a quantidade de Falcões excedia a mais de 50 (nesta “aula inaugural” só é permitida a presença dos Falcões antigos e muitos que são oriundos de outras Unidades Táticas de Polícia em outros órgãos de polícia, como Polícia Federal ou Polícias Cíveis de outros

estados, e que se formaram, também comparecem para participar do evento de batismo destes alunos). Os alunos, então, desembarcam em formação militar e marcharam cantando os famosos *Charlie Mikes*⁴⁰ até o local aonde se realizará a cerimônia de abertura do curso. Aqui podemos retomar Kraska & Kappeler (1997) e Kraska (2010) que nos demonstrou que as Unidades Táticas de Polícia, independente de terem de fato uma estrutura militar, sempre empreenderão virtudes militares. Em nosso caso a CORE é uma unidade de polícia de caráter civil, mas estes valores e virtudes são produzidos ao longo de todo o curso, seja no modo de deslocamento que é feito sempre marchando aos cantos de *Charlie Mikes* ou na composição e arranjo da formação dos alunos que sempre se colocam em posição de tropa, isto é, com postura firme, olhar altivo, respondendo aos comandos de uma ordem unida, tais como: frente para retaguarda, frente para direita ou esquerda, sentido e alto.

Retornemos agora, portanto, ao cenário da “aula inaugural”, aonde se encontravam tochas acessas que demarcavam o local do cerimonial, os alunos ao chegarem são recepcionados pelos Falcões antigos que se encontram em uma espécie de “corredor polonês” em que os alunos devem atravessar, sendo recepcionados a tapas até entrarem em forma no local indicado pelas tochas. A partir do momento que os alunos entram em forma na área designada, os Falcões antigos não podem mais encostar nos alunos do curso, pois primeiro é necessário fazer a abertura. Este momento demarca o início dos ritos de passagem, a demarcação entre as fronteiras do profano e do sagrado, como vimos em Genep (2013). Um dos símbolos do curso estava ali presente, “o sino”, que é posto em frente aos alunos na área externa à demarcação das tochas. Este objeto demarca os limites entre o profano e o sagrado, pois delimita também quem está dentro do curso (sagrado) e quem está fora, pedindo para sair (profano). A partir deste momento de entrada do alunos, então é dada uma ordem aos alunos no sentido de que aquele que sair da demarcação será automaticamente desligado do curso. Um dos Falcões mais antigos começa o cerimonial, lendo a história dos Operações Especiais. Segue abaixo, a reprodução desta:

⁴⁰ *Charlie Mike* é a denominação em linguagem militar para Canção Militar, todo deslocamento dos alunos é seguida destas canções, um dos alunos solta uma das estrofes da canção que é repetida pelos demais, quando uma acaba em seguida se canta outra até chegarem ao seu destino. Este tipo de tradição é comum em toda atividade militar, não sendo exclusividade do curso. Porém, algumas canções são criadas por seus integrantes para simbolizar uma Unidade em especial. A CORE tem sua canção, como elas são geralmente pertencentes aos grupos, dificilmente estas canções são cantadas por outras unidades, ficam restrita somente ao conhecimento do grupo, o que inviabiliza aqui sua publicação.

Como todos os combatentes, ele foi examinado, se ele fosse dado por doente, teria sido descartado. Como ficou em pé, foi batizado no fogo do combate, foi ensinado a nunca recuar e a nunca se render, foi retirado da sua família e levado a viver mergulhado em mundo de violência construído pela sociedade, são os mais fortes soldados que o mundo já conheceu, são chamados de forças especiais. Força o soldado a lutar, a passar fome e se necessário a matar. Com um chicote o combatente foi punido e ensinado a não demonstrar dor ou clemência nem piedade. Era constantemente testado, jogado na selva, no mar e pelo ar, deixado para medir sua determinação e astúcia, contra a fúria da natureza. Essa foi a sua iniciação, o lobo começa a rodear o soldado, pelo negro como a morte, olhos de rubis flamejantes, joias das profundezas. O lobo gigantesco fareja, saboreando a refeição que está por vir. Ele não sente medo, somente a auto percepção das coisas, o ar frio em seus pulmões e o vento dos pinheiros que se movimenta contra a noite que cai. Suas mãos estão firmes, sua postura perfeita e os pinheiros castigados pelo vento que se move e contra o vento que chega, pronto para resgatar a única esperança de razão e justiça. (anotações em diário de campo)

Neste discurso, percebemos aquilo que vimos em Genep (2013), pois o curso se apresenta como um rito de iniciação, o qual tem como objetivo expulsar as impurezas e transmitir a força e a vitalidade para estes que serão considerados “combatentes” ao seu fim, pois aos novatos será ensinado a “nunca recuar” e a “nunca se render”, fortalecendo-os como legítimos soldados que lutam, passam fome e se possível até matam. Este processo será composto de inúmeras flagelações, representado no “chicote” simbólico das punições, que permitirá lhes ensinar a superação da dor. O que percebemos é que já neste discurso inicial, todos os processos de socialização e de construção da identidade “Falcão” se darão através de legítimas práticas ascética, como bem vimos em Bourdieu (2008). Portanto, há no discurso inaugural um prelúdio daquilo que se constituirá o curso, em especial na primeira semana, como veremos mais adiante.

Assim, depois desta leitura é, então, passado do coordenador da CORE, a bandeira do curso, ao Xerife do “turno de alunos”⁴¹ e é declarado oficialmente a abertura do curso.

⁴¹ No momento inicial do curso, o “Xerife” geralmente é escolhido dentre os alunos, de forma subjetiva pela coordenação, que menos aparenta ser qualificado para tal posição, isto é, escolhe-se aquele que demonstra ter mais fraqueza para conseguir organizar os alunos ou para receber comandos. Isto objetiva, neste momento inicial, a infligir ao “xerife” uma carga enorme de responsabilidade e pressão psicológica, na busca de levá-lo a desistir logo de início do curso. As escolhas dos “xerifes” vão se dando de forma aleatória e subjetiva. Porém, algumas vezes quando as instruções são em instituições militares, se escolhe aquele que já teve experiência militar previamente. O “xerifado” também pode ser passado a um aluno como forma de punição, caso ele tenha feito algo que desagradou aos instrutores e, portanto, ele se torna o centro de toda pressão psicológica e física imposta ao “turno de alunos”. Toda troca de “xerifado” é feita de forma ritualizada, após a escolha do novo “xerife” pela coordenação, aos moldes de uma passagem de comando de tropa. Na qual um aluno declara formalmente passar o “xerifado” ao outro que declara aceitá-lo. Esta cerimônia é feita com todos os alunos em forma, onde o que transmite e o que recebem passam a

Em suas palavras o coordenador diz que aquela bandeira deve ser carregada pelos alunos até o término do curso. Então o coordenador do curso grita as palavras: *Coragem, Lealdade e Honra* (palavras presentes no cartaz antes mencionado e que permeiam o imaginário dos participantes em relação ao “serm um Falcão”, como vimos no final da seção anterior). Após a declaração destas três palavras, os Falcões antigos gritam COTE X, e o coordenador da CORE grita a palavra “FALCÃO”, sendo seguido do grito “SEMPRE!” proferido pelos falcões antigos ali presentes.

A partir deste momento, então, vem uma série de explosões e fogos de artifícios, juntamente com o surgimento do blindado da CORE que começa a atirar na direção da pista de tiro do estande próxima aos alunos, surge também no ar, a aeronava da CORE com sua tripulação, em movimento circulares sobre a área do cerimonial, efetuando disparos de fuzil. Somente quando se encerram os tiros e as explosões, é dada então a ordem para que os Falcões antigos avancem na direção dos alunos, jogando gás de pimenta e lacrimogêneo neles, sacudindo-os, dando tapas e gritando para que chega os alunos “peçam para sair do curso e irem lá tocar o sino”, além de uma quantidade enorme de “suga física⁴²”, onde os alunos são postos a pagar inúmeras flexões e rastejos, sendo também molhados com um caminhão pipa. Esta “suga” e a pressão são feitas de forma a obter o maior número de desistências naquele momento, muitos são levados sobre pressão até o sino para que toquem e saiam do curso. Aqui podemos fazer aproximação com o que vimos em Hathazy (2006), pois a “suga” também objetiva a enrigecer o corpo, a adquirir virtudes e valores de superação, de entrega, de abnegação e de resistência, os quais serão símbolos compartilhados entre seus membros, compondo a tríade de virtudes que simbolizam o curso: “coragem, lealdade e honra”, como vimos no cartaz de divulgação.

E assim, na sequência do que se apresentava e sobre forte pressão, um dos alunos toca o sino e todos os Falcões ali comemoram a desistência de um deles, o qual é chamado de fraco por todos. Muitos alunos nesta etapa por conta da quantidade enorme de gás que é jogado, acabam pedindo para sair, mas nesta edição apenas um deles toma esta atitude. Este era um dos poucos alunos ali presentes que nunca tinha tido experiência em nenhum curso deste tipo nem conhecia alguém que já tinha participado do COTE, como havíamos

frente do turno e em posição de sentido transmitem um ao outro o comando, “materializando a passagem com flexões de punho cerrado” a frente da coordenação e dos alunos.

⁴² Suga física aqui representa qualquer tipo de atividade física sem propósito de aquisição de condicionamento físico, seu propósito é apenas cansar ao máximo os alunos, gerando uma sensação de estafa e estresse com dois objetivos: um deles é que aqueles que não aguentem peçam para sair e o segundo é que aqueles que aguentarem adquiram os valores simbólicos de superação, de conquista e de merecimento na aquisição da identidade “Falcão”.

mostrado anteriormente e pude avaliar quando fui conversar com ele alguns minutos após sua saída. Assim, se configurou o início do ritual de iniciação do curso. A aula inaugural chega a durar entre 03 a 04 horas de muita pressão física e psicológica no intuito de que os alunos desistam do curso já nesta fase inicial.

Geralmente, ao término desta aula inaugural, os alunos se deslocam para uma área próxima a região serrana do Rio de Janeiro⁴³, para continuar suas atividades, sendo pressionados a todo momento, em uma semana, como os alunos dizem “infernai”, sem dormir e sem comerem, com atividades estenuantes tanto fisicamente quanto psicologicamente. Antes de chegarem ao local, os alunos são postos para marchar em uma caminhada, com todo seu equipamento e uniforme operacional, que chega a durar mais de 06 horas, com paradas apenas para a realização de outras atividades físicas, como pagar flexões ou fazerem rastejamento em corregos ou transposição de obstáculos. Ao chegar no local, sem descanso algum ou alimentação, eles são postos a levantar acampamento para as atividades que se seguirão nos próximos dias. A cada dia desta jornada, muitos alunos são desligados ou pedem para sair, por se lesionarem ou por não aguentarem as atividades físicas intensas, como pistas de cordas, além de serem postos em as águas geladas o tempo todo, geralmente na região na época do curso a temperatura da água chega aos 3°C, uma rotina que se repete por todos os dias desta primeira semana. Na região há muitos rios e represas, onde as atividades são realizadas, seja durante o dia ou durante a noite.

Uma das atividades realizadas na parte noturna é a flutuação (equipado), o que faz com que alguns alunos neste momento peçam para sair do curso. Um deles me relatou que pediu para sair porque estava tendo uma espécie de “apagão” devido ao cansaço e não ter dormido, ele cochilava enquanto caminhava e em vários momentos chegou a cair pois dormia andando, o que lhe fez pedir para sair do curso antes que algo pior pudesse acontecer.

Em uma das atividades noturnas, os alunos foram deslocados para uma represa e neste momento lhes foram dada a permissão para que recitassem a oração das forças especiais, que segue abaixo. Esta oração se encontra em um quadro na entrada da sede CORE.

⁴³ Nesta edição antes de se deslocarem para esta região, os alunos passaram 03 dias no CIOpESP do Exército Brasileiro, tendo atividades de sobrevivência na mata e orientação com bússolas e GPS que são feitas de dia e à noite, além disso, aprenderam a fazer armadilhas, abrigos e a caçar alimentos.

Oração das Forças Especiais

Ó poderoso Deus,
Que és o autor da liberdade e o campeão dos orpimidos,
escutai a nossa prece.

Nós,
Os homens das FORÇAS ESPECIAIS,
reconhecemos a nossa dependência do Senhor,
na preservação da liberdade humana.

Estejai conosco
quando procurarmos defender os indefesos
e libertar os escravizados.

Possamos sempre lembrar,
que nossa nação,
cujo lema é,
ORDEM E PROGRESSO,
espera que cumpramos com o nosso dever,
por nós próprios,
com honra e que nunca envergonhemos nossa fé,
nossas famílias,
ou nossos camaradas.

Dai-nos a sabedoria de tua mente,
a coragem de teu coração,
a força de teus braços,
e a proteção de tuas mãos.

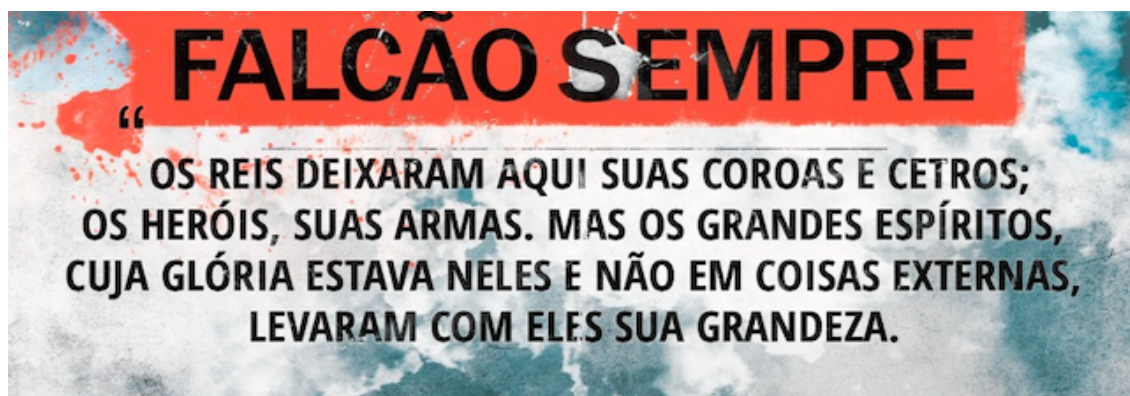
É pelo Senhor que nós combatemos,
e a ti pertencem os louros da nossa vitória.
Pois teu é o reino,
o poder
e glória
para sempre,
Amém.

A oração tem a representação simbólica de consagração. O rito de ficar na água gelada, junto com os instrutores, recitando esta oração, simboliza o sagrado existente no curso e, conseqüentemente, representa o afastamento dos novatos de um mundo profano pré-existente, como vimos em Gennepe (2013). Nitidamente percebemos este momento como se fosse a realização de um ritual de batismo, onde os alunos deixarão as impurezas da vida para adquirirem um novo *status* guerreiro (Elias, 1997) que estará pautado na coragem, na força e na proteção divina, em um mundo de poder e glória pra sempre como diz a oração, marcando com isto um anúncio cerimonial (Strauss, 1999) de proteção mística frente aos desafios presentes durante o curso. Portanto, há na oração o uso de uma nova linguagem que será compreendida e utilizada pelo grupo, passando-se a se

intitularem como um grupo de “forças especiais”, em contraposição ao que vimos nas definições da OTAN (2012), já que estamos diante de policiais civis, praticando ritos *militares* de consagração (Bourdieu, 2008). Além disso, há na oração aspectos de patriotismo que se atrelam a aquisição de honra que nunca poderão ser passíveis de se tornarem objeto de vergonha perante à família e ao grupo. Isto nos demonstra que estes indivíduos devem se desvincular de qualquer aspecto que lhes remetam a seu mundo anterior, como vimos com Berger & Luckmann (2014), se desejam adquirir este novo *status*.

Outra etapa desta “semana zero” é o cerimonial que ocorre na noite anterior ao retorno dos alunos. Eles realizam uma caminhada na madrugada, subindo uma trilha que dá no cume de um morro. Esta caminhada dura entorno de 2 a 3 horas. Ao chegarem no local, os alunos foram recepcionados por alguns falcões presentes que ficaram em pé e os alunos sentados abaixo deles. Na entrada do local, havia um cartaz com os policiais da CORE que morreram (imagem 32 – foi retirada da imagem as fotos, deixando só os dizeres abaixo delas para ilustração). Neste momento segue o ritual ali preparado, na qual é feita uma oração por suas almas e os Falcões mais antigos contam histórias destes policiais ou combatentes (como assim são chamados estes policiais da CORE) que morreram enquanto estavam lotados na Unidade. São ao todo 08 policiais⁴⁴ homenageados.

Imagem 32 – frase no cartaz em homenagem aos policiais mortos



⁴⁴ A CORE desde sua criação em 2002 até o final 2018, quando foi feita esta pesquisa tiveram 07 policiais mortos por causaviolenta, estando lotados à época de suas mortes na Unidade, destes policiais 03 morreram em confronto armado decorrente de operações policiais, sendo 01 deles morto enquanto estava operando na aeronave da CORE, os outros 02 em confronto direto. Os demais vieram a morrer em decorrência de latrocínio, estando fora de serviço. É um índice baixo para a atividade exercida pela Unidade. Aqui citei 07 policiais, tendo em vista que o oitavo que é homenageado, morreu antes da criação da CORE em 2002, mas pertencia ao Recursos Especiais, sua morte foi decorrente de treinamento de rapel realizado na aeronave da PCERJ, na década de 90.

Durante as entrevistas com os formandos, esta etapa do *cerimonial dos mortos* surge como um dos pontos mais marcantes em seus relatos, como na passagem transcrita abaixo, em que o já Falcão, pois concluiu o curso quando realizamos a entrevista, diz que

“no final da semana zero, estávamos 04 dias sem dormir, os caras põe uma cruz enorme com a foto de cada um e conta a estória deles, não é só contar a estória. Você já está sem dormir, então se torna algo muito alucinante, você escutar e ficar sem entender o porquê que algumas pessoas morreram acreditando nisso. Que ele morreu acreditando na ideologia que a gente segue, morreu acreditando nisso, como não viver isso. É algo que com certeza muda a pessoa, e eu queria passar por isso.” (*relato de entrevista com o Falcão 1*)

Em outra entrevista foi relatado o mesmo episódio como sendo “tipo uma seita, uma parada meio doida, você já está zoadado da fome, aí você mistura as coisas, é uma coisa única” (*relato de entrevista - Falcão 4*). O que demonstra que o curso não é pautado somente na aquisição de um preparo técnico para a atividade policial inerente a esta Unidade Tática de Polícia, mas há também, em sua estrutura, complexas construções mitológicas, em inúmeros cerimoniais que têm como objetivo produzir a interiorização de alegorias e simbolismos neste processo de iniciação do noviciado, como vimos em Berger & Luckmann (2014). Estes cerimoniais são, portanto, processos sociais de construção de uma identidade que será partilhada por todos (Strauss, 1999), constituindo-se de uma educação progressiva de ensinamentos totêmicos e de recitações míticas (Gennep, 2013), indo, portanto, muito além de um ensinamento técnico e profissional para a atividade fim que estes policiais exercerão, como vemos nos relatos seguintes.

Desta forma, após o término da semana zero, muitas das coisas que ocorrem ali em suas etapas ficam marcadas nos alunos. Como demonstram os relatos a seguir feitos nas entrevistas com os concluintes do curso e agora como Falcões, em que um deles relata que o término da semana zero é “*uma sensação de alívio com missão cumprida*” (*relato de entrevista - Falcão 2*). A mesma sensação se mostra presente em outros dois relatos,

“a semana zero é mais complicada, você fica vivenciando o sono, a fome, a exaustão física e psicológica, o que te leva ao seu limite, é porrada que você leva por alguma besteira que você fez ali. Acho que a semana zero foi a pior” (*relato de entrevista - falcão 6*).

“tem a desconstrução e a construção na semana zero né, e é um momento em que tem uma interação com os instrutores, em que o cara quer ver sua querência, e isso é maneiro”... “então, você fica feio, careca, desnutrido, toma tapa na cara, algo que mexe com seu orgulho, mas neste momento é como que você perdesse seu respeito próprio, não é meio que perde, sei lá... meio que você aprende a se controlar, te evolui neste sentido, descontroi neste sentido. O construir é feito ao longo do curso quando você começa a voltar, a semana zero é aquele momento de pensar sobre a questão do coletivismo, momento talvez que você perceba que sozinho não chega a lugar nenhum, e realmente não chega”... “vai desconstruindo o caráter” ...“lapidando na água fria e na porrada” (*relato de entrevista - falcão 7*).

Nas falas dos entrevistados fica evidenciado, portanto, o quanto o curso vai além de treinamento técnico ou físico, como havíamos relatado. Assim como nos ritos de segregação que vimos em Genepp (2013), no COTE há o enfraquecimento corporal e mental, que tem como objetivo a “perda da memória da vida anterior” destes sujeitos. Seus corpos passam por certos processos de mutilação e flagelação, como expôs o entrevistado, pois fica-se careca, feio, desnutrido, perde-se o orgulho de si. Estes ritos promovem, portanto, a invisibilidade destes sujeitos durante este processo, decompondo seus corpos, numa espécie de morte (Turner, 2005) tanto simbólica quanto real, já que os corpos adquirem marcas visíveis deste processo (imagens 44, 45 e 46 - galeria de fotos). Este processo de desconstrução e construção a que o entrevistado relata demonstra que há no curso a redução inicial dos alunos à condições uniformes, passando por “processos de trituração” corporal e subjetiva para, finalmente, serem moldados e dotados de “poderes adicionais e especiais”, como vimos em Turner (2005).

Nas observações em campo, pude presenciar tanto as mudanças simbólicas quanto as reais, ao término da “semana zero”. Além de 10 alunos terem desistido do curso, os que permaneceram tinham as marcas da semana em seus corpos: mãos totalmente feridas das flexões de punho cerrado, contusões de diversos tipos no corpo, assim como, assaduras, micoses e urticárias devido as roupas molhadas que nunca tinham tempo de secar, além das picadas de insetos, bolhas nos pés por conta da utilização do coturno e perda considerável de peso e de problemas gastrointestinais (muitos chegam a perder quase 10kg nesta semana). O corpo já ia apresentando as marcações iniciais que são produzidas ao longo de todo curso, produzindo-se sinais e símbolos de vitória e de preocupação, as feridas abertas nas mãos eram demonstradas como orgulho de superação entre os alunos, já outros verbalizavam tamanha preocupação com outras lesões que demandavam cuidados médicos e uma possível desistência do curso. Estas duas sensações foram por mim constatadas em inúmeros momentos que estive ao lado deles neste período. Como muitos relatavam, havia presente entre eles um sinal de vitória por terem sobrevivido e superado na “raça” a “semana zero”, como ouvi muitas vezes eles verbalizarem. Para muitos era sinal de que durante o curso era necessário ter esta etapa, para que o mesmo pudesse ter validade e aqueles que se formassem pudessem ser reconhecidos como dignos de tal identidade. Como vimos em Bourdieu (2008), podemos considerar a “semana zero” e seus ritos de instituição como produtores de efeitos “reais”, pois estes sujeitos passam a ter seu “ser” transformado e institucionalizado, naturalizando-se não somente a aquisição de uma nova identidade ou de um novo *status*, mas também dos processos de diferenciação que são inerentes ao *habitus* do grupo. Esta

semana é apenas o início de um processo que terá mais 03 meses pela frente, mas é onde se descontrói os vestígios do passado para daí em diante se construir um novo caráter guerreiro.

O retorno da “semana zero” então se deu no domingo e na manhã de terça-feira deveriam estar prontos às 05h, em forma, sem terem muito tempo de descanso e de cuidar dos machucados. A semana se passa e os alunos vão procurando cuidar um dos outros nos intervalos das aulas e nos poucos momentos de descanso. As marcações e feridas no corpo se tornam não apenas marcas individuais, mas também passam a ser marcas do grupo de alunos, sendo, através tanto do cuidado de si, mas também do cuidado do outro, que eles vão adquirindo uma identificação como grupo e vão construindo os laços de irmandade. Como vimos em Strauss (1999), todo grupo exige de seu membro atos de sacrifício, não somente pessoal, mas de todo o grupo. Nestes atos, o martírio se apresenta como senso de identificação ou de união mística entre seus membros, já que os ritos coletivos, presentes durante o curso, produzem uma comunidade de camaradas, na qual todos os cuidados devem ser compartilhados (Turner, 2005).

Neste período, anestésicos e antiinflamatórios se tornam a necessidade maior para aguentar o que viria pela frente, sem deixarem de fazer as atividades físicas diárias nem as aulas de luta e de defesa pessoal na parte da noite, Portanto, era necessário que todos estivessem de alguma forma em condições mínimas para seguir em frente para não sobrecarregar os demais, estes aspectos foram constantemente observados nas interações entre os alunos. Aqueles que se apresentavam em melhores condições, geralmente, tomavam a frente para buscar alimento, para carregar o “aluno 00” e o “sino”, deixando os que estavam piores terrm um tempo mais adequado de recuperação. Esta dinâmica entre os alunos era constante em inúmeras etapas do curso, mas aparentemente mais consolidada quando o grupo se reduziu.

Porém, ainda na semana seguinte à “semana zero”, após uma longa corrida de 10km, mais um aluno não conseguiu aguentar o esforço físico devido a um problema em seu joelho, com medo da lesão se agravar, este resolve sair do curso para se cuidar. Era um aluno que já tinha saído na edição anterior do COTE, também por conta de lesão. Sua saída foi encarada por outros alunos como algo que lhes gerasse um sentimento de perda, pois para todos ele representava um dos alunos que mais queria concluir o curso, fato relatado nas conversas que tive com eles. No final da segunda semana restavam, portanto, 19 alunos dentre os 33 que iniciaram.

Nesta semana ainda, os alunos são orientados a criarem o “*cemitério*” dos que saíram do curso (imagem 33), onde há uma lápide com a inscrição “*aqui jazem os fracos*”

– *COTE X*”), uma marca presente nas edições anteriores, mas que é comum também em outros cursos militares. Este “cemitério”, como pude constatar nas observações e relatos, tem por tradição simbolizar que todos os alunos que saíram do curso passam a estar sepultados simbolicamente e que suas almas ficarão vagando pelas edições posteriores, até que retornem e consigam se formar no COTE. Esta é a estória que sempre é contada em todas as edições do curso, tendo este “cemitério” como representação desta tradição tanto entre os alunos quanto entre os instrutores do curso. Daí decorre a ideia de que se um aluno sai do curso, seja por qual motivo, ele deve retornar para “resgatar sua alma”. O que nos demonstra a existência simbólica de uma linha divisória que separa e consagra a diferença (Bourdieu, 2008), pois vai separando e distinguindo aqueles que ainda estão no curso, como sendo alunos fortes, honrados e corajosos, isto é, que ainda estão “vivos”, daqueles que já saíram, os quais são considerados fracos, desonrados e covardes, portanto, estão mortos. Para aqueles que se mantiverem vivos até o fim do curso, sem “perderem suas almas de guerreiros”, há a projeção simbólica da aquisição da força, lhes tornando indivíduos únicos e que representarão a própria continuidade do grupo (Turner, 2005). Desta forma, o “cemitério” é mais um dos rituais presentes no curso, na qual a instituição, como ato de magia social, consegue criar a diferença através da construção de uma identidade (Bourdieu, 2008).

Imagem 33 – “cemitério” simbolizando os que saíram do curso



Retornando a análise de campo sobre o COTE X, após a segunda semana permaneceram 19 alunos que continuaram juntos nas atividades diárias de instrução, tendo diversas aulas e provas ao longo das semanas seguintes. Ao término do primeiro mês e início do segundo, mais dois alunos saíram do curso, reprovados no teste de tiro. Agora o corpo de alunos passava a se compor de 17 alunos, os quais seguiriam juntos até o término do curso, mas sempre vivenciando a tensão de que qualquer prova ou atividade pudesse eliminar mais algum.

As etapas que se seguiram do curso foram diversificadas, aulas de tiro, de patrulha em área de risco, de combate em ambiente confinado, como estavam programadas e sem muitas análises necessárias a não ser que as relações entre os alunos se tornavam mais sólidas e o corpo de instrução se tornava mais próximo do grupo, em especial nos momentos de descontração, dos quais se apresentavam como atos simbólicos de agregação e de reconhecimento daqueles que vinham adquirindo, dia após dia, a identidade que era construída sob os valores do *habitus* do grupo (Gennep, 2013). Porém, para esta construção não bastava somente a consagração e o reconhecimento, ainda era necessária a parte física, as “sugas” e as punições de flexões com os punhos cerrados, assim como, as aulas de defesa pessoal para que este *ethos* continuasse a ser moldado no sofrimento corporal.

Nos estágios que se seguiram do curso, porém, a preocupação maior dos alunos era com o surgimento de alguma lesão nova, a qual não fossem capazes de recuperar a tempo. Aqueles que sentiam dores ou se lesionavam neste momento faziam de tudo para continuar no curso, nem que para isso omitissem dos instrutores seus problemas, pois o medo de serem encaminhados a um médico era de que este atestasse a impossibilidade deles continuarem no curso, como me relataram informalmente alguns deles. Então forçavam tudo que podiam até o limite e na esperança de ter pelo menos um dia de descanso. Neste momento, seus punhos calejados já não eram mais preocupação alguma para eles, mas sim, suas preocupações estavam mais centradas nas inúmeras provas de tiro que eram submetidos toda semana. Porém, ainda tinham etapas bem tensas a serem cumpridas ao longo dos meses que se seguiam, uma delas era a ida ao Grupamento de Mergulhadores de Combate da Marinha e o Estágio de Operações Aéreas da própria CORE, pois novamente teriam que vivenciar duas semanas de muita água, equipados com uniforme, e de muita atividade física ao longo do dia. Naquele momento, como muitos diziam, o corpo e a alma já estavam entregues, só restava a mente funcionando com a vontade de concluir o curso.

No terceiro mês de curso, uma das etapas que mais marcaram os alunos, foi a parte de escalada que se daria na região de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Toda dia era uma longa caminhada com escalada para os picos do parque ambiental que ali existe. No final desta etapa, pela primeira vez ao longo de todo o curso, os alunos me relataram nas entrevistas que ali já começaram a sonhar com a possibilidade de se formarem, pois numa destas subidas a um dos picos que se daria ainda de madrugada e com chegada ao topo no amanhecer do dia, todos foram reunidos ali com os instrutores ali presentes e pela primeira vez tiveram a permissão de poderem gritar “FALCÃO, SEMPRE!”. Neste momento muitos alunos choraram de emoção, num efeito catártico como se a partir daquele momento o sonho deles de concluírem o curso e se tornarem membros do grupo tivesse se concretizado, mesmo que ainda fossem submetidos a outras provas no decorrer das semanas que se seguiriam. Mas para muitos a esperança de que um fim se aproximava, com a tão sonhada conquista do brevê e de serem considerados Falcões se tornava real. Sobre esta etapa um deles relatou em entrevista,

“foi uma conquista, quando cheguei lá em cima comecei a chorar pra caramba...” “lá atingimos o nirvana, começamos a fazer a trilha de madrugada e quando chegamos foi foda... olhar para o horizonte e ter a sensação de que os instrutores se botam como iguais... foi um marco” (relato de entrevista - falcão 7).

Este momento, que alguns dos entrevistados relataram como especial, possui a marca de um rito de agregação, como vimos em Gennep (2013), já que caracteriza um rito de união do grupo, sacramentando a comunhão, porque agora poderiam se sentir integrados a sua “nova comunidade”. A autorização para gritarem “Falcão, sempre!”, institucionaliza simbolicamente a aquisição desta nova identidade que foi construída ao longo do curso.

Porém, ainda havia para concluir todas as etapas do curso, o chamado “teste de coragem”, em que os alunos estando todos desarmados devem enfrentar lutando um grupo de 3 a 4 lutadores profissionais. O término desta etapa gera algumas outras marcas no corpo, como luxações, olhos roxos, costelas fissuradas e outros hematomas, que lhes acompanharão para a cerimônia de encerramento do curso. Esta etapa consagraria a aquisição do *ethos* guerreiro que é pautado em códigos de luta e o recrudescimento da violência ritual na seleção dos mais exímios e fortes, como vimos em Elias (1997). Este rito, intitulado de teste de coragem, exige destes novos membros que suportem a dor, encarando o desafio ali imposto, como prova de masculinidade e de pertença ao grupo, ajudando a validar todo o código de honra que o curso lhes impõe.

Assim, o término do curso se deu no dia 22 de setembro, 84 dias após seu início. A cerimônia de encerramento nesta edição foi no auditório da Academia de Polícia Civil do

Estado do Rio de Janeiro, estando presentes o chefe de Polícia Civil, o Coordenador da Core, os familiares dos alunos, assim como, inúmeros Falcões que foram prestigiar os novos. Na cerimônia, os alunos chegaram cantando o *Charlie Mike* até adentrarem no auditório, ficando enfileirados de pé ao lado direito do auditório, enquanto os demais Falcões antigos ficavam da mesma forma enfileirados ao lado esquerdo. Ao longo do cerimonial foi exibido um vídeo das etapas do COTE X em que os alunos falam sobre o que representa o curso e algumas etapas. No vídeo eles falam de algumas etapas do curso, logo no começo do vídeo um deles diz “*aquilo que dizem que é impossível, você consegue fazer lá*”, enquanto outro relata que a semana zero é “*um ritual de passagem*”. Um terceiro diz que o curso é “*um teste de vontade, aonde vai colocar a gente a prova, em condições praticamente subumanas, mas que ao mesmo tempo a gente olha para o lado e vê que o colega ao lado está na mesma situação*”. Falam que no curso você precisa ter os 4 S “*sorte, saúde, simpatia e saco*”⁴⁵ para conseguir chegar ao fim do curso. Além de verbalizarem que “*este curso te torna um ser humano muito melhor*”, outro na mesma linha diz que “*curso te acrescenta muito como homem e como pessoa*”, “*nós somos um tipo de homem diferente, pois cedemos nossa paz de espírito para ajudar a paz de espírito de outras pessoas*”. Por fim, ao término do vídeo há um texto que diz o seguinte,

O guerreiro especial se mostra quando já não possui a espada e a lança, quando está quase sem forças nos braços e nas pernas e segue lutando com a única e maior arma que lhe resta, a VONTADE. Lute pelo o que é certo, mesmo que você lute só. (retirado do vídeo de conclusão do COTE X, durante sua cerimônia de encerramento)

Nesta frase percebe-se que o *ethos* guerreiro é selado como identidade para aqueles concluintes, o qual pautará os valores da identidade e do *habitus* Falcão, através das virtudes da honra, da lealdade e da coragem, fundidas em todo sistema de valores e entendimentos compartilhados ao longo do curso. Esta identidade deve ser carregada para sempre, nem que para isto, a luta seja solitário. O que demonstra que esta identidade não deve estar somente no grupo, mas inserida no indivíduo, no seu modo de ser e estar no mundo como um Falcão.

Desta forma, aqui se encontram alguns dos percursos que estes policiais passaram ao longo do COTE X. Assim, a observação participante ora empregada metodologicamente, juntamente com as conversas informais e as entrevistas semiestruturadas feitas após o término do curso, demonstram um panorama geral da construção desta identidade. Para uma compreensão ainda melhor, foram aplicados 11

⁴⁵ Sorte de não se lesionar, Saúde de não ficar doente, Simpatia dos instrutores para que eles não façam de tudo para que o você saia e Saco para aguentar tudo que se passa ao longo de um curso tão longo.

questionários com os policiais civis que já se encontravam lotados na CORE, com o objetivo de compreendermos as perspectivas deles sobre o curso e sobre a identidade Falcão.

4.4. *A identidade Falcão, um olhar através dos policiais formados no COTE X*

Esta será a última etapa de análise que nos propomos a fazer para compreendermos a construção desta identidade policial, que denominamos de identidade FALCÃO. Para tal, aplicamos 11 questionários e foram feitas 07 entrevistas semiestruturadas com os Policiais Civis que se formaram no COTE X e que hoje compõem a Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE) da CORE.

Quanto suas motivações pessoais para o exercício da atividade policial, esclarecemos que nesta questão foi pedido que os participantes elencassem três motivações principais de sua livre escolha. Assim, surgiu como primeira categoria *contribuir para ou defender a sociedade* com 07 ocorrências. As categorias *vocação* e *combater a criminalidade* aparecem em segundo com 05 ocorrências cada. Em terceiro como motivação pessoal aparece a categoria *irmandade/fazer parte de uma família* com 03 ocorrências (gráfico 83). As 03 primeiras estão em equivalência com os dados recolhidos no primeiro questionário, como vimos anterior (gráfico 50).

Ao questionarmos agora sobre o papel do policial na sociedade, foram dadas alternativas para os participantes, tendo em vista as categorias coletas anteriormente e outras que achamos conveniente serem utilizadas para nossa análise, mas que fossem pertinentes à atividade policial que estes policiais passariam a exercer como integrantes de uma Unidade Tática de Polícia. Eles poderiam escolher até cinco alternativas que melhor correspondessem as suas perspectivas em relação ao papel do policial na sociedade. Assim, após a conclusão do COTE X, temos como principais valores, a categoria de que o policial deve *combater o mal* com 08 ocorrências. Seguida da categoria *eliminar criminosos da sociedade* com 07 ocorrências e, em terceiro, aparecem duas categorias *servir e proteger a sociedade* e *garantir a lei e a ordem*, com 06 ocorrências para cada (gráfico 84). Desta forma, há uma grande mudança de perspectiva no pós-curso, tendo em vista que a categoria *combater o mal*, no questionário anterior, só teve uma ocorrência e a categoria *eliminar criminosos da sociedade* não tinha surgido. A categoria *proteger a sociedade* que antes aparecia como o principal papel do policial na sociedade, nesta segunda etapa surge como terceira mais recorrente. Já o papel de *garantir a lei e a*

ordem se manteve na mesma posição de escolha dos participantes, aparecendo entre as 5 mais citadas.

O mesmo método foi aplicado para as questões referentes ao entendimento dos participantes sobre o que em sua perspectiva seria um “bom policial” e o que seria um “policial ruim”. Para o “bom policial” dentre as alternativas apresentadas, *ser um combatente* teve uma recorrência maior com 08 ocorrências. Seguido de *ser bem treinado* e *possuir espírito de corpo* com 06 ocorrências cada (gráfico 85). A ideia de que um bom policial deve ser um combatente, teve pouca ocorrência no primeiro questionário, se tornando agora a característica principal dentre os participantes. Em relação a ser bem treinado e ter espírito de corpo, surgem em posições semelhantes em matéria de qualidades para o “bom policial”. A ideia de que o “policial ruim” é aquele corrupto, criminoso e sem caráter mantiveram-se como as principais, a única ressalva que fazemos é que a ideia do “policial ruim” não trabalhar em equipe ou ser acomodado deixaram de ser as principais características escolhidas (gráfico 86).

Como analisamos, na seção anterior, referente à construção da identidade Falcão ao longo do COTE X, percebemos que tais valores foram incorporados a estes sujeitos, os quais agora possuem a percepção de que o papel do policial na sociedade é o de combater o mal e que o bom policial é aquele que se apresenta como um combatente bem treinado. Estes aspectos ressaltam aquilo que Sirimarco (2012), Bittner (2003) e Kraska (2010) nos demonstraram, que os valores difundidos nestas Unidades Táticas de Polícia vão além daqueles esperados de uma polícia em um Estado democrático, pois eles incorporam valores atrelados à metáfora da guerra, a qual os policiais devem adquirir virtudes militares, sendo o trabalho policial sempre percebido como uma missão de combate ao inimigo, adquirindo-se um espírito guerreiro, no qual os policiais passam a não se questionarem sobre os “porquês” de suas práticas e atuações.

Gráfico 83 – Principais motivações para o exercício da atividade policial após a conclusão do COTE X

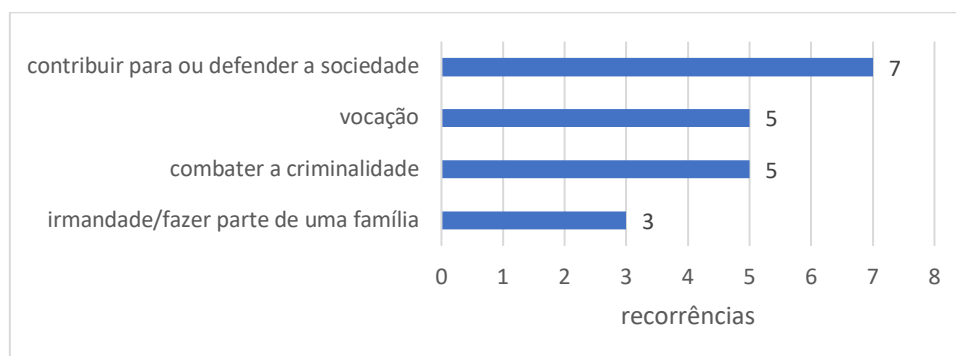


Gráfico 84 – as percepções sobre o papel do policial na sociedade após a conclusão do COTE X



Gráfico 85 – Percepções sobre o que seria um “bom policial” para os concluintes do COTE X

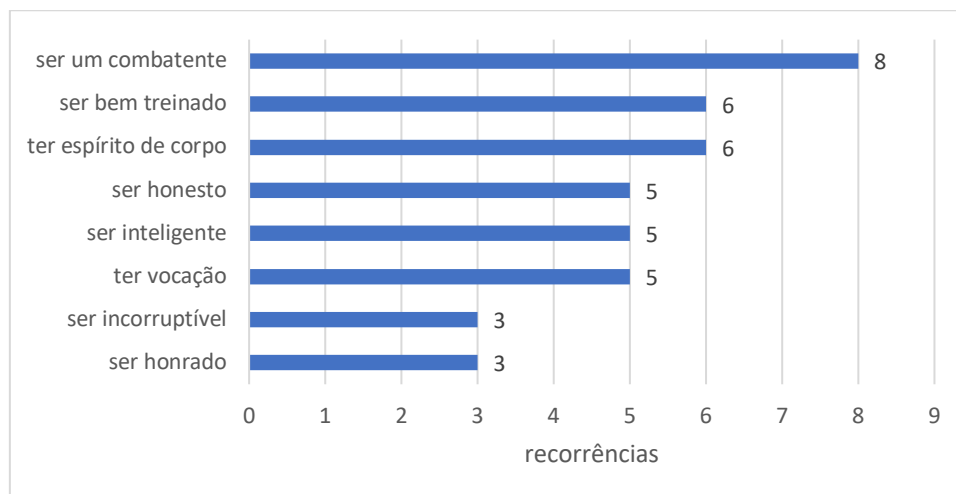


Gráfico 86 - Percepções sobre o que seria um “policial ruim” para os concluintes do COTE X



Em relação as questões sobre o COTE e suas percepções. Primeiramente objetivamos compreender se aqueles que concluíram o curso já tinham tido alguma experiência anterior a este tipo de curso ou se já haviam participado de alguma edição anterior dele. Para a primeira questão, percebemos que 8 dentre os 11 participantes participantes e concluintes do COTE X, já haviam participado de algum curso anteriormente. Dos 11 participantes, 06 já haviam participado de alguma edição anterior, somente do COTE IX foram 03 e outros 03 participaram de pelo menos duas edições anteriores. Portanto, dos 11 concluintes da PCERJ, metade deles já tinham tido alguma experiência no curso, destes 05 deles tinham saído por problemas de saúde ou dispensa médica e apenas 01 por lesão muscular. Eles relataram que a participação anterior os possibilitou perceber como funciona um curso operacional, além de poderem aprender que devem estar sempre dispostos a ajudar os demais e de estarem atentos as necessidades do grupo. Além disso, relataram que a possibilidade de terem já vivenciado a experiência de grupo em cursos anteriores, lhes gerou um preparo maior para o que ia ser demandado durante o COTE X. A participação em edições anteriores do próprio COTE também possibilitou ver os erros que cometeram anteriormente e saber o que os “Falcões mais antigos” iriam esperar dos alunos, principalmente, no quesito relacionado a demonstrar espírito de corpo e ímpeto para resolver os problemas. Da mesma forma, relataram que a experiência anterior gerou uma projeção para os desafios que ocorreriam no curso.

Estes aspectos demonstram aquilo que havíamos visto em Strauss (1999), muitos dos que fracassam na tentativa de se incorporar a determinados grupos, buscam adquirir um novo conjunto de planos para uma preparação mais completa até que consigam ser aprovados, o que demonstrou em nossa pesquisa já que dentre os 11 policiais civis aprovados 06 já haviam saído em edições anteriores. Além deste aspecto, podemos também compreender que a própria dinâmica do curso cria este mecanismo de retorno, tendo em vista que durante seus ritos, aspectos tais como “resgatar a alma” e o “cemitério dos fracos”, podem gerar sentimentos de desonra pessoal para estes policiais. Assim, o retorno destes policiais é apenas simbolizado na busca de uma alma perdida, mas que em aspectos reais visa o resgate da própria honra, pois saíram como fracassados anteriormente.

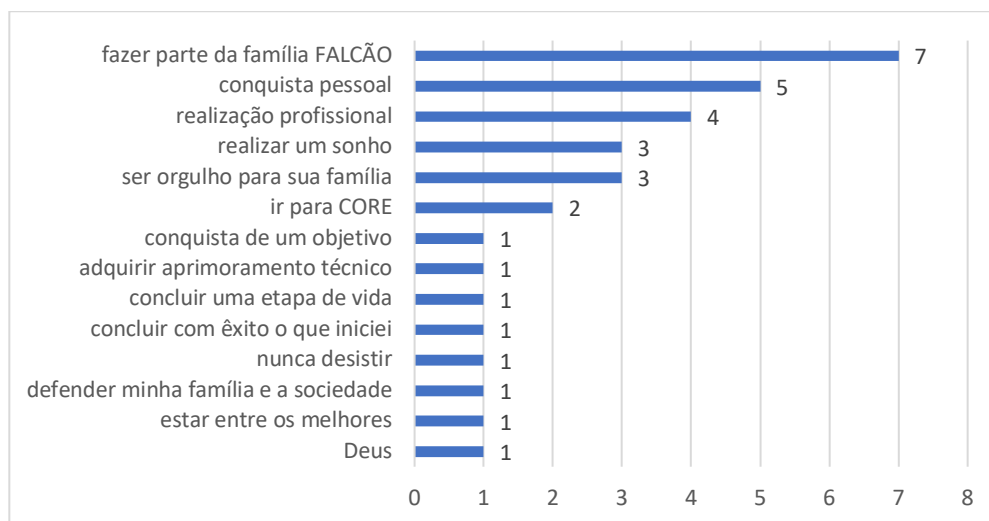
Quando foram perguntados quais foram as principais motivações que levaram os participantes a conseguirem concluir o COTE X, a resposta mais recorrente entre os 11 participantes foi em relação ao desejo de *fazer parte da família Falcão* com 07 ocorrências em suas respostas. Nesta questão, o participante deveria elencar as três

principais motivações de livre escolha que achassem ser necessárias como motivações. Portanto, se integrar ao que chamam de “família Falcão”, caracterizaria o sentimento de pertencimento a um grupo, isto quer dizer que não somente ser lotado na CORE poderia ser um motivo, mas sim o de pertencer a um grupo que os distinguíssem dos demais policiais, mesmo dentro da própria unidade. Esta é uma categoria relevante para nossa análise, em associação com as duas outras categorias que se seguiram em recorrência que são a *conquista pessoal* (05 ocorrências) e a *realização profissional* (04 ocorrências) (gráfico 87). Tanto conquista quanto realização possuem o significado de um esforço despendido para chegar a um fim que tenha um reconhecimento do outro sobre si, por isso, fazer parte da “família Falcão” seria para muitos ser reconhecido como pertencente a um grupo distinto dos demais. Como surge em uma das respostas dadas nas entrevistas realizadas

“Eu precisava, de qualquer forma, concluir essa etapa na minha vida. Como conquista profissional e pessoal. A enorme vontade de trabalhar no SOTE, com outros combatentes que entendem e valorizam a ideia de espírito de corpo e equipe. Poder gritar ‘Sempre’ em alto e bom tom depois de escutar algum formado gritando ‘Falcão’” (Relato de entrevista - Falcão 7)

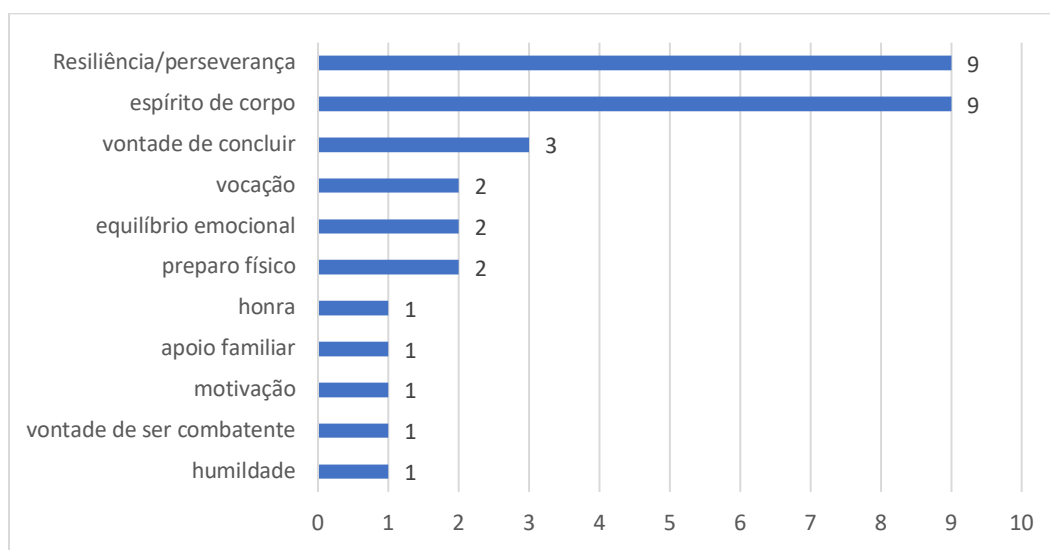
Aqui percebemos nitidamente, aquilo que expusemos com Sirimarco (2012, 2013), estas Unidades Táticas de Polícia, além de se organizarem aos moldes da cultura militar, como bem vimos anteriormente, possui um campo simbólico que está relacionado ao espírito de lealdade e solidariedade entre seus membros, o que reforça os sentimentos de uma existência coletiva, na qual os seus membros se veem pertencentes a uma família. Além de criar um mecanismo de distinção decodificado em termos de honra e fidalguia, pois agora aquele policial passou a adquirir uma nova imagem que demarca fronteiras morais, pois conseguiu realizar a sua conquista pessoal e profissional. Portanto, ele se vê agora como o apto e o merecedor legítimo de poder gritar “Falcão, sempre!”, como vimos no relato, o que nos coloca no caminho interpretativo da autora, como expusemos em nossa revisão teórica.

Gráfico 87 – Percepções sobre as principais motivações para conseguir concluir o COTE X



Perguntamos também quais as três principais características pessoais que um aluno deveria ter para conseguir concluir o COTE. Em suas respostas as duas principais ocorrências foram de ser uma pessoa *resiliente* (09 ocorrências) e possuir *espírito de corpo* (09 ocorrências). Outras categorias como vocação, equilíbrio emocional, apoio familiar e estar motivado, aparecem com menos relevância nesta questão como podemos perceber no gráfico abaixo (gráfico 88).

Gráfico 88 – características pessoais para ter concluído o COTE X



O que podemos perceber, retomando os ensinamentos de Hathazy (2006), é que após as etapas do curso, em especial aquelas entorno da sensação de sacrifício e de superação, estes policiais quando chegam ao término do curso incorporaram valores

morais, principalmente as virtudes de possuir uma disposição geral à resistência e de aquisição de espírito de corpo, no sentido de possuírem atitudes de entrega pessoal e íntima àquilo que compõe o *habitus* do grupo.

Perguntamos se alguns atributos (tabela 6) foram alcançados ao término do COTE X. Ressaltamos que estas categorias foram escolhidas nesta etapa porque se mostravam como expectativas iniciais para aqueles que se inscrevem no curso. O que vemos é que para a maioria dos concluintes estas categorias foram alcançadas de forma extrema ou muito. Somente alguns participantes, em alguns quesitos, demonstraram ter adquirido mais ou menos ou não muito, tais como melhores condições de trabalho, ser um combatente ou um ter adquirido um perfil operacional. Estas categorias podem ser explicadas se levarmos em consideração que para o quesito melhores condições de trabalho, alguns dos participantes já eram lotados na CORE, então suas condições de trabalho não se alteraram, tendo apenas mudado de seção. Já para as outras duas, o que foi visto em relatos de entrevista é que muitos falaram que aprender a ser um combatente ou ter um perfil operacional no curso não se ensina muito, isto só no dia a dia, trabalhando com as equipes de Falcões lotados na CORE, é que este perfil seria adquirido. Cabe ressaltar também que dois participantes selecionaram a opção de forma alguma para a categoria honra.

Mas aqui cabe ressaltar, como vimos anteriormente, o curso se demonstra todo ele pautado em aquisição de valores, tais como, laços de irmandade e pertencimento ao grupo, na qual a totalidade dos participantes tiveram percepções de terem sido alcançados. Mesmo que a aquisição de aprimoramento técnico seja o objetivo central de um curso deste tipo, certos valores e virtudes são também ensinados. O que reforça tudo que viemos demonstrando até o momento em matéria de construção de identidade, a qual é formada por processos sociais, em um fenômeno derivado da relação entre o indivíduo e a sociedade/grupo (Berger & Luckmann, 2014). A categoria ser um combatente aqui se apresentou de forma mais reduzida, porque, como surgiu anteriormente, muitos policiais possuem a percepção de que o aprendizado policial é produzido na prática e, no momento, da aplicação deste questionário e das entrevistas subsequentes, estes policiais que tinham se formado acabavam de serem lotados na CORE. Porém, os valores do *ethos* guerreiro já se encontravam neles em outros aspectos como vimos.

Tabela 6 – Avaliação de atributos alcançados ao término do curso (n=11)

	De forma alguma	Não muito	Mais ou menos	Muito	Extremamente
Aprimoramento técnico	0	0	0	1	10
Aprimoramento moral	0	0	1	3	7
Aprimoramento físico	0	1	1	3	6
Aprimoramento psicológico	0	0	0	2	9
Aquisição de espírito de corpo	0	0	0	2	9
Qualificação profissional	0	0	0	2	9
Aquisição de melhores condições de trabalho	0	0	2	5	4
Realização pessoal	0	0	0	1	10
Realização profissional	0	0	0	1	10
Ser um combatente	0	0	2	3	6
Superação de limites e adversidades	0	0	1	2	8
Exercer a atividade policial com mais segurança e eficiência	0	0	0	2	9
Aquisição de um perfil operacional	0	0	2	1	8
Aquisição de laços de irmandade	0	0	0	0	11
Aprender a ter dedicação	0	1	1	1	8
Aprender a ter empenho	0	1	1	1	8
Aprender a ter perseverança	0	1	1	0	9
Pertencer a uma família	0	1	0	0	10
Aquisição de honra	2	0	1	0	8

Quanto a avaliação do curso em relação a *parte teórica*, *parte técnica não operacional* e *parte técnica operacional*, os participantes deram uma avaliação geral entre as opções ótimo e bom. Quase todos avaliaram como ótimo a parte técnica operacional do COTE X (tabela 7). Ao perguntarmos sobre suas percepções quanto a avaliação do curso, muitos relataram que o curso possibilitou adquirir um conhecimento da realidade do combate, em especial, do que se espera de “um forças especiais”. Além disso, eles expuseram que para se tornarem um combatente, precisavam, também, dominar conteúdos teóricos não operacionais, mas a parte técnica operacional de fato seria aquilo que o policial efetivamente necessita para estar em combate, tanto tecnicamente quanto mentalmente. Para muitos deles, o curso possibilitou a aquisição de mais segurança técnica para se tornarem policiais operacionais.

Tabela 7 – percepção de avaliação dos alunos quanto ao ensino no COTE X

	ótimo	bom	regular	ruim	péssimo
parte teórica	6	5	0	0	0
parte técnica não operacional	5	6	0	0	0
parte técnica operacional	10	1	0	0	0

Na percepção dos alunos concluintes a etapa do curso que consideraram mais difícil foi a “*semana zero*” na totalidade dos participantes, seguida do *tiro tático policial*, devido a grande quantidade de avaliações que são exigidas dos alunos neste segundo quesito (tabela 8). A “*semana zero*” como havíamos demonstrado na seção anterior, demonstra que esta semana inicial do curso é bem difícil devido a pressão que os instrutores fazem sobre os alunos, além das exigências físicas e psicológicas que se apresentam, como vimos.

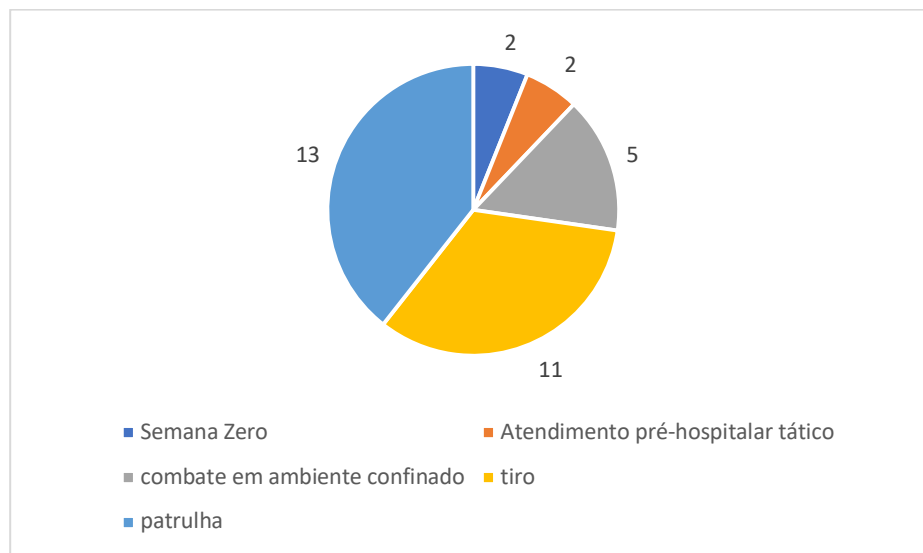
Tabela 8 – avaliação das etapas e disciplinas do curso quanto a percepção de dificuldade

	Muito Difícil	Difícil	Mais ou Menos	Fácil	Muito Fácil
Semana Zero	11	0	0	0	0
Tiro Tático Policial	7	4	0	0	0
Sobrevivência e combate na mata	1	7	1	1	0
Combate em ambiente confinado	2	6	3	0	0
Estágio de operações aéreas	6	3	1	1	0
Operações urbanas em área de alto risco	5	5	2	0	0
Estágio de tiro de precisão	1	8	2	0	0
Mergulho	1	1	6	3	0

Quando perguntamos quais eram as três disciplinas mais importantes no curso, a questão foi apresentada de forma aberta aos participantes para elencar três de sua escolha livremente. Constatou-se que a “*semana zero*” apareceu entre as opções de escolha dos participantes. Aqui se pretendia avaliar diante de suas percepções quais disciplinas eram mais relevantes, em suas percepções, durante todo o curso. Entre as tantas disciplinas que compõe o curso, cabe ressaltar que “*a semana zero*” não é considerada uma, mas apenas uma etapa inicial. Porém, ela mas acabou estando entre as 05 escolhas que os 11 participantes fizeram (gráfico 89). Portanto, como vimos na seção anterior, a “*semana zero*” para os policiais de fato possuem um peso relevante, não somente por ser a mais difícil, como vimos acima, mas por sua importância como mecanismo de construção de caráter e de valores do *ethos* e do *habitus* Falcão. Esta etapa ganha uma importância considerável, pois é ela que proporciona e prepara os principais ritos de instituição do curso, como vimos também anteriormente. Portanto, sem a “*semana zero*” muitos alunos não considerariam o curso como legítimo para a aquisição desta identidade. O peso de

importância que esta adquire na representação destes membros está centrada na consagração, no reconhecimento e na instituição deste *ethos* já que é nele que o corpo destes sujeitos adquire suas principais marcas.

Gráfico 89 – Percepção dos concluintes do COTE X sobre as disciplinas que mais consideravam importantes



A parte final do questionário se refere as possíveis mudanças de percepção dos concluintes do COTE X quanto a sua vida profissional e sua vida pessoal. Além de buscarmos as características principais da identidade Falcão, através da perspectiva destes policiais recém formados no curso. Nesta etapa final, faremos uso não apenas dos dados quantitativos, mas para um maior aprofundamento sobre estas questões, iremos recorrer, também, as justificativas dadas pelos participantes no questionário e suas respostas dadas durante as entrevistas semiestruturadas que foram realizadas, dias após a aplicação do questionário.

Para uma análise mais linear, primeiro iremos analisar o nível de satisfação dos participantes ao se formarem no curso, depois iremos avaliar a contribuição que o curso trouxe para as vidas profissional e pessoal do grupo pesquisado. Para então analisarmos as características principais da identidade Falcão elencadas por eles.

Assim, diante das questões que se apresentaram todos os pesquisados demonstraram estar *muito satisfeitos* com o curso em geral. Em especial quase a totalidade deles, disseram estar *muito satisfeitos* com o *clima de relacionamento com os colegas de trabalho*. A maioria se disse *satisfeito ou muito satisfeito* na percepção com o *clima de relacionamento com outras pessoas*, assim como, com o *relacionamento com os*

superiores hierárquicos; com a possibilidade de participação em tomadas de decisões e com a possibilidade de evolução e desenvolvimento pessoal. Já nos quesitos *reconhecimento do valor profissional e possibilidade de promoção profissional*, os participantes demonstraram índices relevantes de insatisfação (Tabela 9). Esta última característica pode estar relacionada a um não reconhecimento e valorização profissional existente dentro da instituição PCERJ. As promoções e a ascensão da carreira policial na instituição Polícia Civil do Rio de Janeiro são muitas vezes demoradas, gerando por vezes desânimo aos policiais mais antigos. A mudança de um cargo para outro, é feito através de concurso público, um inspetor de polícia sempre será inspetor de polícia (exceto pela mudança de nomenclatura, quando se torna um inspetor de 1ª classe, este adquire a denominação de comissário de polícia, mas suas atribuições continuam as mesmas de antes). As polícias civis no Brasil não possuem carreira única, então não há expectativa de ascensão para cargos diferenciados. Um agente (inspetor de polícia, oficial de cartório ou investigador) só se tornaria delegado de polícia através da realização de concurso público, não havendo uma ascensão interna que possibilite esta transição.

Nos questionários aplicados, os participantes também puderam expor livremente o que significava se formar no COTE, para certos participantes da pesquisa, como já havíamos visto anteriormente, foi a realização de um desejo profissional e pessoal, outros viram a realização de um sonho. Outros aspectos como, ser um exemplo que pode ser deixado para outros colegas que desejem participar do curso ou ser um exemplo para a sociedade, no sentido de demonstrar perseverança e não se entregar, também surgiram. Além disso, muitos se sentiam satisfeitos com a possibilidade de terem *“formado irmãos de arma e pertencer a uma outra família”* (relato informal). Um deles relatou que *“saber que você passou por todas as etapas e teve êxito no final não tem preço”* (relato informal).

Tabela 9 – Índice de satisfação referente à
(n=11)

	Muito satisfeito	satisfeito	pouco satisfeito	insatisfeito	muito insatisfeito
Satisfação global com seu trabalho no momento atual	7	3	1	0	0
Possibilidade de promoção profissional	1	0	6	1	3
Possibilidade de evolução e desenvolvimento pessoal	5	4	1	0	1
Reconhecimento do valor profissional	2	1	6	0	2
Possibilidade de participar de tomadas de decisões	7	3	1	0	0
Clima de relacionamento com os colegas	10	1	0	0	0
Clima de relacionamento com os superiores hierárquicos	4	5	2	0	0
Clima de relacionamento com outras pessoas	5	5	1	0	0

Todos os participantes da pesquisa e concluintes do COTE X responderam que acreditam que o curso tenha contribuído para sua vida profissional e pessoal. Além disso, para quase a totalidade dos participantes perceberam também mudanças em suas percepções quanto à *instituição policial*; à *sociedade*; à *família*; e à *prática policial*, como bem demonstra o gráfico abaixo (Tabela 10).

Tabela 10 – Percepção de mudanças quanto a
(n=11)

	Sim	Não
a instituição policial?	10	1
a sociedade?	9	2
a família?	10	1
a prática policial?	10	1

Em relação as mudanças percebidas na vida profissional, alguns tipos de mudanças que os participantes perceberam podem ser melhor compreendidas através das seguintes frases que compunham suas justificativas no questionário aplicado, tais como: *“me ajudou a iniciar uma vida operacional, me ajudando a entender melhor a realidade do combate do Rio de Janeiro”*; *“todos os treinamentos desenvolvidos pelos instrutores são voltados para uma realidade de guerra urbana”*; *“me preparou para ser um combatente”*; *“hoje me considero um policial bem treinado para a realidade caótica de combate urbano que vive a cidade do Rio de Janeiro”* e *“nunca me senti tão apto e seguro para exercer minha profissão”*.

Outros aspectos aparecem nas entrevistas como expõem,

“hoje tenho mais técnica, mais controle emocional, controle de agressividade, espírito de corpo, na vivência normal você não tem isso” (entrevista com o Falcão 5);

“eu entendo como a coisa funciona, como se comportar, e entendi como a gente é unido, há muita responsabilidade, porque além de correr muito risco, eu não posso dar um tiro errado, eu represento hoje uma família muito grande, um tiro errado na rua é um Falcão que fez uma merda, eu tenho uma carga da CORE muito grande atrás de mim e da família Falcão atrás de mim, fazer merda não é coisa de Falcão” (entrevista com Falcão 4);

Esta ideia de responsabilidade e controle sobre suas atitudes, aparecem nas mudanças que os participantes perceberam até mesmo na sua vida pessoal. Como eles próprios expõem em suas justificativas no questionário, *“o aluno sai com uma nova visão de vida, você adere valores que nortearão a sua vida para sempre”*. O mesmo surge na importância que passam a dar ao espírito de grupo e união, vistos em vários momentos nesta pesquisa. Um dos entrevistados relata que o curso *“deu novos irmãos que vou levar comigo para o resto da minha vida”*; o que corrobora com o pensamento de um outro ao relatar que o curso lhe fez dar *“importância ao espírito de corpo e união”*. Assim como, as mesmas percepções também foram apresentadas pelos participantes nas entrevistas semi-estruturadas, na qual um dos entrevistados diz

“me considero proativo, sempre to pensando no colega no próximo, no bem estar da equipe, porque eu acho que o falcão ele tem que pensar muito na equipe dele porque é ela que vai entrar na favela e se a equipe não estiver unida e um confiar no outro não vai dar certo” (entrevista com Falcão 3).

Por mais que haja, por um lado, a ideia de que eles se tornaram *combatentes*, por outro, a ideia de família, de pertencer a um certo grupo, também acaba por trazer uma carga de responsabilidade. Desta forma, suas vontades e suas atitudes pessoais e profissionais também interferem no nome de todo o grupo. Este processo acaba gerando um certo controle quanto a tomadas de decisão. O controle da tomada de decisão aparece

dentro deste cenário institucional de Unidades Táticas de Polícia, sendo possível diminuir a discricionariedade da atividade policial para estes policiais, como havíamos exposto anteriormente (Proença Junior, 2006).

Como vimos com Bourdieu (2008), há mudanças pessoais quando os indivíduos se inserem em determinados grupos, pois na aquisição de seus valores há uma imposição ao sujeito como um dever ser (ou dever de ser), pois a partir deste momento para estes membros há um *fazer ver* ao outro aquilo que agora se é, portanto, há a necessidade de se comportar em função desta identidade a qual se adquiriu. Esta identidade dá uma nova definição social, mas também impõe limites, pois agora eles devem ser aquilo que é de sua essência fazer (ser um Falcão). Esta análise que trouxemos do autor na nossa parte teórica, aparece nitidamente nos discursos dos entrevistados,

“Hoje sou um cara muito mais responsável nas minhas atitudes, por causa do, como posso dizer, da capacidade que carrego hoje como Falcão... eu sou Falcão... eu tenho que ter responsabilidade com minhas atitudes... porque se eu tiver fazendo merda lá fora... vão dizer, policial da CORE faz não sei o que, não sei o que lá... não vou estar só manchando meu nome, vou estar manchando a CORE inteira, quem trabalha na CORE vai se sentir envergonhado, se souber que é Falcão então, pior ainda” (entrevista com Falcão 2);

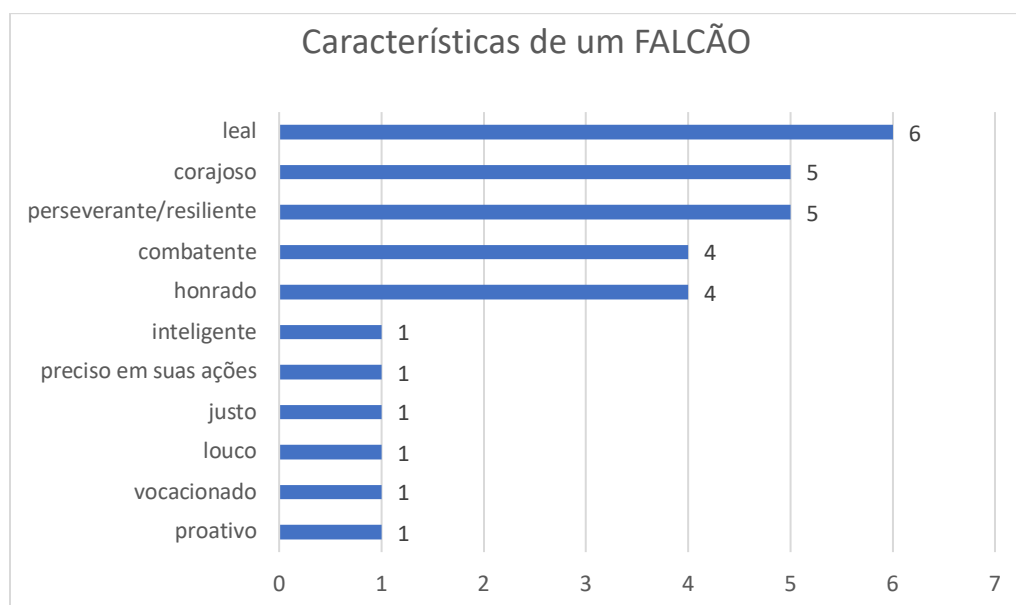
“Não ser um cara egoísta, pensar no coletivo, ser mais certo, exigir o correto, ser um cara direto, evitar certas coisas de fofoquinha, ter uma postura de homem socialmente falando, coisas que me identifico e que hoje cobro da minha vida e que uso pra minha vida” (entrevista Falcão 1);

“Tive que me conter mais em algumas coisas, ficar mais calmo, tipo uma pessoa falando idiotice pra você na rua, tem que se conter, controlar sua agressividade, até porque você vai ser cobrado por ser Falcão, você não pode perder a paciência numa briga de trânsito” (entrevista Falcão 5).

Quanto a identificação em relação ao que compreendem ser um Falcão, todos os participantes relataram se identificar. Dentre as características que consideram representar um Falcão, as principais que relataram foi: *ser leal, ser corajoso, ser perseverante ou resiliente, um combatente e ser honrado* (gráfico 90). Valores estes que foram construídos ao longo das etapas do curso e que já se apresentavam presentes no cartaz de divulgação do curso (coragem, lealdade e honra). O curso como desconstrução e construção de caráter (Elias, 1997), como vimos nos relatos de entrevista, permite incorporar a cada um destes policiais os valores que são pertencentes ao *habitus* do grupo. Há, portanto, uma construção de valores e uma mudança de identidade destes novos membros que ao longo de todo curso são transmitidas, passando de uma geração a outra, como forma de dar continuidade ao próprio grupo e às experiências pessoais ali vivenciadas (Strauss, 1999).

Assim, estas categorias que definem um “Falcão” e que surgem neste momento pós-curso, surgem com uma percepção distinta do que foi averiguado no momento pré-curso. Com exceção do valor à honra, as quatro primeiras categorias que aparecem agora tiveram pouca recorrência anteriormente (gráfico 82), o que nos demonstra uma mudança de percepção destes valores que agregam esta identidade.

Gráfico 90 – Representações que caracterizam ser “Falcão” para os concluintes do COTE X (n=11)



Podemos ver melhor estes valores agregados a identidade Falcão nas justificativas dadas pelos participantes durante a realização do questionário aplicado após a conclusão do curso em que dizem:

“A partir do momento que você integra a patrulha do SOTE e percebe que seus interesses e motivação são as mesmas dos outros, você passa a se considerar um Falcão!”;

“Lealdade a minha nova família e irmãos de arma, e mais corajoso com as técnicas aprendidas”;

“Me identifico por ser combatente, ter espírito de corpo e ser uma pessoa honrada que busca sempre o melhor para sua família e seus irmãos de armas”;

“um combatente vocacionado e não querer estar em nenhum outro lugar que não fosse aqui com meus irmãos falcões”;

“Hoje me sinto integrado ao grupo e também sinto que por mérito, com a ajuda de muitos, incorporei as características necessárias para ser um bom combatente e estar lado a lado com aqueles que sempre tive como referência”;

“Sei que hoje mereço esse título, e pretendo a cada dia, seja na convivência pessoal ou no combate, me mostrar merecedor do brevê que

carrego no meu colete, do Falcão tatuado no meu braço, ou do meu número eternizado naquela placa ao lado de poucos outros, na nossa e nas outras placas. Hoje para mim não existe coisa que não possa ser realizada. Tenho uma percepção completamente diferente da vida comparado a antes do curso, parece que tudo ficou mais simples. Meio que parei de supervalorizar os problemas, até porque, foram três meses tendo problemas reais e constantes”.

Os valores aqui presentes nas falas dos participantes, tais como, ser um combatente vocacionado, ter irmãos de arma e ser leal à nova família, expressam o simbolismo deste *ethos* Falcão. Estes estão muito próximos do que Elias (1997) nos demonstrou ser os valores de coragem, honra, disciplina, responsabilidade e lealdade do *ethos* guerreiro. Valores estes que significavam símbolos de pertença e que aqui conseguimos perceber nitidamente naquilo que tange à família Falcão e aos irmãos que ali se integram.

Nas entrevistas realizadas com os policiais civis que concluíam o COTE X, também foi perguntado sobre o que representa ou significa ser Falcão, eles já estavam lotados na CORE e trabalhando com outros Falcões na Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE). A maioria estava em seus primeiros plantões quando a entrevista foi realizada, a título de compreensão mais detalhada, iremos expor aqui três trechos maiores de suas percepções sobre este significado

“eu não vou ser Falcão só porque quero levar meu brevê no peito, o brevê é só um símbolo, são as coisas que envolvem, é o cara não desistir, se identificar, ser vocacionado, é uma parada assim. Eu tenho uma visão muito romântica do que é ser policial e ser Falcão: honra, fazer o que é certo, vocacionado. O cara acredita nesta irmandade que há entre todo mundo, no quesito de honra e lealdade, são coisas que a gente não vê em delegacia” (entrevista com Falcão 2);

Na fala do entrevistado, podemos fazer aproximações significativas com Bourdieu (2008), que conforme vimos, há signos distintivos que são mais importantes que signos exteriores aos corpo. Assim, o simples levar o “brevê no peito”, pois como mesmo percebe nosso entrevistado, se torna apenas um símbolo. O que nos permite compreender que de fato são os signos distintivos, os quais são incorporados à identidade do indivíduo e que são englobados nas suas maneiras de falar e de se comportar, que recaem sobre suas práticas e modos de ser e agir que possibilitam de fato selar o jogo das diferenças. Aqui, podemos aproximar este modo de ser que é incorporado, como um posicionamento ético atrelado ao grupo do qual se é membro, produzindo um nós (Falcão) distinto do eles (não-Falcões). Portanto, notamos que há um nós que incorporou valores sagrados em uma união mística através dos sucessivos ritos (Strauss, 1999) que o curso proporciona. Como vimos, esta incorporação se dá através de um processo de transformação e de treinamento do caráter, no qual somente os fortes estabiriam habilitados a incorporar este *habitus*

combatente e guerreiro do grupo e, conseqüentemente, incorporar valores que mudariam sua própria percepção de si. Valores os quais cada indivíduo deverá carregar por toda sua vida, mesmo que não estando mais no convívio direto com o grupo, como podemos perceber na passagem a seguir de um de nossos entrevistados,

“eles conseguem realmente fazer esta mudança de caráter, acho que muitos que conseguem concluir é porque pensam parecido. Falcão é um combatente, mas temos que parar de pensar só nessa coisa de combate, só guerra, só matança, amanhã se eu passar pra juiz, eu posso levar esta nossa ideologia e ser muito útil no judiciário. Hoje é mais uma ideologia de vida e que temos que aplicar mais pra sociedade em si, como policial e se sair da polícia amanhã, ser certo, ser correto, o errado tem que ser o errado e acabou, e eu vou estar agindo corretamente. Eu acho que dou muito mais valor nisso hoje, muito mais do que ser só coragem” (entrevista com Falcão 1);

Tanto neste trecho, como no seguinte, é perceptível a existência de um processo de distinção social que é construída ao longo do curso. A ideia de pertencimento a um grupo capaz de fazer o que ninguém faz e de ser especial, os quais são produzidas por um mecanismo de naturalização de diferenças, levam cada um destes sujeitos a acreditarem que se é o melhor sempre (Bourdieu, 2008; Elias, 1997). Como podemos verificar no seguinte trecho relatado de nossas entrevistas,

“vê que todo mundo que trabalha aqui é apaixonado, significa que faço parte de algo maior, que faço parte de uma família, não deixa de ser símbolo de orgulho, ser parte da tropa, mas simboliza que você se dedica a algo mais. Representa você ser um profissional em que esperam algo de você, ser um profissional diferenciado para aquele trabalho específico, você não é um super homem, mas esperam que você consiga chegar em um lugar que ninguém chega, que você esteja preparado para situações de estresse que ninguém está disposto a fazer, acho q seria isso, não perder a cabeça em situações corriqueiras, é algo diferente, como qualquer outra Unidade Especial, esperam isso de você. E tem aquela cobrança, tu é Falcão, você não vai lá não? aí você pensa. É! tem que ir, aí você vai” (entrevista com Falcão 5).

Após este longo percurso neste capítulo, onde compreendemos de forma bem aprofundada o que é o Curso de Operações Táticas Especiais da CORE/PCERJ, em sua estrutura, em sua simbologia, nas expectativas e vivências dos policiais que participaram da décima edição do curso na busca de compreender todos os valores que estão atrelados à construção de uma identidade policial, bastante específica, que aqui chamamos de identidade Falcão dos Policiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, mas que não é só restrita a estes, tendo em vista que inúmeros são os policiais do Brasil que adquiriram esta identidade e a transmitem para os demais em suas Unidades. Compreendemos que através de determinados ritos ao longo do curso, estes valores aqui apresentados são transmitidos àqueles que desejam fazer parte deste pequeno grupo de policiais, os valores muitas vezes podem demonstrar ambigüidades de valores, mas que a noção de grupo e de família está o tempo todo presente. O que ocorre no curso em matéria de sofrimento e dor (tal como

nas práticas ascéticas), faz com que cada um destes policiais acabe sendo submetido à aquisição destes valores, como possibilidade de incorporação de uma espécie de virtude e de responsabilidade perante o grupo, a instituição e a sociedade. Este processo direciona o trabalho destes policiais para um certo *habitus*, com seus costumes, crenças e valores. Assim, podemos compreender aqui que a formação deste *ethos* Falcão, está bem próximo de uma concepção de valores éticos que passam a justificar suas condutas e práticas policiais. Porém, esta ética nem sempre estará direcionada aquilo que se espera de práticas policiais democráticas, mas ao contrário ela estará cada vez mais próxima de um espírito guerreiro. Assim, para tais análises em conjunto com todo arcabouço teórico que propomos inicialmente e que foram trazidas em algumas etapas de nosso processo de estudo, passaremos agora as nossas considerações finais.

Considerações finais

Como vimos inicialmente, estudar a polícia é um desafio, o que nos levou nesta pesquisa a construir um olhar para uma determinada instituição policial, a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da PCERJ e seu Curso de Operações Táticas Especiais (COTE), na tentativa de que não caíssemos em reducionismos simplistas, como sugere Sirimarco (2010), por isto o caminho longo que percorremos na busca de compreender uma identidade policial específica, que chamamos aqui de “identidade Falcão”.

Para tanto, foi necessário adentrarmos em várias perspectivas, fossem históricas, fossem através de dados sócio demográficos, mas nosso foco, em especial, foi dado as várias possibilidades que as Ciências Sociais nos oferecem como recursos metodológicos na compreensão de objeto de tamanha complexidade, como são qualquer tipo de Unidade Tática de Polícia. Os caminhos necessários para a compreensão de nosso objeto, isto é, esta identidade formada pelos policiais que concluem o COTE, tentou não passar por superficialidades nem determinados posicionamentos ideológicos, principalmente, àqueles possíveis a serem atribuídas a mim como pesquisador e como policial civil desta mesma Unidade Tática de Polícia.

Buscou-se, portanto, através de um olhar inserido para dentro e de dentro da instituição, obter-se uma espécie de caminho inverso, isto é, proporcionar bases teóricas e conhecimentos pertinentes para a compreensão deste mundo policial muito pouco analisado pelas Ciências Sociais. Tentando-se evitar com isto qualquer tipo de generalizações, pois aqui se compreende que outras tantas são as instituições policiais existentes no Brasil e no mundo que se diferem da CORE. Mas, com total certeza, nosso olhar também nos possibilita encontrarmos possíveis semelhanças, pois no fim das contas, estamos tratando de polícia e de todo o imaginário social que se coloca ao seu redor.

Nesta pesquisa, portanto, procurou-se bases científicas suficientes que nos possibilitasse adentrar na realidade cotidiana dos agentes pesquisados e nas suas práticas policiais, por mais que nosso foco não fosse a atividade em si, mas o curso que nos dá arcabouços suficientes para outras perspectivas de análise. Assim, mapeando-se um número considerável de variantes foi possível compreender um *ser* e um *fazer polícia*, rompendo-se com representações de senso comum sobre a própria ideia de polícia. E, assim, fomos capazes de avaliar, como pudemos ver com Saín (2010), uma construção de um conjunto complexo de práticas, traços simbólicos e representações desenvolvidos por estes policiais.

Como pesquisador, acima da minha posição institucional de policial, aqui se tentou evitar tomadas de posições em defesa ou em ataque sobre a instituição, ora analisada. A facilidade de acesso à instituição e aos seus membros é um ponto importante de entendimento nesta pesquisa, porém, ressalta-se que nem assim todos os caminhos foram sempre fáceis para o que se pretendia aqui estudar. Como nos esclareceu Sirimarco (2010), muitas das vezes também é necessário para que se conseguir realizar determinadas pesquisas científicas que compreendamos que devemos nos afastar da ideia clássica do pesquisador como um totalmente observador neutro.

Como vimos, a polícia como construção social, portanto, não se limita nem se esgota em parâmetros legais e administrativos, por isso, buscou-se adentrar não somente na estrutura da CORE, de suas atribuições e de suas histórias, mas, também, nas práticas de seus atores imersos em uma determinada dinâmica organizacional, que em nosso caso foi o COTE. Como vimos, a polícia como instituição representa a ordem, a moral e a norma dominante e, assim, proporciona institucionalizações, tanto para fora quanto para dentro, que recai sobre seus agentes. Percebemos nitidamente que a própria instituição polícia, isto é, seus agentes também passam por estes processos de aquisição de valores institucionalizados, em especial aquela que define a polícia como a linha divisória entre o bem e o mal, como nos demonstrou Torrente (1992).

De forma mais ampla, foi possível encontrarmos elementos simbólicos dentro de sua cultura, através das variáveis que interferem na construção da realidade e das respostas que são produzidas por seus agentes, em especial, compreendendo a construção deste tipo específico de identidade policial, num universo de tantas outras possibilidades que podem ser construídas dentro do meio policial. O que nos dá arcabouços plausíveis para que outras investigações possam buscar correlações baseadas em outras realidades locais e com outros marcos históricos, políticos e sociais.

Como demonstramos no primeiro capítulo e este foi o caminho que decidimos percorrer nesta pesquisa, os membros de uma organização policial participam em processos interpretativos. O que conseguimos confirmar em nossas análises ao longo de toda nossa pesquisa, pois os agentes, como vimos, selecionam, organizam, reproduzem e transformam os significados através de suas expectativas e de seus propósitos a que se destinam alcançar, como foi em nosso caso, através dos policiais que conseguiram concluir o COTE X e que se tornaram pertencentes a uma “identidade Falcão”. Fato que nos permitiu perceber como determinados valores são selecionados e organizados dentro deste pequeno grupo de policiais, assim como, eles são produzidos e reproduzidos por seus membros mais antigos frente aos mais novos, transformando significados basilares

da atividade policial em modos de ser e de estar no mundo. Valores como família, coragem, combatente, perseverança, honra e lealdade são constantemente simbolizados, resignificados e incorporados não somente na identidade do grupo, mas na identidade individual que cada um daqueles policiais passa a levar consigo, representando-se socialmente como “Falcões”. Como nos esclareceu Torrente (1992) e que constatamos nitidamente durante nossas análises, há um emprego de energia da organização e de seus membros em ensinar aos novos membros quais são as pautas corretas de comportamento que devem ser seguidas e que possibilitem através de seus discursos justificar determinadas condutas e práticas policiais. Este ensinamento, muitas vezes, são também oriundos dos treinamentos policiais que transmitem a cultura do grupo, seja em atividades de iniciação, de aculturação e de socialização, que ao serem compartilhadas, produzem uma identidade e uma coesão interna, processos muito bem vistos nas etapas que se seguiram durante a realização do Curso de Operações Táticas Especiais da CORE.

Vimos com Monjardet (2003), portanto, que a cultura policial que se forma é um princípio explicativo das condutas dos agentes, sendo ela que descreve, explica e consolida a visão de mundo que se quer ter, fundando e recriando atitudes, valores, normas, crenças e as próprias condutas, o que se apresentou de forma clara em todas as etapas aqui analisadas, indo desde o mito histórico fundador da CORE e seus cursos iniciais, até como se constrói o imaginário social da identidade “Falcão” que é retransmitida aos seus novos integrantes. Estes que ao adquirindo esta mesma identidade, sem distinção, pois todos são ali são nomeados Falcões. A perda do nome e a aquisição de um número simbólico, nos possibilitou perceber que a individualidade de cada sujeito deve ser deixada de lado, mesmo após o término do curso e, como vimos, isto se deve ao fato de que em vários dos discursos aqui apresentados, surge a necessidade de suas condutas estarem atreladas em nome de uma entidade maior, a própria instituição CORE ou a “família Falcão”.

Porém, este mecanismo se dá em um processo duplo de distinção. Primeiramente, por conta das atitudes e práticas diárias destes policiais que em sua vida laboral e privada, não podem atingir a imagem da Unidade CORE, o que produz um processo de distinção entre esta Unidade e a instituição PCERJ que é maior que ela. O policial não se vê possibilitado de errar em nome da PCERJ ou da Polícia do Rio de Janeiro, mas apenas em nome da CORE, por pertencer a esta Unidade. O segundo processo de distinção importante o qual conseguimos perceber, é que o policial não pode errar, tão somente por ser da CORE, mas por ser um Falcão, por haver nesta identidade um peso muito maior que recai sobre estes policiais de forma mais intensa. Desta forma, os valores que agora

carregam são maiores do que dos demais policiais pertencentes à própria CORE e à PCERJ, pois eles se tornaram Falcões. Portanto, há um duplo processo de distinção como havíamos dito, em que aparta este grupo de um todo maior institucionalmente falando. Como bem demonstramos, através de Monjardet (2003), e que aqui constatamos, há valores transversais e princípios comuns que são internalizados progressivamente nestes policiais, e para muitos deles isto ocorre antes mesmo de ingressarem na CORE. Estes valores e princípios passam a lhes servir de guia para suas atitudes, decisões e condutas na vida profissional e pessoal, como bem demonstrou nossa pesquisa.

Há, portanto, um sistema de socialização decorrente do COTE que assume um espaço simbólico, dando sentido e orientando as ações destes policiais. É através dos ritos, dos símbolos, das histórias dos policiais mortos e da instituição, que se transmitem os conhecimentos e os saberes, criando-se um sistema cultural e uma realidade social, as quais são compartilhadas e dizem quem se é e como se é, dentro da “família Falcão”, recaindo, até mesmo, sobre aqueles que não pertencem a esta “família”, como podemos compreender ao longo de todo nosso estudo.

Percebemos nitidamente a existência de um mundo simbolicamente estruturado, no qual os policiais que buscam participar e concluir o curso, já estão de antemão, em parte, familiarizados com seus valores, como vimos na análise dos dados do primeiro questionário aplicado. Porém, para que estes policiais sejam inseridos no grupo precisam, sobretudo, atravessar uma série de ritos para que haja a consagração dentro desta “cultura Falcão”. É necessário passar pela “semana zero”, assim como, precisam ter seus corpos marcados como símbolo de orgulho e de honra, precisam sentir dor como sinal de superação, de resiliência ou de perseverança. Assim como, eles devem ser afastados, tanto fisicamente quanto psicologicamente, daqueles que ainda não foram iniciados para validar sua nova identidade e adquirirem o sentimento de pertencimento a sua “nova família”. Como vimos com Sirimarco (2012), Strauss (1999), Hathazy (2006) e Turner (2005), é através da ritualização que se adquire uma nova identidade, um novo *status*, um novo *ethos*.

Um *ethos* que, como demonstramos com Hathazy (2006), tem o corpo como processo de adaptação para a atividade, sobre o qual se enrijece, tornando-se distinto dos demais, pois a partir deste processo há um corpo cultivado e modificado com suas marcas e sinais, mas em especial, porque este corpo também se tornou disciplinado, abnegado, centrado numa força psíquica de superação, de autocontrole e de resistência. Tudo isto sobre a batuta de alcançar um único objetivo que para estes policiais é a possibilidade de adquirir este novo “*ethos* Falcão”.

Conseguimos, além disso, notar que todo este processo não recai somente sobre os corpos destes novos membros e em suas novas identidades “Falcão”, mas, também, na própria instituição, que para continuar a existir, precisa constantemente criar significados, afirmar identidades coletivas, narrar-se e, assim, reproduzir-se. Todo este processo vem através de seus registros visuais e corporais, seja pelos seus uniformes, seus brevês, pela sua bandeira, pelos seus símbolos, suas canções e orações, assim como, pela sua identidade construída, como demonstramos nitidamente em nossas análises. Estes significados estão em constante manutenção, como nos demonstrou Berger e Luckmann (2014), e o COTE é a forma de fazer esta manutenção deste universo simbólico e identitário. Já que é ele que transmite sempre para os novos membros seus valores, os quais deverão ser retransmitidos a frente por seus novos membros. Daí vemos que a criação da CORE não foi *ex nihilo*, mas estava toda ela relacionada com uma longa e histórica tradição da Polícia Civil do Rio de Janeiro, desde sua fundação e, portanto, indo muito além dos marcos míticos históricos criados por este grupo, que estão lá representados, com sendo sua origem na criação do GOResp em 1969. Mas o que percebemos é que a constituição deste *habitus* em seus agentes, se encontravam “inscritos em seus corpos”, através das experiências passadas de geração em geração e que são socialmente estruturados ao longo da história desta polícia, das suas práticas e de seus agentes, mas que também são estruturantes, pois sempre produzem pensamentos, percepções e ações neles, como nos mostrou Bourdieu (2001).

O que vimos é que há consistentes sinais de sua transmissão ao longo da história, desde a figura do “pedestre” como policiais de apoio armado aos “oficiais de expediente”, com suas intervenções nos quilombos dos morros cariocas, assemelhando-se aos soldados da Polícia Militar à época, porém, sem se a sujeição de sua disciplina militar. Também há semelhanças com a chamada Guarda Urbana, patrulheiros uniformizados e não-militares, com suas espadas e com seus destacamentos de 30 a 50 homens. Aproximações claras também existem com a Guarda Civil, com seus uniformes pomposos e transportados por veículos motorizados no patrulhamento do Rio de Janeiro. Além disso, podemos também notar semelhanças mais próximas no tempo histórico, como da denominada Polícia Especial e o seu serviço de Rádio-Patrolha. A primeira com seus uniformes cáquis e quepes, como policiais esportistas e de treinamentos diferenciados, os quais faziam seu serviço de patrulhamento em carros especiais, divididos em 4 grupos de 25 policiais, sendo este um grupamento de policiais que fora criado para se distinguirem dos demais policiais e, sobretudo, para obterem o respeito da sociedade, como vimos. E o segundo que se origina de dentro do primeiro, que é considerado um corpo de elite,

utilizando seus sedans pretos de luxo para o pronto atendimento das ocorrências policiais. Além disto, cabe a proximidade histórica, tendo em vista que a sede da Polícia Especial se instalou também em Benfica, local que posteriormente foi o mesmo local em que se instalaria a chamada Base Falcão, no final da década de 1960.

Portanto, como podemos perceber há uma legitimação que é construída pela própria instituição, mas que deve ser levada adiante por seus membros, como bem pontuamos com Berger e Luckmann (2014). Esta transmissão se dá através dos mecanismos de socialização dos novos membros, e quando o processo de institucionalização se completa é, então, que se constroem identidades e se reproduzem os *habitus* do grupo. Esta dinâmica social foi possível por nós ser constatada nas análises que se seguiram ao longo da pesquisa, sobretudo, no COTE e na construção de sua “identidade Falcão”.

Esta identidade está em acordo com o que vimos em Durão (2008), é ela que acaba por representar o monopólio simbólico da operacionalidade da própria instituição Polícia Civil, como bem expressaram nossos participantes na pesquisa. Pois estes policiais ao concluírem o curso definem o “Falcão” como sendo aquele policial leal, corajoso, resiliente, combatente e honrado. Valores estes pertencentes a esta identidade que se aproximam do que eles mesmos consideram ser o verdadeiro papel do policial na sociedade, isto é, combater o mal e eliminar criminosos da sociedade. Além também de se correlacionarem com o que lhes é compreendido como sendo um “bom policial”, isto é, aquele que é um combatente bem treinado e possuidor de um espírito de corpo, honesto e vocacionado para a profissão.

Além disso, como a identidade policial é formada através do sentido de missão, como vimos em Reiner (2004), é possível aproximar esta ideia do autor com a construção da identidade “Falcão”. Pois seus valores encarnam a ideia de ter que viver um meio de vida em que possua um propósito útil, como sendo uma espécie de “religião”. Estes “Falcões” em seus relatos demonstraram, em suas percepções, que hoje vivenciam e fazem parte de algo maior, como uma experiência transcendental, uma ideologia de vida ou no mínimo possuidores de uma visão romântica do que é ser policial, como alguns dos nossos participantes expuseram. Este espírito de missão está centrado nas emoções da caça, da luta, da captura que são desfrutados com prazer, como demonstramos com Reiner (2004), e que caracterizam o ser combatente e honrado, almejado pelos “Falcões”. Esta identidade está muito próxima daquela figura do “novo centurião” que representa o policial das ruas, sendo o policial dedicado a uma cruzada contra o crime e a desordem, sendo um repositório de toda verdade, sabedoria e virtude, isto é, ele se vê como um policial obstinado, da mesma forma, como expressaram nossos entrevistados, em

especial, em relação a necessidade de ter em si próprio o valor de nunca desistir e de alcançar o que se quer, como realização pessoal.

Esta identidade “Falcão” também se aproxima da ideia de “*ethos* guerreiro”, que vimos em Elias (1997), o qual está marcado simbolicamente por símbolos conceituais como coragem, obediência, honra e disciplina, assim como, responsabilidade e lealdade. Características bem presentes nas análises feitas das representações de nossos participantes, sobretudo nas características que acreditam que deva ter esta identidade. Além disso, como o autor nos demonstrou, há neste *ethos* uma obrigação de arriscar a vida, para pertencer à uma elite social (no nosso caso, “ser um Falcão”) e, assim, adquirir o valor da honra. Sobretudo, porque seus códigos se convertem em mecanismos de autodisciplina ou autocoção, da mesma forma como vimos surgir na nossa análise com a ideia recorrente de responsabilidade perante o grupo, perante a “família Falcão”, que como conseguimos constatar, sustenta-se como símbolo de pertença ao grupo. Tornando-se, assim, formas de treinar o caráter individual destes sujeitos, como nos relatou um dos entrevistados ao expressar que os instrutores conseguem fazer esta mudança de caráter.

Assim, o COTE visa mudar e treinar o caráter daqueles que serão seus novos membros, daqueles que se tornarão um “Falcão”. Já que para muitos que não se adequam a este caráter são forçados a “saírem do grupo” ou são de alguma forma excluídos dele. Fato este que gera entre seus membros um sentimento de não poderem errar, para não perderem sua qualidade de membro, como constatamos também nos discursos analisados.

Além disso, é gerado um sentimento de pertencimento a algo maior, como anteriormente mencionamos, e este sentimento se aproxima deste “*ethos* guerreiro” como um sentimento de ser superior aos demais, já que foram aprovados em difíceis exames, os quais possibilitam a eles trilhar o caminho do pertencimento de uma elite. Isto é bastante nítido nas inúmeras provas que os alunos do COTE são submetidos, em especial na “semana zero”, e que devem ser superadas para se tornarem membro deste grupo menor e elitizado que é ser um “Falcão”.

A ideia de fraternidade, presente também neste *ethos* e que geram aspectos individuais de autocontrole, é exaustivamente externalizada pelos formandos do curso e, ainda maior, quando passam a integrar as equipes da Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE), pois, como dizem, agora estão ao lado de seus irmãos de armas, também “Falcões”. O pertencimento a “irmandade” interfere até mesmo em suas vidas pessoais, que devem ser autocontroladas para não sujar a imagem do grupo e, assim, também não perderem sua própria honra. Pois a honra é um meio e um sinal de distinção social, que também se apresenta nesta identidade “Falcão”.

Outro aspecto relevante, presente também no COTE, está na presença de uma certa hierarquização, em que os mais antigos promovem rituais de mando sobre aqueles que pretendem se tornar novos membros. Estes aderem e cumprem com todas as etapas exigidas para se tornarem em breve um “Falcão”, pois futuramente haverá uma nova edição e passarão a serem considerados então “veteranos”, aplicando aos novos candidatos, a mesma lógica a que foram submetidos, como ocorre na “aula inaugural”.

A identidade “Falcão” também se pauta como símbolo de poder e status superior, dentro de um processo de distinção que é produzido nos ritos de instituição, como vimos em Bourdieu (2008) e em Hathazy (2006). Constatamos que é através do sentimento de entrega, de subordinação e de disciplina que o orgulho, a honra e o prestígio do grupo e do indivíduo se fortalecem. Assim, esta identidade passa a fazer parte de um todo, sendo transportada para a vida pessoal de cada membro do grupo, pois não basta ser “Falcão”, somente na instituição policial ou em suas atividades laborais, ela deve ser levada para todo sempre, em sua vida diária, isto é, dentro e fora da instituição policial, pois é ela que te possibilita fazer a distinção entre o “nós” e o “eles”, isto é, entre o “eu-falcão” e todos aqueles que não são. Estes que “não-são” passam a ser considerados como menos, como inferiores, pois não são dignos de honra nem aprenderam a ética de serem resilientes, de terem autocontrole e de possuírem um espírito de grupo. O que corrobora a existência de uma visão transcendental, muitas vezes presentes na polícia mediante um *corpus mysticum*, como bem nos demonstrou Hathazy (2006). Fato percebido por nós, nas análises que se seguiram, em especial, nos discursos de nossos participantes, quando expressam que a identidade “Falcão” é posta como uma ideologia de vida, é fazer parte de algo maior, de se dedicar a algo a mais, de chegar aonde ninguém consegue chegar.

Além disso, há, também no grupo, a ideia de reforçar sempre os sentimentos de solidariedade, como bem nos demonstrou Elias (1997). Em especial, quando os alunos expressam que a “semana zero” é o momento de aquisição do “espírito de corpo” ou do “espírito *do* grupo”, validando os próprios códigos de honra que ali são transmitidos a todo momento. Esta etapa reforça o *habitus* do grupo, pois aqueles que se demonstram fracos são postos na posição de insignificância, ou são enterrados em um “cemitério simbólico” pelos próprios alunos sob a escritura “aqui jazem os fracos”, demonstrando que a fraqueza para não suportar tais etapas é considerada um sinal de que devem ser desprezados pelo grupo.

Também foi possível perceber que aqueles alunos, ali participantes do COTE, estão, sobretudo, convencidos de que todo aquele processo no final das contas faz algum sentido, pois se torna inadmissível ou decepcionante admitir que todas as privações a que

são submetidas não possuem propósito algum, a não ser o de garantir a manutenção do próprio grupo e do seu status de superioridade frente àqueles que não se submeteram a tais rituais, o que nos aproxima das análises de Elias (1997). Em especial, na “semana zero” mas também ao longo de todo curso, já que vai aos poucos, em sucessivas etapas, promovendo um processo de distinção através deste *habitus*, denominado “Falcão”, que é percebido ao seu fim, nada mais do que sendo uma recompensa, uma conquista ou uma realização pessoal.

Todo este processo de construção de uma identidade “Falcão”, começa, portanto, com a aquisição de um nome fictício para curso que é representado por um número, como bem vimos em Strauss (1999). Esta é a primeira etapa do rito de passagem ou de instituição, a que os alunos se submetem antes mesmo de começarem o curso e que se completa ao seu final, quando passam a adquirir esta nova identidade, que também é representada simbolicamente e institucionalmente, pelas placas com os seus números de curso. Esta nova numeração sela a aquisição desta identidade, que é estampada por muitos de seus membros, através de outras marcações no corpo, das tatuagens do brevê do curso, seguida de seu número oficial como membro do grupo ou da “família Falcão”.

Como também, vimos em Strauss (1999), o COTE nos demonstra que determinadas etapas devem ser revestidas de significado, em anúncios cerimoniais que marcam a aceitação de seus novos membros. Isto fica bem evidente quando analisamos o ocorrido na etapa de escalada em um gesto cerimonial, que logo após algumas palavras dos membros mais antigos ali presentes, os alunos têm a permissão pela primeira vez de gritarem “Falcão, Sempre!”.

A todo momento, durante o curso, os alunos são postos a prova, o que gera valores de superação e de perseverança, como muitos expuseram como característica desta identidade. Isto define a sensação de que ao término do curso, aqueles que conseguiram chegar, são capazes de superar qualquer desafio e que todo sacrifício, portanto, foi válido. O que corrobora a ideia de que ao término de tudo, estão preparados para adquirir um novo *status*, uma nova identidade que será reconhecida e compartilhada pelo grupo.

A institucionalização do curso, sugere como vimos, uma sequência ordenada de eventos ritualísticos, o que também demonstra que há uma continuidade não só dentro do grupo, mas para a experiência pessoal de cada “Falcão”, sejam os antigos ou os novos, que ali participam do processo, simbolizando a existência de uma passagem de um *status* para outro. E todo este processo, significa para aquele policial que se tornou um “Falcão” que qualquer que seja sua atitude, nunca deve esta ser remetida a seu *status* anterior, já que esta foi abandonada, pois são consideradas como inferiores. Este processo é

percebido nas falas dos participantes quanto a necessidade de que na sua vida pessoal, eles não podem mais agir como agiam anteriormente, tendo em vista que a partir da conclusão do curso, eles adquiriram o *status* “Falcão” e, assim, devem se comportar “sempre!”.

Desta forma, como vimos com Turner (2005), estes novos membros são “criados” em uma transformação ontológica, pois não é objetivo no COTE apenas levar aos novos a obterem certos conhecimentos técnicos, mas sobretudo, o curso tem como objetivo realizar uma mudança no ser, seus participantes devem absorver um novo *status*, que é a identidade “Falcão”. Esta absorção se procede como se fosse um “conhecimento místico”. O que demonstra que o curso, como vimos em Bourdieu (2008), é caracterizado como sendo um rito de separação, entre aqueles que foram iniciados, daqueles que não foram. Daqueles que são Falcões, daqueles que não o são. Portanto, todo COTE tem o intuito de consagrar a diferença, em um processo de distinção social que é legitimada. Este “Falcão”, por mais que seja o símbolo e a representação institucional de toda a CORE, institui esta diferença através do curso, separando aqueles que são “Falcões legítimos” de todo o restante que não é, por mais que ali trabalhem juntos, como é o caso dos policiais lotados na Seção de Apoio Operacional (SAP) e que exercem praticamente a mesma atividade diária dos Falcões que compõem a Seção de Operações Táticas Especiais (SOTE).

Este mecanismo mantém um processo de distinção institucional que compõe a história da instituição e continua a perdurar como processo de distinção, mesmo que não mais fisicamente, mas sim simbolicamente, como vimos que existia entre base Jaguar e base Falcão. O que gera uma eficácia simbólica que recai inteiramente sobre o real desta Unidade Tática de Polícia que é a CORE. Esta eficácia simbólica, acaba por recair sobre aqueles que se denominam Falcões, pois para estes há de fato uma transformação de sua identidade, gerando nestes policiais um *status* de consagração, afetando sobretudo sua própria identidade e seu comportamento para si e perante o outro. Levando-os a mudanças de comportamentos que acreditam serem obrigados a serem adotados, como vimos em nossas análises e que estão em acordo com o que Bourdieu (2008) nos ensinou. Pois agora, estes policiais portam credenciais, símbolos e signos que lhes distinguem, pois se tornaram “Falcões”. Portanto, cria-se nestes policiais uma identidade, um direito de ser, que também é um dever ser, isto é, cria-se para estes sujeitos uma “ética Falcão”, como havíamos exposto no final do último capítulo. Este processo gera nestes indivíduos um modo de ser que lhe impõe um modo de se comportar que está vinculado agora a uma identidade e a valores que o representam, como a honra, a lealdade, a coragem e ser

combatente. Estes valores demonstram que a partir desta identidade instituída, todos os “Falcões” devem acreditar que a partir daquele momento devem ser considerados os melhores, naturalizando-se, assim, a diferença deste grupo sobre qualquer outro tipo de identidade social ou policial, pois para estes já foi incorporado um *habitus* Falcão.

O *habitus* e o *ethos* Falcão, portanto, claramente pertencente a esta Unidade Tática de Polícia, que não possui estrutura militar, possibilita a formação imagética em seus membros de uma cultura militar que é muito nítida, com sua cadeia de comando, com a exigência de uma disciplina, além do campo simbólico de um espírito de lealdade e solidariedade, reforçados pelo sentimento de família, que também compõem um processo de distinção daqueles que são os Falcões daqueles que não são, se auto intitulado, tanto simbolicamente quanto fisicamente, como sendo “combatentes quase-militares” na “guerra contra o inimigo e o mal” em que o trabalho policial passa a adquirir um *status* de missão gloriosa e de sacrifício.

Assim, esta identidade “Falcão” se aproxima em muito do imaginário da polícia carioca ao longo da história. Porém, agora revestida com aspectos quase-militares, como tem ocorrido em todo mundo. Se por um lado, a ideia de lealdade, disciplina, espírito de grupo ajuda a diminuir a discricionariedade das condutas individuais destes policiais, por outro, cada vez mais se afasta do que seria o papel da polícia moderna em um estado democrático de direito, aproximando-a mais da nossa velha e tradicional polícia imperial e de suas práticas.

Desta forma, a título de conclusão, uma polícia de apoio, bem treinado e consciente de seu trabalho é importante para que muitas investigações sejam feitas, para que certas operações que se pautam em recursos de inteligência também sejam executadas da melhor forma e com segurança para a sociedade. O que não pode haver é a utilização destas Unidades fora de suas atribuições reais, como mecanismos de visibilidade política e midiática, para que se garanta uma certa sensação de segurança ou como “combatentes destemidos e leais” a certas políticas de segurança descabidas de enfrentamento e ocupação de territórios pobres e degradados socialmente. Estas Unidades Táticas de Polícia devem ser apenas, portanto, utilizadas como o último recurso para qualquer tipo de atuação em âmbito policial, devendo somente serem empregadas de fato, quando quaisquer outros meios de resolução possíveis já estiverem sido esgotados.

Referências Bibliográficas

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2017.

_____. Comparando a organização das polícias em países de língua inglesa. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Orgs). *Policiamento Moderno*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

BECKER, Howard. S. De que lado estamos? In: _____. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. Pp. 122-136.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 36.Ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A economia das trocas linguísticas: O que dizer quer falar*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

CHAN, Janet. *Utilizando el marco teórico de Pierre Bourdieu para comprender la cultura policial*. In: *Delito y Sociedad*, 33 año 21, 2012, pp. 61-80.

DA MATA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological blues”. In: NUNES, E. de O. (Org.) *A aventura sociológica*. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, Pp. 23-35.

DURÃO, Susana. *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

_____. *Esquadra de Polícia*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos, 2016.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, 13, p.155-161. 2005.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GALVANI, Mariana. *La marca de la gorra: un análisis de la Policía Federal*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

_____. *Como se construye un policia: La Federal desde adentro*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HATHAZY, Paul. *Cosmologias del orden: disciplina y sacrificio em los agentes antidisturbios*. Apuntes de Investigación de CEECYP, n.11, p. 45-63, 2006.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KRASKA, Peter. *Enjoying militarism: Political/personal dilemmas in studying U. S. police paramilitary units*. Justice Quarterly, 13:3, pp.405-429. 1996.

_____. Jugando a la guerra. Masculinidad, militarismo y sus consecuencias em el mundo real. In: SIRIMARCO, Mariana (comp.). *Estudiar la policía: la mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial*. Buenos Aires, Editorial Teseo, 2010.

_____. *Questioning the Militarization of U.S. Police: Critical versus advocacy scholarship*. In: Policing and Society: An International Journal of Research and Policy. Vol. 9, 1999, pp. 141-155.

KRASKA, Peter; KAPPELER, Victor. *Militarizing American Police: The Rise and Normalization of Paramilitary Units*. In: SOCIAL PROBLEMS, Vol. 44, No. 1, February, 1997.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrificio*. São Paulo: Ubu editora, 2017.

Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MORGAN, David H. J.. Theater War: Combat, the Military, and Masculinities. In: BROD, Harry; KAUFMAN, Michael (Ed.). *Theorizing Masculinities*. California: SAGE Publications, 1994.

L'HEUILLET, Hélène. *Basse politique, haute police: une approche historique et philosophique de la police*. Paris: Fayard, 2001.

McCULLOCH, Jude. *Blue Army: Paramilitary policing in Victoria*. Thesis submitted to the Faculty of Arts. University of Melbourne, 1998.

MELLO, Brian P. *The American police paramilitary unit: an analysis of SWAT as an aggressive policing strategy*. Thesis submitted to the Faculty of the College for Design and Social Inquiry. Florida Atlantic University. 2016.

MINGARDI, Guaracy. *Tiras, Gansos e Trutas: Segurança Pública e Polícia Civil em São Paulo (1983-1990)*. São Paulo: Corag, 2000.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública*. São MUNIZ, Jaqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser – Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 1999.

NEWBURN, Tim; REINER, Robert. Policing and the police. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert. *The Oxford Handbook of Criminology*. United Kingdom, Oxford University Press. 2012.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e Máscaras: A busca de identidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OTAN. *Psychological and Physiological Selection of Military Special Operations Forces Personnel*. October, 2012.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos/ UFRGS. IFCH, PPGAS, Porto Alegre: PPGAS, Ano 20, no. 42, p.377-391*. 2014.

POBLETE, Patricio. *Aportes y desafíos de las ciencias sociales a la organización y la actividad policial*. Fundacion Paz Ciudadana. Santiago, Chile, 2011.

PONCIONI, Paula. *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, 2003.

PROENÇA JUNIOR, Domício. *Conceitos, Métricas e Metodologia da Avaliação do Desempenho Policial em Operações Especiais*. SENASP, 2006.

REZNIK, Luis. *200 anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ideorama, 2009.

SAIN, Marcelo F. La policía en las ciencias sociales. Ensayo sobre los obstáculos epistemológicos para el estudio de la institución policial en el campo de las ciencias sociales. In: SIRIMARCO, Mariana (comp.). *Estudiar la policía: la mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial*. Buenos Aires, Editorial Teseo, 2010.

SCHUCH, Patrice. “A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do ‘campo’ para o debate)”. In: Cynthia Sarti e Luiz Fernando Dias Duarte (orgs.). *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. Brasília, ABA, 2013.

SILVA, Helio R.S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos/ UFRGS. IFCH, PPGAS, Porto Alegre: PPGAS, Ano 15, no. 32, p.171-188*. 2009.

SILVA, Robson Rodriguez. *Entre a caserna e a rua: o dilema do pato: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de polícia Militar Dom João VI*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.

SIRIMARCO, Mariana. Introducción. In: SIRIMARCO, Mariana (comp.). *Estudiar la policía: la mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial*. Buenos Aires, Editorial Teseo, 2010.

_____. *De civil a policía: una etnografía del proceso de incorporación a la institución policial*. Buenos Aires: Teseo, 2009.

_____. *Entre lo físico y lo social: el cuerpo legítimo policial*. Runa, vol. XXVI, (p. 73-93), 2006.

_____. *A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa*. RBCS, vol. 28 n. 82, 2013a.

_____. *A “família policial: vinculações e implicações entre relato e instituição*. MANA 19(3): 559-580, 2013b.

SKOLNICK, Jerome. *Justice without trial: law enforcement in democratic society*. Fourth Edition (e-book), 2011.

SOZZO, Maximo. *Polícia y Democracia: usos de la violencia y construcción de la autoridad policial em Argentina*. In: GAYOL, S.;KESSLER, G. (comp.). *Violencias, Delitos y Justicias en la Argentina*. Buenos Aires: Manantial, 2002.

_____. *Polícia, violência, democracia: ensayos sociológicos*. Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina, 2005.

STORANI, Paulo. *Vitória sobre a morte: a glória prometida. O “rito de passage” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE*. Dissertação de mestrado em antropologia. Universidade Federal Fluminense. 2008.

SUAREZ DE GARAY, María Eugenia. *Los policías: una averiguación antropológica*. Guadalajara, México: ITESO, 2016.

TORRENTE, Diego. *Investigando a la policía*. Revista Reis, n.59, p.289-300. 1992.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

VAN MAANEN, John. *Police Socialization: A longitudinal Examination of Job Attitudes in an Urban Police Department*. In: Administrative Science Quarterly. Vol. 20, No. 2 (Jun., 1975), pp. 207-228.

_____. Kinsmen in Repose: Occupational Perspectives of Patrolmen. In: MANNING, Peter; VAN MAANEN, John. *Policing: a view from the street*. California: Goodyear Publishing Company, 1978a.

_____. The Asshole. In: MANNING, Peter; VAN MAANEN, John. *Policing: a view from the street*. California: Goodyear Publishing Company, 1978b.

_____. Observations on the Making of Policemen. In: MANNING, Peter; VAN MAANEN, John. *Policing: a view from the street*. California: Goodyear Publishing Company, 1978c.

_____. On Watching the Watchers. In: MANNING, Peter; VAN MAANEN, John. *Policing: a view from the street*. California: Goodyear Publishing Company, 1978d.

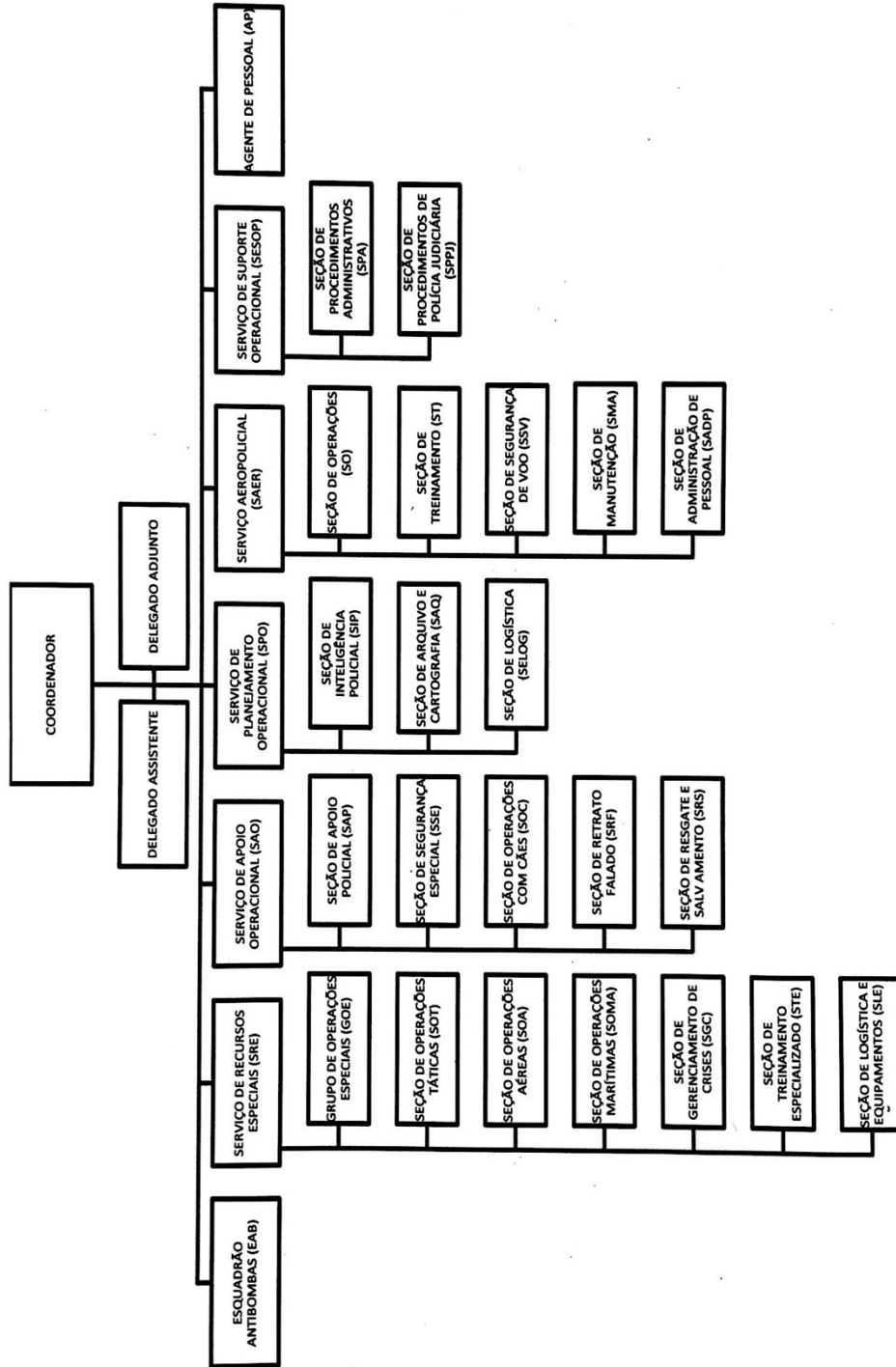
VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.) *A aventura sociológica*. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, Pp. 36-46.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. São Paulo: Editora UnB, 2004.

ANEXOS

Anexo A – Organograma da CORE

ORGANOGRAMA – CORE (Segundo Resolução SSP nº 769 de 05 de maio de 2005)



APÊNDICE

Apêndice A – Questionário aplicado aos inscritos no COTE antes do início do curso

DADOS PESSOAIS			
Sexo:	() M () F	Idade:	
Você se identifica ou se reconhece como de cor ou raça:	() preta () parda () branca () amarela () indígena	Qual religião pratica?	() Católica () Evangélica\Protestante () de Matriz Africana () Espírita () outra? _____ () sem religião
Estado Conjugal:	() Solteiro(a)\Nunca casou nem viveu com parceira(o) () Casado(a) ou morando junto com parceira(o) () Divorciado(a)\ Separado(a)\ Desquitado(a) () Viúvo(a)		
Escolaridade:	() nível médio () nível superior incompleto () nível superior completo Qual curso? _____ () pós-graduação incompleto () pós-graduação completo Qual curso? _____		
Quantos filhos o(a) Sr(a) já teve?			
Residência:	Bairro?		
	Município?		
	Estado?		
DADOS PROFISSIONAIS			
Qual sua Instituição de Origem?	() PCERJ () Outro. Qual? _____		
Lotação atual?			
Ano de ingresso na Instituição?			
Cargo ocupado na Instituição?			
Ocupação profissional anterior ao ingresso na carreira?			

Se lotado na Core, qual foi sua lotação anterior?			
Se lotado na Core, quanto anos de lotação nela?			
Você está satisfeito com seu salário?	() SIM () NÃO	Você tem outra fonte de renda?	() SIM () NÃO
<p>OBSERVAÇÃO: No questionário que se segue, responda conforme suas próprias convicções e opiniões pessoais, lembrando que não há resposta correta para nenhuma delas, lembrando que aqui se trata de uma pesquisa acadêmica e o anonimato será preservado, sua participação é de extrema importância.</p>			
<p>1. Quais as três principais motivações para você ter escolhido a carreira policial?</p>			
<p>2. Na sua opinião, qual o papel do policial na sociedade? Explique.</p>			

3. Como você avalia as <i>instalações físicas</i> da unidade em que trabalha de modo geral no que diz respeito às condições para o desempenho de seu trabalho diário? (levando em consideração: <i>estrutura, mobiliário, alojamento, banheiro, higiene, computadores, impressoras...</i>)						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	NS/NR
Estrutura						
Mobiliário						
Alojamento						
Banheiro						
Higiene						
Computadores/ Impressoras						
Por quê?						
4. Como você avalia os equipamentos de <i>uso operacional</i> oferecidos pela sua instituição no que diz respeito às condições para o desempenho de seu trabalho diário? (<i>levando em consideração: viaturas, armamentos, coletes...</i>)						
Equipamentos	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	NS / NR
Viaturas						
Armamento						
Coletes						
Por quê?						

5. Como você avalia dentre as opções abaixo o ensino de formação que você obteve para sua profissão realizado na sua Academia de Polícia ou Centro de Formação, para o exercício diário da sua profissão?						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	NS / NR
Parte Teórica						
Parte Técnica não operacional						
Parte Técnica Operacional						
Por quê?						
6. Há treinamento de aperfeiçoamento oferecido pelo centro de ensino/formação da sua instituição para o exercício da sua profissão?						() SIM () NÃO
6.1. Se SIM, quais?						
6.2. Se SIM, qual a frequência destes treinamentos?						
() Mensal	() Trimestral	() Semestral	() Anual	() Mais que anual	() NS / NR	
7. Você acha necessário uma rotina de treinamento e aperfeiçoamento para o exercício da função policial?						() SIM () NÃO
Por quê?						

8. Quais treinamentos você acha necessário o policial ter com regularidade para o exercício adequado da sua profissão?
9. Qual grau de importância você daria ao ensino em Direitos Humanos para a atividade policial?
() Muito Necessário () Necessário () Pouco Necessário () Desnecessário () Indiferente
Por quê?
10. 1. Em sua opinião, o que é ser um “policial bom”?
10.2. E um “policial ruim”?

11. Na sua opinião, aonde você acredita que o policial aprende a exercer sua atividade policial?	
<input type="checkbox"/> Na Academia de Polícia <input type="checkbox"/> Na delegacia\Batalhão <input type="checkbox"/> Em operações policiais <input type="checkbox"/> Outro(s) Lugare(s) Qual(is)? _____	
Por quê?	
12. Você já participou de algum curso operacional antes?	
	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
12.1. Se SIM, Quais?	
12.2. Onde?	
13. Você já participou como aluno de alguma edição anterior do COTE?	
	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
13.1. Se SIM, Quais edições?	

14. Quais as três principais motivações que o levaram a se inscrever no X COTE?

15. Quais são suas expectativas sobre o X COTE?

16. Como conheceu o COTE?

17. Conhece alguém que já fez o COTE?

18. Diga três aspectos que você acredita que o curso poderá mudar algo em você?
Explique como?

19. Na sua opinião, o significa ser um FALCÃO?

20. Como sua família encarou sua decisão de fazer o curso?

21. Como seus colegas de trabalho encaram sua decisão de fazer o curso?

OBRIGADO!

Apêndice B – Roteiro de entrevista com participantes antes do início do curso

BLOCO 1 – IDENTIDADE PROFISSIONAL

1. Fale-me sobre a sua trajetória profissional antes de entrar para a polícia.
2. Você é de qual instituição policial? Entrou quando? Qual foi a sua trajetória na instituição?
3. O que o(a) levou a entrar para a polícia? Explique.
4. O que é ser um policial para você?

BLOCO 2 – SOBRE O COTE

5. Como você conheceu o COTE?
6. O que o(a) levou a se inscrever no COTE? Explique.
7. Quais são as suas expectativas sobre o COTE? Explique.
8. Você já ouviu falar em “Falcão”? Você conhece o significado de “Falcão”? Se sim, o que é para você? O que é ser um “Falcão”?
9. (Se ele souber o que é ser Falcão) Como você acha que a sociedade percebe um “Falcão”?
10. (Se ele souber o que é ser Falcão) Na sua opinião, como os seus parceiros de trabalho o verão quando você se tornar um “Falcão”?
11. Você já tentou o COTE outra(s) veze(s)? Se sim, o que o levou a tentar novamente a fazer a prova?

BLOCO 3 – O CURSO

12. Quais são as principais preocupações sobre a sua participação quanto ao decorrer do curso?
13. Você conhece a metodologia do curso? Se sim, qual é? Se não, como você imagina qual seja? Explique.
 - a. Como você imagina que seja a relação entre os alunos?
 - b. E a relação dos alunos com os instrutores?
14. Como você espera que o curso contribua para a sua vida profissional?

Apêndice C – Questionário aplicado com os concluintes após o término do curso

DADOS PESSOAIS			
Sexo:	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	Idade:	_____
Você se identifica ou se reconhece como de que cor ou raça?	<input type="checkbox"/> preta <input type="checkbox"/> parda <input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> amarela <input type="checkbox"/> indígena	Qual a sua religião?	<input type="checkbox"/> Católica <input type="checkbox"/> Evangélica\Protestante <input type="checkbox"/> de Matriz Africana <input type="checkbox"/> Espírita <input type="checkbox"/> outra? _____ <input type="checkbox"/> sem religião
Estado Conjugal:		<input type="checkbox"/> Solteiro(a)\Nunca casou nem viveu com parceira(o) <input type="checkbox"/> Casado(a) ou morando junto com parceira(o) <input type="checkbox"/> Divorciado(a)\ Separado(a)\ Desquitado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)	
Escolaridade:		<input type="checkbox"/> nível médio <input type="checkbox"/> nível superior incompleto <input type="checkbox"/> nível superior completo Qual curso? _____ <input type="checkbox"/> pós-graduação incompleto <input type="checkbox"/> pós-graduação completo Qual curso? _____	
DADOS PROFISSIONAIS			
Qual sua Instituição de Origem?		<input type="checkbox"/> PCERJ <input type="checkbox"/> Outra.	
<p>OBSERVAÇÃO: O questionário que segue faz parte da 2ª etapa da pesquisa de mestrado que contou com a sua participação há 4 meses. Sua contribuição é de suma importância para o enriquecimento das análises ora propostas. Ressalta-se que as questões abaixo não possuem resposta correta, portanto, sintam-se livres para expressar suas opiniões e percepções vivenciadas por você ao longo de todo o X Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) da CORE-PCERJ.</p>			

Obs: Este questionário, assim como o anterior, manterá o anonimato dos entrevistados.

1. cite as **TRÊS** principais motivações em você para o exercício de sua atividade policial?

a.

b.

c.

2. Dentre as opções abaixo, selecione as **CINCO** que você considera MAIS IMPORTANTES no papel do policial na sociedade?

- | | |
|---|--|
| 1.(<input type="checkbox"/>) servir e proteger a sociedade | 2.(<input type="checkbox"/>) eliminar criminosos da sociedade |
| 3.(<input type="checkbox"/>) ser exemplo de cidadão | 4.(<input type="checkbox"/>) combater o mal |
| 5.(<input type="checkbox"/>) exercer um papel moral | 6.(<input type="checkbox"/>) garantir a lei e a ordem |
| 7.(<input type="checkbox"/>) ser a mão forte do Estado | 8.(<input type="checkbox"/>) promover a justiça |
| 9.(<input type="checkbox"/>) trazer a paz social | 10.(<input type="checkbox"/>) proteger a propriedade privada |
| 11.(<input type="checkbox"/>) exercer a lei | 12.(<input type="checkbox"/>) garantir direitos |
| 13.(<input type="checkbox"/>) ser propagador dos direitos humanos | 14.(<input type="checkbox"/>) investigar crimes |
| 15.(<input type="checkbox"/>) prender criminosos | 16.(<input type="checkbox"/>) promover o bem estar social |
| 17.(<input type="checkbox"/>) ser mediador de conflitos | 18.(<input type="checkbox"/>) proteger o estado democrático de direito |
| 19.(<input type="checkbox"/>) ser responsável pela segurança | 20.(<input type="checkbox"/>) prevenir a criminalidade |

3. Dentre as opções abaixo, enumere em uma escala de 1 a 13 (sendo **1 para A MAIS IMPORTANTE** e **13 para A MENOS IMPORTANTE**) quais treinamentos você acha necessário o policial ter com regularidade para o exercício adequado da sua profissão?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> atividade física | <input type="checkbox"/> inteligência policial |
| <input type="checkbox"/> defesa pessoal | <input type="checkbox"/> tático operacional |
| <input type="checkbox"/> direito penal aplicado | <input type="checkbox"/> investigação criminal |
| <input type="checkbox"/> manuseio de armamento e tiro policial | <input type="checkbox"/> técnicas de abordagem |
| <input type="checkbox"/> criminologia | <input type="checkbox"/> ética e direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> planejamento operacional | <input type="checkbox"/> uso de equipamento menos letal |
| <input type="checkbox"/> outros _____ | |

4. Dentre as características abaixo, selecione as **CINCO** que você considera MAIS IMPORTANTES que devem ter um **“bom policial”**?

- | | |
|--|--|
| 1. <input type="checkbox"/> ser correto | 2. <input type="checkbox"/> ser justo |
| 3. <input type="checkbox"/> ser honesto | 4. <input type="checkbox"/> ser dedicado |
| 5. <input type="checkbox"/> ser bem treinado | 6. <input type="checkbox"/> ser cumpridor das leis |
| 7. <input type="checkbox"/> ser um combatente | 8. <input type="checkbox"/> ser inteligente |
| 9. <input type="checkbox"/> ser sincero | 10. <input type="checkbox"/> ser companheiro |
| 11. <input type="checkbox"/> ser focado em seu dever | 12. <input type="checkbox"/> ter vocação |
| 13. <input type="checkbox"/> ser honrado | 14. <input type="checkbox"/> ser um tomador de decisão |
| 15. <input type="checkbox"/> ser corajoso | 16. <input type="checkbox"/> ser ético |
| 17. <input type="checkbox"/> ser eficiente | 18. <input type="checkbox"/> ser responsável |
| 19. <input type="checkbox"/> ser motivado | 20. <input type="checkbox"/> ser prestativo |
| 21. <input type="checkbox"/> ser leal | 22. <input type="checkbox"/> ser incorruptível |
| 23. <input type="checkbox"/> ter espírito de corpo | 24. <input type="checkbox"/> ser competente |
| 25. <input type="checkbox"/> ser proativo | |

5. Dentre as características abaixo, selecione as **CINCO** que você considera que MAIS definam um “policial ruim”?

- | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| 1.() ser acomodado | 2.() ser sem ética |
| 3.() ser sem caráter | 4.() ser corrupto |
| 5.() ser desunido | 6.() ser preguiçoso |
| 7.() ser desonesto | 8.() estar destreinado |
| 9.() ser mal companheiro | 10.() estar desmotivado |
| 11.() ser sem vocação | 12.() ser desleal |
| 13.() ser egoísta | 14.() ser ambicioso |
| 15.() ser criminoso | 16.() ser incompetente |
| 17.() ser sem princípios | 18.() não ser dedicado |
| 19.() ser medroso | 20.() ser omissos |
| 21.() não cumprir com sua missão | 22.() não trabalhar em equipe |
| 23.() estar à margem da lei | 24.() não ser proativo |
| 25.() ser ineficiente | |

6. Antes de ter concluído o X COTE, você já tinha participado de algum curso operacional?

() SIM () NÃO

- a. Se SIM, você acredita que sua experiência anterior em outro curso tenha contribuído para que você tenha conseguido se formar no X COTE? Como?

7. Você já tinha participado como aluno de alguma edição anterior ao X COTE?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
a. Se SIM, Quais edições?	
b. Por que não conseguiu concluí-la?	
8. Na sua opinião, quais foram as TRÊS principais motivações para você concluir o X COTE?	
a. _____	
b. _____	
c. _____	

9. Entre as opções abaixo, você acredita que ao término do X COTE, elas foram alcançadas?
(Marque uma opção entre as 5 propostas para cada item)

	De forma alguma	Não muito	Mais ou menos	Muito	Extremamente
Aprimoramento técnico					
Aprimoramento moral					
Aprimoramento físico					
Aprimoramento psicológico					
Aquisição de espírito de corpo					
Qualificação profissional					
Aquisição de melhores condições de trabalho					
Realização pessoal					
Realização profissional					
Ser um combatente					
Superação de limites e adversidades					
Exercer a atividade policial com mais segurança e eficiência					
Aquisição de um perfil operacional					
Aquisição de laços de irmandade					
Aprender a ter dedicação					
Aprender a ter empenho					
Aprender a ter perseverança					
Pertencer a uma família					
Aquisição de honra					

10. Como você avalia dentre as opções abaixo o **ensino no X COTE**:

a. em relação a **PARTE TEÓRICA** para o exercício diário da sua profissão?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Por quê?

b. em relação a **PARTE TÉCNICA NÃO OPERACIONAL**?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Por quê?

c. em relação a **PARTE TÉCNICA OPERACIONAL**?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Por quê?

11. Relacione em uma escala de importância (sendo a primeira a mais importante) as **TRÊS características pessoais** que você acredita serem fundamentais que um aluno do curso deva ter para conseguir concluir o COTE?

a. _____

b. _____

c. _____

12. Como você avalia algumas das seguintes etapas do X COTE

	Muito Difícil	Difícil	Mais ou Menos	Fácil	Muito Fácil
Semana Zero					
Tiro Tático Policial					
Sobrevivência e combate na mata					
Combate em ambiente confinado					
Estágio de operações aéreas					
Operações urbanas em área de alto risco					
Estágio de tiro de precisão					
Mergulho					

13. Como você avalia a relação entre os **alunos do X COTE**?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

Justifique:

14. Como você avalia a relação entre os **instrutores e os alunos do X COTE**?

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () RUIM () PÉSSIMO

Justifique:

15. Dentre todas as disciplinas teóricas e práticas do X COTE, diga as **TRÊS** que você acredita serem as **MAIS importantes**?

a. _____

b. _____

c. _____

16. Dentre todas as disciplinas teóricas e práticas do X COTE, diga as **TRÊS** que você acredita serem as **MENOS importantes**?

a. _____

b. _____

c. _____

17. Qual (Quais) disciplina(s) você acredita que deveriam ser incluídas em uma próxima edição que contribuiria para o COTE?

18. Você acredita que o X COTE tenha contribuído para sua **vida profissional**?

() SIM () NÃO

18.1. Se SIM. **Como?**

19. Você acredita que o X COTE tenha contribuído para sua **vida pessoal**?

() SIM () NÃO

19.1. Se SIM. **Como?**

20. Até que ponto ter se formado no X COTE é satisfatório para você?

() Muito insatisfatório () Insatisfatório () Indiferente () Satisfatório () Muito satisfatório

Por quê?

21. Após ter concluído o curso, na sua percepção, quais seriam as **TRÊS** principais características de um FALCÃO?

a.

b.

c.

22. Você se identifica como um FALCÃO?

() SIM () NÃO

22.1. **Em quais aspectos?**

23. Após a conclusão do X COTE, na sua opinião, houve alguma mudança na sua percepção sobre:

	SIM	NÃO
a) A instituição policial?		
b) A sociedade?		
c) A família?		
d) A Prática policial?		

24. Na sua opinião, após a conclusão do X COTE, como você se sente em relação aos seguintes aspectos:

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	pouco satisfeito	satisfeito	muito satisfeito
Satisfação global com seu trabalho no momento atual					
Possibilidade de promoção profissional					
Possibilidade de evolução e desenvolvimento pessoal					
Reconhecimento do valor profissional					
Possibilidade de participar de tomadas de decisões					
Clima de relacionamento com os colegas					
Clima de relacionamento com os superiores hierárquicos					
Clima de relacionamento com outras pessoas					

OBRIGADO!

Apêndice D – Roteiro de entrevistas com os concluintes do curso

Início do roteiro a ser realizado com os NÃO ENTREVISTADOS

BLOCO 1 – IDENTIDADE PROFISSIONAL

1. Fale-me sobre a sua trajetória profissional antes de entrar para a polícia.
2. Você é de qual instituição policial? Entrou quando? Qual foi a sua trajetória na instituição?
3. O que o(a) levou a entrar para a polícia? Explique.

BLOCO 2 – SOBRE O COTE

4. Como você conheceu o COTE?
5. Você já tinha tentado o COTE outra(s) vez(e)s? Se sim, o que o levou a tentar novamente?
6. O que o levou a se inscrever no X COTE? Explique.
7. Quais eram as suas expectativas sobre o COTE? Explique.
8. Você já tinha ouvido falar em “Falcão”? Você conhecia o significado de “Falcão”?
9. Como você acha que a sociedade percebe um “Falcão”?
10. Na sua opinião, como os seus colegas de trabalho o percebem por ter se tornado um “Falcão”?

Início do roteiro a ser realizado com os JÁ ENTREVISTADOS

11. O que é ser um policial para você?
12. O que é ser um bom policial?
13. O que é ser um policial ruim?

BLOCO 3 – O CURSO

14. Você se identifica como um Falcão? Explique
15. Se SIM. O que “ser um Falcão” representa para você?
16. Você precisou mudar algum comportamento ou percepção ao se tornar um Falcão?
17. Se SIM. O que foi? Como foi?
18. Quais eram suas principais preocupações sobre a sua participação no decorrer do curso? Por quê?
19. Quais preocupações de fato você vivenciou ao longo do curso?

20. Você pensou em desistir (sair) do curso em algum momento?
 - a. Se sim. Em quais momentos e por quê?
 - b. Se não. Por quê?
21. Qual etapa do curso você considera que foi a mais difícil? Por quê?
22. E a mais fácil? Por quê?
23. Quais aspectos você acredita terem possibilitado a você concluir o X COTE?
24. E quais aspectos podem ter contribuído para você ter se tornado um “Falcão”?
25. Conte-me como foi a relação entre os alunos durante o X COTE?
 - 16.1. E a relação dos alunos com os instrutores?
26. Para você quais foram os aspectos positivos do X COTE?
27. E quais aspectos negativos?
28. Em quais aspectos você acredita que o curso possa ter contribuído para a sua vida profissional?
29. E para sua vida pessoal?
30. Relate algo que tenha vivenciado ao longo do X COTE que seja marcante para você?
31. Se puder definir em uma ou mais palavras o X COTE, quais seriam elas?
32. Você já fez algum outro curso antes do X COTE?

Se SIM, há diferença do COTE em relação aos outros? Explique?

Galeria de Fotos

Imagem 34 - “semana zero” – suga na represa



Imagem 35 – “semana zero” – a marcha



Imagem 36 – “semana zero”- Alunos e instrutor



Imagem 37 - “semana zero” - Alunos em posição de flexão na marcha



Imagem 38 - “semana zero” - O sino e os alunos sendo “sugados” na marcha



Imagem 39 - “semana zero” – Cantando Charlie Mike em formatura na água



Imagem 40 - “semana zero” - Alunos imersos em água gelada, preparando-se para a oração das forças especiais



Imagem 41 - “semana zero” - Após a oração os alunos se aquecem



Imagem 42 - “semana zero” – atividade física na água



Imagem 43 - “semana zero” – Cantando Charlie Mike em formatura na água



Imagem 44 - Marcas nos corpos após a “semana zero” (1) - feridas



Imagem 45 - Marcas nos corpos após a “semana zero” (2) - micoses



Imagem 46 - Marcas nos corpos após a “semana zero” (3) - mãos



Imagem 47 - “CIOpEsp” – almoço com ração fria militar



Imagem 48 - “CIOpEsp” – instrução debaixo de chuva



Imagem 49 - “GRUMEC” – alunos no tanque tático

